Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira
	Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F672 Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas [livro eletrônico] : Volume 2: O Caso da Alta Mogiana / Organizadores Rubmara Ketzer Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-17-8
DOI 10.37572/EdArt_060826178

1. Indicações geográficas. 2. Marcas coletivas. 3. Alta Mogiana (SP). I. Ketzer Oliveira, Rubmara. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 341.758

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto **"Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros"**, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os organizadores e autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, visitas técnicas, análises, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular origem, identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade ambiental, produtiva e sociocultural, esses mecanismos assumem papel estratégico ao reconhecer singularidades locais, fortalecer arranjos produtivos, estimular a cooperação entre os atores e promover formas coletivas de agregação de valor.

Esta obra dá continuidade às reflexões iniciadas no primeiro volume, dedicado à Serra da Canastra e à experiência de consolidação do Queijo Canastra como produto de origem reconhecida. Se naquele contexto a análise se concentrou nas relações entre tradição, patrimônio cultural, organização produtiva e reconhecimento territorial, o presente volume volta-se à Alta Mogiana, região historicamente vinculada à cafeicultura e reconhecida pela produção de cafés especiais de elevada qualidade.

Ao longo de seus 14 capítulos, este Volume II reúne estudos que analisam a Indicação Geográfica Alta Mogiana sob diferentes perspectivas, integrando contribuições da história, geografia, agronomia, economia, administração, gestão, educação, inovação, sustentabilidade, comunicação e comportamento do consumidor. O conjunto evidencia que uma Indicação Geográfica não se limita à delimitação de um território ou à concessão de um registro formal. Sua consolidação depende da interação entre recursos naturais, conhecimentos produtivos, instituições, estratégias de governança, relações de mercado e significados construídos coletivamente.

Os capítulos iniciais recuperam a trajetória histórica da **Indicação Geográfica Alta Mogiana** a partir da visão de seus pioneiros e do engajamento dos stakeholders que participaram de sua construção. Em seguida, a obra aborda os processos de

uso e ocupação do território, as transformações econômicas e sociais da região e as possibilidades de integração entre cafeicultura, Indicação Geográfica, desenvolvimento territorial e turismo. A caracterização ambiental complementa essa leitura ao apresentar as dinâmicas de uso e cobertura da terra, as condições climáticas e edáficas e os desafios relacionados à conservação dos atributos naturais que sustentam a qualidade e a identidade dos cafés produzidos na região.

Na sequência, o livro amplia a análise para o sistema agroindustrial do café no Brasil, situando a Alta Mogiana em um contexto marcado por transformações produtivas, mudanças regulatórias, exigências socioambientais e novas tendências de consumo. A discussão sobre território, qualidade e reputação demonstra como a origem geográfica, a tradição produtiva e as condições edafoclimáticas contribuem para a diferenciação do café e para a construção de confiança junto ao mercado. A Indicação Geográfica assume, assim, o papel de sinal de procedência e autenticidade, capaz de reduzir incertezas e ampliar o valor percebido dos produtos associados ao território.

Outro eixo central da obra refere-se ao papel das instituições públicas, das entidades de fomento e dos mecanismos de gestão na estruturação e no fortalecimento da Indicação Geográfica. Os capítulos dedicados a essa temática evidenciam que a consolidação da Alta Mogiana resulta de esforços articulados envolvendo regulamentação, assistência técnica, organização dos produtores, formação da governança e preparação dos empreendimentos para o mercado. A aplicação de ferramentas de gestão estratégica permite identificar forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, além de propor ações voltadas à ampliação da adesão à IG, à valorização da origem e ao fortalecimento da coordenação institucional.

A governança territorial também é examinada a partir dos desafios decorrentes da sobreposição entre a Indicação de Procedência Alta Mogiana e a Indicação de Procedência Sudoeste de Minas. Essa situação revela tensões entre os limites estabelecidos pelas normas, os vínculos de pertencimento e as identidades construídas historicamente pelos atores locais. Ao mesmo tempo, demonstra que áreas de interseção podem representar tanto riscos de fragmentação institucional quanto oportunidades para a cooperação, o diálogo e a construção de arranjos compartilhados de valorização territorial.

A obra avança na compreensão da Indicação Geográfica como um possível ecossistema de inovação. Nessa perspectiva, sua capacidade de gerar novos conhecimentos, arranjos produtivos e formas de organização depende da qualidade das relações entre os atores, da gestão dos conflitos, da mediação das assimetrias de poder e da construção de objetivos compartilhados. A inovação territorial não decorre automaticamente da certificação, mas da capacidade coletiva de transformar recursos, conhecimentos e vínculos institucionais em novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse processo, a educação profissional ocupa posição estratégica. A formação técnica vinculada às especificidades da cafeicultura regional contribui para integrar conhecimentos científicos e saberes tradicionais, qualificar a mão de obra, fortalecer a identidade produtiva e preparar profissionais para atuar em uma cadeia cada vez mais orientada pela qualidade, sustentabilidade e inovação. A aproximação entre educação, território e sistema produtivo amplia as possibilidades de inserção profissional e contribui para a continuidade dos conhecimentos e práticas associados à cafeicultura da Alta Mogiana.

Os desafios da sustentabilidade são abordados por meio da análise das relações entre Indicações Geográficas, certificações de qualidade, normas voluntárias, neutralidade de carbono e novas exigências ambientais. Os estudos demonstram que esses instrumentos possuem objetivos distintos, embora possam atuar de forma complementar na agregação de valor, na rastreabilidade e na melhoria do desempenho socioambiental da cadeia. A agricultura regenerativa é apresentada tanto como conjunto de práticas voltadas à conservação do solo, da água e da biodiversidade quanto como narrativa de diferenciação e fortalecimento da identidade territorial.

Nos capítulos finais, a obra desloca o olhar para a comunicação e para o consumidor. As narrativas presentes nas embalagens dos cafés especiais revelam como tradição familiar, território, sustentabilidade, qualidade sensorial e afetividade são mobilizados na construção de valor simbólico. O café passa a comunicar não apenas atributos físicos, mas histórias, memórias, paisagens e modos de vida associados à Alta Mogiana. Essa dimensão é complementada pela análise das emoções e motivações envolvidas no consumo, demonstrando que a experiência com o café reúne benefícios funcionais, estímulos sensoriais, lembranças e significados que influenciam a percepção e a valorização do produto.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar a trajetória da Indicação Geográfica Alta Mogiana, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores, associações, cooperativas, instituições de ensino e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas no Brasil.

Esperamos que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico, apoiar a construção de estratégias coletivas e inspirar novas iniciativas em territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

HISTÓRIA DA IG ALTA MOGIANA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS: UMA ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS

Renata A Forato
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261781

CAPÍTULO 2 ..... **9**

USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO ALTA MOGIANA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATUAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Carlos Eduardo de Freitas Vian

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261782

CAPÍTULO 3 ..... **26**

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS DE USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Anderson Victor dos Santos
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261783

CAPÍTULO 4 ..... **50**

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Marcelo Marques de Magalhães
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261784

CAPÍTULO 5 82

TERRITÓRIO, QUALIDADE E REPUTAÇÃO: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ALTA MOGIANA

Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261785

CAPÍTULO 6 93

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Junior
Benedito Donizetti dos Santos
Carlos Reys Vukomanovi
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Ricardo Moncorvo Tonet
Vivaldo Alberto Viganó
Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
João Paulo R. Arciprete
Simone Goldman Batistic Ribeiro

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261786

CAPÍTULO 7 107

GESTÃO ESTRATÉGICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O CASO DA ALTA MOGIANA

Maria Eduarda Fernandes Ignácio
Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261787

CAPÍTULO 8.....**124**

ENTRE A SOBREPOSIÇÃO NORMATIVA E A IDENTIDADE: DESAFIOS DE GOVERNANÇA ENTRE A IP ALTA MOGIANA E A IP SUDOESTE DE MINAS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Everlysy dos Santos Messas Valerio
Débora Dias Panicachi
Eduardo Eugênio Spers
Francisco José Mitidieri

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261788

CAPÍTULO 9..... **146**

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Fábio Nazhar
Felipe Mendes Borini
José Afonso Mazzon
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261789

CAPÍTULO 10.....**163**

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO FORTALECIMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Anderson Victor dos Santos
Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617810

CAPÍTULO 11.....**178**

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DO CAFÉ: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE, NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE E NEUTRALIDADE DE CARBONO

Danielle Mendes Thame Denny
Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617811

CAPÍTULO 12 206

A PRÁTICA DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617812

CAPÍTULO 13 218

O CAFÉ COMO NARRATIVA: STORYTELLING, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NOS CAFÉS DA ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Sabrina Godinho Rebouças
Breno Rodrigues Acacio
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617813

CAPÍTULO 14 238

AS EMOÇÕES E MOTIVAÇÕES NO CONSUMO DE CAFÉ

Laleska Rossi Moda
Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617814

SOBRE OS ORGANIZADORES 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA IG ALTA MOGIANA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS: UMA ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Renata A Forato
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-3933-6479
http://lattes.cnpq.br/8995849554259596

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: A história da IG do café da Alta Mogiana revela que o potencial de uma região pode por muito tempo passar despercebido e não usufruído devido a diversas circunstâncias conjunturais, culturais, mas que a sensibilidade em atentar e perceber a especificidade de uma localidade, região, de um território pode alterar completamente a dinâmica econômica, social e ambiental, e este é o intuito do registro e reconhecimento como uma Indicação Geográfica (IG). E este foi o trabalho dos pioneiros da Associação dos produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC), que despertaram para o potencial de produção de um café único e buscaram o reconhecimento por esta qualidade nata, o que proporcionou novos caminhos para o desenvolvimento, que embora possa ter enfrentado resistência ou interesses diversos e conflitantes a soberania institucional do território pode ser sobreposta. E quando esta ideia é entendida e apropriada pelos seus entes, como um benefício comum a todas as partes envolvidas com atendimento aos interesses particulares, a integração, o engajamento das partes interessadas, *"os stakeholders",* se estabelece, o que revela um caminho possível para que o trabalho iniciado e desempenhado por um grupo interessado seja compartilhado pela totalidade de um território. E este é objetivo desta análise da história da IG a partir dos seus pioneiros, compreender como todo este esforço pode ser assimilado por todas as partes interessadas dentro de um território.
PALAVRAS-CHAVE: Identificação Geográfica; café especial; Alta Mogiana; engajamento; stakeholders.

HISTORY OF THE ALTA MOGIANA GI FROM THE PERSPECTIVE OF ITS PIONEERS: AN ANALYSIS OF STAKEHOLDER ENGAGEMENT

ABSTRACT: The history of the GI for Alta Mogiana coffee reveals that the potential of a region can go unnoticed and unutilized for a long time due to various conjunctural

and cultural circumstances, but that the sensitivity to pay attention to and perceive the specificity of a locality, region, of a territory can completely alter the economic, social and environmental dynamics, and this is the purpose of registration and recognition as a Geographical Indication (GI).And this was the work of the pioneers of the Association of Specialty Coffee Producers of Alta Mogiana (AMSC), who became aware of the production potential of a unique coffee and sought recognition for this innate quality, which provided new paths for development, which although it may have faced resistance or diverse and conflicting interests, the institutional sovereignty of the territory can be overridden. And when this idea is understood and appropriated by its stakeholders, as a common benefit to all parties involved in addressing particular interests, integration and stakeholder engagement are established, revealing a possible path for the work initiated and carried out by an interested group to be shared by the entire territory. This is the objective of this analysis of the history of Geographical Indications (GIs) from its pioneers: to understand how all this effort can be assimilated by all stakeholders within a territory.
KEYWORDS: Geographic Identification; special coffee; Alta Mogiana; engagement; stakeholders.

1. INTRODUÇÃO

Com intuito de entender o contexto da região da Alta Mogiana e mais precisamente da IG do café, esta pesquisa objetivou conhecer os atores envolvidos nesta cadeia produtiva, ou seja, os produtores, as instituições públicas e privadas, considerando que para o registro de um território como uma Indicação Geográfica requer um esforço empreendido por diversos atores, "*stakeholders*".

Assim a visita à referida região pela equipe do projeto PPPP de fomento às Indicações Geográficas se inicia na Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC), onde a equipe foi recebida pela atual gestora, pelo vice-presidente, além de um produtor que atuou como pioneiro no reconhecimento e registro da região como produtora de cafés especiais e também um associado que trabalha na comercialização do café especial.

Esta pesquisa na região visitou também à prefeitura municipal, o sindicato rural, a associação de empreendedores do agronegócio (AEAGRO), à fazenda experimental, escola agrícola, a secretaria de agricultura do estado de São Paulo, a CATI, SEBRAE, ACIF e a Cooperativa dos Cafeicultores (COCAPEC), além de produtores de café e estabelecimentos da cadeia produtiva, como cafeterias e torrefações.

Mas especificamente este capítulo que trata da trajetória histórica se concentra nos relatos dos pioneiros e da gestora da AMSC.

2. O HISTÓRICO DA IG DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

A partir das visitas realizadas pode-se entender o início da IG e a dinâmica da região, que teve seu registro como IG em 2013, mas tendo este movimento iniciado décadas atrás, com intuito de resgatar o potencial e especificidade local no que se refere ao cultivo do café especial. Portanto este capítulo tem como objetivo entender o contexto atual do território e fazer uma análise do engajamento dos *Stakeholders*, ao longo de sua trajetória.

A região da Alta Mogiana, localizada no noroeste paulista, faz divisa com Minas Gerais, foi assim denominada no período do ciclo do café, com a expansão da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, fundada em 1872. A região é reconhecida como uma Indicação Geográfica desde 2013 e compreende 23 municípios, sendo 16 do estado do estado de São Paulo e 7 no estado de Minas Gerais.

O movimento iniciado na região por alguns pioneiros no sentido de buscar o devido reconhecimento pela produção de cafés especiais, foi promovido e/ou coincide com uma mudança no contexto cafeeiro do Brasil. O país que tinha o mercado cafeeiro regulamentado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) desde 1952, passou por um ajuste com a extinção do instituto em 1989 no governo Collor.

Esta história foi relatada por um pioneiro da IG da Alta Mogiana durante uma visita na sede da AMSC. Esta região privilegiada pelo seu terroir (condições edafoclimáticas e saber-fazer dos produtores), sempre produziu café de alta qualidade, mas não tinha o devido reconhecimento e valorização por uma série de fatores, culturais, econômicos, o que foi mudado a partir da década de 1990.

Relata que havia na época um anseio em resgatar o nome Alta Mogiana que era muito falado na Europa e em Santos, mas estava em desuso, tinham como objetivo resgatar o nome e promover o produtor, a propriedade e o município, ou os municípios, ou seja, toda a região, o território conhecido como Alta Mogiana.

E uma das primeiras ações foi a criação de um curso, o de terrereiro, o que despertou o interesse dos proprietários de terra, isso porque neste período o café passava por um momento difícil, estava em baixa no estado de São Paulo, e então o governador à época Orestes Quércia sugeriu unir-se aos produtores de Pedregulho, pois era necessário unir forças.

Havia neste momento no estado um programa denominado “Café de São Paulo” para incentivar a produção por meio de concursos regionais em Santos pela Associação Comercial que fazia as provas.

Destaca que neste período o mercado de café era regulado pelo IBC e havia um acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), onde cada país tinha uma cota

de exportação, e o Brasil tinha a maior cota e produzia um café chamado “Café tipo Santos Brasil”, uma mistura de café proveniente de várias regiões, ou seja, café de alta e baixa qualidade.

Por exemplo o café do Paraná, colhido no inverno chuvoso e o café da Alta Mogiana de qualidade, eram misturados, chamado de “bica corrida”, neste período o café do Cerrado Mineiro nem existia, até que o sistema de cota acabou com o início do governo Collor e a extinção do IBC. Ressalta-se que entre 1952-1989 durante a regulamentação pelo IBC prevalecia a mistura de cafés de alta e baixa qualidade (*blend*), assim a questão da qualidade não era verificada e muito menos valorizada, não havia então preocupação e/ou investimentos em qualidade.

O foco era na produção, a preocupação era com a geada e as pesquisas do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) eram para combater o bicho mineiro, lagarta. Mas com a desregulamentação, o fim do IBC, esta questão passa a ser considerada. Na região da Alta Mogiana já se sabia que o café era diferenciado, havia um consenso sobre a qualidade do café, confirmado numa expressão comum entre os produtores “Aqui para estragar o café tem de se fazer muito esforço”.

Assim os concursos de qualidade promovidos pelo governo do estado a partir da Secretaria de Agricultura foram um incentivo à produção, mas na região ninguém queria participar, não viam valor nisso, o que levou os pioneiros a contratarem um consultor, fazer os primeiros cursos com intuito de ressaltar a qualidade do café, porque o café da Alta Mogiana avaliado na chamada “bica corrida” era classificado como “duro para melhor” pelos comerciantes e pela cooperativa, não sendo atribuído o merecido valor, e neste caso o produtor ficava em desvantagem.

Neste contexto, quando os concursos surgiram para ativar a produção, havia um vácuo no mercado, ocasionado com o fim do IBC, mas neste período um importante empresário do setor veio ao Brasil, com intuito de mapear os melhores cafés do Brasil, Dr. Ernesto Illy, da Illy Café, que tinha como objetivo trabalhar com os melhores cafés do mundo.

Foi então contratado o Dr. Aldir do IAC, que era especialista em qualidade e um plano foi montado para identificar os melhores cafés do Brasil, a proposta era montar uma equipe de agrônomos para irem a campo pelo país, mas o Dr. Ernesto Illy não concordou por ser muito dispendioso.

Assim a solução foi criar um concurso com prêmio considerável e assim foi feito e o Dr. Illy andou pelo Brasil e mapeou regiões produtoras de café de qualidade e foi assim que se começou a se falar em cafés de origem e a destacar estas as regiões produtoras

que ganharam notoriedade nos concursos, como o Cerrado que iniciou sua produção com a migração dos produtores vindos do Paraná.

E foi neste contexto que alguns produtores se uniram para criar a Associação dos produtores de Café da Alta Mogiana com o objetivo de resgatar o nome Alta Mogiana e o devido reconhecimento do café da região pelas suas características e em 2007 foi protocolado o pedido de registro de Identificação Geográfica. Assim, alguns pioneiros tiveram um papel fundamental para a formalização junto ao INPI.

2.1. ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS NO PROCESSO DE REGISTRO E CONTINUIDADE

A atual gestora da AMSC, destaca que quando iniciou seu trabalho na IG da Alta Mogiana encontrou uma Alta Mogiana dos pioneiros, uma do produtor, uma para quem vem de fora e uma para quem compra esse café, ou seja, há na região uma dificuldade em estabelecer agremiações e trabalho coletivo, diferente de outras regiões, devido ao seu contexto histórico, cultura, que como menciona os pioneiros são "herdeiros" na produção já estabelecida na região desde final século XIX.

Portanto a AMSC trabalha no sentido de identificar o que há de comum a todos os atores e assim criar um *storytelling* da IG, ressaltando as características do café da região como a doçura, sustentabilidade, consistência e qualidade. Não pretende ser o melhor café, mas divulgar que produz um bom café.

Para isso, a AMSC quer fortalecer as origens se unindo a outras IGs, contando a história do café e dos produtores, levando esta informação ao consumidor para despertar o interesse dele em conhecer as regiões produtoras. Especificamente na Alta Mogiana esta história precisa ser melhor contada, divulgada, como por exemplo o trabalho com a produção sustentável, regenerativa que é feito desde da década de 1980 não é reconhecido, sendo que o café do Cerrado bem mais recente é muito mais conhecido.

Este fato pode ser decorrente da coesão, do engajamento dos atores do território, diferente da Alta Mogiana como já mencionado, onde apesar do trabalho dos pioneiros na criação da AMSC, outros atores da cadeia produtiva atuam de forma individual, o que revela um desafio na região, que objetiva trabalhar o crescimento do território numa perspectiva institucional, o que não é uma unanimidade na região.

Neste sentido é ressaltado a falta de Associativismo e a oposição enfrentada pelo grupo de pioneiros para registro da IG, pois a comprovação do café de qualidade e a consciência do produtor demanda um pagamento justo, o que implica na dinâmica de comercialização local.

Mas há uma ênfase no sentido de integrar, engajar mais produtores evidenciado nos números de Associados, cerca de 200 produtores, num universo de 5000 produtores, o que pode ser explicado no fato de que a IG, não foi um anseio da região, mas de um grupo e neste ponto é que o desafio se estabelece.

Portanto a AMSC hoje com 22 anos de existência e 13 anos de IG tem dois pilares, o de qualificar o produtor na origem e conectá-lo as oportunidades por meio de cursos, workshops, treinamentos, considerando a extensão do território que integra 23 municípios o que revela o enorme potencial de desenvolvimento que demanda um trabalho estratégico para o envolvimento dos atores da cadeia.

Isso porque a adaptação do produtor para uso do selo da AMSC requer uma adaptação no processo produtivo para comprovação do café especial e a relação custo-benefício é considerada. Neste sentido o suporte da Associação e demais instituições, assim como poder público é fundamental, sendo ainda um nicho de mercado para um consumidor específico.

Mas o reconhecimento, a notoriedade do território devido suas especificidades, mesmo sendo um nicho pode alavancar a economia, até mesmo potencializar o comércio daqueles que não são associados e podem ter uma demanda aumentada pelo produto desta origem por diversos motivos, o que demonstra que o ganho pode ser compartilhado para todos os atores, *"stakeholders"* envolvidos no processo, sendo um motivo para quebrar uma possível resistência.

Uma alternativa não só para região da Alta Mogiana, mas para outras IGs seria gerar demanda pelo selo da IG, ou seja, pelo consumidor, mas necessitaria de grande investimento em Marketing, mas no caso dos cafés, essa questão pode ser trabalhada pelas torrefações e cafeterias, atores da cadeia produtiva do café e pela intensificação do turismo regional.

Há, portanto, um desafio de integração de diversos atores e a AMSC tem um papel fundamental, sendo um motor de inovação, composta por associados que são grandes produtores e desempenham papel importante no compartilhamento de tecnologias e nas boas práticas, atuando também no desenvolvimento de toda a cadeia, proporcionando a formação de degustadores que atestam a qualidade do café, impedindo que seja vendido como "bebida dura", de baixa qualidade, o que pode proporcionar a consolidação e constância da produção de cafés especiais e expansão no mercado, o que beneficia todo o território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o importante papel da AMSC, dos pioneiros no registro da IG da Alta Mogiana. A qualidade inata do café produzido na região foi reconhecida e adquire cada vez mais notoriedade, além de desenvolver outros elos da cadeia como torrefações, cafeterias e profissões como degustadores, baristas e o turismo rural.

A região possui um grande volume de produção, com 5000 produtores produzindo 4.000.000 de sacas, sendo que há diferença entre café verde e o torrado, tendo públicos diferentes, o que não significa que todo o território pode-se beneficiar do reconhecimento como Indicação Geográfica, como por exemplo aumento da demanda de uma forma geral.

No caso do café especial, o desafio da IG é incentivar o produtor a produzi-lo seguindo o caderno de especificações técnicas e assim atender um público diferenciado e consequentemente obter maior valor agregado, pois produzir o café beneficiá-lo e vendê-lo como café verde pode ser mais simples para o produtor.

Assim torna-se evidente a necessidade do suporte tanto na produção quanto na comercialização e um trabalho institucional contínuo promovendo o território, o que necessita da integração com outros atores da cadeia, como sindicatos, poder público, cooperativas.

A visão de um território como um bem comum necessita ser absorvida por todos os atores, *stakeholders,* para que a região se fortaleça e consiga expandir ainda mais sua notoriedade e os ganhos para todos os atores da cadeia produtiva, assim como para toda a sociedade local, mas que não deixa de ser um trabalho complexo, devido a amplitude territorial e os diferentes interesses de todos os elos da cadeia produtiva.

E é neste ponto que a academia, a teoria pode contribuir, trazendo elementos para entender, explicar a dinâmica e demonstrar meios, caminhos possíveis para dirimir conflitos de interesses e promover o desenvolvimento. Desta forma o que se observou na IG da Alta Mogiana corrobora com os estudos sobre engajamento das partes interessadas, "*stakeholders*" de Kujala *et. al.,* sendo identificado na região os componentes descritos moral, estratégico e pragmático.

O que significa que na região quando o objetivo dos pioneiros era resgatar o nome Alta Mogiana, não só de um município, mas de todo o território e de todos os atores da cadeia, revela o componente moral e todo o trabalho a partir de então revela o componente estratégico e pragmático, mas que demonstra que o trabalho necessita ser continuado de forma pragmática com intuito do envolvimento de todas as partes interessadas e o atendimento às necessidades de cada parte, conforme a afirmação de Freeman (2010).

Assim a partir desta perspectiva teórica, entende-se que o engajamento se dá com envolvimento das partes interessadas, portanto uma estratégia seria descobrir formas, meios que despertasse o interesse das diversas partes, e tendo as necessidades atendidas considerando os diferentes interesses, haveria percepção de valor e os ganhos seriam compartilhados por todos no território, sendo assim visto como um trabalho institucional com benefícios comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freeman, R. E. (2010). Strategic management: A stakeholder approach. Cambridge University Press.

Kujala, J., Sachs, S., Leinonen, H., Heikkinen, A., & Laude, D. (2022). Stakeholder engagement: Past, present, and future. Business & Society, 61(5), 1136-1196.

CAPÍTULO 2

USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO ALTA MOGIANA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATUAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0007-6011-8253
http://lattes.cnpq.br/1333615554037277

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-2600-7169
http://lattes.cnpq.br/6995118783898309

Carlos Eduardo de Freitas Vian
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-8212-9112
http://lattes.cnpq.br/2270043064790884

RESUMO: O objetivo deste texto é discorrer sobre o uso e ocupação da região da Alta Mogiana, seu desenvolvimento territorial, envolvendo as Indicações Geográficas e a atividade turística nascente. O texto abraça, para seu desenvolvimento, uma abordagem qualitativa privilegiando a análise dos processos da formação do território em pauta, detectando seus arranjos sociais e especiais dos grupos que o construíram. Os resultados esperados voltam-se para compreensão da realidade dos municípios da Alta Mogiana, seus conflitos, iniciativas como as Indicações Geográficas, turismo e uma visão moderna voltada para a exportação e sustentabilidade região da Alta Mogiana, situada no nordeste do estado de São Paulo, tem essa denominação devido a existência da estrada de ferro de mesmo nome e também por estar localizada na bacia do rio Mogi-Guaçu que significa "rio das cobras grandes" do tupi-guarani. Destacando aqui o município de Franca, localizado na Alta Mogiana, ressalta-se que foi inicialmente pouso para viajantes que por ali passavam em direção aos sertões a procurar ouro e pedras preciosas. Este território foi habitado por índios Caiapós. As aldeias foram construídas às margens dos rios Pardo e Sapucaí, na área de Batatais, local de lavoura de batatas (PALERMO, 1980). A área compreende os municípios de Franca, Batatais, Pedregulho, Altinópolis, entre outros, localizada em um planalto com altitudes elevadas e relevo ondulado, propício ao plantio de café.

PALAVRAS-CHAVE: formação territorial; cafeicultura; Indicação Geográfica; turismo rural; Alta Mogiana.

LAND USE AND OCCUPATION IN THE ALTA MOGIANA REGION: CURRENT TERRITORIAL DEVELOPMENT, GEOGRAPHICAL INDICATION, AND TOURISM

ABSTRACT: This article aims to discuss land use and occupation in the Alta Mogiana region and its territorial development, with particular emphasis on Geographical Indications and the emerging tourism sector. The study adopts a qualitative approach, focusing on the processes involved in the formation of the territory and identifying the social and spatial arrangements established by the groups that contributed to its development. The expected results are related to a better understanding of the realities of the municipalities comprising Alta Mogiana, their conflicts, and initiatives involving Geographical Indications and tourism, as well as the emergence of a modern perspective focused on exports and regional sustainability. Located in the northeastern portion of the state of São Paulo, the Alta Mogiana region derives its name from the former railway of the same name and from its location within the Mogi-Guaçu River basin. The name Mogi-Guaçu originates from the Tupi-Guarani language and means “river of the large snakes.” Particular attention is given to the municipality of Franca, located in Alta Mogiana, which initially served as a stopping point for travelers heading toward the hinterlands in search of gold and precious stones. This territory was inhabited by the Caiapó Indigenous people, whose villages were established along the banks of the Pardo and Sapucaí rivers, in the area now corresponding to Batatais, a place historically associated with potato cultivation (PALERMO, 1980). The region encompasses the municipalities of Franca, Batatais, Pedregulho, Altinópolis, among others, and is situated on a high-altitude plateau characterized by undulating terrain that is particularly suitable for coffee cultivation.
KEYWORDS: territorial formation; coffee farming; Geographical Indication; rural tourism; Alta Mogiana.

1. INTRODUÇÃO

A região da Alta Mogiana, situada no nordeste do estado de São Paulo, apresenta uma formação territorial diretamente relacionada à expansão da cafeicultura, à imigração, à implantação da infraestrutura ferroviária e ao desenvolvimento de núcleos urbanos. Embora o café tenha ocupado posição central na economia regional, a presença dos imigrantes também esteve associada a atividades de abastecimento, subsistência, comércio e diversificação profissional, o que demonstra a complexidade econômica e social da região (Calsani, 2010, p. 12-14).

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro desempenhou papel relevante nesse processo, pois seus trilhos alcançaram localidades predominantemente rurais e contribuíram para o desenvolvimento de cidades e centros produtores de café, entre os quais Campinas, Ribeirão Preto, Franca e Uberaba. A atuação da ferrovia transformou aspectos econômicos e culturais dessas localidades, contribuindo, inclusive, para sua identificação como Média e Alta Mogiana (Rocha; Kühl, 2026, p. 2).

Nas últimas décadas, essa trajetória histórica passou a ser reinterpretada por meio de iniciativas voltadas à valorização da procedência e da qualidade do café. A Indicação Geográfica da Região da Alta Mogiana foi instituída em um contexto marcado pela antiga relação do território com a cafeicultura e pelo crescimento da demanda dos consumidores por cafés especiais. Entretanto, sua consolidação depende da organização coletiva, da definição adequada das regras de utilização e da participação dos diferentes grupos de produtores (Cardoso, 2022, p. 71-72).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o uso e a ocupação da região da Alta Mogiana, relacionando seu processo de formação histórica às estratégias contemporâneas de desenvolvimento territorial, com ênfase nas Indicações Geográficas e na atividade turística. Busca-se compreender como a cafeicultura, a ferrovia, a imigração e as iniciativas recentes de valorização da origem contribuíram para a organização e a ressignificação do território regional.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza analítica e interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Inicialmente, examina-se a evolução histórico-territorial do município de Franca e sua inserção na Alta Mogiana. Em seguida, são abordados os ciclos econômicos regionais, as Indicações Geográficas e o turismo como possíveis instrumentos de valorização territorial e diversificação econômica.

2. HISTÓRICO DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA

A formação histórica de Franca e da Alta Mogiana antecede a especialização cafeeira e a integração ferroviária que, posteriormente, conferiram maior projeção econômica à região. Durante o século XIX, o nordeste paulista apresentava uma economia diversificada, composta pela pecuária e seus derivados, pelo comércio de sal, pela agricultura destinada à subsistência e aos mercados regionais, por engenhos de açúcar e aguardente, pela tecelagem, pelo garimpo, por atividades artesanais e pelas primeiras plantações de café (CALSANI, 2010, p. 55).

Nesse contexto, a posição de Franca nas rotas terrestres que conduziam aos sertões de Goiás favoreceu sua formação como posto de monta e ponto de apoio aos tropeiros que transportavam sal e outros mantimentos. Essa função de passagem contribuiu para o desenvolvimento de atividades comerciais, artesanais e de prestação de serviços, criando condições para a consolidação gradual do município como centro regional de circulação e abastecimento (SOUZA; BARBOSA; BRUSADIN, 2009, p. 3).

Antes que o café se tornasse a principal atividade econômica, a região já apresentava formas diversificadas de uso e ocupação do território. A agricultura de

subsistência, a criação de animais, a produção de açúcar e aguardente, o comércio e as atividades artesanais integravam uma economia voltada tanto ao consumo local quanto ao abastecimento de outros mercados. A pecuária, em particular, exerceu papel relevante na economia do nordeste paulista, estimulando o surgimento de atividades complementares (CALSANI, 2010, p. 55).

Ao longo do século XIX, contudo, a expansão da fronteira agrícola paulista promoveu uma profunda reconfiguração territorial. A cafeicultura passou progressivamente a ocupar posição central na economia da Alta Mogiana, sem eliminar completamente a policultura, a pequena produção e as atividades de abastecimento. Além do café, produtos como milho, feijão, açúcar, uva e aguardente mantiveram relevância econômica, demonstrando a existência de uma produção mercantil paralela à atividade cafeeira (CALSANI, 2010, p. 53-55).

A expansão da produção cafeeira também esteve relacionada à chegada de trabalhadores imigrantes, especialmente italianos. Embora muitos tenham sido direcionados às fazendas de café, sua atuação não se restringiu aos cafezais. Os imigrantes participaram de atividades de subsistência, abastecimento interno, comércio, serviços urbanos e produção artesanal, contribuindo para a diversificação econômica e social da Alta Mogiana (CALSANI, 2010, p. 12-14).

A implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro representou outro momento decisivo desse processo. A ferrovia alcançou localidades predominantemente rurais, favoreceu o desenvolvimento de cidades e colocou em evidência importantes centros produtores de café, como Campinas, Ribeirão Preto, Franca e Uberaba. Sua atuação transformou a economia e a cultura das regiões atendidas, contribuindo para que fossem identificadas como Média e Alta Mogiana (MATOS, 1974, p. 91, 114 apud ROCHA; KÜHL, 2026, p. 2).

Ao articular fazendas, núcleos urbanos e centros comerciais, a Estrada de Ferro Mogiana ampliou as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Dessa forma, a Alta Mogiana consolidou-se não apenas como espaço agrícola, mas como território integrado por redes ferroviárias, relações comerciais e centros urbanos progressivamente mais complexos.

Em Franca, as atividades vinculadas às antigas rotas de circulação, ao artesanato e ao trabalho com o couro também contribuíram para o posterior desenvolvimento da indústria calçadista. A produção de calçados evoluiu gradualmente da fase artesanal para a manufatureira e, posteriormente, para a organização industrial. No início do século XX, surgiram empresas voltadas à fabricação de sapatos e outros produtos de couro,

embora grande parte dos empreendimentos tenha se originado de pequenas oficinas e acumulado capital de maneira lenta (SOUZA; BARBOSA; BRUSADIN, 2009, p. 3-4).

Desse modo, a evolução histórico-territorial de Franca deve ser compreendida como parte de um processo regional constituído por sucessivas transformações econômicas e sociais. Das rotas dos tropeiros e da economia diversificada de abastecimento à expansão cafeeira, à imigração, à integração ferroviária e à industrialização calçadista, diferentes agentes e atividades contribuíram para a produção social do território. Essa trajetória explica a consolidação de Franca como centro regional e a densidade histórica, econômica e cultural que ainda orienta as formas contemporâneas de identidade e valorização da Alta Mogiana.

3. CICLOS ECONÔMICOS: CAFÉ, IMIGRAÇÃO, FERROVIA, INDUSTRIALIZAÇÃO, AGROINDÚSTRIA E DIVERSIFICAÇÃO

A Alta Mogiana consolidou-se historicamente a partir de ciclos econômicos que transformaram profundamente o uso da terra, a estrutura social, a configuração urbana e a inserção da região em mercados mais amplos. Esses ciclos não devem ser compreendidos como fases estanques e absolutamente separadas, mas como processos interligados, muitas vezes sobrepostos, que produziram novas combinações territoriais ao longo do tempo.

O café foi, sem dúvida, o principal motor dessa transformação. A combinação entre altitude, relevo ondulado, clima e solos favoráveis criou condições ideais para o avanço da cafeicultura, que passou a definir a economia regional a partir do século XIX. A produção cafeeira reorganizou a posse da terra, estimulou investimentos, fortaleceu a concentração fundiária e promoveu a inserção da região em circuitos de exportação. O café não apenas gerou riqueza; ele redefiniu a paisagem, moldou relações sociais e atribuiu à Alta Mogiana uma identidade econômica duradoura.

Associada à expansão do café, a imigração foi elemento central na reorganização da força de trabalho e na constituição social da região, sobretudo no período de transição do trabalho escravizado para novas formas de contratação e colonato (CALSANI, 2010). Com o declínio do trabalho escravizado, a incorporação de imigrantes, sobretudo italianos, tornou-se decisiva para a manutenção e a expansão da produção. Esses grupos desempenharam papéis múltiplos, atuando na lavoura, no abastecimento interno, no pequeno comércio e em atividades urbanas e rurais diversificadas. Sua presença alterou padrões culturais, práticas de trabalho e formas de sociabilidade, deixando marcas profundas no território da Alta Mogiana.

A ferrovia consolidou a região como espaço econômico estratégico. A Estrada de Ferro Mogiana reduziu custos de transporte, encurtou distâncias, ampliou a circulação de mercadorias e permitiu maior integração aos mercados consumidores e exportadores. Ao redor dos trilhos e estações, cidades e vilas se fortaleceram, novos serviços se instalaram e a hierarquia regional se reorganizou. A ferrovia não foi apenas meio técnico de transporte; ela funcionou como instrumento de produção territorial e de modernização econômica.

Em momento posterior, a industrialização acrescentou nova dimensão ao desenvolvimento da Alta Mogiana, tendo Franca como um de seus casos mais expressivos. A gênese da indústria calçadista francana relaciona-se à antiga atividade pecuária e à posição do município nas rotas percorridas por tropeiros, circunstâncias que favoreceram a disponibilidade de couro e o desenvolvimento de ofícios ligados à fabricação e ao reparo de arreios, selas, botas e outros artefatos (SILVA, 2023, p. 100).

Inicialmente, a produção era realizada de forma artesanal por sapateiros e seleiros, passando gradualmente à organização manufatureira e, posteriormente, à industrial. Nas primeiras décadas do século XX, começaram a surgir empresas mais estruturadas para a fabricação de calçados, embora permanecessem numerosas pequenas oficinas e formas artesanais de trabalho (SOUZA; BARBOSA; BRUSADIN, 2009, p. 3-4).

A consolidação das fábricas de calçados estimulou o desenvolvimento de setores correlatos, como curtumes, indústrias de solados, saltos e componentes, fornecedores de máquinas e equipamentos, oficinas de manutenção, estabelecimentos comerciais e serviços técnicos especializados. Formou-se, assim, uma cadeia produtiva capaz de articular diferentes empresas e atividades em torno da fabricação de calçados de couro (FOLLIS, 2007, p. 88-90).

A expansão desse complexo industrial, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, ampliou a produção destinada aos mercados interno e externo, gerou empregos e atraiu trabalhadores para o município, acelerando seu processo de urbanização e reforçando a centralidade econômica de Franca na região (SOUZA; BARBOSA; BRUSADIN, 2009, p. 4-5).

Assim, o desenvolvimento industrial de Franca não ocorreu de forma dissociada das atividades anteriormente existentes. Ele resultou da transformação dos conhecimentos artesanais relacionados ao couro, da formação progressiva de empresas especializadas e da constituição de uma rede de fornecedores, serviços e instituições vinculadas à produção calçadista. Esse processo diversificou a economia municipal e ampliou suas conexões comerciais regionais, nacionais e internacionais.

A agroindústria e a diversificação produtiva representam etapas mais recentes desse percurso. Sem abandonar a centralidade simbólica do café, a região passou a incorporar novas formas de beneficiamento, inovação tecnológica, qualificação produtiva e estratégias de diferenciação. A produção agrícola deixa de ser vista somente em termos de quantidade e passa a ser valorizada também por critérios de qualidade, rastreabilidade, sustentabilidade e reputação territorial. Esse deslocamento é particularmente importante no contexto atual, em que mercados especializados valorizam produtos com origem reconhecida e identidade definida.

Desse modo, os ciclos econômicos da Alta Mogiana revelam um território em permanente reorganização. Da expansão cafeeira à industrialização, da imigração à valorização contemporânea da qualidade e da origem, a região foi progressivamente convertendo suas bases históricas em novas possibilidades de inserção econômica. Essa trajetória cria as condições para compreender a emergência das Indicações Geográficas e do turismo como estratégias contemporâneas de desenvolvimento territorial.

4. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CAFÉ, IDENTIDADE TERRITORIAL E DIFERENCIAÇÃO

No contexto contemporâneo, a Alta Mogiana vem consolidando sua imagem como território de produção qualificada, especialmente no segmento cafeeiro, em diálogo com a valorização dos cafés especiais, da rastreabilidade e da origem reconhecida (SOUZA, 2024). Essa transformação se relaciona diretamente com o fortalecimento das Indicações Geográficas, que operam como instrumentos de reconhecimento da origem e de agregação de valor econômico aos produtos vinculados a determinado espaço. Mais do que um selo distintivo, a IG representa um mecanismo de articulação entre território, reputação, qualidade e governança.

No caso da Alta Mogiana, a Indicação Geográfica do café expressa a tentativa de converter uma trajetória histórica de produção em vantagem competitiva contemporânea. O café produzido na região deixa de ser percebido apenas como item agrícola padronizado e passa a ser valorizado por atributos associados à procedência, ao terroir, às condições naturais, ao conhecimento acumulado e à reputação construída ao longo do tempo. O território, nesse processo, converte-se em ativo econômico e simbólico.

Essa valorização não ocorre automaticamente, pois a efetividade de uma Indicação Geográfica depende de governança, tradução institucional de regras, mecanismos de controle e participação dos produtores (CARDOSO, 2022). A consolidação de uma IG depende de organização coletiva, definição de critérios, delimitação territorial, padronização de atributos e construção institucional. Assim, a origem reconhecida não

é apenas um dado natural, mas resultado de processos sociais e políticos nos quais diferentes agentes disputam legitimidade, participação e benefícios. As regras que definem quem pertence ao território certificado, quais padrões devem ser atendidos e como o produto será promovido refletem escolhas e relações de poder que influenciam o desenvolvimento regional.

A IG também se articula à ascensão do mercado de cafés especiais, segmento no qual qualidade, experiência sensorial, reputação territorial, sustentabilidade e acesso a mercados diferenciados passam a influenciar a rentabilidade dos produtores (SOUZA, 2024). Em nichos mais exigentes, consumidores valorizam cada vez mais a história do produto, a singularidade da região, a rastreabilidade e a sustentabilidade das práticas produtivas. Nesse cenário, a Alta Mogiana fortalece sua inserção em cadeias econômicas mais sofisticadas e amplia seu potencial de exportação. A reputação territorial torna-se, assim, componente estratégico da competitividade regional.

Além da dimensão econômica, a Indicação Geográfica reforça a identidade territorial. Ao vincular produto e lugar, ela contribui para consolidar narrativas coletivas sobre a região, sua tradição produtiva, sua qualidade e sua singularidade. Isso não elimina conflitos internos nem desigualdades entre produtores, mas amplia a visibilidade da Alta Mogiana como território dotado de especificidade reconhecida.

Desse modo, a IG do café pode ser entendida como expressão de uma nova etapa do desenvolvimento territorial regional. Ela traduz o movimento pelo qual a região atualiza seu passado cafeeiro e o transforma em recurso contemporâneo, articulando tradição, mercado, exportação e sustentabilidade. Trata-se de um processo que revaloriza a origem sem reduzi-la a mera memória, convertendo-a em estratégia econômica e política para o presente.

5. TURISMO E SEU PAPEL COMO ATIVIDADE INTEGRADORA

O turismo emerge na Alta Mogiana como atividade ainda em consolidação, mas com significativo potencial de integração territorial, sobretudo quando articulado a planejamento regional, governança pública e privada e valorização de recursos culturais e produtivos (BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2017). Sua relevância decorre da capacidade de articular diferentes ativos regionais, como paisagem, patrimônio histórico, cultura cafeeira, memória ferroviária, gastronomia, produção local e eventos. Em regiões cuja identidade foi historicamente moldada por ciclos produtivos e por formas específicas de ocupação do espaço, o turismo pode atuar como vetor de diversificação econômica e de valorização da singularidade territorial.

Na Alta Mogiana, esse potencial está fortemente associado ao café. A valorização crescente dos cafés especiais, da origem e da experiência de consumo abre espaço para formas de turismo que aproximam o visitante dos processos produtivos, das fazendas, da cultura regional e das narrativas históricas associadas ao território. O turismo do café pode fortalecer a imagem regional, ampliar a circulação de renda local e contribuir para a formação de circuitos integrados entre produção, hospitalidade, cultura e comércio.

Outro eixo importante é a memória ferroviária. A antiga Estrada de Ferro Mogiana permanece como referência identitária da região, tanto no plano histórico quanto no imaginário social. Estações, traçados, edificações e narrativas vinculadas à ferrovia podem ser reinterpretados como patrimônio cultural e integrados a projetos turísticos que articulem educação patrimonial, preservação e desenvolvimento regional. Ao resgatar a importância da ferrovia na formação da Alta Mogiana, o turismo contribui para reforçar a compreensão histórica do território.

Além disso, a região dispõe de outros elementos relevantes para a consolidação da atividade turística, como paisagens naturais, tradições locais, gastronomia, eventos e experiências ligadas ao meio rural. Municípios como Franca, Batatais, Pedregulho e Altinópolis apresentam potencial para a construção de roteiros e estratégias de promoção que valorizem as especificidades locais sem perder a coerência regional.

Entretanto, o turismo não se desenvolve espontaneamente; sua consolidação demanda articulação regional, plano diretor, mapeamento de infraestrutura, participação pública e privada e protagonismo dos atores locais (BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2017). Sua consolidação exige planejamento, infraestrutura, cooperação entre atores públicos e privados, qualificação de serviços, preservação do patrimônio e definição de estratégias de promoção. Sem essas condições, o potencial turístico tende a permanecer disperso ou a gerar resultados limitados. Por isso, o turismo deve ser pensado como política territorial integrada, e não apenas como atividade acessória.

Quando associado às Indicações Geográficas, à cultura cafeeira e ao patrimônio regional, o turismo amplia as possibilidades de desenvolvimento da Alta Mogiana. Ele permite que a região seja reconhecida não apenas por aquilo que produz, mas também pela experiência territorial que oferece. Nesse sentido, sua função integradora reside precisamente na capacidade de conectar economia, cultura, memória e sustentabilidade em uma mesma estratégia regional.

6. COCAPEC, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ALTA MOGIANA

A compreensão do desenvolvimento territorial contemporâneo da Alta Mogiana exige atenção às instituições que organizam a produção, aproximam produtores de mercados e traduzem demandas econômicas, técnicas e socioambientais em práticas coletivas. Nesse ponto, a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas – Cocapec – ocupa posição estratégica. Sua trajetória permite observar como o cooperativismo cafeeiro atua não apenas como mecanismo de comercialização, mas como forma de governança territorial, suporte técnico, representação política, difusão tecnológica e construção de identidade regional.

A Cocapec completou 40 anos em 2025, marco que permite situar sua origem em 1985 e relacionar sua formação ao contexto de organização coletiva dos cafeicultores da região. A própria revista institucional da cooperativa registra a primeira diretoria em 1985 e a formação da diretoria executiva em 2025, evidenciando a continuidade institucional e a passagem de diferentes ciclos de gestão (COCAPEC, 2025). Ao longo desse período, a cooperativa se expandiu estruturalmente com abertura de unidades, acompanhando a presença da cafeicultura em diferentes localidades e procurando "chegar onde a cafeicultura chamava", conforme registrado pela própria instituição (COCAPEC, 2025).

Essa expansão não deve ser compreendida somente como crescimento empresarial. Ela indica a territorialização de uma rede de serviços, assistência e comercialização que se distribui pela Alta Mogiana paulista e mineira. A Cocapec mantém matriz em Franca e núcleos em Capetinga, Claraval, Cristais Paulista, Ibiraci, Itamogi, Pedregulho e São Tomás de Aquino, o que demonstra sua atuação regional e sua capacidade de articular produtores situados em municípios distintos, mas vinculados por uma mesma base produtiva e cultural: a cafeicultura (COCAPEC, 2025). A presença nesses núcleos reforça a ideia de que a Alta Mogiana não se explica apenas por limites administrativos, mas por circuitos econômicos, relações de cooperação e fluxos produtivos que atravessam a divisa entre São Paulo e Minas Gerais.

A escala alcançada pela cooperativa confirma seu papel econômico. Segundo a edição comemorativa de maio/junho de 2025, sua área de atuação compreende aproximadamente 100 mil hectares, distribuídos em 17 municípios, com produção média de 1.280.000 sacas. O número de cooperados também cresceu substancialmente: no primeiro ano, eram aproximadamente 300; quatro décadas depois, são mais de três mil famílias cooperadas (COCAPEC, 2025). Esses dados revelam a transformação da cooperativa em agente coletivo de grande relevância para a organização regional

da cafeicultura, pois sua atuação envolve famílias, propriedades, trabalhadores, transportadores, compradores, fornecedores e instituições financeiras.

No plano produtivo, a Cocapec contribui para transformar a produção cafeeira em processo mais qualificado, rastreável e orientado ao mercado. A revista institucional descreve que cada saca recebida passa por sistema organizado de recepção, medição, triagem, armazenagem em big bags com identificação eletrônica, coleta de amostras e classificação, conectando o produtor a mercados importantes e buscando garantir rentabilidade (COCAPEC, 2025). Essa estrutura indica que a cooperativa atua como intermediária entre a propriedade rural e os mercados mais exigentes, convertendo práticas dispersas em procedimentos padronizados de qualidade, logística e comercialização.

Essa mediação é particularmente relevante no contexto dos cafés especiais. A inserção dos produtores da Alta Mogiana em cadeias globais de cafés diferenciados depende de qualidade, gestão, logística, certificações, concursos, sustentabilidade e capacidade de acessar compradores que valorizam origem e atributos sensoriais (SOUZA, 2024). A Cocapec, ao organizar armazenamento, classificação, eventos técnicos, concursos de qualidade e acesso a canais de comercialização, atua como infraestrutura institucional que amplia as condições de competitividade do produtor. Portanto, sua importância não se limita ao repasse de serviços: ela participa da própria construção social e mercadológica da reputação regional.

O cooperativismo também possui função de proteção econômica. Em 2025, a Cocapec informou que, por operação técnica junto aos órgãos estaduais de Minas Gerais, conseguiu recuperar créditos de ICMS referentes a vendas de café realizadas entre agosto e dezembro de 2024, monetizando R$ 2,2 milhões e convertendo esse valor em créditos exclusivos para cooperados mineiros utilizarem nas lojas da cooperativa (COCAPEC, 2025). A informação é importante porque demonstra a capacidade institucional de transformar uma complexidade tributária em benefício concreto ao quadro social. Em termos territoriais, esse tipo de ação fortalece a permanência do produtor na atividade e reforça a função da cooperativa como mediadora de recursos, direitos e oportunidades.

A dimensão econômica aparece ainda nos resultados financeiros recentes. Na Assembleia Geral Ordinária de 2025, a Cocapec informou faturamento líquido de R$ 2.116.482.967,00, resultado operacional de R$ 54.354.819,00 e distribuição direta de sobras aos cooperados superior a R$ 18 milhões, somando valores deliberados em AGO e resultados já destinados (COCAPEC, 2025). Embora esses números precisem ser lidos como dados institucionais, eles indicam que a cooperativa atingiu escala relevante no agronegócio brasileiro e que sua operação impacta diretamente a renda regional, a

capacidade de investimento dos cooperados e o dinamismo econômico de Franca e dos municípios vizinhos.

A importância da Cocapec também se expressa na representação política e setorial. A revista comemorativa informa sua presença em entidades como Conselho Nacional do Café, Conab e Organização das Cooperativas Brasileiras, além da intercooperação com o Sicoob Credicocapec, criado para apoiar economicamente cafeicultores e viabilizar investimentos (COCAPEC, 2025). Essa dimensão confirma que o cooperativismo atua como ponte entre o produtor e arenas institucionais mais amplas. Em um mercado sujeito a volatilidade de preços, exigências socioambientais, variações cambiais e padrões internacionais de compra, a representação coletiva amplia a capacidade de defesa dos interesses regionais.

No campo social, a atuação da Cocapec revela aderência ao sétimo princípio do cooperativismo, relativo ao interesse pela comunidade. Em 2025, a cooperativa oficializou a entrega de R$ 248 mil à APAE Franca, valor arrecadado no leilão beneficente do Concurso de Qualidade Senhor Café; a ação decorreu da venda de seis lotes campeões, que juntos alcançaram R$ 496 mil (COCAPEC, 2025). O episódio mostra que a valorização dos cafés especiais pode ultrapassar a esfera estritamente mercantil e produzir efeitos sociais locais, conectando qualidade produtiva, reconhecimento do produtor, solidariedade e fortalecimento de instituições regionais.

A dimensão educativa também merece destaque. A Cocapec tem apoiado iniciativas de aproximação entre jovens, educadores e a realidade produtiva do agronegócio, em parceria com a ABAG-RP, reafirmando o papel educador do cooperativismo e o compromisso com a formação de novos profissionais (COCAPEC, 2025). Essa frente dialoga com o desafio da sucessão rural, tema sensível em regiões agrícolas marcadas pela presença de famílias produtoras. Ao criar espaços de formação, visitas, eventos e comitês, a cooperativa contribui para que a cafeicultura seja percebida não apenas como herança familiar, mas como atividade tecnicamente complexa, inovadora e capaz de dialogar com as novas gerações.

A sustentabilidade aparece como outro eixo de atualização institucional. A Cocapec informa ter avançado na implantação de usinas fotovoltaicas próprias em sete localidades estratégicas: Cristais Paulista, Pedregulho, Ibiraci, Franca, Claraval, São Tomás de Aquino e Capetinga, com o objetivo de reduzir custos, ampliar autonomia energética e reforçar compromisso ambiental. A mesma edição destaca o Projeto Raízes, relacionado ao reflorestamento regional e à compensação de emissões do Simcafé 2025 (COCAPEC, 2025). Essas ações indicam que a cooperativa procura responder a um contexto em que

mercados internacionais, consumidores e políticas públicas exigem maior atenção à responsabilidade ambiental e à baixa emissão de carbono.

Do ponto de vista da Indicação Geográfica, a Cocapec pode ser interpretada como uma meso-instituição relevante. Cardoso (2022) demonstra que, nas IGs de café, a participação dos agricultores familiares e de pequenos produtores depende da forma como as regras são traduzidas, implementadas, monitoradas e comunicadas. A autora também aponta que a falta de informação sobre IG e o reconhecimento de mercado podem afetar a adoção desses signos distintivos pelos produtores. Nesse contexto, cooperativas como a Cocapec tendem a desempenhar papel decisivo ao difundir conhecimento técnico, organizar padrões de qualidade, aproximar produtores de mercados e reduzir assimetrias de informação.

Essa leitura permite compreender a Cocapec como agente que articula tradição e futuro. Sua história está vinculada à consolidação da cafeicultura regional, mas sua atuação recente mostra preocupação com rastreabilidade, segurança na safra, transporte, inovação, crédito, formação, sustentabilidade, energia renovável e inserção internacional. Ao mesmo tempo, seus concursos, marcas, eventos e ações sociais contribuem para narrar a Alta Mogiana como território de café de qualidade, trabalho familiar, cooperação e responsabilidade coletiva. A cooperativa, portanto, não é apenas consequência do território cafeeiro; ela também ajuda a produzir e renovar esse território.

Por essa razão, a história da Cocapec deve ser incorporada à análise do desenvolvimento territorial da Alta Mogiana. Se a ferrovia organizou a circulação no ciclo de expansão cafeeira e se a imigração redefiniu a composição social do trabalho, o cooperativismo contemporâneo cumpre função equivalente na etapa atual: organiza a produção, estrutura serviços, amplia a escala comercial, melhora a capacidade de negociação, reforça vínculos comunitários e traduz exigências globais em práticas locais. Assim, a Cocapec expressa uma forma contemporânea de territorialização da cafeicultura, na qual origem, qualidade, governança, sustentabilidade e cooperação se tornam dimensões inseparáveis.

7. RESULTADOS

A análise do uso e da ocupação da Alta Mogiana demonstra que a região foi historicamente moldada por processos econômicos, sociais e espaciais que não podem ser compreendidos de forma fragmentada. A presença indígena, a circulação de tropeiros, a função de pouso exercida por Franca, a expansão da cafeicultura, a imigração, a ferrovia, a industrialização regional, as Indicações Geográficas, o turismo e

o cooperativismo compõem um conjunto articulado de transformações que produziram a identidade territorial da região (ROCHA; KÜHL, 2026).

Um dos aspectos mais relevantes observados é que o desenvolvimento territorial atual da Alta Mogiana não rompe com sua trajetória histórica, mas a ressignifica. O passado cafeeiro e ferroviário, longe de permanecer como herança inerte, converte-se em base para novas estratégias econômicas e simbólicas. A região passa a mobilizar sua história, suas condições naturais, sua reputação produtiva e suas instituições coletivas como ativos capazes de sustentar diferenciação, exportação, reconhecimento mercadológico e visibilidade territorial (SOUZA, 2024).

As Indicações Geográficas revelam essa reinterpretação com clareza. Elas expressam uma lógica de desenvolvimento em que a origem passa a ter valor econômico e político. Ao mesmo tempo, evidenciam que a valorização territorial depende de governança, coordenação institucional e mediação entre interesses distintos. O território reconhecido não é dado apenas pela natureza ou pela tradição, mas pela capacidade de transformar atributos locais em linguagem coletiva legitimada por instituições, associações, cooperativas e demais organizações intermediárias (CARDOSO, 2022).

O turismo, por sua vez, amplia esse movimento ao atribuir centralidade à experiência do território. Ele conecta produção, memória, paisagem, cultura e patrimônio, permitindo que a Alta Mogiana seja percebida não apenas como espaço de produção agrícola, mas como território dotado de densidade histórica e singularidade cultural. Entretanto, essa potencialidade exige planejamento regional, infraestrutura, articulação público-privada e inclusão dos atores locais, conforme apontam Branquinho e Machado Neto (2017) ao tratarem da prospecção de cenários para o setor turístico de Franca e região.

A Cocapec acrescenta uma dimensão institucional decisiva a esse quadro. Sua trajetória de 40 anos, sua escala regional, sua atuação em diferentes municípios, sua capacidade de organizar produção, qualidade, armazenagem, comercialização, crédito, assistência, educação, sustentabilidade e responsabilidade social demonstram que o cooperativismo deve ser lido como parte do próprio desenvolvimento territorial da Alta Mogiana (COCAPEC, 2025). A cooperativa funciona como ponte entre produtores locais e mercados nacionais e internacionais, entre exigências globais e práticas produtivas regionais, entre tradição cafeeira e inovação organizacional.

Outro ponto importante refere-se às contradições internas do desenvolvimento territorial. A valorização da origem e a diferenciação econômica podem gerar oportunidades relevantes, mas também tendem a reproduzir desigualdades caso não sejam acompanhadas de mecanismos de apoio, inclusão e distribuição mais equilibrada dos

benefícios. O desafio contemporâneo da Alta Mogiana consiste, portanto, em transformar seu capital histórico, simbólico e institucional em desenvolvimento regional consistente, capaz de articular competitividade, reconhecimento territorial, sustentabilidade ambiental e justiça social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a região da Alta Mogiana a partir de seu processo histórico de uso e ocupação, enfatizando as dinâmicas que estruturaram sua formação territorial e as estratégias contemporâneas que orientam seu desenvolvimento atual. A análise permitiu demonstrar que a região não pode ser reduzida a um espaço agrícola homogêneo, nem compreendida exclusivamente pela centralidade do café. Sua configuração resulta de longa trajetória histórica, marcada pela presença indígena, pela circulação de viajantes, pela formação de núcleos urbanos, pela expansão da cafeicultura, pela imigração, pela ferrovia, pela industrialização, pela diversificação econômica e, mais recentemente, pela valorização da origem, da qualidade e da sustentabilidade.

Ao longo desse percurso, a Alta Mogiana consolidou uma identidade fortemente associada à produção cafeeira e à integração promovida pela Estrada de Ferro Mogiana. No entanto, o momento atual revela que o território vem sendo reinterpretado por meio de novas estratégias de valorização, nas quais a origem, a reputação regional, a exportação, a governança, os cafés especiais e a sustentabilidade assumem papel central. As Indicações Geográficas representam, nesse sentido, importante mecanismo de diferenciação econômica e afirmação identitária, convertendo a trajetória histórica da região em ativo competitivo contemporâneo.

A análise da Cocapec reforçou essa interpretação. A cooperativa demonstra que o desenvolvimento territorial não depende apenas da existência de boas condições naturais ou de tradição produtiva. Ele requer instituições capazes de organizar interesses, reduzir assimetrias, prestar serviços, promover inovação, representar produtores, viabilizar comercialização e fortalecer vínculos comunitários. Ao completar 40 anos em 2025, com atuação regional ampliada, mais de três mil famílias cooperadas, presença em 17 municípios, investimentos em sustentabilidade, distribuição de sobras, apoio a ações sociais e atuação em mercados de cafés diferenciados, a Cocapec aparece como uma das principais expressões institucionais da cafeicultura da Alta Mogiana (COCAPEC, 2025).

Da mesma forma, o turismo aparece como atividade promissora, capaz de integrar patrimônio, cultura, paisagem, café, memória ferroviária e experiências rurais. Seu fortalecimento pode contribuir para diversificar a economia, ampliar a visibilidade da

região e consolidar formas mais integradas de desenvolvimento territorial. Contudo, tanto a IG quanto o turismo dependem de governança, planejamento, preservação patrimonial, cooperação institucional e inclusão dos diferentes agentes regionais.

Conclui-se, assim, que a Alta Mogiana vive processo de atualização de sua identidade territorial. Sem abandonar suas raízes históricas, a região busca novos caminhos de inserção econômica e simbólica, articulando tradição produtiva e exigências contemporâneas. Mais do que herdeira de um passado cafeeiro, afirma-se hoje como território em transformação, no qual memória, origem, cooperativismo, desenvolvimento e sustentabilidade se entrelaçam na construção de novas possibilidades regionais. Essa trajetória, porém, somente produzirá desenvolvimento consistente se a valorização econômica da origem vier acompanhada de participação social, inclusão dos pequenos produtores, preservação do patrimônio e fortalecimento das instituições coletivas que dão sentido ao território.

REFERÊNCIAS

BRANQUINHO, Rosana; MACHADO NETO, Alfredo José. Turbulências na Lagoa Azul: prospecção de cenários para o setor turístico de Franca (SP) e região, 2017-2021. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, Franca, v. 20, n. 3, p. 304-318, set./dez. 2017.

CAMELUCCI, Anderson Luis. As experiências de República no município de Franca (1880-1906). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALSANI, Rodrigo de Andrade. O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914). 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

CARDOSO, Vitória Aparecida. As indicações geográficas de café e a participação da agricultura familiar sob a perspectiva das meso-instituições. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2022.

COCAPEC. Cocapec supera 2 bi de faturamento e bate recorde. Revista Cocapec, Franca, ano 23, n. 145, p. 6-7, mar./abr. 2025a.

COCAPEC. 40 anos Cocapec: uma história para se orgulhar. Revista Cocapec, Franca, ano 23, n. 146, p. 3, 28-29, maio/jun. 2025b.

COCAPEC. Retrospectiva 2025: um ano histórico para a Cocapec. Revista Cocapec, Franca, ano 24, n. 149, p. 12-15, 27-29, 36-38, nov./dez. 2025c.

FOLLIS, Fransérgio. Cidade e cidadania: Franca (1890-1996). 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; KÜHL, Beatriz Mugayar. Edifícios de passageiros da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: análises iniciais de tipologias arquitetônicas. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, v. 24, 2026.

SILVA, Rosicler Lemos da. Franca não é do Imperador, é do povo preto! Memórias, identidades e resistências. 2023. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2023.

SOUZA, Pedro Antonio Ribeiro. Inserção dos produtores de café da região da Alta Mogiana na cadeia global de cafés especiais. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Campinas, 2024.

SOUZA, Stella Maris Santos de; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; BRUSADIN, Leandro Benedini. Desenvolvimento regional sob a ótica do turismo: estudo de caso do setor calçadista de Franca. TURyDES: Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local, v. 2, n. 4, jan. 2009.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS DE USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Anderson Victor dos Santos
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0006-9586-4136
http://lattes.cnpq.br/1127197003886755

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

RESUMO: Este estudo analisa as transformações territoriais, climáticas e edáficas na região da Indicação Geográfica Alta Mogiana, importante área brasileira de produção de cafés especiais. A pesquisa integra dados de uso e cobertura da terra, precipitação, temperatura média anual e carbono orgânico do solo, com o objetivo de compreender como as alterações recentes da paisagem se relacionam com a sustentabilidade produtiva e ambiental da cafeicultura regional. A análise foi conduzida a partir de dados da plataforma MapBiomas e de séries ambientais referentes ao período de 2020 a 2024. Os resultados indicam que a paisagem da região permanece fortemente marcada pela predominância agropecuária, que ocupa mais de três quartos da área analisada, embora as mudanças recentes tenham ocorrido de forma localizada. Observou-se redução das áreas de pastagem, aumento de mosaicos agrícolas e relativa estabilidade da cafeicultura. Do ponto de vista climático, verificou-se elevada variabilidade pluviométrica, com anos excepcionalmente úmidos em 2022 e 2023 e redução significativa

das chuvas em 2024. Também foi identificada tendência de aquecimento regional, acompanhada por discreta redução dos estoques médios de carbono orgânico do solo. Esses resultados indicam que, embora a estrutura territorial da Alta Mogiana apresente estabilidade, processos graduais de intensificação agrícola, aquecimento e perda de carbono podem comprometer a resiliência ambiental e produtiva da região. Conclui-se que estratégias integradas de conservação, manejo sustentável e adaptação climática são essenciais para preservar os atributos que sustentam a qualidade e a identidade dos cafés especiais produzidos na região.
PALAVRAS-CHAVE: cafeicultura; sensoriamento remoto; variabilidade climática; carbono orgânico; resiliência produtiva.

ENVIRONMENTAL CHARACTERIZATION AND LAND USE AND LAND COVER DYNAMICS IN THE ALTA MOGIANA GI

ABSTRACT: This study analyzes territorial, climatic, and soil-related transformations in the Alta Mogiana Geographical Indication region, an important Brazilian area for specialty coffee production. The research integrates data on land use and land cover, precipitation, mean annual temperature, and soil organic carbon in order to understand how recent landscape changes are related to the productive and environmental sustainability of regional coffee farming. The analysis was based on MapBiomas data and environmental time series from 2020 to 2024. The results indicate that the regional landscape remains strongly dominated by agricultural activities, which occupy more than three quarters of the analyzed area, although recent changes have occurred mainly at a localized scale. A reduction in pasture areas, an increase in agricultural mosaics, and relative stability of coffee-growing areas were observed. From a climatic perspective, the region showed high interannual rainfall variability, with exceptionally wet years in 2022 and 2023 and a marked reduction in rainfall in 2024. A regional warming trend was also identified, accompanied by a slight decrease in mean soil organic carbon stocks. These findings suggest that, although the territorial structure of Alta Mogiana remains relatively stable, gradual processes of agricultural intensification, warming, and carbon loss may affect the environmental and productive resilience of the region. The study concludes that integrated strategies for conservation, sustainable management, and climate adaptation are essential to preserve the environmental attributes that support the quality and territorial identity of specialty coffees produced in Alta Mogiana.
KEYWORDS: coffee farming; remote sensing; climate variability; soil organic carbon; productive resilience.

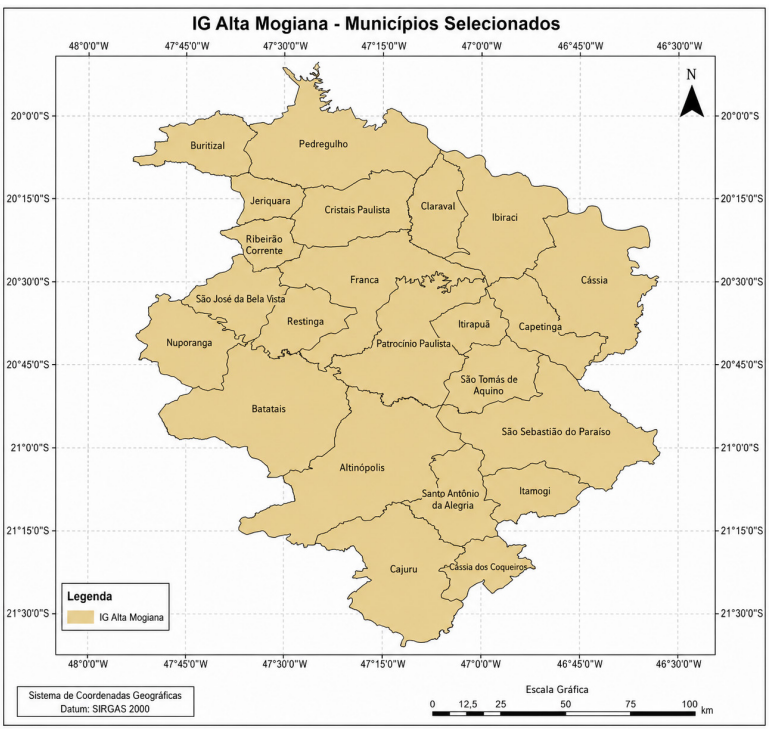
1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Indicação Geográfica (IG) da Alta Mogiana constitui uma importante região produtora de café no Brasil, reconhecida pela tradição histórica, pelas condições edafoclimáticas favoráveis e pela elevada qualidade sensorial dos grãos produzidos. Localizada entre o nordeste do estado de São Paulo e parte do sudoeste de Minas Gerais, a região abrange municípios inseridos em áreas de altitude elevada, relevo suavemente

ondulado e clima tropical de altitude, fatores que favorecem o desenvolvimento da cafeicultura de alta qualidade.

A delimitação territorial da IG Alta Mogiana compreende municípios tradicionalmente associados à produção cafeeira regional, abrangendo áreas localizadas no nordeste do estado de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais. Conforme a Ficha Técnica de Registro de Indicação Geográfica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), concedida em 2013, a região engloba os municípios paulistas de Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista, além dos municípios mineiros de Capetinga, Cássia, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. A distribuição espacial dos municípios integrantes da IG pode ser observada na Figura 1 (INPI, 2013).

Figura 1. Municípios integrantes da Indicação Geográfica Alta Mogiana.



A região apresenta características ambientais relevantes para o cultivo do café arábica (*Coffea arabica*), incluindo altitudes médias entre 800 e 1.200 metros, temperaturas amenas ao longo do ano e regime pluviométrico concentrado no período

de primavera-verão. Esses fatores contribuem para a maturação uniforme dos frutos e para a formação de atributos sensoriais valorizados no mercado de cafés especiais, tais como doçura elevada, acidez equilibrada e notas aromáticas complexas.

Além da relevância econômica da cafeicultura, a região da Alta Mogiana apresenta dinâmicas territoriais e ambientais que vêm sendo intensamente modificadas nas últimas décadas, especialmente em função da expansão agrícola, da intensificação do uso da terra e das mudanças nas práticas de manejo. Nesse contexto, compreender as transformações no uso e cobertura da terra torna-se fundamental para avaliar seus impactos sobre variáveis ambientais, como temperatura da superfície, regime pluviométrico e estoque de carbono orgânico do solo.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as dinâmicas espaço-temporais do uso e cobertura da terra na região da IG Alta Mogiana, bem como suas relações com variáveis climáticas e ambientais, incluindo temperatura, precipitação e carbono orgânico. Para isso, foram utilizados dados provenientes da plataforma MapBiomas referente aos anos de 200 a 2024, iniciativa colaborativa que disponibiliza séries históricas anuais de uso e cobertura da terra para o território brasileiro, elaboradas a partir de imagens de sensoriamento remoto e técnicas de classificação automática.

Os dados do MapBiomas permitiram identificar padrões de expansão e retração das principais classes de uso da terra, especialmente áreas agrícolas, vegetação nativa e pastagens, fornecendo subsídios para a compreensão das alterações ambientais observadas na região. A integração dessas informações com dados climáticos e de carbono orgânico possibilita uma análise sistêmica das interações entre produção agrícola e sustentabilidade ambiental na IG Alta Mogiana.

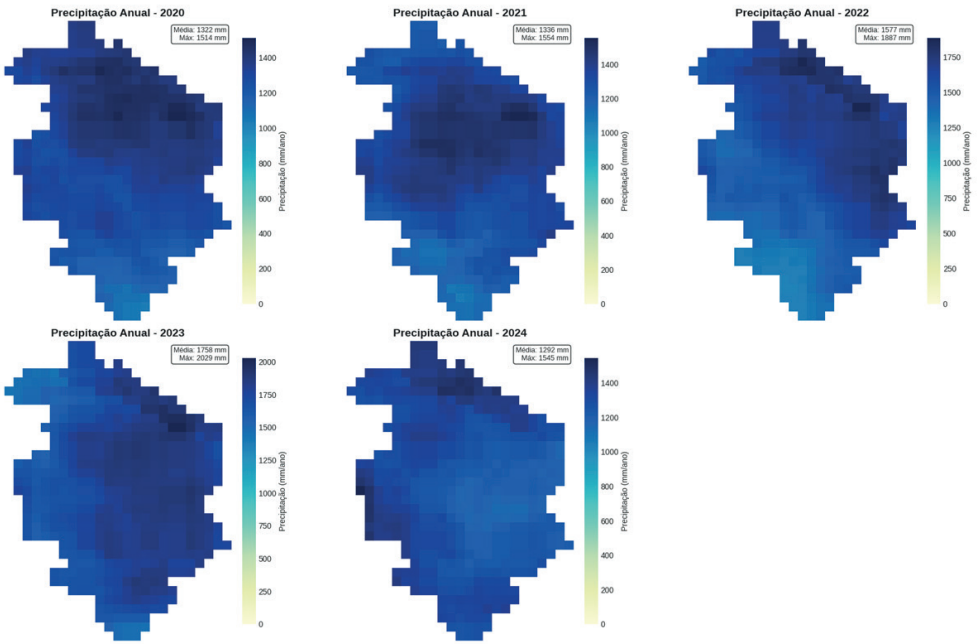
2. DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA PRECIPITAÇÃO ANUAL NA IG ALTA MOGIANA

A variabilidade espacial e temporal da precipitação constitui um dos principais fatores ambientais relacionados à produtividade e à qualidade do café na região da IG Alta Mogiana. A distribuição das chuvas influencia diretamente o desenvolvimento fenológico da cultura, afetando processos como floração, enchimento dos grãos e maturação dos frutos. Nesse contexto, a análise da precipitação anual entre os anos de 2020 e 2024 permite compreender padrões climáticos recentes e suas possíveis implicações sobre a dinâmica agrícola regional.

A Figura 2 apresenta a distribuição espacial da precipitação acumulada anual na área da IG Alta Mogiana para o período de 2020 a 2024. Observa-se que a precipitação apresentou elevada variabilidade interanual, com diferenças significativas

tanto nos volumes médios anuais quanto na distribuição espacial das chuvas ao longo da região estudada.

Figura 2. Dinâmica da precipitação anual da IG Alta Mogiana.



No ano de 2020, a precipitação média anual foi de 1322,1 mm, com valores variando entre 1032,1 mm e 1513,8 mm. A distribuição espacial indicou maiores volumes pluviométricos nas porções norte e nordeste da área de estudo, enquanto setores centrais e meridionais apresentaram valores relativamente inferiores. Em 2021, observou-se comportamento semelhante, com média anual de 1336,2 mm e amplitude variando entre 1061,2 mm e 1553,6 mm, mantendo-se um padrão espacial relativamente homogêneo, embora ainda com gradientes pluviométricos regionais evidentes.

Os anos de 2022 e 2023 destacaram-se como os períodos mais úmidos da série analisada. Em 2022, a precipitação média atingiu 1577,1 mm, com máximos superiores a 1886 mm, enquanto em 2023 a média anual alcançou 1758,2 mm, registrando os maiores acumulados da série histórica, com valores máximos de 2029,0 mm. Esses resultados evidenciam um aumento expressivo da disponibilidade hídrica nesses anos, acompanhado por maior heterogeneidade espacial, especialmente em 2022, cujo desvio padrão foi de 152,1 mm, o mais elevado da série. A distribuição espacial apresentada na Figura 2 demonstra a predominância de elevados volumes

pluviométricos em praticamente toda a região durante esses anos, sobretudo nas porções norte, nordeste e leste da IG.

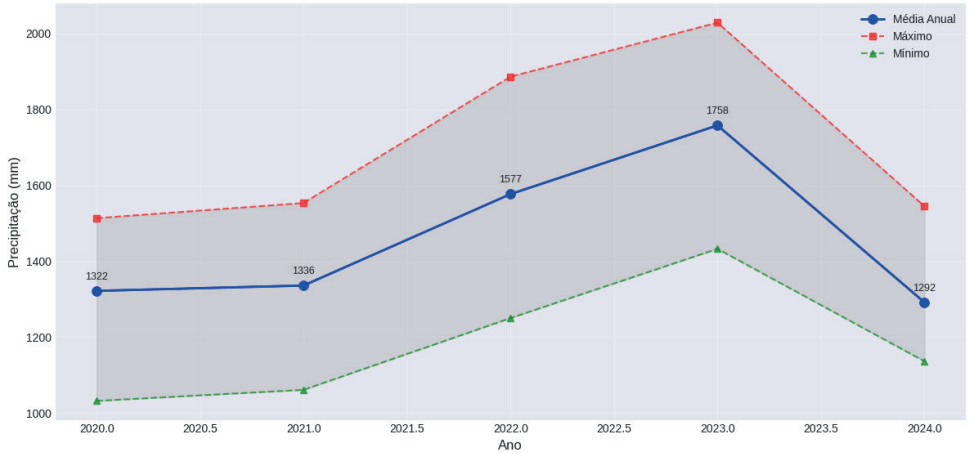
Em contraste, o ano de 2024 apresentou redução significativa nos acumulados anuais, registrando média de 1291,8 mm, mínima de 1136,4 mm e máxima de 1545,1 mm. Além disso, o desvio padrão de 81,3 mm indica menor variabilidade espacial em comparação aos anos anteriores, sugerindo uma distribuição pluviométrica mais homogênea na região.

De maneira geral, os resultados evidenciam forte variabilidade interanual da precipitação na IG Alta Mogiana, aspecto relevante para a dinâmica produtiva da cafeicultura regional. Anos mais úmidos podem favorecer o desenvolvimento vegetativo das lavouras e a recarga hídrica do solo; entretanto, excessos pluviométricos durante determinados períodos fenológicos podem comprometer a qualidade dos frutos, favorecer a ocorrência de doenças fúngicas e dificultar operações de manejo e colheita. Por outro lado, anos com menores volumes de precipitação podem intensificar déficits hídricos, especialmente em áreas com elevada exposição solar e menor capacidade de retenção de água no solo.

A análise espacial também demonstra que determinados setores da IG apresentam padrões recorrentes de maior precipitação, possivelmente associados a fatores topográficos e altitudinais característicos da região. Essas diferenças espaciais reforçam a importância de abordagens territoriais integradas para o planejamento agrícola e para a adoção de estratégias de manejo adaptadas às condições climáticas locais.

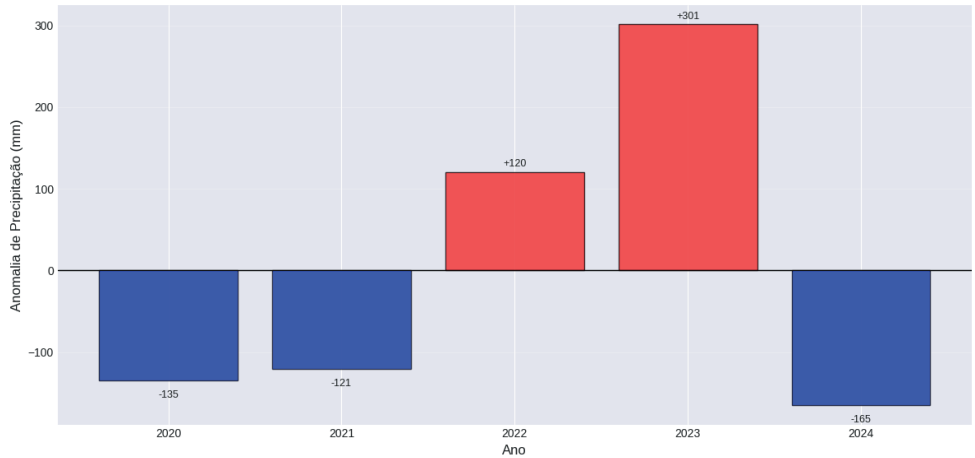
A Figura 3 apresenta a evolução temporal da precipitação anual média na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024, evidenciando forte variabilidade interanual dos acumulados pluviométricos. Observa-se relativa estabilidade nos anos de 2020 e 2021, com médias próximas de 1330 mm, seguida por aumento expressivo em 2022 e, principalmente, em 2023, quando a precipitação média atingiu aproximadamente 1758 mm. Em 2024, verifica-se redução acentuada dos volumes anuais, retornando a valores próximos aos registrados no início da série. A figura também demonstra ampliação significativa dos valores máximos de precipitação em 2022 e 2023, indicando ocorrência de eventos pluviométricos mais intensos e maior heterogeneidade espacial das chuvas nesses anos.

Figura 3. Evolução temporal da precipitação anual média, máxima e mínima na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.



Complementarmente, a Figura 4 apresenta as anomalias de precipitação em relação à média multianual do período analisado. Observa-se que os anos de 2020, 2021 e 2024 apresentaram anomalias negativas, indicando precipitações inferiores à média histórica regional, com destaque para 2024, que registrou o maior déficit pluviométrico da série (-165 mm). Em contrapartida, os anos de 2022 e 2023 apresentaram anomalias positivas, especialmente 2023, cujo excedente ultrapassou +300 mm em relação à média multianual. Esses resultados reforçam a ocorrência de elevada variabilidade climática recente na região da IG Alta Mogiana, aspecto relevante para a dinâmica produtiva e ambiental da cafeicultura regional.

Figura 4. Anomalias anuais de precipitação em relação à média multianual na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.

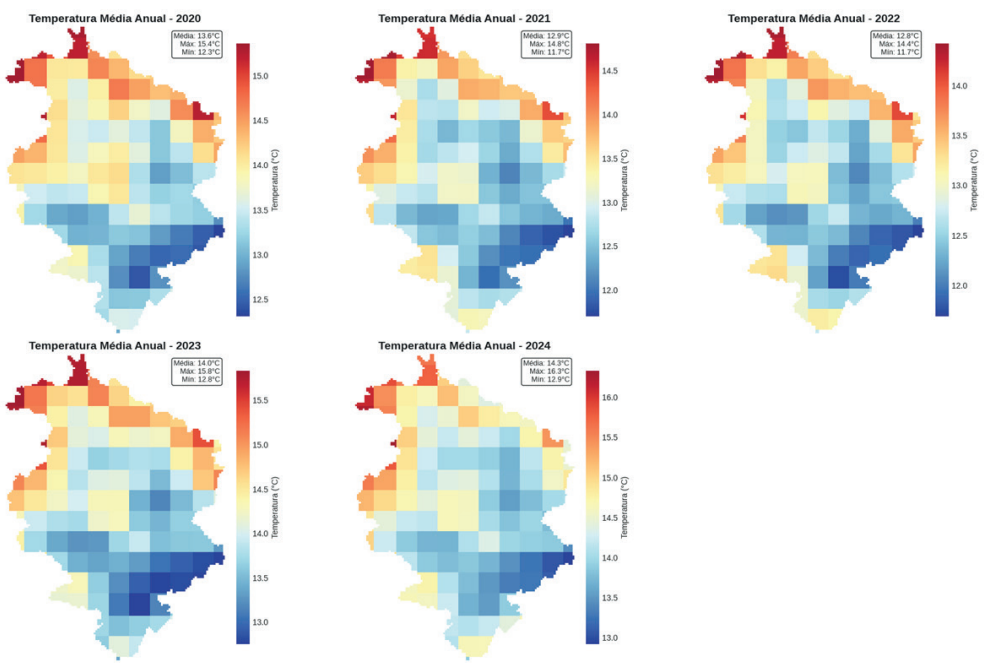


3. DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA TEMPERATURA MÉDIA ANUAL NA IG ALTA MOGIANA

A temperatura constitui uma das principais variáveis climáticas associadas ao desenvolvimento fisiológico do cafeeiro e à qualidade sensorial dos grãos produzidos na região da Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana. Em sistemas cafeeiros de altitude, pequenas variações térmicas podem influenciar diretamente o metabolismo vegetal, a taxa fotossintética, a maturação dos frutos e a formação de compostos químicos relacionados ao aroma, acidez e doçura do café. Dessa forma, a análise espaço-temporal da temperatura média anual entre os anos de 2020 e 2024 permite compreender tendências climáticas recentes e possíveis implicações sobre a dinâmica produtiva regional.

A distribuição espacial da temperatura média anual na IG Alta Mogiana é apresentada na Figura 5. Observa-se que a região apresenta padrões térmicos relativamente homogêneos em escala regional, porém com gradientes espaciais associados principalmente à altitude, ao relevo e às condições locais de uso e cobertura da terra. De maneira geral, as porções norte e nordeste da área de estudo apresentaram temperaturas mais elevadas, enquanto setores centrais e meridionais registraram temperaturas relativamente mais amenas ao longo da série analisada.

Figura 5. Distribuição espacial da temperatura média anual na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.

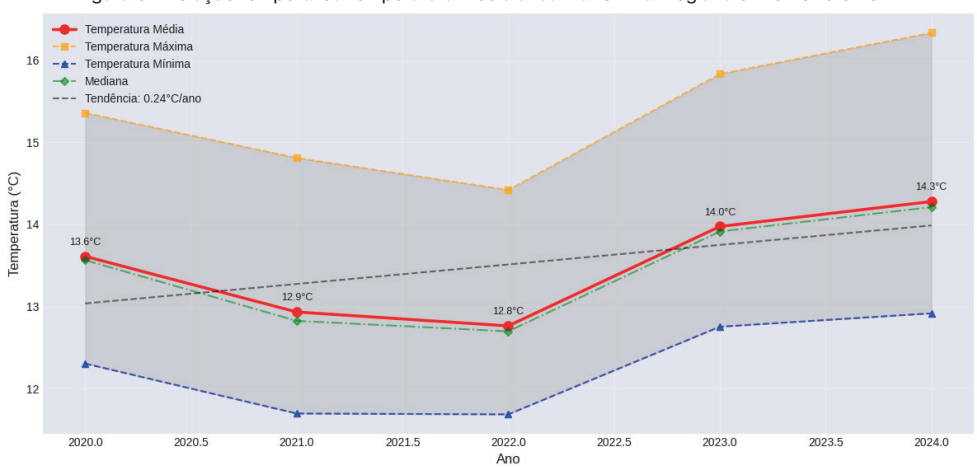


No ano de 2020, a temperatura média anual foi de 13,6 °C, com valores variando entre 12,3 °C e 15,4 °C, resultando em amplitude térmica anual de 3,1 °C. A distribuição espacial evidenciou temperaturas mais elevadas nas áreas setentrionais da IG, enquanto regiões de maior altitude apresentaram condições térmicas mais amenas. Em 2021, observou-se redução das temperaturas médias em praticamente toda a região, registrando média anual de 12,9 °C, mínima de 11,7 °C e máxima de 14,8 °C. O mesmo comportamento foi identificado em 2022, considerado o ano mais frio da série histórica analisada, com temperatura média anual de 12,8 °C e amplitude térmica de 2,7 °C, indicando maior homogeneidade espacial das temperaturas.

A partir de 2023, observa-se uma elevação expressiva das temperaturas médias anuais na região. Nesse ano, a temperatura média atingiu 14,0 °C, com máximas de 15,8 °C e mínimas de 12,8 °C. Em 2024, verificou-se o maior valor médio da série analisada, alcançando 14,3 °C, com temperaturas variando entre 12,9 °C e 16,3 °C e amplitude térmica de 3,4 °C. Esses resultados evidenciam uma tendência recente de aquecimento regional, sobretudo após os anos de 2021 e 2022.

A evolução temporal das temperaturas médias anuais pode ser observada na Figura 6, que demonstra claramente a oscilação térmica ao longo do período estudado. Observa-se uma redução gradual das temperaturas entre 2020 e 2022, seguida de aumento significativo em 2023 e 2024. A temperatura média multianual do período analisado foi de 13,5 °C, enquanto a linha de tendência indica incremento aproximado de 0,24 °C por ano, sugerindo um processo de aquecimento progressivo na região da IG Alta Mogiana.

Figura 6. Evolução temporal da temperatura média anual na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.



Além das médias anuais, a análise das temperaturas mínimas e máximas demonstra que o aumento térmico observado em 2023 e 2024 ocorreu tanto nas temperaturas médias quanto nos extremos térmicos. As temperaturas máximas anuais passaram de 14,4 °C em 2022 para 16,3 °C em 2024, enquanto as mínimas aumentaram de 11,7 °C para 12,9 °C no mesmo período. Esse comportamento sugere um aquecimento relativamente generalizado na região, afetando diferentes setores territoriais da IG.

A Figura 7 sintetiza os padrões espaciais e temporais observados ao longo da série histórica, evidenciando a persistência de áreas mais quentes nas porções norte e nordeste da região e áreas relativamente mais frias em setores de maior altitude. Esses padrões reforçam a influência dos fatores topográficos sobre a distribuição térmica regional, especialmente em sistemas agrícolas de montanha e altitude elevada, como aqueles predominantes na cafeicultura da Alta Mogiana.

Figura 7. Síntese espacial e temporal das variações térmicas anuais na IG Alta Mogiana.



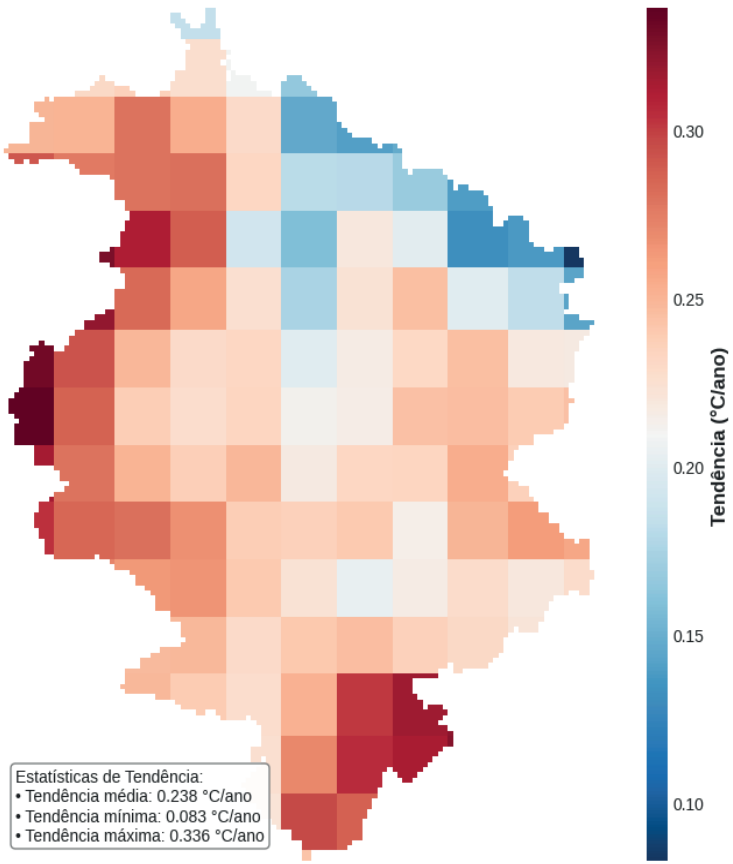
Do ponto de vista agronômico, temperaturas moderadas associadas à altitude constituem um dos principais fatores responsáveis pela elevada qualidade dos cafés produzidos na Alta Mogiana, favorecendo uma maturação mais lenta e uniforme dos frutos. Entretanto, o aumento gradual das temperaturas observado nos últimos anos pode representar desafios importantes para a sustentabilidade da cafeicultura regional, especialmente em cenários futuros de mudanças climáticas. Temperaturas mais elevadas podem acelerar o metabolismo vegetal, reduzir o período de enchimento dos grãos e alterar atributos sensoriais tradicionalmente associados aos cafés especiais da região.

Além disso, a interação entre temperatura, precipitação e uso da terra torna-se um elemento central para a compreensão das transformações ambientais observadas na IG Alta Mogiana. Alterações no uso e cobertura da terra, especialmente relacionadas à

expansão agrícola e à redução de áreas vegetadas, podem contribuir para modificações no balanço energético superficial e intensificação de processos de aquecimento local. Nesse contexto, o monitoramento contínuo das variáveis climáticas e ambientais torna-se fundamental para subsidiar estratégias de adaptação, manejo sustentável e planejamento territorial da cafeicultura regional.

A Figura 8 apresenta a tendência espacial de variação da temperatura média anual por pixel na região da IG Alta Mogiana entre os anos de 2020 e 2024, expressa em °C por ano. Os resultados evidenciam um padrão predominante de aumento térmico em praticamente toda a área de estudo, reforçando a tendência de aquecimento identificada anteriormente na análise temporal das médias anuais.

Figura 8. Tendência espacial de mudança da temperatura média anual por pixel na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.



Observa-se que a tendência média de aquecimento regional foi de 0,238 °C por ano, com valores mínimos de 0,083 °C por ano e máximos de 0,336 °C por ano.

Esses resultados demonstram que o aumento da temperatura não ocorreu de maneira homogênea em toda a região, havendo setores com intensificação térmica mais acentuada do que outros.

Os maiores incrementos térmicos concentram-se principalmente nas porções sudoeste, sul e parcialmente oeste da área de estudo, representadas pelas tonalidades mais avermelhadas na Figura 8. Nessas áreas, as taxas de aumento da temperatura superam 0,30 °C por ano, indicando um processo de aquecimento relativamente intenso ao longo do período analisado. Em contraste, setores localizados nas porções nordeste e leste da IG apresentaram tendências mais moderadas de aquecimento, com valores inferiores a 0,15 °C por ano em alguns pixels, representados pelas tonalidades azuladas.

A distribuição espacial observada sugere forte influência de fatores ambientais e territoriais sobre os padrões de aquecimento regional. Aspectos relacionados à altitude, declividade, cobertura vegetal, uso agrícola intensivo e disponibilidade hídrica podem explicar parte da heterogeneidade espacial identificada. Áreas com menor cobertura vegetal ou maior intensidade de uso agrícola tendem a apresentar maior absorção de radiação solar e redução da evapotranspiração, favorecendo o aumento da temperatura superficial e do ambiente local.

Além disso, a persistência de menores tendências de aquecimento em determinadas áreas podem estar associada à presença de fragmentos vegetais remanescentes, áreas de maior altitude ou regiões com maior umidade relativa, fatores que contribuem para a regulação microclimática regional. Esses resultados evidenciam a importância da vegetação e das características topográficas como elementos moderadores das variações térmicas na paisagem cafeeira da Alta Mogiana.

Do ponto de vista da cafeicultura, a tendência de aquecimento identificada possui implicações relevantes para a sustentabilidade produtiva regional. O aumento gradual das temperaturas pode alterar o ciclo fenológico do cafeeiro, acelerar a maturação dos frutos e impactar diretamente atributos de qualidade associados aos cafés especiais produzidos na IG Alta Mogiana. Temperaturas mais elevadas também podem ampliar o estresse térmico e hídrico das plantas, sobretudo em anos com irregularidade pluviométrica.

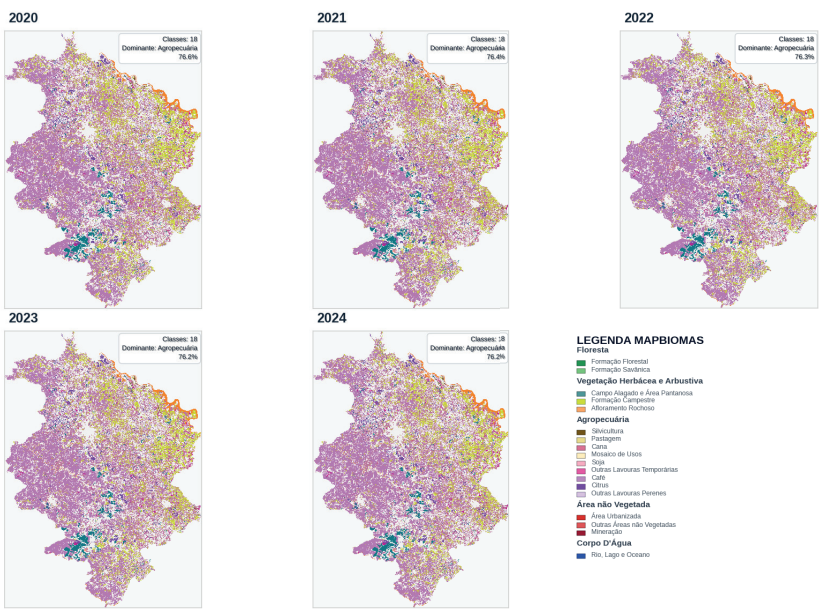
Os resultados apresentados na Figura 8 reforçam, portanto, a necessidade de estratégias adaptativas voltadas à mitigação dos efeitos do aquecimento regional, incluindo práticas de conservação ambiental, ampliação da cobertura arbórea, manejo sustentável do solo e sistemas agroflorestais. Tais medidas podem contribuir para aumentar a resiliência climática da cafeicultura regional e preservar as condições ambientais que sustentam a identidade territorial e a qualidade dos cafés da Alta Mogiana.

4. DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DO USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

A dinâmica de uso e cobertura da terra constitui um dos principais elementos para a compreensão das transformações ambientais e produtivas em regiões agrícolas intensivas, especialmente em territórios associados à produção de cafés especiais, como a Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana. Alterações no uso do solo influenciam diretamente processos hidrológicos, balanço energético superficial, estoque de carbono, conectividade da paisagem e estabilidade microclimática, impactando tanto a sustentabilidade ambiental quanto a competitividade da cafeicultura regional.

A Figura 9 apresenta a dinâmica espaço-temporal do uso e cobertura da terra na IG Alta Mogiana entre os anos de 2020 e 2024, a partir da classificação oficial do MapBiomas. Observa-se predominância marcante das classes agropecuárias em toda a série histórica, evidenciando o forte caráter agrícola da região. Em todos os anos analisados, a categoria Agropecuária ocupou aproximadamente três quartos da área total da IG, mantendo participação superior a 76% da paisagem regional.

Figura 9. Dinâmica espaço-temporal do uso e cobertura da terra na IG Alta Mogiana (2000 a 2024).



A distribuição espacial demonstra elevada fragmentação dos usos agrícolas, característica típica de regiões com intensa diversificação produtiva e coexistência de diferentes sistemas agrícolas. Destacam-se espacialmente extensas áreas ocupadas

por mosaicos de usos, cana-de-açúcar, café, pastagens e outras culturas temporárias, compondo uma paisagem heterogênea e fortemente antropizada. Em contraste, as áreas de vegetação nativa apresentam distribuição relativamente fragmentada, concentrando-se principalmente em setores associados a áreas de relevo mais acidentado, margens de drenagens e zonas ambientalmente mais restritivas à expansão agrícola.

A análise temporal evidencia relativa estabilidade estrutural da paisagem regional entre 2020 e 2024. Conforme os dados apresentados, aproximadamente 91,0% da área analisada permaneceu sem alterações de classe de uso da terra ao longo do período, enquanto apenas 9,0% da área total apresentou algum tipo de transição de uso do solo. Esse resultado sugere que, apesar da elevada intensidade agrícola da região, as transformações recentes ocorreram predominantemente em escala localizada, associadas principalmente a ajustes internos entre diferentes usos agropecuários.

A estabilidade observada pode estar relacionada à consolidação histórica da ocupação agrícola regional, uma vez que a Alta Mogiana possui longa trajetória de uso agropecuário intensivo, especialmente vinculado à cafeicultura, pecuária e expansão sucroenergética. Em regiões agrícolas maduras, as mudanças recentes tendem a ocorrer menos pela abertura de novas áreas e mais pela substituição entre atividades produtivas já estabelecidas.

A Tabela 1 apresenta a evolução percentual das principais classes de uso e cobertura da terra entre 2020 e 2024.

Tabela 1. Percentual por classe de uso do solo (%) na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024. As variações foram expressas em pontos percentuais (p.p.), correspondendo à diferença absoluta entre percentuais observados no período analisado.

Classe	Categoria	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (p.p.)
Formação Florestal	Floresta	18,5%	18,6%	18,6%	18,6%	18,7%	+0,2
Formação Savânica	Floresta	1,4%	1,5%	1,4%	1,4%	1,4%	-0,0
Silvicultura	Agropecuária	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	+0,1
Campo Alagado e Área Pantanosa	Vegetação Herbácea e Arbustiva	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	-0,0
Formação Campestre	Vegetação Herbácea e Arbustiva	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	-0,0
Pastagem	Agropecuária	12,6%	12,2%	11,9%	11,3%	10,8%	-1,8
Cana	Agropecuária	21,0%	20,9%	21,0%	20,9%	20,9%	-0,1
Mosaico de Usos	Agropecuária	26,1%	25,9%	26,0%	26,7%	26,8%	+0,7
Área Urbanizada	Área não Vegetada	1,6%	1,6%	1,7%	1,7%	1,7%	+0,1

Outras Áreas não Vegetadas	Área não Vegetada	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	+0,0
Afloramento Rochoso	Vegetação Herbácea e Arbustiva	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	-0,0
Mineração	Área não Vegetada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	+0,0
Rio, Lago e Oceano	Corpo D'Água	1,0%	1,0%	1,1%	1,1%	1,1%	+0,1
Soja	Agropecuária	2,6%	2,7%	2,8%	2,9%	3,0%	+0,5
Outras Lavouras Temporárias	Agropecuária	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%	-0,1
Café	Agropecuária	7,6%	7,8%	7,8%	7,8%	7,8%	+0,2
Citrus	Agropecuária	2,1%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	+0,1
Outras Lavouras Perenes	Agropecuária	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	-0,0

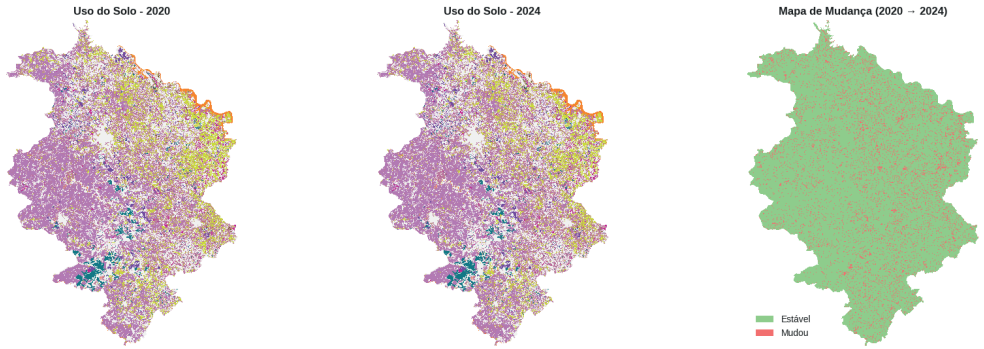
Os resultados demonstram que a principal alteração ocorrida no período esteve associada à redução das áreas de pastagem, que passaram de 12,6% em 2020 para 10,8% em 2024, representando redução de 1,8 ponto percentual. Paralelamente, observou-se aumento das áreas classificadas como mosaico de usos (+0,7 p.p.) e expansão da soja (+0,5 p.p.), sugerindo intensificação e diversificação produtiva em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva.

Esse comportamento é coerente com tendências observadas em diferentes regiões agrícolas brasileiras, onde áreas de pastagem vêm sendo gradualmente convertidas em sistemas agrícolas mais intensivos e economicamente rentáveis. A substituição de pastagens por lavouras ou mosaicos agrícolas geralmente está associada à valorização fundiária, mecanização agrícola e aumento da demanda por commodities agrícolas, especialmente soja e cana-de-açúcar.

A cafeicultura apresentou relativa estabilidade ao longo do período analisado, mantendo participação próxima de 7,8% da área total da região. Esse resultado evidencia a consolidação espacial da atividade cafeeira na IG Alta Mogiana, indicando manutenção das áreas produtivas historicamente associadas ao café. A estabilidade da cultura também pode refletir a valorização crescente dos cafés especiais e a importância econômica da certificação territorial associada à Indicação Geográfica.

A Figura 10 apresenta a comparação espacial entre os usos da terra em 2020 e 2024, bem como o mapa de mudança de uso do solo no período analisado. Observa-se que as áreas classificadas como "mudou" distribuem-se de maneira relativamente difusa ao longo da paisagem, sem concentração espacial dominante, sugerindo que as transformações ocorreram de forma pulverizada em diferentes setores territoriais da IG.

Figura 10. Comparação da mudança de uso do solo na IG Alta Mogiana (2000 a 2024).



A taxa total de mudança identificada foi de 9,0% da área analisada, corroborando a predominância de estabilidade territorial observada anteriormente. As principais transições identificadas foram:

1. Pastagem → Mosaico de Usos: 3,0%;
2. Mosaico de Usos → Pastagem: 1,3%;
3. Mosaico de Usos → Formação Florestal: 0,8%;
4. Mosaico de Usos → Cana: 0,7%.

A principal transição observada pela conversão de pastagens para mosaico de usos, evidencia um processo de intensificação agrícola regional. O aumento de mosaicos agrícolas pode indicar maior diversificação produtiva, coexistência de múltiplas culturas e fragmentação funcional da paisagem agrícola. Em termos ambientais, esse processo pode produzir efeitos ambivalentes: por um lado, sistemas mais diversificados podem aumentar heterogeneidade ecológica e reduzir vulnerabilidade econômica; por outro, a intensificação agrícola pode elevar pressão sobre recursos hídricos, aumentar compactação do solo e ampliar demandas por insumos químicos.

A transição de mosaicos de usos para formação florestal (0,8%) representa um resultado ambientalmente relevante, indicando possíveis processos de regeneração natural, recomposição florestal ou adequação ambiental em áreas anteriormente utilizadas para atividades agropecuárias. Embora relativamente discreto em termos percentuais, esse incremento possui importância ecológica significativa, especialmente em regiões agrícolas intensivas, onde remanescentes florestais exercem funções fundamentais na manutenção da biodiversidade, conectividade ecológica, proteção de recursos hídricos e regulação microclimática.

A Tabela 2 sintetiza as mudanças observadas entre as grandes categorias de uso da terra no período analisado.

Tabela 2. Mudanças entre categorias de uso do solo na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024. As variações foram expressas em pontos percentuais (p.p.), correspondendo à diferença absoluta entre percentuais observados no período analisado.

Categoria	% Inicial (2020)	% Final (2024)	Diferença Absoluta (p.p.)	Diferença Relativa (%)
Floresta	19,9%	20,1%	+0,2	+0,9
Vegetação Herbácea e Arbustiva	0,8%	0,8%	-0,0	-2,8
Agropecuária	76,6%	76,2%	-0,4	-0,5
Área não Vegetada	1,7%	1,8%	+0,1	+5,7
Corpo D'Água	1,0%	1,1%	+0,1	+11,5

Os resultados evidenciam discreto aumento das áreas florestais (+0,2 p.p.) e corpos d'água (+0,1 p.p.), concomitantemente à pequena redução da categoria agropecuária (-0,4 p.p.). Embora as variações sejam relativamente modestas, elas sugerem tendência de estabilização da expansão agrícola horizontal na região, acompanhada de pequenos avanços em áreas vegetadas e hídricas.

O aumento relativo dos corpos d'água (+11,5%) pode estar associado à variabilidade pluviométrica observada entre 2022 e 2023, anos marcados por elevados acumulados de precipitação. A expansão temporária de superfícies hídricas em períodos mais úmidos constitui comportamento recorrente em análises multitemporais derivadas de sensoriamento remoto, especialmente em regiões com reservatórios, drenagens sazonais e áreas de acumulação superficial.

A matriz de transição de uso do solo reforça a predominância das permanências intra-classe, evidenciando forte estabilidade estrutural da paisagem regional. As maiores permanências ocorreram em classes consolidadas como cana-de-açúcar, mosaico de usos, formação florestal e café, demonstrando relativa persistência espacial dos sistemas produtivos dominantes.

Do ponto de vista ambiental, os resultados indicam que as mudanças recentes na IG Alta Mogiana ocorreram predominantemente por reorganização interna dos usos agropecuários, e não por expansão agrícola sobre remanescentes naturais em larga escala. Ainda assim, a elevada participação da agropecuária na paisagem regional evidencia forte pressão antrópica sobre os sistemas naturais, tornando fundamentais estratégias de manejo sustentável, conservação de fragmentos florestais e recuperação de áreas ambientalmente sensíveis.

Além disso, as dinâmicas de uso da terra observadas apresentam estreita relação com os padrões climáticos anteriormente discutidos. Alterações na cobertura vegetal e intensificação agrícola podem influenciar diretamente o balanço térmico superficial, a evapotranspiração, a infiltração hídrica e os estoques de carbono do solo. Em regiões cafeeiras de altitude, tais processos tornam-se particularmente relevantes, uma vez que pequenas alterações microclimáticas podem impactar significativamente a qualidade sensorial do café e a sustentabilidade produtiva regional.

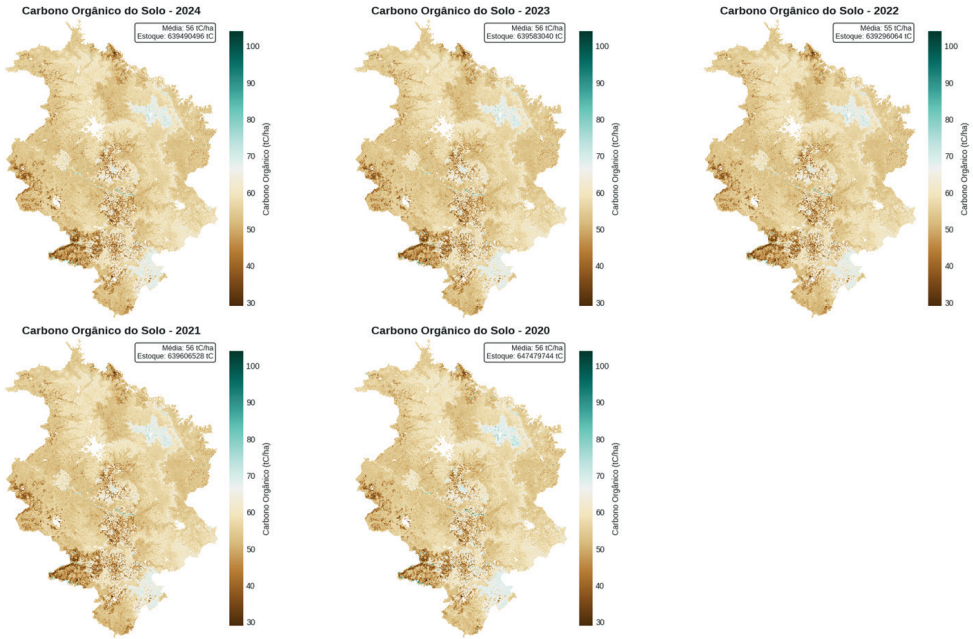
Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de políticas territoriais integradas voltadas à conservação ambiental, adaptação climática e fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis na IG Alta Mogiana, especialmente considerando os cenários recentes de aquecimento regional e elevada variabilidade pluviométrica identificados ao longo deste estudo.

5. DINÂMICA DO CARBONO NA IG ALTA MOGIANA

A dinâmica espaço-temporal do carbono orgânico do solo constitui um importante indicador da qualidade ambiental e da sustentabilidade dos sistemas produtivos presentes na IG Alta Mogiana, especialmente em uma região marcada pela predominância da atividade agropecuária intensiva e pela forte especialização cafeeira. O carbono orgânico do solo desempenha funções fundamentais na manutenção da fertilidade, estrutura física, retenção hídrica, atividade biológica e estabilidade dos ecossistemas agrícolas, além de representar um dos principais compartimentos terrestres de armazenamento de carbono atmosférico.

A Figura 11 apresenta a distribuição espacial do carbono orgânico do solo na IG Alta Mogiana entre os anos de 2020 e 2024. Observa-se relativa estabilidade espacial dos padrões de carbono ao longo da série histórica, com manutenção das principais áreas de maior e menor estoque em praticamente todo o período analisado. Os valores médios anuais permaneceram próximos de 55,5 tC/ha, indicando baixa variabilidade temporal em escala regional. Ainda assim, verifica-se uma discreta tendência de redução dos estoques médios de carbono ao longo do período analisado.

Figura 11. Distribuição espacial do carbono orgânico do solo na IG Alta Mogiana entre 2020 e 2024.



Em 2020, a média regional de carbono orgânico foi de 56,2 tC/ha, com valores variando entre 30,0 e 102,0 tC/ha e desvio padrão de 5,6 tC/ha. Nos anos subsequentes, os valores médios permaneceram relativamente estáveis, porém ligeiramente inferiores, oscilando entre 55,5 e 55,6 tC/ha. Em 2024, a média regional atingiu 55,5 tC/ha, com valores mínimos de 29,0 tC/ha e máximos de 103,0 tC/ha. A média multianual do período foi de 55,6 tC/ha, enquanto a tendência linear estimada indicou redução média de aproximadamente -0,13 tC/ha por ano.

Os resultados demonstram que, embora não haja mudanças abruptas nos estoques de carbono em curto prazo, observa-se um processo gradual de redução do carbono orgânico do solo na região. Em sistemas agrícolas tropicais intensivos, pequenas reduções anuais acumuladas podem representar perdas significativas ao longo do tempo, especialmente em áreas submetidas à mecanização frequente, revolvimento do solo, baixa cobertura vegetal permanente e elevada intensidade de uso da terra.

A distribuição espacial apresentada na Figura 11 evidencia forte heterogeneidade dos estoques de carbono na paisagem regional. Os maiores valores concentram-se principalmente em áreas associadas a fragmentos florestais, setores de maior altitude, áreas úmidas e regiões com menor intensidade de uso agrícola. Em contrapartida, os menores estoques de carbono ocorrem predominantemente em áreas intensamente

antropizadas, especialmente em zonas agrícolas consolidadas, pastagens manejadas intensivamente e áreas sujeitas à maior exposição do solo.

Esse padrão espacial apresenta estreita relação com as dinâmicas de uso e cobertura da terra discutidas anteriormente. As áreas de formação florestal, que representaram aproximadamente 18,7% da paisagem regional em 2024, tendem a apresentar maiores estoques de carbono devido ao maior aporte contínuo de matéria orgânica, menor perturbação física do solo e maior atividade biológica. Fragmentos florestais exercem papel fundamental na ciclagem de nutrientes, estabilização da matéria orgânica e proteção contra processos erosivos, contribuindo diretamente para a manutenção dos estoques de carbono edáfico.

Por outro lado, a predominância da agropecuária, responsável por cerca de 76% da área total da IG, influencia significativamente os padrões observados de carbono orgânico. A expansão de sistemas agrícolas intensivos, especialmente associados à cana-de-açúcar, soja e mosaicos agrícolas, pode favorecer processos de mineralização acelerada da matéria orgânica, compactação do solo e redução da estabilidade estrutural dos agregados, contribuindo para perdas graduais de carbono ao longo do tempo.

A redução observada das áreas de pastagem entre 2020 e 2024 (-1,8 p.p.) associada ao aumento de mosaicos agrícolas e expansão da soja sugere um processo de intensificação produtiva regional. Embora a conversão de pastagens degradadas para sistemas agrícolas tecnificados possa, em alguns casos, elevar a eficiência produtiva, tais transformações frequentemente resultam em maior mobilização do solo e menor permanência de cobertura vegetal contínua, fatores diretamente relacionados à diminuição dos estoques de carbono orgânico.

Além do uso da terra, os padrões climáticos recentes também contribuem para explicar a dinâmica observada. O aumento da temperatura média regional identificado anteriormente, associado à tendência de aquecimento de aproximadamente 0,24 °C por ano, pode acelerar processos de decomposição microbiana da matéria orgânica do solo, favorecendo a emissão de carbono para a atmosfera. Em regiões tropicais, temperaturas mais elevadas tendem a aumentar a atividade microbiana e a taxa de mineralização do carbono orgânico, sobretudo em solos submetidos a manejo intensivo.

A variabilidade pluviométrica observada entre 2020 e 2024 também exerce influência importante sobre os estoques de carbono. Anos mais úmidos, como 2022 e 2023, podem favorecer maior produção de biomassa vegetal e aporte de resíduos orgânicos ao solo. Entretanto, excessos pluviométricos associados a áreas agrícolas expostas podem intensificar processos erosivos, lixiviação e perdas de matéria orgânica

superficial, especialmente em regiões de relevo ondulado, característica predominante em diversos setores da Alta Mogiana.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre carbono orgânico do solo e sustentabilidade da cafeicultura regional. Sistemas cafeeiros manejados sob maior diversidade vegetal, presença de cobertura permanente do solo e sombreamento parcial tendem a apresentar maiores estoques de carbono, melhor infiltração hídrica e maior resiliência climática. Em contrapartida, sistemas excessivamente simplificados e altamente mecanizados podem reduzir a qualidade física e biológica dos solos ao longo do tempo.

A relativa estabilidade espacial observada na Figura 11 sugere que os principais padrões ambientais da região permanecem estruturalmente consolidados. Contudo, a tendência contínua de redução dos estoques de carbono, ainda que discreta, constitui um sinal importante de degradação gradual da qualidade ambiental regional. Em escala temporal ampliada, reduções persistentes de carbono orgânico podem comprometer a capacidade produtiva dos solos, aumentar vulnerabilidade à erosão, reduzir retenção hídrica e intensificar os efeitos das mudanças climáticas sobre os sistemas agrícolas.

Os resultados reforçam, portanto, a necessidade de adoção de práticas conservacionistas voltadas à manutenção e recuperação do carbono orgânico do solo na IG Alta Mogiana. Estratégias como sistemas agroflorestais, manejo conservacionista, plantio direto, manutenção de cobertura vegetal permanente, terraceamento, rotação de culturas e recomposição de fragmentos florestais podem contribuir significativamente para aumentar os estoques de carbono e ampliar a resiliência ambiental da paisagem cafeeira regional.

Além disso, a integração entre conservação ambiental, qualidade do solo e valorização territorial torna-se particularmente relevante em regiões de Indicação Geográfica. A manutenção dos atributos ambientais associados ao território da Alta Mogiana constitui elemento estratégico não apenas para a sustentabilidade ecológica regional, mas também para a preservação das características sensoriais e identitárias que diferenciam os cafés especiais produzidos na região.

6. PANORAMA GERAL DAS DINÂMICAS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS NA IG ALTA MOGIANA

A análise integrada das variáveis climáticas, do uso e cobertura da terra e dos estoques de carbono orgânico do solo na Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana evidencia a existência de uma paisagem agrícola altamente consolidada, marcada por

forte especialização produtiva, elevada intensidade de uso da terra e crescente pressão ambiental associada às transformações climáticas recentes. Os resultados obtidos demonstram que, embora a estrutura territorial regional tenha apresentado relativa estabilidade entre 2020 e 2024, importantes mudanças ambientais vêm ocorrendo de maneira gradual e integrada, especialmente relacionadas ao aquecimento regional, à variabilidade pluviométrica e à dinâmica dos sistemas agrícolas.

Do ponto de vista climático, a região apresentou elevada variabilidade interanual da precipitação, com alternância entre anos mais secos e anos excepcionalmente úmidos. Os anos de 2022 e 2023 destacaram-se pelos maiores acumulados pluviométricos da série, enquanto 2024 registrou redução expressiva das chuvas e o maior déficit pluviométrico em relação à média multianual. Esse comportamento evidencia um cenário de crescente instabilidade climática regional, potencialmente associado às mudanças climáticas observadas em diferentes regiões produtoras de café no Brasil.

A variabilidade da precipitação possui implicações diretas sobre a dinâmica produtiva da cafeicultura regional. Em sistemas cafeeiros de altitude, a distribuição temporal das chuvas influencia processos fisiológicos fundamentais, incluindo floração, enchimento dos grãos e maturação dos frutos. Além disso, extremos pluviométricos podem intensificar processos erosivos, aumentar perdas de solo e comprometer a estabilidade hidrológica da paisagem agrícola, especialmente em áreas de relevo ondulado predominantes na Alta Mogiana.

Paralelamente, os resultados evidenciaram uma tendência consistente de aumento das temperaturas médias anuais na região. Após um período relativamente mais ameno entre 2020 e 2022, observou-se aquecimento expressivo em 2023 e 2024, com tendência média regional de aproximadamente 0,24 °C por ano. O padrão espacial identificado demonstra que o aquecimento ocorre de forma heterogênea, sendo mais intenso principalmente nas porções sul, sudoeste e oeste da IG, áreas frequentemente associadas à maior intensidade de uso agrícola e menor presença relativa de cobertura vegetal remanescente.

Esse processo de aquecimento regional possui elevada relevância para a sustentabilidade da cafeicultura da Alta Mogiana. A produção de cafés especiais depende fortemente de condições térmicas moderadas associadas à altitude, que favorecem maturação lenta e maior complexidade sensorial dos grãos. O aumento progressivo das temperaturas pode acelerar o metabolismo vegetal, reduzir o tempo de enchimento dos frutos e comprometer atributos qualitativos historicamente associados à identidade territorial da IG.

As dinâmicas de uso e cobertura da terra observadas reforçam esse cenário de intensificação produtiva regional. A agropecuária permaneceu ocupando mais de 76% da área total da paisagem ao longo de toda a série analisada, evidenciando o forte caráter agrícola do território. Embora aproximadamente 91% da área tenha permanecido estável entre 2020 e 2024, as principais transformações identificadas indicam reorganização interna dos sistemas produtivos, especialmente associada à redução de áreas de pastagem e expansão de mosaicos agrícolas e lavouras de soja.

A principal transição observada (conversão de pastagens para mosaico de usos) sugere intensificação produtiva e crescente diversificação agrícola regional. Esse processo está alinhado às tendências recentes de modernização agrícola observadas em diferentes regiões do Cerrado e Sudeste brasileiro, caracterizadas pela substituição gradual de sistemas extensivos por atividades de maior rentabilidade econômica e maior tecnificação.

Apesar da elevada predominância agropecuária, os resultados também evidenciaram discretos avanços ambientais positivos, como o pequeno aumento das áreas florestais e corpos d'água ao longo do período analisado. A expansão relativa das formações florestais, ainda que modesta, sugere possíveis processos de regeneração natural, adequação ambiental de propriedades rurais ou recomposição de áreas protegidas. Esses fragmentos desempenham funções fundamentais na manutenção da biodiversidade, regulação microclimática, proteção hídrica e estabilização dos estoques de carbono do solo.

A análise do carbono orgânico do solo permitiu compreender de forma integrada os efeitos combinados do clima e do uso da terra sobre a qualidade ambiental regional. Embora os estoques médios tenham permanecido relativamente estáveis em torno de 55,6 tC/ha, verificou-se tendência gradual de redução dos estoques de carbono ao longo da série histórica, estimada em aproximadamente -0,13 tC/ha por ano.

A distribuição espacial dos estoques de carbono revelou forte associação com padrões de cobertura vegetal e intensidade de uso agrícola. Áreas florestadas, regiões de maior altitude e setores com menor perturbação antrópica apresentaram os maiores estoques de carbono, enquanto áreas agrícolas intensivas e pastagens manejadas apresentaram valores relativamente inferiores. Esse comportamento demonstra a importância da vegetação remanescente e de práticas conservacionistas na manutenção da qualidade física, química e biológica dos solos da região.

Os resultados indicam que o aquecimento regional, associado à intensificação agrícola e à elevada antropização da paisagem, pode favorecer processos de mineralização

acelerada da matéria orgânica do solo, contribuindo para perdas graduais de carbono e redução da resiliência ambiental dos sistemas produtivos. Em regiões tropicais agrícolas, o carbono orgânico do solo representa um componente estratégico não apenas para a fertilidade e retenção hídrica, mas também para a mitigação das mudanças climáticas e manutenção da estabilidade produtiva de longo prazo.

De maneira integrada, os resultados demonstram que a IG Alta Mogiana atravessa um processo de transição ambiental caracterizado por relativa estabilidade estrutural da paisagem, porém acompanhado de mudanças graduais nos componentes climáticos e ecológicos do território. A combinação entre aquecimento regional, elevada variabilidade pluviométrica, intensificação agrícola e redução progressiva dos estoques de carbono aponta para a necessidade de fortalecimento de estratégias de adaptação climática e manejo sustentável.

Nesse contexto, práticas conservacionistas como sistemas agroflorestais, manutenção da cobertura permanente do solo, manejo integrado da água, recomposição de fragmentos florestais, aumento da conectividade ecológica e agricultura de baixa emissão de carbono tornam-se fundamentais para ampliar a resiliência territorial da cafeicultura regional. Tais estratégias possuem relevância não apenas ambiental, mas também econômica e territorial, considerando que a qualidade e a reputação dos cafés especiais da Alta Mogiana dependem diretamente da preservação das condições edafoclimáticas que sustentam a identidade da Indicação Geográfica.

Assim, os resultados deste estudo reforçam a importância de abordagens integradas entre produção agrícola, conservação ambiental e planejamento territorial, evidenciando que a sustentabilidade futura da IG Alta Mogiana dependerá da capacidade regional de conciliar competitividade produtiva com conservação dos recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas em curso.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Ficha técnica de registro de indicação geográfica: Alta Mogiana. Rio de Janeiro: INPI, 2013. Disponível em:<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/AltaMogiana.pdf>. Acesso em: 28 maio 2026.

CAPÍTULO 4

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
https://orcid.org/0000-0002-3285-1243
http://lattes.cnpq.br/1480792681320117

Marcelo Marques de Magalhães
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
https://orcid.org/0000-0001-6334-5493
http://lattes.cnpq.br/4117906942336504

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
https://orcid.org/0000-0001-8420-4120
http://lattes.cnpq.br/0600958492722839

RESUMO: Este capítulo apresenta um panorama do setor do café no Brasil e no mundo, destacando sua inserção internacional, a configuração desse sistema agroindustrial, sua governança interna e os desafios socioambientais emergentes. No panorama global, o Brasil se destaca como o maior produtor de café arábica e o segundo de robusta, variedade que tem impulsionado o crescimento nacional na última década. Internamente, consolida-se como o segundo maior consumidor do planeta. As transformações decorrentes da desregulamentação setorial na década de 1990 levaram a mudanças na forma de governança do sistema que passou a ser ditada pelas forças de mercado, resultando em forte concentração industrial e no surgimento de movimentos de diferenciação de qualidade. Consolida-se, assim, a coexistência de subsistemas, tipicamente de cafés finos voltados para a exportação e grãos convencionais direcionados ao consumo doméstico, embora o varejo nacional venha expandindo o consumo de cafés de maior valor agregado. No campo, a produção concentra-se fortemente em Minas Gerais e Espírito Santo, com ampla relevância da agricultura familiar, que compõe cerca de 80% dos estabelecimentos cafeeiros. Atualmente, o setor enfrenta tendências cruciais e desafios complexos. A crise climática, manifestada em secas e ondas de calor em regiões tradicionais, as mudanças regulatórias dos mercados internacionais e as mudanças de comportamento dos consumidores têm impulsionado a transição para a sustentabilidade, e uma preocupação com questões sociais, como as relações de trabalho na cafeicultura. Como estratégia de agregação de valor, resposta a exigências socioambientais e promoção do desenvolvimento territorial, as Indicações Geográficas (IGs) ganharam centralidade. Para além das IGs, para assegurar o desenvolvimento territorial e a inclusão social, é indispensável fortalecer a governança e prover suporte técnico institucional à agricultura familiar, permitindo que os pequenos

produtores superem as barreiras do mercado e se beneficiem diretamente do valor gerado pela cafeicultura.
PALAVRAS-CHAVE: mercado mundial de café; setor cafeeiro; SAG do café; cadeia do café; coordenação.

COFFEE AGRIBUSINESS SYSTEM IN BRAZIL: OUTLOOK, TRENDS AND CHALLENGES

ABSTRACT: This chapter provides an overview of the coffee sector in Brazil and worldwide, highlighting its international integration, the structure of this agribusiness system, its internal governance, and emerging socio-environmental challenges. On the global stage, Brazil stands out as the largest producer of Arabica coffee and the second-largest producer of Robusta, a variety that has driven national growth over the past decade. Domestically, the country has established itself as the second-largest consumer in the world. The transformations resulting from sectoral deregulation in the 1990s led to changes in the system's governance, which came to be dictated by market forces, resulting in strong industrial concentration and the emergence of movements focused on quality differentiation. This has led to the coexistence of subsystems: typically, specialty coffees geared toward export and conventional beans intended for domestic consumption, although the domestic retail sector has been expanding consumption of higher-value-added coffees. In rural areas, production is heavily concentrated in Minas Gerais and Espírito Santo, with family farming playing a major role, accounting for about 80% of coffee farms. Currently, the sector faces critical trends and complex challenges. The climate crisis, manifested in droughts and heat waves in traditional production regions, along with regulatory changes in international markets and shifts in consumer behavior, has driven the transition toward sustainability and a focus on social issues, such as labor relations in coffee farming. As a strategy for adding value, responding to socio-environmental demands, and promoting regional development, Geographical Indications (GIs) have taken center stage. In addition to GIs, to ensure regional development and social inclusion, it is essential to strengthen governance and provide institutional technical support to family farming, enabling small producers to overcome market barriers and benefit directly from the value generated by coffee farming.
KEYWORDS: global coffee market; coffee industry; coffee agribusiness system; coffee chain; coordination.

1. INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais consumidas no mundo, e envolve uma diversidade de atores e organizações em diferentes países, desde sua produção até o consumo. Para o cafezinho chegar até a xícara, muitas interações entre diferentes agentes aconteceram antes. A complexidade do setor cafeeiro pode ser analisada tomando como base uma perspectiva sistêmica. A literatura apresenta abordagens sistêmicas de diferentes escolas, passando por Sistemas Agrários, *Supply Chain Management*, Cadeias Produtivas, Complexos Agroindustriais, *Agribusiness*, Cadeias de Valor, Complexos Agroindustriais,

Sistemas Agroindustriais, Sistemas (Agro)Alimentares, Redes e *Netchain*, dentre outros (Hospes; Brons, 2016; Batalha, 2021).

Em que pesem as particularidades de cada abordagem, a consideração dos diferentes segmentos da cadeia e o encadeamento de atividades produtivas, o fluxo de produtos e de informação, a orientação pela demanda, os diferentes arranjos contratuais e a coordenação entre os atores – do fornecimento de insumos agropecuários ao consumo final – são elementos comuns à grande parte delas (Zylbersztajn, 2000, FAO, 2025; Batalha, 2021). À complexidade em termos de desenho e funcionamento de sistemas e cadeias, pode-se acrescentar ainda a perspectiva territorial, abarcando desde sistemas locais a cadeias globais de valor, bastante pertinente para o caso do café (Yusuf et al., 2026).

Neste capítulo, a descrição do setor cafeeiro é abordada sob a perspectiva do Sistema Agroindustrial (SAG), que tem se mostrado útil não somente pela possibilidade de recorte setorial e do sistema produtivo, mas também como ferramenta para análise de estratégia das firmas, análise e formulação de políticas públicas e privadas, análise de inovações tecnológicas, e análise da competitividade. Na abordagem de SAG, além da cadeia produtiva, consideram-se outros elementos, particularmente os ambientes institucional, organizacional e tecnológico (Zylbersztajn, 2000; Batalha, 2021).

Com o intuito de fornecer uma visão geral sobre o setor cafeeiro, este capítulo apresenta um breve panorama do cenário mundial e nacional, buscando trazer elementos pertinentes para a compreensão do SAG do café no Brasil, assim como uma suscinta discussão sobre as tendências e desafios do setor. Assim, o capítulo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, a seção 2 apresenta o panorama da produção, exportações, importações e consumo de café no mundo. Na terceira seção, apresenta-se o SAG do café no Brasil, buscando caracterizá-lo e discutir os principais elementos pertinentes ao seu funcionamento. A seção 4 se atém às tendências contemporâneas e desafios do SAG do café no Brasil e no mundo, apresentando o papel das Indicações Geográficas nesse contexto.

2. O SETOR MUNDIAL DE CAFÉS: O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL[1]

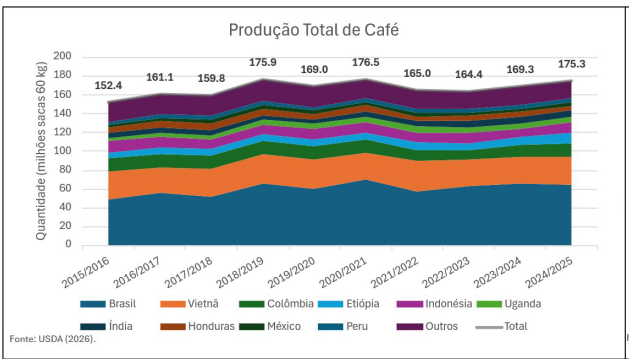
2.1. PRODUÇÃO

A produção mundial de café atingiu 175 milhões de sacas no ano de 2024, terceiro pico na década de 2015 a 2024. Entre os países produtores, o Brasil teve posição de

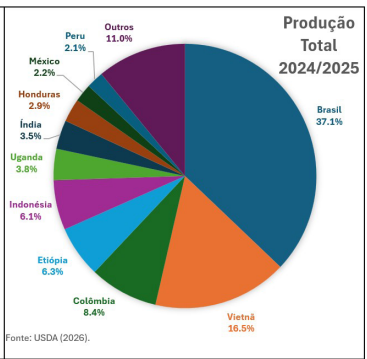
[1] O ano de 2025 foi bastante atípico para o setor do café, especialmente em decorrência das medidas protecionistas adotadas pelo governo Trump nos EUA, conhecido como "tarifaço". Considerando a importância dos EUA no contexto global do café, tais medidas impactaram as transações desse setor em âmbito global, e afetou particularmente as exportações de café do Brasil para os EUA. Diante disso, nesse capítulo, para evitar distorções decorrentes desses problemas conjunturais, sempre que necessário optou-se por utilizar dados relativos ao ano de 2024.

destaque neste período com 65 milhões de sacas no ano safra 2024/25. Sua participação no mercado global cresceu de 32,4% em 2015/16 para 37,1% em 2024/25 (Figura 1a). Nesta safra, os 10 principais produtores mundiais somaram 89,0% da produção (Figura 1b), sendo o Vietnã o segundo país de maior produção (16,5%) seguido por Colômbia (8,4%), Etiópia (6,3%), Indonésia (6,1%), Uganda (3,8%), Índia (3,5%), Honduras (2,9%), México (2,2%) e Peru (2,1%) (USDA, 2026).

Figura 1: Produção mundial de café, 10 principais países: (a) Evolução da produção total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na produção total 2024/25.



(a)



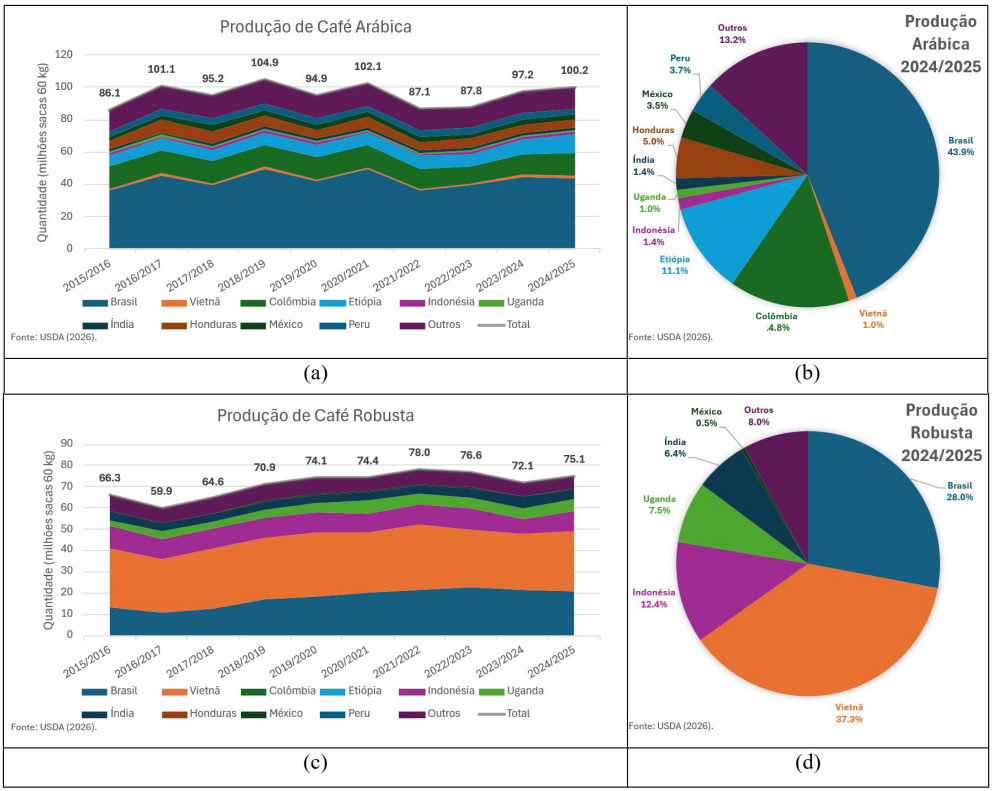
(b)

O crescimento médio da produção mundial foi estimado em 1,0% ao ano no período 2015 a 2024. Entre os maiores, o Brasil apresentou crescimento superior ao mundial (2,6% ao ano), enquanto Vietnã e Colômbia não tiveram crescimento consistente, com altos e baixos. Destaca-se o desempenho positivo de países de menor participação na produção mundial, como Etiópia (4,5% ao ano), Uganda (6,5% ao ano) e Índia (1,9%) ao ano. No outro extremo, os países que tiveram queda sistemática na produção foram Indonésia (-1,7% ao ano), Honduras (-3,4% ao ano) e o conjunto dos demais países (-1,2% ao ano).

O desdobramento da produção entre arábica e robusta permite compreender a origem desse desempenho distinto (Figura 2). Enquanto o Brasil é o maior produtor mundial de arábica (67,7% em 2024), o Vietnã lidera na produção de robusta (37,3%) (Figura 2b). Embora o Brasil seja líder na produção de arábica, seu crescimento manteve-se nulo com oscilações, comportamento semelhante para parte dos demais países (Figura 2a). O crescimento da produção de arábica foi mais importante para países africanos, entre os quais a Etiópia é exemplar com crescimento anual da produção de arábica de 4,5%. A evolução da produção de robusta (8,1% ao ano), por outro lado, foi determinante para o crescimento da produção brasileira de café. Ao lado do Brasil, Vietnã, Indonésia, Uganda e Índia, estão entre os principais produtores de robusta (Figura 2d)

e apresentam tendências distintas de evolução da produção (Figura 2c). Enquanto a produção do Vietnã tende ao crescimento nulo com variações entre safras, Uganda, Índia e México apresentam crescimento positivo (8,4%, 3,0% e 11,5% ao ano, respectivamente), a produção de robusta tende a cair nos demais países (-2,2% ano).

Figura 2: Produção mundial de café, 10 principais países: (a) Evolução da produção de café arábica 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na produção de café arábica 2024/25, (c) Evolução da produção de café robusta 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na produção de café robusta 2024/25.



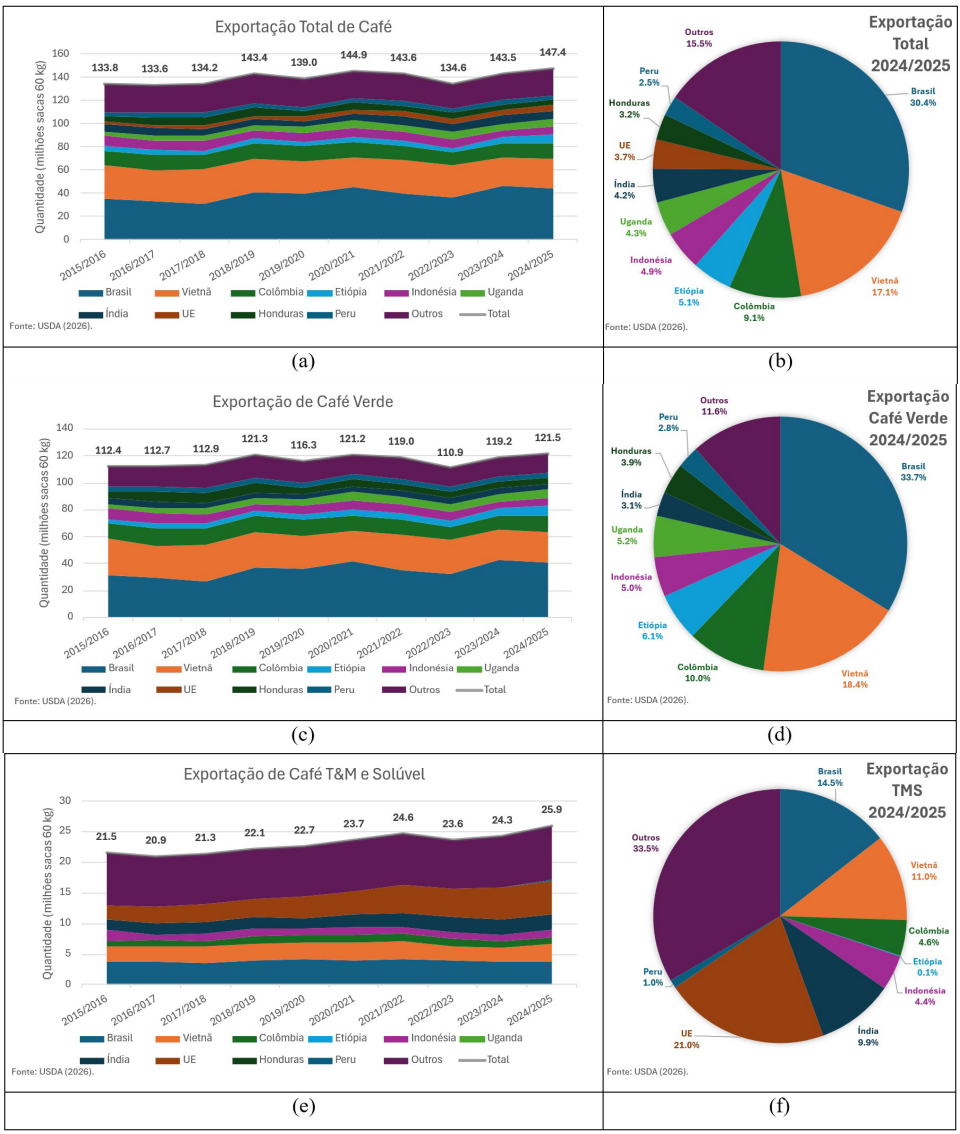
2.2. EXPORTAÇÕES

O mercado internacional recebeu, de 2015 e 2024, entre 80 e 90% da produção mundial de café. Entre os 10 países mais importantes para a exportação de café (84,5% do total exportado no mundo em 2024), apenas a União Europeia (UE) não está entre os principais produtores de café verde, indicando que a região é exportadora de produtos processados, ou seja, produtos com valor agregado.

O Brasil é o principal exportador mundial de café, com 30,4% das exportações em volume, seguido pelo Vietnã, que participa com 17,1% nas exportações do mercado internacional (Figura 3). Em volume total exportado, o café verde representa de 81 a

85% do volume exportado entre 2015 e 2024, sendo o restante correspondente ao café torrado e moído (T&M) e solúvel. Brasil e Vietnã lideram a exportação de café verde, com 33,7% e 18,4% do mercado em 2024. Brasil também é o maior país exportador do volume agregado de café T&M e solúvel (14,5% em 2024), considerando que a UE representa um conjunto de países. A UE responde pela exportação agregada de 21,0% em 2024 (Figura 3). Ressalta-se que a UE não exporta café verde.

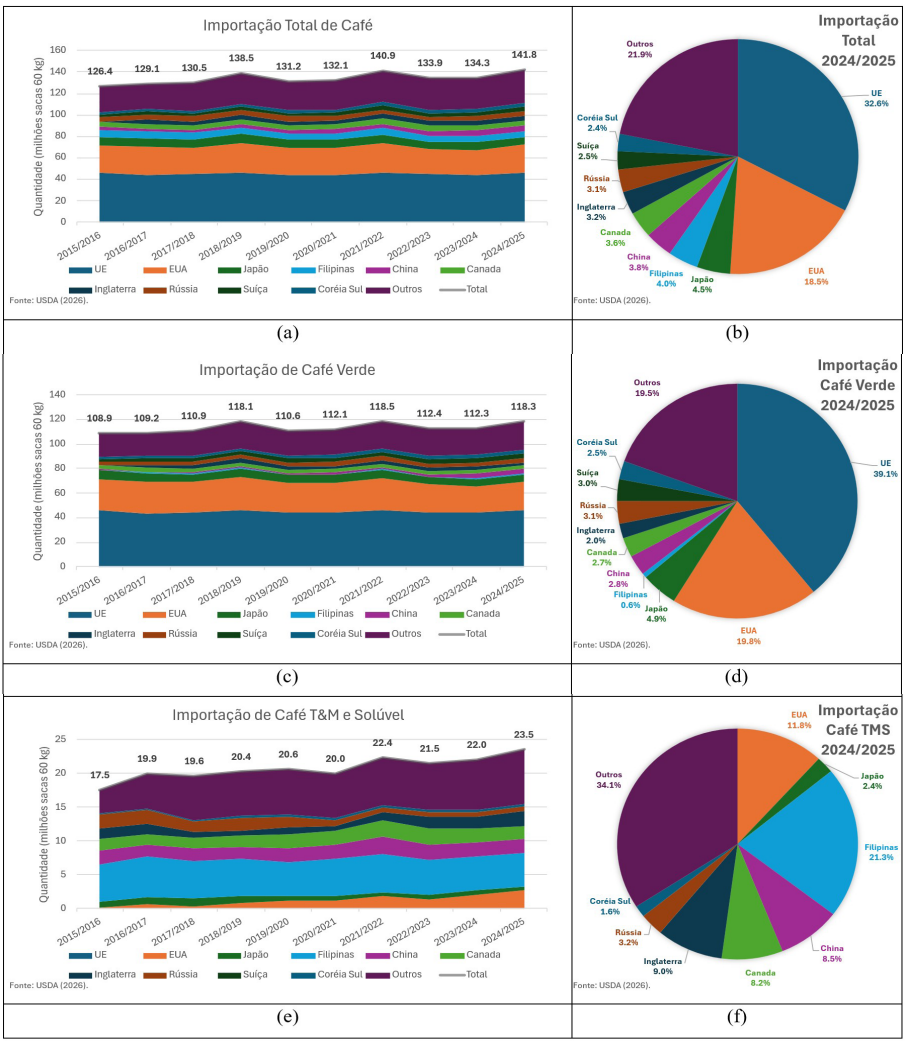
Figura 3: Exportações de café, 10 principais países: (a) Evolução da exportação total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na exportação total 2024/25; (c) Evolução da exportação de café verde 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na exportação de café verde 2024/25, (e) Evolução da exportação de café T&M e Solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação na exportação de café T&M e Solúvel 2024/25.



2.3. IMPORTAÇÕES

A elevada participação da UE nas exportações tem origem na importação de café verde, que em 2024, representou 39,1% do volume mundial. A UE não importa café T&M e solúvel. Estados Unidos (EUA) continuam sendo o maior importador global de café (18,5% em 2024), mas diferente dos países europeus, apresenta perfil de importações mais diversificado, com elevada participação no mercado de café verde (19,8% em 2024) e de café T&M e solúvel (11,8% em 2024). No segmento de café T&M e solúvel, Filipinas é um país que se destaca pela importação de 21,3% do volume comercializado em 2024 (figura 4).

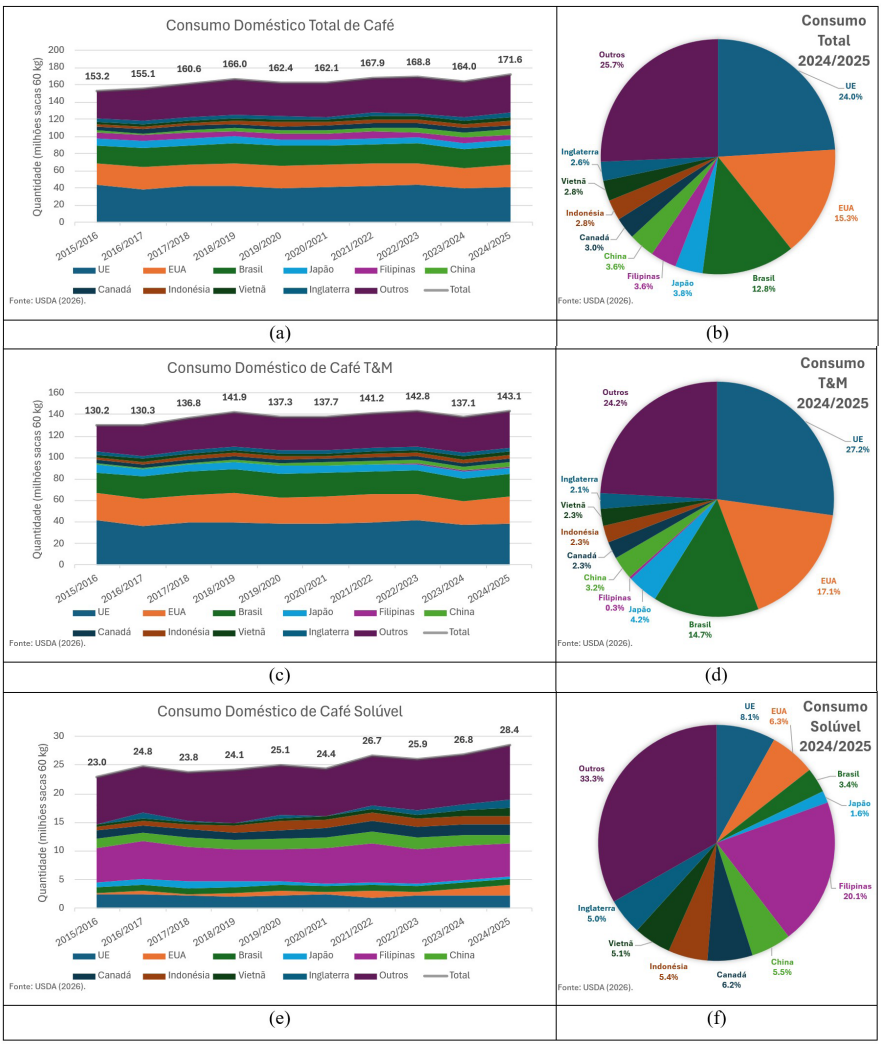
Figura 4: Importações de café, 10 principais países: (a) Evolução da importação total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na importação total 2024/25; (c) Evolução da importação de café verde 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na importação de café verde 2024/25, (e) Evolução da importação de café T&M e Solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação na importação de café T&M e Solúvel 2024/25.



2.4. CONSUMO

O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de café (12,8% em 2024), atrás apenas dos EUA (15,3%). Os países da UE ficam com 24,0% do café consumido mundialmente em 2024. O segmento de café T&M corresponde a cerca de 85% do volume global de consumo de café, sendo 15% correspondente ao café solúvel. UE, EUA e Brasil respondem juntos por 58,9% do café T&M consumido mundialmente em 2024. No segmento de café solúvel, Filipinas consome 20,1% em 2024, sendo o restante relativamente bem distribuído entre os demais países (figura 5).

Figura 5: Consumo doméstico de café, 10 principais países: (a) Evolução do consumo total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação no consumo total 2024/25; (c) Evolução do consumo de café T&M 2015/16 a 2024/25; (d) Participação no consumo de T&M 2024/25, (e) Evolução do consumo de café solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação no consumo de café solúvel 2024/25.



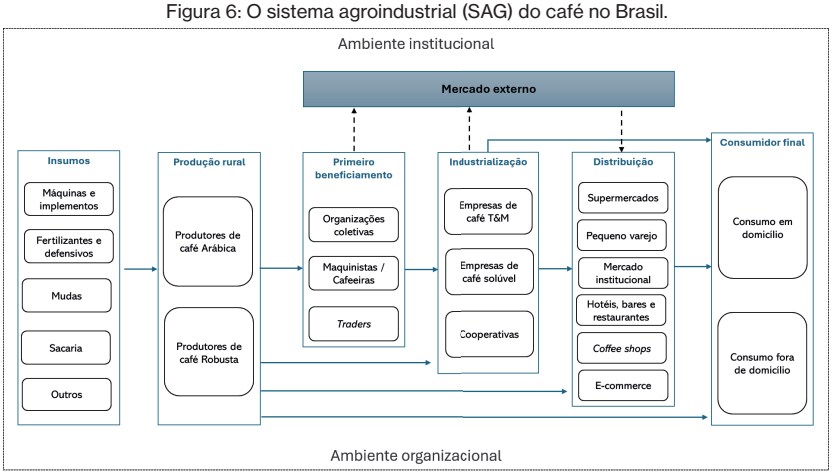
3. O SAG DO CAFÉ NO BRASIL

3.1. CONFIGURAÇÃO DO SAG DO CAFÉ NO BRASIL

Grosso modo, conforme ilustrado na figura 06, a cadeia do café é composta pelos seguintes elos ou segmentos: fornecimento de insumos agropecuários (mudas, fertilizantes, defensivos agroquímicos ou agroecológicos, sacarias, máquinas e implementos agrícolas, dentre outros); produção primária (produtores de café das espécies Arábica ou Robusta/ Conilon); primeiro processamento (beneficiamento para preparação e classificação do café verde); segundo processamento (com produção de café torrado em grão ou moído, cafés solúveis, além de preparações a base de café); distribuição (em atacado e varejo, tanto no mercado nacional ou no mercado externo); e consumo final, envolvendo diferentes produtos e formatos de varejo para consumo em domicílio e fora de domicílio.

Pela figura, observe-se o encadeamento de etapas que compõem a cadeia e os atores que predominam e cada uma delas. O esquema mostra uma simplificação das relações econômicas entre os atores nos diferentes segmentos, em que as transações são indicadas por setas. Dentro desse SAG, podem se configurar diferentes subsistemas (por exemplo, de café commodity e de cafés especiais), como será visto adiante. Além disso, estratégicas de integração vertical indicam que um ator pode atuar em diferentes segmentos, como no caso de produtores rurais que beneficiam, torram e moem seus cafés para venda direta ao consumidor final, por canais virtuais ou em feiras do produtor. Destaca-se, por fim, a importância das organizações coletivas nesse SAG (associações e cooperativas), assumindo a funções produtivas importantes na cadeia, como a industrialização do café, ou papel central em determinados subsistemas, como para implementação de Indicações Geográficas (IG).

Figura 6: O sistema agroindustrial (SAG) do café no Brasil.



Fonte: Elaborado a partir de Saes e Farina (1999) e Sera et al. (2025).

3.2. O SAG DO CAFÉ: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E COORDENAÇÃO DA CADEIA

Alguns aspectos têm relevância para compreensão da configuração e dinâmica do SAG do café no Brasil. Como visto anteriormente, o Brasil é um importante *player* no mercado global do café, sendo o principal produtor e exportador de café verde, e o segundo país que mais consome café no mundo, atrás dos EUA. Desde séculos passados, a produção cafeeira no Brasil foi voltada para exportações, considerando inclusive a importância econômica do ciclo do café, findado há quase um século (Caliari; Bueno, 2010). Embora observe-se uma cadeia historicamente dirigida para o mercado externo, nas últimas décadas ela tem se direcionado também ao consumo interno. Diferenças substanciais entre perfis de mercado e consumo no contexto doméstico e externo, impactadas por políticas públicas e atuação de organizações privadas nas últimas décadas, indicam uma dissociação em relação à qualidade do café: no geral, cafés de melhor qualidade alcançam o mercado externo, e cafés *commodity* ou de qualidade inferior suprem a demanda doméstica.

Como, pela própria característica técnico-produtiva da cafeicultura, o produtor de café especial também obtém cafés de menor qualidade em sua safra – muitas vezes de um mesmo talhão, esse agente acaba por participar de diferentes subsistemas dentro da cadeia. Assim, ao mesmo tempo que as dissociações se evidenciam a jusante, essa cadeia é caracterizada por um estreitamento a montante, envolvendo sobreposições de papeis na produção de cafés convencionais, sem grande diferenciação, fortemente direcionado para atendimento do mercado interno, e nos subsistemas mais especializados, de cafés finos e especiais, majoritariamente direcionados para o mercado externo. Ou seja: o produtor é o mesmo, mas o mercado de destino é distinto e muitas vezes se complementam em seus diferentes subsistemas[2].

Além disso, apesar de aparentemente simples em sua representação ilustrativa, muitas vezes descrita como uma mera sucessão de etapas sequenciais, ao se considerar suas diferentes camadas e interrelações, o SAG do café apresenta grande complexidade. Tal complexidade decorre de diferentes fatores, dentre os quais destacam-se: a heterogeneidade socioeconômica, técnico-produtiva, tecnológica e estrutural dos agentes intra e intersegmentos; a diversidade de mercados e produtos em termos de qualidade, indo desde cafés de qualidade inferior até cafés de qualidade excepcional; a forte interdependência entre as diferentes etapas da cadeia, com seus distintos subsistemas e mecanismos de coordenação; e as sobreposições de aparatos institucionais distintos,

[2] Vale destacar que o consumo de cafés diferenciados tem ganhado espaço no mercado interno, com o surgimento de cafés superiores, *gourmets* e especiais no mercado e a emergência de cafeterias especializadas em cafés especiais no Brasil.

associados a elementos sociais, históricos e culturais que influenciam desde a produção rural até o consumo do produto final.

Ao longo da cadeia, instituições de pesquisa, extensionistas, certificadores e equipes técnicas exercem papel estratégico ao gerar conhecimento, validar tecnologias e apoiar a adaptação do setor às demandas de torrefadores, consumidores e mercados nacionais e internacionais (Sera et al., 2025). Ao se considerar o ambiente institucional do SAG do café, entendido como o conjunto de regras formais e restrições informais (North, 1990), importantes mudanças foram observadas ao longo das últimas décadas no Brasil. A desregulamentação do mercado do café na década de 1990, marcada principalmente pela quebra do Acordo Internacional do Café em 1989 e pela extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990, acarretou menor disponibilidade de crédito e de subsídios ao setor no Brasil, maior exposição ao mercado externo e desregulamentação dos preços no varejo (Saes; Silveira 2014)[3].

Também se destacam mudanças importantes no âmbito de pesquisa nas últimas décadas, com destaque para a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, em 1997, envolvendo universidades, institutos de pesquisa e extensão rural e outros órgãos governamentais afetos ao setor (EMBRAPA CAFÉ, 2026). Sera et al. (2025) mencionam a importância das instituições de pesquisa para os avanços no SAG do café no Brasil, ressaltando seu papel para o melhoramento de cultivares, manejo da lavoura, colheita e pós-colheita, processamento, composição química dos grãos, torra, preparo de bebidas e aproveitamento de resíduos, dentre outros. Para os autores, a pesquisa contribui para ganhos de produtividade, qualidade, sustentabilidade, eficiência industrial e desenvolvimento de novos produtos, fortalecendo a competitividade do café brasileiro (Sera et al., 2025).

As transformações no ambiente institucional do SAG do café trouxeram importantes mudanças em termos organizacionais, tecnológicos e competitivos, imprimindo nova configuração e dinâmica na cadeia. Dentre as mudanças, destacam-se: (i) a concentração de mercado no fornecimento de insumos químicos, na indústria e na distribuição, com forte participação de empresas multinacionais; (ii) longo período de crise, com a exposição do setor ao livre mercado e preços baixos a produtores acostumados à regulamentação; (iii) início do movimento de diferenciação de produto na produção rural, diante da extinção do tabelamento de preços e possibilidade de diferenciais por qualidade (Saes; Silveira, 2014). Além disso, conforme destacam Volsi *et al*. (2019), com a queda do IBC, extinguiu-se também a política disponibilizar cafés de baixa qualidade para a indústria nacional a preços subsidiados, e direcionar os grãos de

[3] Para mais detalhes, ver Saes e Farina (1999).

maior qualidade para o mercado externo, viabilizando novas configurações da cadeia em âmbito nacional.

De maneira geral, as mudanças institucionais impulsionaram mudanças organizacionais importantes – dentre as quais destacam-se a criação, pela ABIC, do Programa Permanente de Controle de Pureza do café e do selo de pureza, em 1989, do Programa de Qualidade do Café (PQC), em 2004, e do Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) em 2007, unificados em 2023 no Programa de Certificação (ABIC, 2026). Ressalta-se ainda a criação da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) em 1991 (BSCA, 2026), assim como novas configurações da governança da cadeia, que deixa de ser exercida por organizações setoriais e estatais, e passa a ser conduzida pelo mercado, particularmente por grandes empresas da indústria e do varejo.

Ainda que o SAG do café seja composto por uma diversidade de segmentos e atores, não se observam grandes mudanças em termos de desenho da cadeia ao longo dos anos[4]. Entretanto, as novas configurações de governança, que emergem no período pós-desregulamentação setorial, se mostram mais complexas no caso de subsistemas específicos, como o de cafés especiais, o que exige esforços de coordenação para garantir a geração e a distribuição do valor gerado e evitar problemas de apropriação e ineficiências ao longo da cadeia (Guimarães et al., 2026). Por fim, ressaltam-se mudanças mais recentes ou ainda em discussão no regramento da cadeia, tais como a A Portaria SDA 570/2022, do Ministério da Agricultura (MAPA), que estabelece o padrão oficial de classificação do café torrado no Brasil (MAPA, 2022), e a recente constituição de grupo técnico para revisão da Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003 (MAPA, 2003), para proposição de mudanças na Classificação Oficial do Café (COB)[5].

Considerando a relevância de se compreender características gerais de oferta e demanda para um panorama geral do setor, nas próximas seções são apresentadas breve descrição e evolução dos segmentos de produção rural, indústria e consumo de café no país, assim como um olhar sobre o comércio internacional, com atenção especial às exportações de café do Brasil.

3.3. A PRODUÇÃO RURAL DE CAFÉ NO BRASIL

A produção comercial de café no mundo envolve duas espécies: o café Arábica (*Coffea arabica L.*) e o Robusta ou Conilon (*Coffea canephora*). Para as duas espécies, há no Brasil cerca de 130 cultivares registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária

[4] Vide, por exemplo, a figura da cadeia apresentada em Saes e Farina (1999) e Sera et al. (2025).

[5] Ver, por exemplo, https://www.bsca.com.br/proposta-de-atualizacao-da-in-mapa-no-08-2003-marca-novo-capitulo-para-a-cafeicultura-brasileira/

e Abastecimento (MAPA, 2026), com distinções em termos de adaptação a condições edafoclimáticas e a sistemas de produção, resistência a doenças como ferrugem e nematoides por exemplo, tolerância a déficit hídrico; e desempenho em termos de qualidade e produtividade, dentre outros aspectos.

No campo, a produção de café no Brasil pode se dar a partir de diferentes sistemas de produção – incluindo o convencional, orgânico, sombreado e agroecológico – e envolve um conjunto de etapas ou atividades, desde a escolha da muda, área e solo, plantio até a armazenagem pós-colheita (Ferreira, 2022). Os cuidados na atividade produtiva impactam diretamente na produtividade e na qualidade da bebida, e compreendem principalmente: (a) a escolha da cultivar, da área e solo, do sistema de plantio e espaçamento;(b) a implantação da lavoura; (c) o manejo do talhão (incluindo a fertilização, as podas, o controle de plantas invasoras e de pragas e doenças); (d) a colheita (que pode ser manual em derriça ou seletiva, semimecanizada ou mecanizada, com colheitadeiras); (e) as atividades de pós-colheita (pré-limpeza e limpeza e despolpa), secagem (especialmente em terreiros convencionais "de chão", terreiros suspensos, estufas ou secador rotativo ou de caixa); e (f) o armazenamento dos grãos. Ao final do processo, o produto pode ser o café em coco, no caso do café natural, o café descascado, que passa pelo descascador (via úmida), originando o "cereja descascado" (CD), ou o café despolpado ou lavado. A adoção dos diferentes processos, assim como a forma de realização dos mesmos, vai impactar na produtividade da lavoura e na qualidade da bebida (Ferreira, 2022).

Além da diferença em termos de espécie e estados produtores, a atividade cafeeira pode diferir em termos de estrutura fundiária; sistemas de produção; tecnologias de produção, colheita, pós-colheita e relação capital-trabalho, impactando no uso de mão-de-obra e desempenho em produtividade. Conforme destaca a Confederação Nacional da Agricultura,

> O país reúne desde modelos altamente mecanizados e tecnologicamente avançados, capazes de operar com custos reduzidos e competir mesmo em períodos de preços mais baixos, até sistemas intensivos em mão de obra ou localizados em áreas de maior restrição física, que apresentam menor eficiência econômica, mas desempenham papel fundamental na formação do volume total produzido (CNA, 2025, p. 03).

Se, por um lado, sistemas produtivos menos eficientes impactam no custo e no desempenho do produto em mercados cujo fator de competitividade é preço (café *commodity*), por outro lado, esses sistemas contribuem principalmente na produção de cafés com atributos diferenciados decorrentes de práticas produtivas específicas, certificações sociais e ambientais e atributos intrínsecos associados à região ou terroir,

especialmente na produção em áreas de montanha ou de limitada mecanização. Assim, a diversidade de sistemas de produção parece compor subsistemas para atender diferentes mercados, desde aqueles de alta concorrência em preço, até nichos de mercado de cafés diferenciados com potencial de agregação de valor (CNA, 2025).

Conforme dados do Censo Agropecuário, em 2017 um terço dos estabelecimentos rurais no Brasil produziam café, perfazendo 264.361 estabelecimentos agropecuários com plantação cafeeira, concentrados nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, São Paulo e Paraná. Do total de estabelecimentos com café no país naquele ano, cerca de 80% eram agricultura familiar, distribuídos nos principais estados (IBGE, 2017) (tabela 1).

Tabela 1: Número e proporção de estabelecimentos com produção de café verde em grão, por estado, tipologia e espécie de café, 2017.

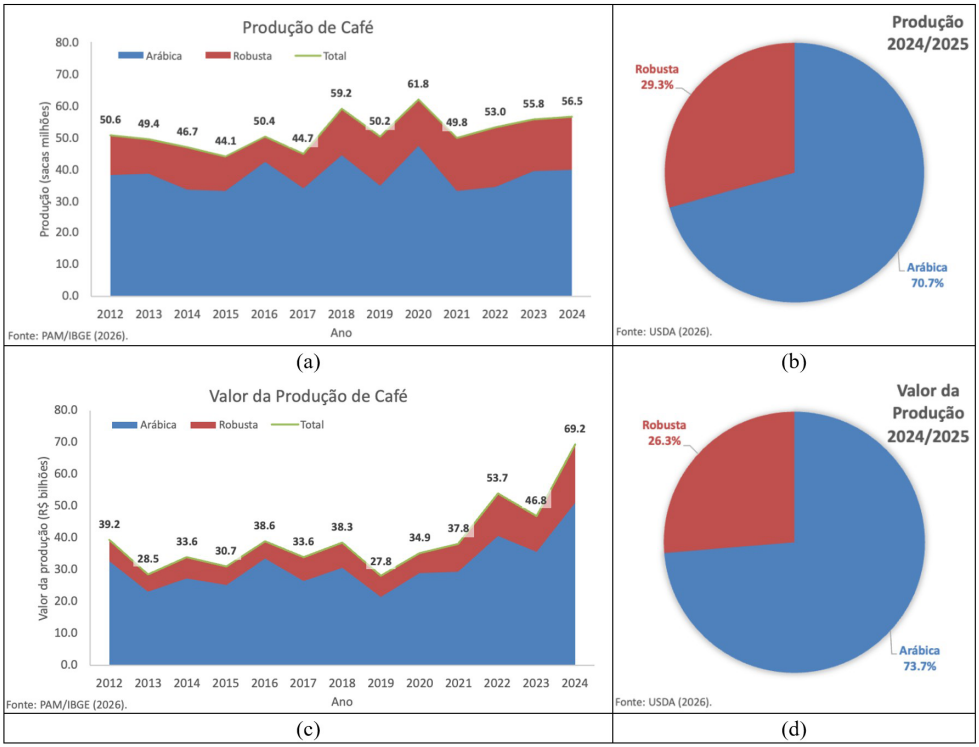
Estabelecimentos rurais com produção de café			% de estabelecimentos			
			Café Arábica		Café Robusta	
Principais estados	*Total*	*%*	*Agricultura familiar - não*	*Agricultura familiar - sim*	*Agricultura familiar - não*	*Agricultura familiar - sim*
Brasil	**264.361**	**100%**	**23%**	**77%**	**20%**	**80%**
Minas Gerais	123.019	47%	23%	77%	19%	81%
Espírito Santo	75.325	28%	*	*	23%	77%
Bahia	21.235	8%	28%	72%	30%	70%
Rondônia	17.336	7%	12%	88%	10%	90%
São Paulo	10.717	4%	34%	66%	30%	70%
Paraná	10.087	4%	19%	81%	*	*
Outros	6.642	3%	21%	79%	11%	89%

Fonte: IBGE, 2017.
* Nulo ou não representativo.

Em 2024, a produção de café do Brasil foi de 56,5 milhões de sacas de 60kg, um aumento de 28% em 10 anos, sendo mais de dois terços de café Arábica (figura 07a). Apesar da maior representatividade do café Arábica, ele vem perdendo importância frente ao Robusta: em 2015, o Arábica representava 75,5% da produção nacional de café, frente a 70,7% dez anos depois (figuras 7a e 7b).

O valor da produção do café foi de R$ 69,2 bilhões de reais em 2024, um aumento de 76,5% em dez anos (figura 7c), composto principalmente pelo café Arábica (73,7% do valor total da produção de café verde) (figura 7d). Conforme estimativas da Confederação Nacional da Agricultura, em 2026 o café deve ocupar a 5ª posição no valor bruto da produção agropecuária (VBP) no Brasil, com um valor de R$ 109,6 bilhões de reais (CNA, 2026).

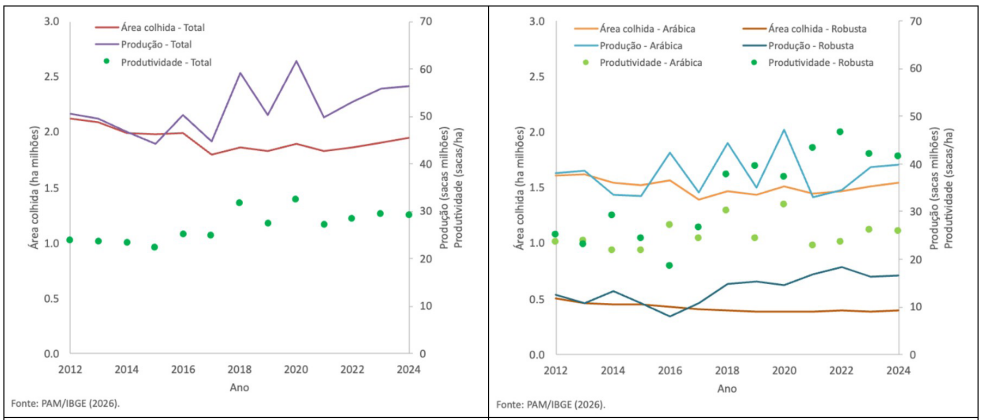
Figura 7: Café arábica e robusta, Brasil: (a) Evolução da produção 2012-2024; (b) Participação na produção 2024; (c) Evolução do valor da produção 2012-2024; (d) Participação no valor da produção 2024.



Em termos de produção, área colhida e produtividade no Brasil, de maneira geral, observa-se um aumento no volume produzido de café no Brasil, passando de 50,6 milhões de sacas de 60kg em 2012, para 56,5 milhões de sacas em 2024. Apesar do aumento da produção, ao longo dos últimos anos observa-se queda na área colhida, que reflete aumento da produtividade, entre 2012 e 2024, da ordem de 21,6% (figura 8a).

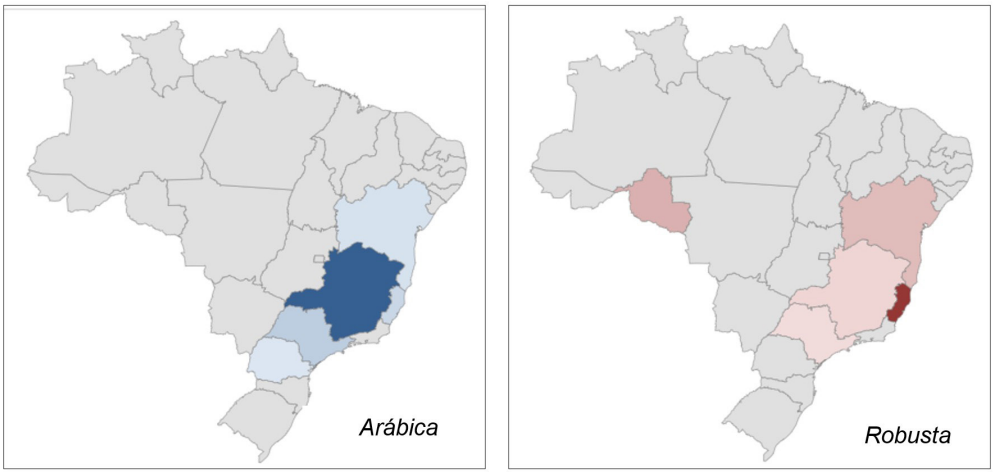
Dadas as inerentes distinções entre a produção das espécies Arábica e Robusta, assim como a diversidade de sistemas de produção e de manejo da cultura, observam-se diferenças nos indicadores de produção e produtividades para as duas espécies. Enquanto o café Arábica apresentou produtividade média de 25 sacas de 60kg por hectare (frente a 23,5 sacas em 2012), o café Robusta alcançou 41 sacas por hectare (frente a 25 sacas em 2012), um aumento de 65% no período (figura 8b). Ressalta-se que a maior produtividade do Robusta pode estar associada a avanços tecnológicos importantes no período.

Figura 8: Área colhida, produção e produtividade do café, Brasil, 2012-2024: (a) Total; (b) Arábica e robusta.



Em termos de distribuição espacial da produção de café no Brasil, tanto a produção de Arábica quando a de Robusta se concentra em poucos estados, como ilustrado na figura 9: para os dois casos, ressalta-se que os cinco principais estados respondem por 98% da produção total nacional de café (PAM/ IBGE, 2026).

Figura 9: Principais estados produtores de café, por espécie (2024).



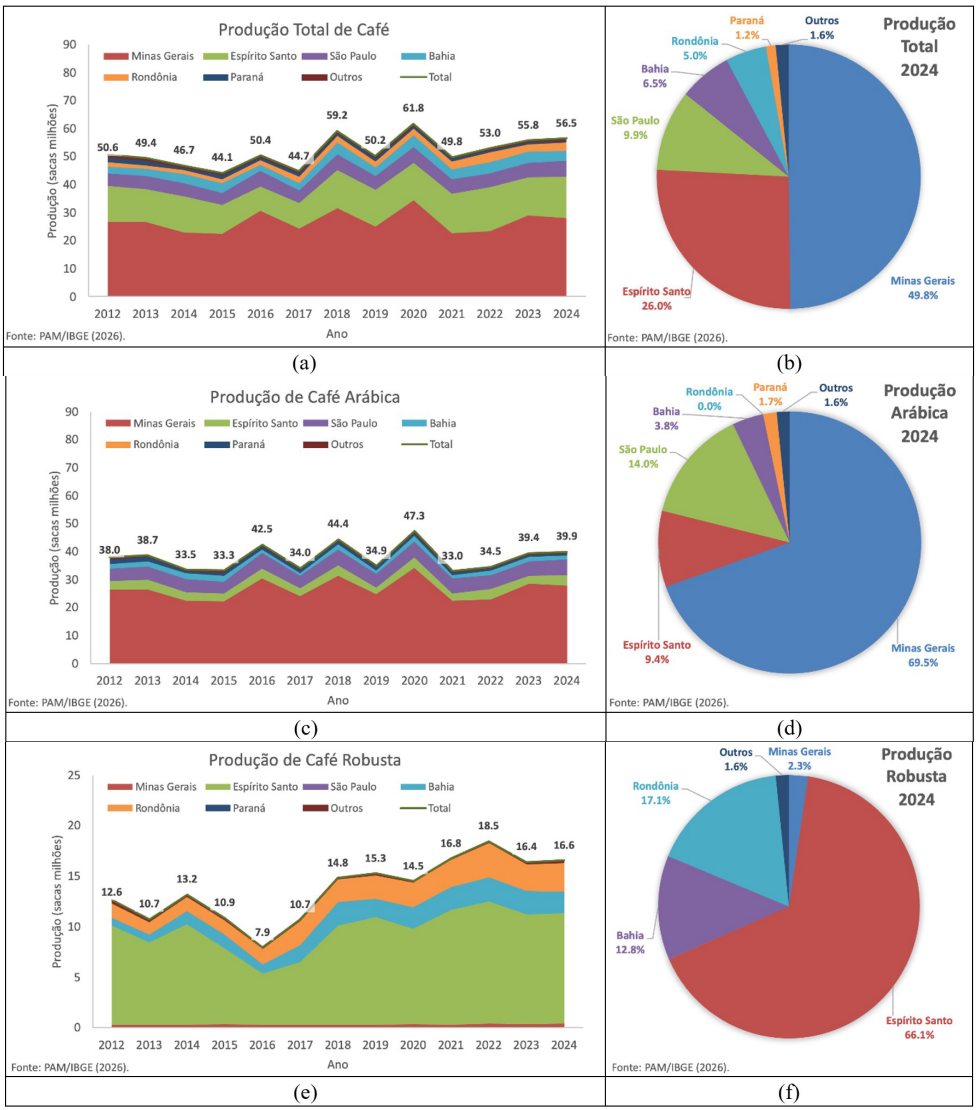
Fonte: PAM/IBGE, 2026.

Ao longo dos anos, a participação dos principais estados na produção total de café se apresenta da seguinte maneira: Minas Gerais se mantem como o principal estado produtor, com metade da produção nacional em 2024, seguido do Espírito Santo (26%), São Paulo (10%), Bahia (6,5%), Rondônia (5%), e Paraná (1,2%) (figura 10 a e 10b).

A produção anual de café Arábica se mostra relativamente estável entre 2012 e 2024, na casa dos 40 milhões de sacas de 60kg, concentrada nos estados

de Minas Gerais, São Paulo e Bahia (figura 10c e 10d). Ainda que sua importância na produção total de café no Brasil seja menor, o café Robusta tem apresentado aumento significativo da produção, passando de 12,6 milhões em 2012, para16,6 milhões de sacas de 60 kg em 2024, um aumento de mais de 30% no período, com destaque para os estados do Espírito Santo (66,1%) e Rondônia (17,1%), que ultrapassou a Bahia em 2019 (figura 10e e 10f).

Figura 10: Produção brasileira de café, 10 principais estados: (a) Evolução da produção total 2012 a 2024; (b) Participação na produção total 2024; (c) Evolução da produção de arábica 2012 a 2024; (d) Participação na produção de arábica 2024, (e) Evolução da produção de robusta 2012 a 2024; (f) Participação na produção de robusta 2024.



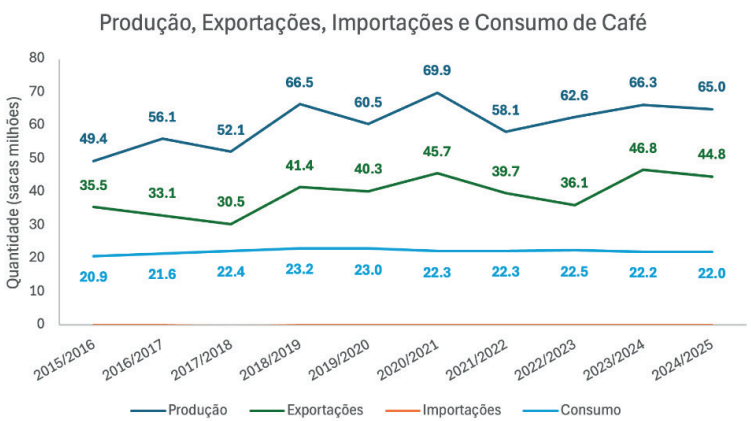
Conforme destacam Volsi *et al*. (2019), as transformações ao longo das décadas imprimiram novas dinâmicas na produção rural, especialmente com deslocamento de regiões produtoras. Enquanto São Paulo e Paraná mantiveram poucas regiões especializadas na produção de café, Minas Gerais e Espírito Santo expandiram suas atuações, se tornando os principais produtores no país; por fim, Bahia e Rondônia emergiram como importantes regiões produtoras. Enquanto, por exemplo, a produção de café em Rondônia dobrou entre 2015 e 2024, de 84,7 mil para 170,2 mil toneladas, o Paraná reduziu pela metade sua produção total, passando de 80,3 mil para 40,4 mil toneladas ao ano (PAM/ IBGE, 2026).

3.4. MERCADO EXTERNO, INDÚSTRIA E CONSUMO DE CAFÉS NO BRASIL

Elementos da oferta e demanda compõem o mercado do café no Brasil. Como visto, a produção nacional de café atende tanto ao mercado externo quanto ao interno. Na outra ponta da cadeia, o consumo de cafés no Brasil é suprido pela produção doméstica e por importações. A partir dos dados de produção, exportações, importações e consumo de café no país, observa-se que cerca de 70% do café produzido no país é exportado, perfazendo 65 milhões de sacas de 60kg na safra de 2024/2025, e representando um crescimento de 32% em relação à safra 2015/2016 (figura 11).

Na pauta das exportações de café, predomina o café verde, com 92% do total exportado em 2024 (figura 12 e tabela 2). As exportações de cafés diferenciados atingiram 9,1 milhões de sacas em 2024 (frente a 8,3 milhões em 2015), compostas principalmente por café arábica. Em 2024, as exportações brasileiras de cafés diferenciados tiveram como principais destinos Estados Unidos (22,2%), Alemanha (17,7%), Bélgica (10,95) e Países Baixos (6,7%) (Cecafé, 2024).

Figura 11: Produção, exportações, importações e consumo de café, Brasil, 2015/16 a 2024/25.



Fonte: USDA (2026).

Figura 12: Exportações de café verde e diferenciados: (a) Evolução das exportações 2015 a 2024; (b) Participação dos cafés diferenciados no total de café verde exportado 2024.

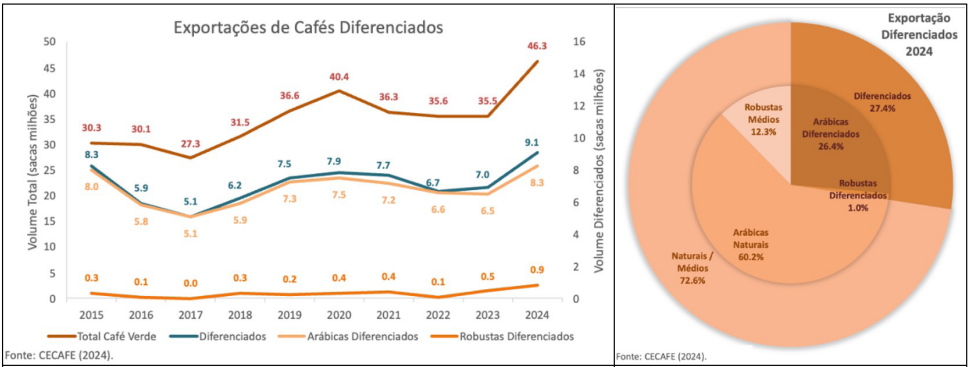


Tabela 2: Exportações brasileiras de cafés diferenciados, 2024 (sacas de 60 kg / US$ FOB)

Tipo Café / Qualidade	Volume sacas 60 Kg	Participação (%) no volume total da exportação	Receita Cambial US$ FOB	Participação (%) no valor total da exportação	Preço Médio (US$ / saca)	Variação de Preço dos Cafés Diferenciados
TOTAL GERAL EXPORTAÇÕES	**50.443.037**	**100,0%**	**12.514.639.729,64**	**100,0%**	**248,09**	
Industrializado (Solúvel e T&M)	4.141.408	8,2%	974.424.803,60	7,8%	235,29	
Total Café Verde	46.301.629	91,8%	11.540.214.926,05	92,2%	249,24	Ágio Média Naturais 14,4% / Ágio Média Café Verde 11,3%
Diferenciados	**9.140.958**	**18,1%**	**2.534.644.642,89**	**20,3%**	**277,28**	
Naturais / Médios	37.160.671	73,7%	9.005.570.283,15	72,0%	242,34	
Arábicas	36.946.011	73,2%	9.533.906.371,00	76,2%	258,05	Ágio Naturais 10,2% / Ágio Média Arábica 7,7%
Arábicas Diferenciados	8.289.230	16,4%	2.304.319.745,50	18,4%	277,99	
Arábicas Naturais	28.656.781	56,8%	7.229.586.625,50	57,8%	252,28	
Robustas	9.355.618	18,5%	2.006.308.555,05	16,0%	214,45	Ágio Médios 29,5% / Ágio Média Robusta 26,1%
Robustas Diferenciados	851.728	1,7%	230.324.897,40	1,8%	270,42	
Robustas Médios	8.503.890	16,9%	1.775.983.657,65	14,2%	208,84	

Fonte: Cecafé, 2024.

Ao se considerar o tipo de bebida, das 38,95 milhões de sacas de café arábica verde exportadas em 2024, 834,4 mil (2%) foram de cafés especiais ou *gourmet*. Para o caso do Robusta, apenas 4 mil sacas de café verde especial ou gourmet (0,04%) compuseram o total de 9,36 milhões de sacas de Robusta exportadas em 2024 (CECAFÉ, 2024). Os dados reforçam o posicionamento do Brasil como um grande exportador de café *commodity*, ainda que os cafés diferenciados pareçam estar ganhando espaço ao longo dos últimos anos.

Por ser um importante *player* no mercado, o Brasil sustenta vantagem comparativa, mantendo-se como grande exportador mundial, se posicionando como um exportador de café verde *commodity*. Das 50,44 milhões de sacas de café exportadas pelo Brasil em

2024, apenas 4,14 milhões (8%) foram de café industrializado, sendo predominantemente café solúvel. Das exportações de café industrializado naquele ano, somente 384 sacas foram de café especial ou *gourmet* (Cecafé, 2024).

Segundo dados da Cecafé (2024), enquanto o valor médio da saca de café verde especial ou *gourmet* exportado ficou próximo a US$ 280,00 FOB, a saca do café torrado especial ou *gourmet* exportado atingiu a cifra de US$ 1.435,35 FOB, o que indica o potencial de agregação de valor do processamento. Assim, há desafios a serem superados quando se trata de cafés torrados. Gomes, Fernandes e Barbosa (2025) identificaram que mesmo com o crescimento da demanda por cafés especiais no mundo, o Brasil é um importador de café torrado, enquanto a Colômbia, por exemplo, é um exportador deste produto.

Como citado, o consumo nacional de café é atendido majoritariamente pela produção interna, representando 22 milhões de sacas (2024/2025), e se mostrando relativamente estável no período de 10 anos, indicando que o aumento da produção tem sido direcionado ao mercado externo. De fato, no período de 10 anos, as exportações brasileiras de café passaram, de 35,5 milhões para 44,8 milhões de sacas de 60Kg, um acréscimo de 26% no período. Já as importações são pouco representativas, atendendo 0,3% do consumo doméstico total (figura 11).

O café verde destina-se principalmente ao processamento em dois grandes subsegmentos no Brasil: torrefação e moagem (produção de café torrado, em grão ou moído - T&M), e produção de café solúvel[6]. Em termos de volume, em 2025 a indústria de T&M produziu 21 milhões de sacas de 60kg, com um faturamento de R$ 46,2 bilhões (ABIC, 2026), enquanto a indústria de café solúvel apresentou uma produção da ordem de 5,4 milhões de sacas, das quais 3,68 milhões foram destinadas ao mercado externo, gerando receita de mais de US$ 01 bilhão (ABICS, 2026).

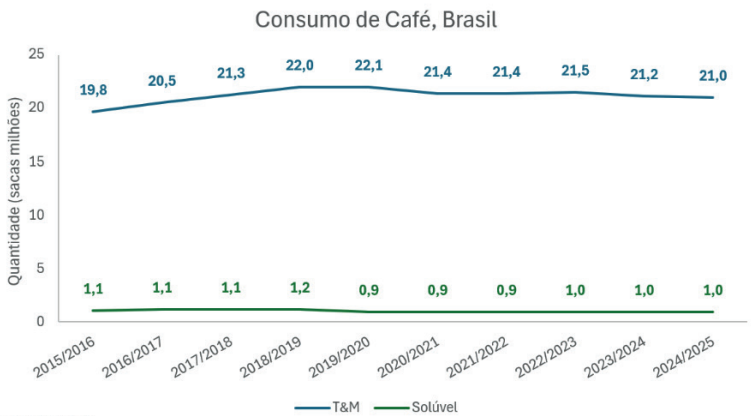
No Brasil, os processos de produção industrial e a estrutura tecnológica e produtiva nos dois subsegmentos são bastante distintos, envolvendo tecnologias e escala consideravelmente maiores para o caso do café solúvel (Saes e Farina, 1999; Vieira e Tannus, 2021). Nesse contexto, a indústria de café solúvel é altamente concentrada: a produção de café solúvel no Brasil é realizada por apenas sete empresas, em oito plantas produtivas, com capacidade anual de processamento de até 132 mil toneladas (ABICS, 2026). No caso do café torrado e moído (T&M), conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em 2025 as torrefadoras de menor porte (nano, micro e pequenas empresas, que processam até 1.000 sacas por mês) representaram juntas 83% das empresas associadas, enquanto as grandes empresas (com mais de 5.000

[6] O café também compõe outros produtos do setor de alimentos e bebidas, como preparados de café (cappuccino, por exemplo), assim como da indústria farmacêutica e de cosméticos.

sacas mensais) compuseram 5% do número total de associadas. No mesmo ano, essas grandes empresas responderam por mais de 87% do volume total, enquanto as nano, micro e pequenas empresas detiveram 4,4% do mercado (ABIC, 2026).

Ao longo dos últimos 10 anos, o consumo de café no Brasil foi suprido principalmente pela indústria de café torrado e moído. Em 2024/2025, do total de 22 milhões de sacas de café consumidas no Brasil, 21 milhões foram de café T&M. Enquanto o consumo de café T&M apresentou aumento de 6% entre 2015/2016 e 2024/2025, o consumo de café solúvel mostrou queda de 12%, o que reforça a preferência do consumidor brasileiro pelo T&M (figura 13).

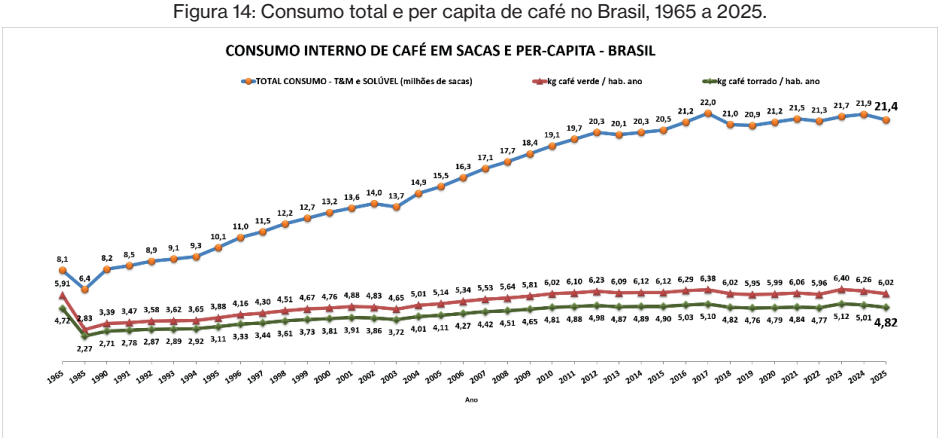
Figura 13: Consumo de café T&M e solúvel, Brasil, 2015/16 a 2024/25.



Fonte: USDA (2026).

Ao se considerar o consumo de café por habitante no país, embora historicamente o consumo per capita de T&M tenha crescido, nos últimos 10 anos ele se mostra relativamente estável, na casa de cerca de 5kg por habitante/ano (figura 14).

Figura 14: Consumo total e per capita de café no Brasil, 1965 a 2025.



Fonte: ABIC, 2026.

A figura 14 apresenta informações gerais sobre o consumo interno de cafés no Brasil em 2024 e 2025, em comparação aos anos anteriores. Enquanto o consumo de café T&M apresenta leve queda, tanto em termos totais quanto per capita, o consumo de café solúvel se mostra em ascensão, apresentando alta de 1,7% entre 2023 e 2024, e de 9,52% entre 2024 e 2025. Essas variações podem ser decorrentes dos altos preços da *commodity* no mercado, o que pode ter encarecido o produto final ao consumidor e impulsionado o consumo de café solúvel, normalmente mais barato que o café T&M.

Figura 15: Consumo interno de café no Brasil, 2024 e 2025.

CONSUMO INTERNO DE CAFÉ 2024

CATEGORIA	ANO ANTERIOR (Nov/22 a Out/23) (scs/ano)	ANO ATUAL (Nov/23 a Out/24) (scs/ano)	VARIAÇÃO %
Indústrias associadas	14.737.540	14.999.060	1,77
Indústrias não-associadas	5.887.690	5.848.560	-0,66
TOTAL DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO	20.625.230	20.847.620	1,08
Indústria de café solúvel	1.050.740	1.068.620	1,70
TOTAL NACIONAL DE CONSUMO DE CAFÉ (scs/ano)	21.675.960	21.916.240	1,11
PER CAPITA			
Consumo per capita: café em grão cru (kg/hab.ano)	6,40	6,26	-2,22
Consumo per capita: café torrado e moído (kg/hab.ano)	5,12	5,01	-2,22

CONSUMO INTERNO DE CAFÉ 2025

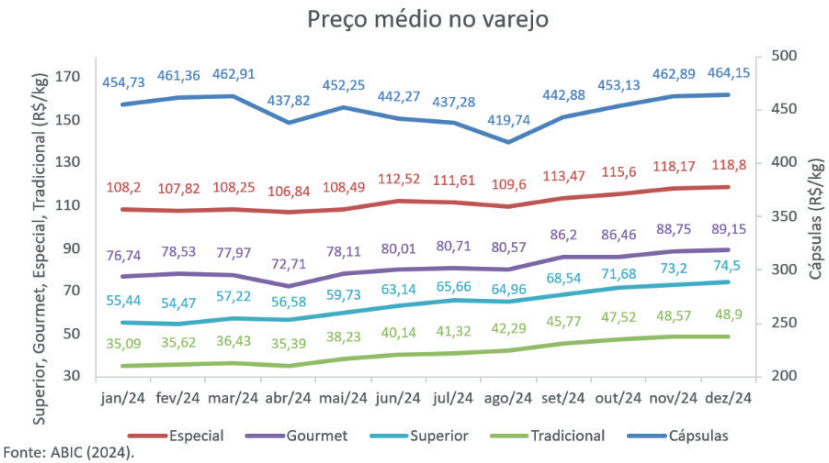
CATEGORIA	ANO ANTERIOR (Nov/23 a Out/24) (scs/ano)	ANO ATUAL (Nov/24 a Out/25) (scs/ano)	VARIAÇÃO %
Indústrias associadas	14.941.960	14.571.480	-2,48
Incústrias não-associadas	5.905.670	5.667.600	-4,03
TOTAL DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO	20.847.620	20.239.080	-2,92
Indústria de café solúvel	1.068.620	1.170.360	9,52
TOTAL NACIONAL DE CONSUMO DE CAFÉ (scs/ano)	21.916.240	21.409.440	-2,31
PER CAPITA			
Consumo per capita: café em grão cru (kg/hab.ano)	6,26	6,02	-3,88
Consumo per capita: café torrado e moído (kg/hab.ano)	5,01	4,82	-3,88

Fonte: ABIC (2025, 2026).

Como já mencionado, o SAG do café engloba uma diversidade de cafés em termos de qualidade, indo desde o café *commodity* até cafés de qualidade excepcional. No varejo, são encontrados diversos tipos e qualidades de café, apresentando-se em diferentes categorias. A figura 16 apresenta os preços médios mensais de cafés no varejo em 2024,

e indica diferenças importantes entre as categorias. Para todos os casos, observa-se aumento de preços entre janeiro e dezembro de 2024, o que também aconteceu em 2025 (ABIC, 2026). Percentualmente, os cafés tradicionais e extrafortes são os que apresentaram maior aumento de preços no período (39,4%), seguidos de cafés superiores (34,4%), café *gourmet* (16,2%), especiais (9,8%) e em capsulas (2,1%) (ABIC, 2026).

Figura 16: Preço médio do café no varejo, 2024.



Fonte: ABIC (2024).

Assim como a montante, a cadeia passa por importantes transformações a jusante. Ainda que a maior parte do consumidor brasileiro consuma o café tradicional ou extraforte, os cafés especiais ou *gourmets* começam a ganhar espaço. Ainda que o consumo de café no Brasil se mostre relativamente estável em termos de quantidade, observam-se importantes mudanças qualitativas. Estudos tem mostrado que as "ondas de consumo" coexistem no mercado brasileiro, indo desde o consumo massivo em casa (primeira onda) até o consumo em cafeterias especializadas com foco em qualidade e origem (terceira onda), por consumidores mais jovens que buscam informações sobre região de procedência e produtor, variedade do grão e métodos de processamento pós-colheita, podem valorizam também outros apelos, como ética e sustentabilidade (Teles; Behrens, 2020; Portela et al., 2026), indicando tendências para o setor, como será visto na próxima seção.

4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ

Como demonstrado anteriormente, o Sistema Agroindustrial (SAG) do café é inserido no mercado global e sujeito a diferentes fatores externos e dinâmicos que

moldam a concorrência, levando os agentes à adoção de estratégias diversas. Além disso, a dotação de recursos e capacidades influencia as escolhas estratégicas de cada agente, imersos em um ambiente regulador e que provê incentivos e restrições por meio de regras e políticas públicas.

Nesse contexto, há algumas tendências globais que estão presentes em todos os elos do SAG do café. A sustentabilidade é um dos grandes temas da atualidade, pilar central nos sistemas agroindustriais. Pelo lado da produção, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis como a agricultura regenerativa com a preservação da biodiversidade e a eficiência no uso da água, é vital para mitigar os impactos das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição (tripla crise planetária). Já a demanda é impulsionada por consumidores cada vez mais exigentes e conscientes, que valorizam certificações socioambientais, de comércio justo (*fair trade*) e registros de origem. Saber o que há na xícara de café tem feito parte da decisão de consumo.

As respostas estratégicas dos agentes no SAG do café à agenda do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, ambiental e social diferem entre seus elos e entre a heterogeneidade de agentes que o compõem. A utilização de bioinsumos e a prática da agricultura regenerativa, por exemplo, embora mitiguem passivos ecológicos locais, demandam adoção de tecnologia, muitas vezes inacessíveis a pequenos produtores e da agricultura familiar.

A tripla crise planetária está relacionada às maiores emergências ambientais que ameaçam o futuro: a mudança climática, a perda de biodiversidade e a poluição (UNCC, 2026). A atividade agropecuária intensiva tem um papel importante para a mudança climática e perda de biodiversidade, ao passo que é profundamente afetada por esses fatores. As mudanças climáticas têm afetado sobremaneira a produção de café no Brasil, com destaques para Minas Gerais e São Paulo, maiores estados produtores que enfrentam ondas de calor, escassez e irregularidade de chuvas (Anuário, 2025). Para enfrentar este cenário algumas estratégias de mitigação têm sido adotadas, dentre elas está a agricultura regenerativa.

Entende-se como agricultura regenerativa "um conjunto de práticas agrícolas que visa reverter o esgotamento dos recursos naturais causado por modelos de agricultura baseados em insumos químicos externos, agressivos à vida do solo e não adaptados aos ambientes locais" (Mangabeira *et al*., 2025). A adoção de práticas que visam restaurar e melhorar a saúde do solo, a biodiversidade e os ecossistemas como a minimização do revolvimento mecânico e a cobertura permanente do solo (plantas e palhada), a diversificação, rotação de culturas, os sistemas agroflorestais (Lavoura-Pecuária-Floresta)

e o uso de bioinsumos estão entre as práticas adotadas. Na cafeicultura, a verificação de que uma prática agrícola é regenerativa é feita por empresas certificadoras independentes e organismos internacionais, que emitem selos de garantia para os produtos a exemplo do selo "Agricultura Regenerativa" do programa Certifica Minas emitido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o Padrão de Agricultura Regenerativa emitido pela *Rainforest Alliance* e o selo regenagri®, emitido pela empresa Illycaffè. Destaca-se que a empresa lançou um café que identifica tanto aspectos de sustentabilidade quanto a origem, o *Arabica Selection Brasile Cerrado Mineiro*, café que garante a preservação do solo, biodiversidade e adaptação climática.

Outro destaque é o crescimento do mercado de bioinsumos ou insumos biológicos na cafeicultura. Os bioinsumos são definidos pelo MAPA (Brasil, 2020) como "produto, processo ou a tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos". Podem ser biofertilizantes, bioestimulantes, biorestauradores de solo e biodefensivos. O Brasil tem investido em pesquisa e desenvolvimento e na formação de pessoas para ampliar a oferta de diferentes bioinsumos, como fungicidas, nematicidas, inseticidas biológicos (Iwanicki e Delalibera, 2025). Os pesquisadores apontam para a importância da regulamentação brasileira na forma da Lei 4.072, em 2002, que diferenciou produtos biológicos de produtos químicos, permitindo um salto no número de registros de novos bioinsumos no Brasil[7].

Considerando o mercado externo, a *European Union Deforestation Regulation* (EUDR), a nova regulação ambiental da União Europeia, impacta os agentes envolvidos na cadeia produtiva do café que acessam os seus mercados. De acordo com Zanchet, Martins e Espósito (2025), a EUDR tem como objetivo impedir que commodities associadas ao desmatamento entrem no mercado europeu. Para prevenir que isso aconteça, todos os agentes da cadeia precisam cumprir os seguintes requisitos: prover a geolocalização precisa da produção; comprovar de desmatamento zero após 31/12/2020; fornecer documentação fundiária e ambiental completa (CAR, licenças, outorgas); e apresentar declaração de *due diligence* submetida via plataforma oficial da EU com informações sobre a conformidade com a legislação aplicável no país de origem. As exigências devem ser compridas até o final de 2026. Além disso, a regulação de diferentes países ou blocos

[7] Os pilares *Environmental, Social, and Governance* (ESG) representam um conjunto de critérios para avaliar a sustentabilidade, a responsabilidade social e o impacto ético de uma empresa, organização ou cadeia produtiva. Esta tem sido uma busca entre os agentes do SAG do café (GCP, 2026).

econômicos também tende a ser rígida quanto ao uso de agroquímicos e segurança do alimento, reforçando a necessidade de adoção de práticas sustentáveis em todos os elos da cadeia do café. Tais exigências representam mais desafios relacionado à produção do café e à coordenação da cadeia.

Sob a ótica social, constata-se um crescimento na mobilização de mulheres na cafeicultura brasileira. Esse movimento se consolida por meio de capacitações, desenvolvimento de projetos, melhoria na qualidade da produção, participação em concursos e na realização de negócios que geram maior valor agregado para esse público. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca o papel da *International Women´s Coffee Alliance* (AIMC-Brasil) na mobilização, capacitação das mulheres e acesso aos mercados, por exemplo no caso do grupo "Cerejas do Café" (OIA, 2024).

O trabalho é um ponto sensível na cafeicultura. O relatório do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - Smart Lab21 revela que o cultivo do café foi o segmento com maior número de resgates de trabalho análogo ao escravo, sendo Minas Gerais o estado com maior número de ocorrências[8].

A agricultura familiar tem um importante papel na cafeicultura. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), esta categoria foi responsável por cerca de 34% da produção de café Arábica e 55% do café Robusta no Brasil. Embora os pequenos agricultores representem 77% das propriedades rurais no Brasil, eles detêm apenas 23% da área agrícola do país. De acordo com Cardoso, Lourenzani e Bernardo (2026), apesar de a agricultura familiar desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, na segurança alimentar e na preservação ambiental, esses produtores ainda enfrentam severas barreiras estruturais. A disparidade na distribuição de terras, somada à heterogeneidade da categoria, ao baixo nível de escolaridade e à restrição de acesso a instrumentos da política pública, culmina em um acesso limitado a novas tecnologias de produção e aos mercados consumidores.

A adoção de estratégias de agregação de valor e valorização dos territórios por meio de certificações e Indicações Geográficas tem sido marcante no SAG do café do Brasil, com possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar. Os cafés cultivados em diferentes regiões produtores do país têm um enorme potencial para agregação de valor aos produtores e aos territórios, considerando que o Brasil tem dimensões continentais e abriga uma rica diversidade de terroirs[9] que resultam em diferentes perfis sensoriais.

---

[8] De acordo com OIA (2024), entre 2017 e 2023, a fiscalização do trabalho em Minas Gerais, maior produtor brasileiro de café, encontrou 1.288 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nesta atividade, sendo que 740 destes (77,7%) estavam nas piores formas.

[9] O *terrior* é resultante da interação entre clima, solo, altitude, microbiota e fator humano que confere um perfil sensorial único ao café.

O estado de São Paulo lançou em 2025 o projeto "Rotas do Café"[10], iniciativa que organiza e promove experiências ligadas à produção local, à cultura e às vocações regionais do estado (São Paulo, 2026). O intuito é promover a cultura, o turismo e desenvolver as regiões. O projeto conecta produtores, empreendimentos e destinos em percursos estruturados, que facilitam o planejamento da viagem e ampliam a permanência do turista.

As Indicações Geográficas (IGs) são classificadas como ativos de propriedade industrial cuja função é salvaguardar e conferir reconhecimento a produtos ou serviços associados a uma determinada região notória, ou que apresentem qualidades e atributos intrínsecos decorrentes de seu meio geográfico (INPI, 2026). As IGs podem ser consideradas sob diferentes perspectivas. Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, são compreendidas como instrumentos capazes de valorizar recursos territoriais específicos, promover a coordenação entre atores locais e estimular processos de desenvolvimento econômico e social (Fronzaglia, 2020). Ao reconhecer a singularidade dos produtos vinculados ao território, contribuem para a geração de renda, fortalecimento da identidade local, preservação de conhecimentos tradicionais e ampliação das oportunidades de inserção em mercados diferenciados (Niederle, 2014).

Sob a perspectiva da firma, consiste em uma escolha estratégica para qualificar, agregar valor e diferenciar o produto ou serviço do território junto ao mercado consumidor. Tal estratégia depende da capacidade individual e coletiva de utilizar recursos e capacidades para aproveitar as oportunidades e adotar estratégias que resultem em vantagens competitivas (Maiork e Dallabrida, 2015; Niederle, 2014). Vale ressaltar que o mercado consumidor tem mudado, os consumidores têm priorizado alimentos respaldados por certificações e/ou registros de origem, os quais atestam, respectivamente, a conformidade com padrões normativos e o vínculo dos produtos com os territórios (Cardoso, Lourenzani e Bernardo, 2026). Essa preocupação com a origem fundamenta-se na exigência de maior transparência quanto à composição do alimento, avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados por sua produção e valorização de características intangíveis como o saber-fazer local.

No Brasil, há 25 IGs de café, seja Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO) (INPI, 2026). Os estados de Minas Gerais e São Paulo são os que mais abrigam registros de IGs de café: Minas Gerais - Região do Cerrado Mineiro (IP e DO); Campo das Vertentes (IP); Chapada de Minas Gerais (IP); Matas de Minas (IP); Sudoeste de Minas (IP); Mantiqueira de Minas (DO); Canastra (DO). São Paulo: Alta Mogiana (IP); Região de Pinhal (IP); Região de Garça (IP); Vale da Grama (IP); Torrinha (IP); Nova Alta Paulista (IP); Circuito das Águas Paulista (IP).

[10] A rota do café pode ser acessada em: https://www.rotasdesp.sp.gov.br/rotasdesp/as-rotas/rotas-do-cafe

Várias são as possibilidades de promover uma cafeicultura sustentável, impulsionadora do desenvolvimento territorial e do bem-estar para os agentes envolvidos. No entanto, a implementação de tais estratégias são desafiadoras considerando que há uma diversidade e heterogeneidade de cafeicultores, familiares e não-familiares, envolvidos na produção de café. Há agricultores mais vulneráveis que enfrentam acesso limitado a instrumentos da política pública, com destaque à assistência técnica e extensão rural. Moda *et al*. (2022) apontam para a necessidade da governança ao longo da cadeia para dar suporte aos cafeicultores mais vulneráveis para que consigam cumprir as exigências das certificações e registros, além de melhor comunicação sobre as certificações e registros de origem. Somado a isso, considera-se que limitações associadas às certificações e à produção de cafés especiais apresentam interfaces. Conforme destacam Sera et al. (2025), a necessidade de elevados investimentos em equipamentos, certificações e rastreabilidade restringe a produção de cafés especiais no Brasil a poucos produtores. Segundo os autores, as certificações desempenham um importante papel na garantia da qualidade e da sustentabilidade, sendo essenciais para diferenciar os cafés especiais brasileiros no mercado global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um dos países mais importantes no mercado global do café. Principal produtor e exportador de café verde, também se consolida como o segundo país que mais consome café no mundo. Embora a produção cafeeira, desde sua introdução no Brasil, tenha sido historicamente voltada para o mercado externo, nas últimas décadas há um direcionamento também ao consumo interno, com movimento particular para nichos de mercado. Nas exportações, permanece a predominância do café verde *commodity*, mas os cafés diferenciados vêm aumentando sua fatia de mercado, tendo EUA e países da Europa como principais destinos. O mercado interno brasileiro, marcado pelo consumo de café torrado e moído (T&M), também abre espaço para os cafés diferenciados, que ganham espaço, com a ampliação do consumo de cafés superiores, *gourmets* e especiais, acompanhado da emergência de cafeterias especializadas em cafés especiais. As importações de café têm sido pouco relevantes em termos de volume e valor, sendo o mercado doméstico majoritariamente suprido pela produção interna.

A inserção no mercado internacional marcada pela exportação de café *commodity* dirige a análise para os elos mais próximos da jusante, na cadeia de valor do café. A produção brasileira de café é marcada pela concentração nos estados Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, São Paulo e Paraná. Nos anos recentes,

destaca-se o aumento da produção de robusta com maior avanço nos estados do Espírito Santo e Rondônia.

A grande heterogeneidade dos sistemas de produção de café no Brasil pode ser analisada sob a perspectiva de diversificação de produtos, cada vez mais e melhor caracterizados segundo sua territorialidade, o que abre oportunidades para atender diferentes mercados, desde os mais competitivos, até os nichos de maior valor adicionado.

A sustentabilidade é o pilar central das tendências mais recentes para a cadeia de valor do café. A sustentabilidade é puxada por consumidores cada vez mais exigentes, que valorizam, além da certificação de qualidade intrínseca ao processo e produto, certificações socioambientais, de comércio justo e registro de origem (procedência e produtor), incorporando valores associados à justiça, transparência e ética. Esse novo perfil de consumo, produz um mercado onde coexistem lado a lado, consumidores das distintas ondas de consumo, desde o cafezinho preparado em casa até as cafeterias especializadas com foco em qualidade e origem. Neste processo de mudança, as grandes empresas da indústria e varejo, cada vez mais assumem um papel de governança na cadeia, que anteriormente era ocupado pelo estado.

Na produção, o valor atribuído à sustentabilidade abre oportunidades para a adoção de sistemas agroflorestais (SAF); sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); práticas de agricultura regenerativa e preservação de biodiversidade; práticas para eficiência no uso da água; e emprego de bioinsumos. O desafio está na inserção heterogênea dessas práticas, que demandam adoção de novas tecnologias, muitas vezes inacessíveis a pequenos produtores e da agricultura familiar, responsáveis por parcela representativa da produção nacional de café. Portanto, ainda que haja avanço na mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas, estas têm afetado a produção de café no Brasil, com destaques para Minas Gerais e São Paulo, maiores estados produtores que enfrentam ondas de calor, escassez e irregularidade de chuvas.

As Indicações Geográficas ganharam centralidade neste processo de mudança sistêmica, como estratégia de adição de valor, em resposta às exigências socioambientais e como instrumento de promoção do desenvolvimento territorial. Assegurar o desenvolvimento territorial e a inclusão social, requer fortalecer a governança e prover suporte técnico institucional à agricultura familiar, permitindo que os pequenos produtores superem as barreiras do mercado e se beneficiem diretamente do valor gerado pela cafeicultura.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro do café 2025 **Brazilian coffee yearbook**. Benno Bernardo Kist *et al*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2025. 80 p. il. ISSN 1808-3439.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Certificações**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.abic.com.br/certificacoes/. Acesso em: 24 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Indicadores da indústria**. Rio de Janeiro: ABIC, [2026]. Disponível em: https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/. Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Origem do café**. Rio de Janeiro: ABIC, [2026]. Disponível em: https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/origem-do-cafe/. Acesso em: 06 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS). **Descubra a ABICS**. São Paulo: ABICS, [2026]. Disponível em: https://abics.com.br/descubra-a-abics/. Acesso em: 03 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS). **Relatório Café Solúvel Brasil 2024**. São Paulo: ABICS, jan. 2025. Disponível em: https://abics.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Relatorio-Cafe-Soluvel-Brasil-2024-pdf-1.pdf. Acesso em: 03 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (ABAG-RP). Capítulo 2: Café. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Caminhos do Prato**. Ribeirão Preto: ABAG-RP, [2026]. Disponível em: https://www.abagrp.org.br/capitulo-02-cafe. Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA). **Quem somos**. Varginha: BSCA, [2026]. Disponível em: https://www.bsca.com.br/quem-somos/. Acesso em: 13 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA). **Quem somos**: a história da BSCA. Varginha: BSCA, [2026]. Disponível em: https://www.bsca.com.br/quem-somos/. Acesso em: 01 jun. 2026.

BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CARDOSO, V.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BERNARDO, C. H. C. Coffee Geographical Indications (GIs) in Brazil: an analysis through the perspective of meso-institutions**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 64, e293197, 2026. DOI: 10.1590/1806-9479.2026.293197.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Ativos do Café - Campo Futuro**: maio 2025. Brasília, DF: CNA, maio 2025. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/ativos-cafe-campo-futuro-maio2025.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ). **Relatório mensal de exportações**: dezembro 2024. São Paulo: Cecafé, jan. 2025. Disponível em: https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes/. Acesso em: 01 jun. 2026.

EMBRAPA CAFÉ. **Consórcio Pesquisa Café**: apresentação. Disponível em: https://www.embrapa.br/web/cafe/consorcio-pesquisa-cafe/apresentacao-do-consorcio. Acesso em: 24 jun. 2026.

FERREIRA, Williams Pinto Marques (ed. téc.). **Boas práticas agrícolas aplicadas à lavoura cafeeira para o estado de Minas Gerais**. Brasília, DF: Embrapa Café, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1148365/boas-praticas-agricolas-aplicadas-a-lavoura-cafeeira-para-o-estado-de-minas-gerais. Acesso em 04 jun 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO. **Transforming food and agriculture through a systems approach**. 2025a. Rome. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cd6071en . Acesso em 11 jul 2025.

FRONZAGLIA, T. Desafios da avaliação das indicações geográficas: uma revisão da literatura. In: VIEIRA, A. C. P. BRUCH, K. L. LOCATELLI, L. (org.) **Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: desafios para o futuro**. Ponta Grossa: Aya, 2020. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1125474. Acesso em: 11 jun. 2026.

GOMES, M. L. de A.; FERNANDES, E.; BARBOSA, M. R. Competitividade internacional do café: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia (2003-2022). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 01-19, 2025.

HOSPES, Otto; BRONS, Anke. Food system governance: a systematic literature review. In: KENNEDY, Amanda; LILJEBLAD, Jonathan (ed.). **Food Systems Governance**. London: Routledge, 2016. cap. 2. DOI https://doi.org/10.4324/9781315674957-2 . Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315674957-2/food-systemgovernance-otto-hospes-anke-brons . Acesso em: 28 mai 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: banco de dados agregados. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 15 maio 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Agrícola Municipal**: banco de dados agregados. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 24 jun. 2026.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Serviços**: Indicação Geográfica. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos. Acesso em 5 de jun. 2026.

IWANICKI, N. S.; DELALIBERA, I. Panorama dos bioinsumos no Brasil e no mundo. **Visão Agrícola**, v. 15, p. 10-14, 2025.

MANGABEIRA, J. A. C. *et al*. **Protocolo padrão de agricultura regenerativa sustentável no Brasil**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Ferreira-Lima/publication/394105671_Protocolo_Padrao_de_Agricultura_Regenerativa_Sustentavel_no_Brasil_POR_Standard_Protocol_for_Sustainable_Regenerative_Agriculture_in_Brazil_ENG/links/68e42e45ffdca73694b5b89e/. Acesso em: 8 de jun., 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Cultivarweb**: Registro Nacional de Cultivares - RNC. Brasília, DF: MAPA, 2026. Disponível em: https://sistemas.agricultura.gov.br/snpc/cultivarweb/cultivares_registradas.php. Acesso em: 22 jun. 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Portaria SDA Nº 570, de 9 de maio de 2022**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-570-de-9-de-maio-de-2022-398971389. Acesso em 15 jun 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**. Brasília, DF: MAPA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp. Acesso em: 02 jun. 2026.

MODA, Laleska Rossi *et al*. Brazilian Coffee Sustainability, Production, and Certification. *In*: **Sustainable Agricultural Value Chain**. Alem, H., & Ranjan Jena, P. (Eds). IntechOpen. https://doi.org/10.5772/intechopen.94780 [S. l.]: IntechOpen, 2022. Disponível em: https://www.intechopen.com/chapters/82070. Acesso em: 20 jun. 2026. doi: 10.5772/intechopen.105135 .

NIEDERLE, Paulo A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 21-43, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Cadeia produtiva do café**: avanços e desafios rumo à promoção do trabalho decente: análise situacional. Genebra: OIT, 2024. Disponível em:< https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-08/cadeia%20produtiva%20-%20Cafe%20-%20BRA%20-%20web_15_ago.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2026.

PORTELA, C.; VIENCZ, T.; PIMENTEL, T.C.; BENASSI, M.T. Behavior patterns of coffee consumption in Brazil and the United States of America: a social media analysis. **British Food Journal**, v. 127, n. 12, 2025, pp. 4210-4225. DOI : https://doi.org/10.1108/BFJ-11-2024-1120 .

SAES, Maria Sylvia Macchione; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999. 230 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo e Viagens. **Rotas do Café**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [2025 ou 2026]. Disponível em: https://www.rotasdesp.sp.gov.br/rotasdesp/as-rotas/rotas-do-cafe. Acesso em: 20 jun. 2026.

SERA, G.H., VOLSI, B., MARIUCCI JUNIOR, V. *et al.* Production and trade of specialty coffee in Brazil. ***Science Report, v*** 15 (2025). https://doi.org/10.1038/s41598-025-26620-x

TELES, C. R. A.; BEHRENS, J. H. The waves of coffee and the emergence of the new Brazilian consumer. *In*: ALMEIDA, Luciana Florêncio de; SPERS, Eduardo Eugênio (Ed.). **Coffee Consumption and Industry Strategies in Brazil**. Duxford: Woodhead Publishing, 2020. p. 257-273.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **What is the Triple Planetary Crisis?** https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Foreign Agricultural Service. **Production, Supply and Distribution (PSD) Online**: Advanced Query. Washington, D.C.: USDA, [2026]. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIEIRA, G.A.B; TANNUS, S. **Concentração da indústria cafeeira no Brasil de 2007 a 2019**. Revista Tecnologia & Agronegócio, Jales, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://www.fatecjales.edu.br/revista-agro/images/artigos/1a_edicao/volume10-1/concentracao-da-industria-cafeeira-no-brasil-de-2007-a-2019.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.

VOLSI, Bruno; TELLES, Tiago Santos; CALDARELLI, Carlos Eduardo; CÂMARA, Marcia Regina Gabardo da. The dynamics of coffee production in Brazil. **PLoS ONE**, v. 14, n. 7, e0219742, p. 1-15, jul. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0219742. Acesso em: 02 fev 2025

YUSUF, Mochammad; SUROSO, Arif Imam; HARYONO, Adi; SUMARWAN, Ujang; SUHENDI, Suhendi. Global Value Chain Competitiveness in the Coffee Industry: A Systematic Literature Review. **Coffee Science**, *[S. l.]*, v. 21, p. e212417, 2026. DOI: 10.25186/.v21i.2417. Disponível em: https://coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/article/view/2417 . Acesso em: 13 jun. 2026.

ZANCHET, A.; MARTINS, T.; ESPÓSITO, J. G. **Tudo sobre a EUDR**: O que é, quem será afetado e como se preparar. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/438384/tudo-sobre-a-eudr-o-que-e-quem-sera-afetado-e-como-se-preparar. Acesso em: 8 de jun., 2026.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. *In*: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (org.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-22.

CAPÍTULO 5

TERRITÓRIO, QUALIDADE E REPUTAÇÃO: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Breno Rodrigues Acacio
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0002-6336-0997
http://lattes.cnpq.br/8483773756660327

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: A Indicação Geográfica (IG) constitui um instrumento de diferenciação que vincula produtos ao território de origem e fortalece sua reputação junto ao mercado. No caso da cafeicultura brasileira, a Alta Mogiana consolidou-se como uma das principais regiões produtoras de cafés especiais em razão das condições naturais favoráveis ao cultivo, da tradição cafeeira e da organização de seus produtores. Este capítulo discute os elementos que sustentam a reputação da Indicação Geográfica da Alta Mogiana, apresentando a trajetória da cafeicultura na região, as características edafoclimáticas responsáveis pela qualidade do café, o ambiente institucional que regulamenta a certificação e as formas de cooperação estabelecidas entre produtores, cooperativas e associações. Também são discutidas evidências sobre a influência da origem na percepção dos consumidores, destacando a Indicação Geográfica como um sinal de procedência que reduz a incerteza sobre a qualidade do produto e favorece sua diferenciação no mercado. A análise demonstra que a reputação da Alta Mogiana resulta da convergência entre fatores territoriais, institucionais e mercadológicos, conferindo reconhecimento à região e ampliando o valor percebido dos cafés produzidos sob sua Indicação Geográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Indicação Geográfica; Alta Mogiana; café especial; território; origem.

TERRITORY, QUALITY, AND REPUTATION: THE ALTA MOGIANA GEOGRAPHICAL INDICATION

ABSTRACT: Geographical Indications (GIs) are a differentiation mechanism that links products to their place of origin and strengthens their reputation in the marketplace. Within Brazilian coffee production, the Alta Mogiana region has established itself as one of the country's leading producers of specialty coffees due to its favorable natural conditions, longstanding coffee-growing tradition, and the organization

of its producers. This chapter examines the factors that underpin the reputation of the Alta Mogiana Geographical Indication by discussing the historical development of coffee cultivation in the region, the edaphoclimatic conditions that shape coffee quality, the institutional environment governing GI certification, and the cooperative relationships among producers, associations, and cooperatives. The chapter also reviews evidence on the influence of product origin on consumer perception, highlighting the Geographical Indication as a signal of provenance that reduces uncertainty regarding product quality and enhances market differentiation. The analysis shows that the reputation of Alta Mogiana emerges from the convergence of territorial, institutional, and market-related factors, strengthening the region's recognition and increasing the perceived value of coffees produced under its Geographical Indication.
KEYWORDS: Geographical Indication; Alta Mogiana; specialty coffee; territory; origin.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o café foi tratado como uma commodity homogênea, com baixa diferenciação percebida entre origens e métodos de produção, entretanto, esse cenário tem mudado, por transformações no comportamento do consumidor e na própria dinâmica do mercado (Teuber, 2007). A valorização de atributos como qualidade sensorial, métodos produtivos e sustentabilidade tem reconfigurado o consumo, deslocando o café de um bem indiferenciado para um produto carregado de significados e experiências.

Nesse contexto, produtos com Indicação Geográfica (IG) têm recebido atenção especial, pois o selo de origem garante além da qualidade, a autenticidade do processo produtivo, atrelando características sensoriais à região de produção. A Alta Mogiana, uma das regiões mais tradicionais na produção de café no Brasil, é reconhecida por seu terroir específico, que proporciona características únicas aos grãos produzidos na área. Em 2013, a região obteve a certificação de Indicação Geográfica de Procedência, o que reforçou sua reputação de produtora de cafés de alta qualidade.

As indicações geográficas (IGs) são registros cujas características, qualidades ou reputação estão diretamente associadas à sua origem geográfica. Esse mecanismo pode beneficiar coletivamente grupos de produtores ao estabelecer especificações que evidenciam o vínculo entre o território e os atributos particulares do produto (FAO, 2023).

As IGs podem ser classificadas em duas modalidades: Indicação de Procedência e Denominação de Origem. A Indicação de Procedência refere-se ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade que se tornou reconhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou serviço. Já a Denominação de Origem designa produtos ou serviços cujas qualidades ou características derivam

exclusiva ou essencialmente do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos que condicionam sua produção (MAPA, 2019).

No recorte brasileiro, o café permanece como o produto com o maior número de registros de Indicação Geográfica junto ao INPI, totalizando 18 Indicações Geográficas entre Indicações de Procedência e Denominações de Origem, considerando os registros vigentes até julho de 2026. A Região do Cerrado Mineiro foi a primeira a obter esse reconhecimento para o café no país, inicialmente como Indicação de Procedência e, posteriormente, a partir de 2013, como Denominação de Origem, em função das características específicas que conferem atributos singulares ao produto e sustentam seu reconhecimento também em mercados internacionais (Vieira, 2019).

No âmbito dessa certificação, o selo de procedência é concedido aos produtores que atendem aos requisitos estabelecidos pela associação gestora da Indicação Geográfica, assegurando a conformidade com padrões específicos de produção e a vinculação do produto ao território delimitado. Em 2023, o INPI aprovou a ampliação da área geográfica da Indicação de Procedência da Alta Mogiana, que passou de 16 municípios paulistas para 23 municípios, com a inclusão de sete municípios mineiros.

A área atualmente compreende os municípios paulistas de Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista, além dos municípios mineiros de Capetinga, Cássia, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Os municípios paulistas pertencem aos polos produtores de café de Altinópolis, Franca e Pedregulho (Sousa, 2021). O café produzido na região é conhecido como “café de bebida mole”, sendo cultivado predominantemente com as variedades Catuaí, Mundo Novo, Bourbon e Obatã, todas pertencentes à espécie *Coffea arabica* L. O produto apresenta, de modo geral, corpo cremoso e aveludado, aroma marcante e frutado, notas de chocolate e nozes, além de acidez média e equilibrada (Faleiros, 2020).

Chade (2012) e Guimarães (2016) observam a crescente valorização do mercado de cafés especiais tem incentivado produtores a buscarem maior autonomia em relação às oscilações dos preços internacionais das commodities, uma vez que esse segmento possibilita a obtenção de margens mais elevadas. Esse movimento contribui para a ampliação da participação de produtores no mercado de cafés diferenciados, reforçando a importância estratégica das Indicações Geográficas nesse contexto.

2. A CULTURA DO CAFÉ E MERCADO

A cultura do café, originária da Etiópia, foi introduzida no Brasil em 1727, com a finalidade inicial de abastecer o mercado interno do país. Seu cultivo concentrou-se inicialmente nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com destaque para a região do Vale do Paraíba e o Oeste paulista, onde atualmente se localizam municípios como Campinas, Ribeirão Preto e Jundiaí. Embora a descoberta dos efeitos estimulantes da bebida remonte ao século V, foi apenas no século XIV que a torrefação, técnica que permite o consumo do café da forma como é conhecido atualmente, foi desenvolvida (Vieira, 2024).

No século XVII, o café tornou-se a base da economia brasileira. Ao final desse período, o país já liderava o mercado mundial, sendo responsável por quase 70% da produção global. Na década de 1890, o produto passou a representar 64,5% das exportações brasileiras (Pereira, 2016; Bacha, 2004).

Tabela 1. Produção de café por estado brasileiro.

Unidade da federação	Robusta	Arábica	Produção total em mil sacas beneficiadas (2023)
MG	356	28.650	29.006
ES	10.115	2.859	13.014
SP	-	5.031	5.031
BA	289	1.108	3.397
RO	3.041	-	3.041
PR	-	719	719
RJ	-	306	306
MT	260	-	260
GO	-	202	202
AM	13	-	13
Total	**6.074**	**38.775**	**54.989**

Fonte: Conab (2023).

Ainda segundo Vieira (2024), o Brasil se destaca sendo o país líder na produção de café, com uma produção estimada em 66,3 mil sacas na safra 2023/24, o que corresponde a 39% do total produzido mundialmente. Estima-se que a cultura gere 4 a 5 milhões de empregos diretos e indiretos.

A produção de café está concentrada no Sudeste, com destaque para o estado de MG, que corresponde a 74% da produção de café arábica do país, enquanto o ES, corresponde a 63% da produção de café conilon (CONAB, 2023). Em relação à produção total, juntos, os estados de MG, SP, e ES corresponderam a 86% do total de sacas beneficiadas no país no ano de 2023, concentrando a produção de café arábica, enquanto o robusta também está presente, em menor quantidade em outros estados como Rondônia e Bahia que correspondem a 33% do total.

Já de acordo com a ABIC (2023), o consumo doméstico no ano de 2023 correspondeu a 39,4% da safra brasileira, o que mantém o Brasil como o maior consumidor de café de produção própria, o que reforça o papel que o grão tem como um alimento extremamente relevante para a indústria brasileira e para o consumidor

3. A PRODUÇÃO DE CAFÉ NA ALTA MOGIANA

O cultivo de café na Alta Mogiana começou a se desenvolver a partir do ano de 1870, em um cenário favorável à sua expansão devido ao aumento do consumo e aos preços elevados no mercado internacional (Bacellar, 1999).

Esses fatores contribuíram para investimentos na cultura, que ocorreram principalmente nas regiões de mata, até então não ocupadas pela pecuária e pelas lavouras de abastecimento, cuja expansão concentrava-se principalmente em áreas de cerrado e campos (Sousa, 2022).

O sucesso do cultivo na região foi precedido pela chegada da malha ferroviária ao estado de São Paulo na década anterior, que superou as limitações impostas pelo transporte realizado por animais de carga (bois, mulas e burros), como os danos aos grãos provocados pelas chuvas, os elevados custos e a dificuldade de percorrer longas distâncias. Esse processo coincidiu com a forte valorização do café no mercado internacional ao final do século XIX (Teodoro, 2006).

A chegada da rodovia à região da Alta Mogiana, nas proximidades do município de Franca, permitiu que a cidade, anteriormente um importante ponto de distribuição de sal e gado, passasse a se desenvolver em torno da cafeicultura.

4. FATORES EDAFOCLIMÁTICOS

A região da Alta Mogiana possui características edafoclimáticas específicas que contribuem para o melhor desenvolvimento do grão de café, como a sua altitude entre 900 e 1000 metros do nível do mar, temperaturas médias mensais de 21 °C no verão e 17 °C no inverno e precipitação anual de 1.623 mm, além do clima seco na região que desfavorece fitopatógenos.

Esses fatores edafoclimáticos contribuem para um desenvolvimento uniforme do grão além de um amadurecimento mais lento, fatores estes que aprimoram o sabor e o aroma final do café. Além disso, a região possui solos férteis, conhecidos como terra roxa, os quais são solos com teor elevado de matéria orgânica (Faleiros et al., 2020)

5. AMBIENTE INSTITUCIONAL

No contexto da teoria institucional, segundo Davis e North (1971) o ambiente institucional é definido como o conjunto de políticas fundamentais, regras legais e normas que governam as atividades econômicas e políticas de uma sociedade. Em específico as indicações geográficas, o ambiente institucional formal pode ser definido como as leis que regem as indicações geográficas como as relacionadas à propriedade intelectual e a proteção da região responsável pela produção de um produto agrícola com uma determinada característica e órgãos governamentais que atuam na regulamentação e fiscalização.

No Brasil, do ponto de vista legal e jurídico as indicações geográficas passam por diversos órgãos, a forma de proteção às IGs mais categórica são dadas pelo registro ao INPI, e reguladas em específico pela Instituição Normativa n°25, de 21 de agosto de 2013 (Pereira, 2016).

Conforme Medeiros (2020), o órgão que atua de maneira normativa e executiva em respeito às indicações geográficas são o MAPA, responsável por fomentar, supervisionar, coordenar as IGs, além disso, o MAPA também é responsável por divulgar as IGs, através de meios institucionais e convênios e capacitações que facilitem o registro e reconhecimento de IGs.

6. AMBIENTE INSTITUCIONAL INFORMAL

O ambiente institucional informal é moldado por normas não escritas, como tradições, costumes e sanções sociais, que orientam o comportamento das pessoas na sociedade. Embora não estejam formalmente estabelecidas, essas instituições exercem

forte influência sobre as interações sociais e econômicas, afetando decisões e relações em diferentes contextos (North, 1994).

Na Alta Mogiana, os proprietários e gestores das fazendas apresentam elevado grau de liderança, considerando o Método de Identificação do Grau de Gestão (MIGG-Café). O critério "sociedade" também obteve avaliação elevada na região (Faleiros, 2020).

O mesmo estudo identificou elevada competência técnica na cafeicultura da Alta Mogiana. Os resultados também indicaram que a região apresenta um grau de gestão superior ao observado em propriedades do estado de São Paulo e do restante do país. A presença de cooperativas e de eventos voltados à cafeicultura contribui para a conexão entre produtores e para a transferência de conhecimento técnico-científico ao campo (Faleiros, 2020).

Os produtores rurais da Alta Mogiana também cooperam entre si, divulgando mutuamente seus produtos e marcas. Em uma das entrevistas, por exemplo, um produtor relata comercializar o café de um torrefador com marca própria enquanto também promove outras marcas. Além disso, os produtores compartilham os custos de montagem de estandes em feiras, fortalecendo a cafeicultura regional. O associativismo entre os participantes da Indicação Geográfica da Alta Mogiana também favoreceu o acesso a novos mercados (Duarte; Galina, 2021).

7. A INFLUÊNCIA DA ORIGEM NA PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES

Nos últimos anos, a origem dos produtos tem se tornado um fator cada vez mais relevante na decisão de compra dos consumidores, refletindo uma busca crescente por segurança, qualidade e valores culturais. Essa tendência é especialmente evidente em mercados onde a procedência é vista como um indicador de confiabilidade e excelência, sendo um destes mercados o agrícola, onde cada vez mais pessoas estão preocupadas com o processo produtivo e de onde os produtos agrícolas foram originados.

Kotler e Ketler (2019) dissertaram a respeito das associações e dos gatilhos mentais que os países ativam nos consumidores, e constata que as pessoas costumam ser etnocêntricas e tendem a favorecer o consumo de um produto advindo do seu país em detrimento de outro, contanto que a origem delas não seja de um país subdesenvolvido, e dá destaque ao fato de que quanto melhor a imagem de um país, mais rótulos que referenciam a origem devem ser utilizados. Entretanto, o impacto do país de origem na percepção dos consumidores irá depender do tipo de produto que está sendo comercializado.

Um estudo sobre a influência do país de origem na percepção de valor de produtos premium entre consumidores brasileiros demonstrou que chocolates associados a países

reconhecidos por sua tradição na produção, como Suíça e Bélgica, foram percebidos como de maior qualidade e apresentaram aumento de 44% na intenção de compra. Em contrapartida, quando o país de origem possuía um estereótipo negativo em relação à qualidade do produto, como a China, observou-se um aumento de quase 170% na avaliação negativa do chocolate, acompanhado de uma redução de 35% na intenção de compra (Recchia; Hamza; Luppe, 2015).

Na Itália, a influência dos selos de Indicação Geográfica sobre a intenção de compra e a percepção dos consumidores foi investigada no mercado de maçãs. Os resultados indicaram que produtos certificados eram percebidos como de maior qualidade, autenticidade e confiabilidade. A presença do selo também aumentou a disposição dos consumidores em pagar um preço premium, evidenciando o papel das Indicações Geográficas como um diferencial competitivo no mercado de alimentos (Luceri; Latusi; Zerbini, 2016).

Já na China, consumidores de carne bovina demonstraram preferência por alimentos identificados com rótulos de sustentabilidade e Indicações Geográficas. Os resultados também mostraram maior preferência por certificações relacionadas à produção orgânica, além de indicar uma demanda crescente por rótulos capazes de atestar a qualidade dos alimentos (Fu et al., 2024).

A origem do café influencia sua escolha ao atuar como fonte de informação sobre o produto e como um indicativo de qualidade percebida. Quando a origem está alinhada aos valores e às expectativas do consumidor, a decisão de compra tende a ser mais favorável. Em contrapartida, quando a procedência não corresponde às suas crenças ou padrões de qualidade, a intenção de compra pode ser reduzida (Spers; Sabio, 2020).

8. CONCLUSÃO

A partir da discussão apresentada ao longo do capítulo, observa-se que a Indicação Geográfica da Alta Mogiana está relacionada tanto à certificação de origem do café quanto ao conjunto de fatores históricos, produtivos, territoriais e culturais presentes na região. A construção dessa reputação ocorre a partir da interação entre tradição produtiva, condições naturais favoráveis e organização dos produtores, elementos que contribuem para consolidar a imagem da região como produtora de cafés de qualidade.

Os fatores edafoclimáticos da Alta Mogiana favorecem o desenvolvimento de atributos sensoriais específicos do café produzido na região. Simultaneamente, a presença de cooperativas, associações e eventos ligados à cafeicultura fortalece a

circulação de conhecimento técnico entre produtores e amplia a capacidade de inserção do café em mercados voltados para produtos diferenciados.

Já do ponto de vista do consumidor, os estudos discutidos demonstram que a origem influencia a percepção, principalmente em produtos agrícolas e alimentícios. Nesse sentido, a indicação geográfica funciona como um mecanismo capaz de transmitir confiança, autenticidade e qualidade, reduzindo incertezas em relação ao produto. No mercado de cafés especiais, onde aspectos simbólicos e sensoriais possuem relevância crescente, a origem passa a atuar também como elemento de diferenciação.

Dessa forma, a valorização do café da Alta Mogiana ocorre pela associação entre qualidade sensorial, território, tradição produtiva e identidade regional. O selo de Indicação Geográfica contribui para reforçar essa relação ao evidenciar a origem e os atributos vinculados à região, principalmente em um mercado onde consumidores têm demonstrado maior interesse por produtos associados à procedência, autenticidade e qualidade.

Tabela 2. Síntese dos principais conceitos vistos no capítulo.

Conceito	**Definição**	**Referência Bibliográfica**
Cultura do Café e Mercado	Histórico e evolução do cultivo de café no Brasil, destacando sua importância econômica e social.	Vieira (2024); CONAB (2023)
Indicações Geográficas (IGs)	Certificações que conectam produtos a características específicas de uma localização geográfica.	MAPA (2019); Vieira (2018)
Alta Mogiana	Região reconhecida por produzir cafés com características únicas atribuídas a fatores edafoclimáticos e tradição.	Sousa (2021); Associação Brasileira de Cafés Especiais (2023)
Fatores Edafoclimáticos	Condições de solo, clima e altitude específicas que contribuem para o desenvolvimento de cafés de qualidade na Alta Mogiana.	Alves et al. (2011)
Ambiente Institucional	Conjunto de regras formais e informais que impactam a produção e comercialização de produtos com IG.	Pereira (2016); North (1994)
Influência da Origem no Consumo	A percepção dos consumidores sobre produtos de regiões específicas influencia qualidade, exclusividade e disposição a pagar mais.	Recchia et al. (2015); Luceri et al. (2016)
Selos	Certificações que transmitem confiança aos consumidores, atestando qualidade, rastreabilidade e práticas sustentáveis.	Carvalho (2016); Barham (2003)

Fonte: Os autores.

REFERENCIAS

ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. Indicadores da indústria de café no Brasil – 2023. São Paulo: ABIC, 2024. Disponível em: https://www.abic.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Indicadores-da-Industria-2023_-Site.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

BACELLAR, C. A. P. O apogeu do café na Alta Mogiana. Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.

BSCA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS. Relatório do setor de cafés especiais brasileiro. Varginha: BSCA, 2023.

CHADE, J. Tudo que cabe na xícara. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 18 abr. 2012. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tudo-oque-cabe-naxicara-imp-,4939. Acesso em: 28 maio 2026.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de café: segundo levantamento, maio 2023. Brasília, DF: Conab, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cafe/2o-levantamento-de-cafe-safra-2023/boletim-cafe-maio-2023. Acesso em: 28 maio 2026.

DAVIS, L. E.; NORTH, D. C. Institutional change and American economic growth. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

DUARTE, R. N.; GALINA, S. V. R. Coopetição entre cafeicultores, cooperativas e associações: evidências no mercado brasileiro de cafés especiais. 2021.

FALEIROS, G. D. et al. Avaliação do grau de gestão dos cafezais da Alta Mogiana Paulista. **Cient Jabot**, v. 48, 2020.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Geographical indications and sustainable food systems. Rome: FAO, 2023.

FU, R. et al. Chinese consumer preference for beef with geographical indications and other attributes. **Meat Science**, v. 212, p. 109475, 2024.

GUIMARÃES, E. R.; CASTRO JÚNIOR, L. G.; ANDRADE, H. C. C. A terceira onda do café em Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 214-227, 2016.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Instrução Normativa n.º 25, de 21 de agosto de 2013. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. Rio de Janeiro: INPI, 2013.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

LUCERI, B.; LATUSI, S.; ZERBINI, C. Product versus region of origin: which wins in consumer persuasion? **British Food Journal**, v. 118, n. 9, p. 2157-2170, 2016.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Mapa das indicações geográficas brasileiras. Brasília, DF: MAPA, 2019. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/indicacoes_geograficas_2019_20190919.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

MEDEIROS, M. et al. Indicação Geográfica para o desenvolvimento territorial: críticas e dimensões no caso da Indicação de Procedência Serro (Brasil). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, 2020.

NICIKAVA, A. C.; FERRAREZI JUNIOR, E. História e consumo do café no Brasil e no mundo. **Revista Interface Tecnológica**, v. 19, n. 2, p. 713-722, 2022. DOI: https://doi.org/10.31510/infa.v19i2.1496.

NORTH, D. C. Institutions matter. Munich: University Library of Munich, 1994.

PEREIRA, M. E. B. G. Coordenação na agricultura familiar e desenvolvimento territorial: o caso das Indicações Geográficas para o café. 2016.

RECCHIA, B. S.; HAMZA, K. M.; LUPPE, M. R. A influência do país de origem na percepção de valor dos consumidores brasileiros de produtos premium. **Revista Administração em Diálogo**, v. 17, n. 1, p. 211-239, 2015.

SABIO, R. P.; SPERS, E. E. Does coffee origin matter? An analysis of consumer behavior based on regional and national origin. In: Coffee consumption and industry strategies in Brazil. Cambridge: Woodhead Publishing, 2020. p. 297-320.

SOUSA, M. B. A geração de valor na cadeia do café através da embalagem: enfoque na Região da Alta Mogiana. 2022.

TEODORO, R. S. O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286122. Acesso em: 28 maio 2026.

TEUBER, R. Geographical indications of origin as a tool of product differentiation: the case of coffee. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 22, n. 3-4, p. 277-298, 2010. DOI: https://doi.org/10.1080/08974431003641612.

VIEIRA, A. C. P. et al. Indicações Geográficas, signos coletivos e desenvolvimento local/regional. v. 2. Jundiaí: Editora Deviant, 2019.

CAPÍTULO 6

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Francisco José Mitidieri
Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo/Ministério de Agricultura e Pecuária/MAPA
http://lattes.cnpq.br/1323550447959782

Antonio Lopes Junior
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
https://lattes.cnpq.br/2798018023830490

Benedito Donizetti dos Santos
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Carlos Reys Vukomanovi
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/5435812380821550

Francisco Rodrigo Martins
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/7307292257403867

Marcia Cristina de Moraes
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/2009642898414283

Ricardo Moncorvo Tonet
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Vivaldo Alberto Viganó
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
https://orcid.org/0009-0000-1042-7014
http://lattes.cnpq.br/9070756164596560

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-5806-8863
http://lattes.cnpq.br/1720773247376743

João Paulo R. Arciprete
SEBRAE
Escritório Regional de Franca
https://orcid.org/0000-0002-4848-8848
http://lattes.cnpq.br/8946449681000920

Simone Goldman Batistic Ribeiro
SEBRAE
Escritório Regional de Franca
https://orcid.org/0009-0007-4514-1869
http://lattes.cnpq.br/3215997360049187

RESUMO: As Indicações Geográficas (IGs) têm se consolidado como uma importante política de valorização para a cafeicultura paulista, com o estado de São Paulo hoje abrigando vários dos registros nacionais para o produto. A conquista de cada selo é resultado de um esforço colaborativo, no qual

as atuações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) são atores fundamentais e complementares. A atuação abrange desde o fomento à política pública até o apoio técnico e a gestão empreendedora no campo. O MAPA como órgão federal, se dedica sobretudo com emissão de regulamentos gerais que norteiam os processos de registro de IG, ampliando o alcance e os benefícios dessa certificação. A CATI vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) oferece ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) oferece o conhecimento técnico do território para os produtores rurais e suas organizações. Estimula de forma contínua os produtores do estado de São Paulo na produção e aspectos de qualidade do produto, além de auxílio na organização dos produtores. A CATI é emissora do Instrumento Oficial de Delimitação Geográfica para os pedidos de IG do estado de São Paulo do ramo agroalimentar. O SEBRAE atua na estruturação da governança, da competitividade, do empreendedorismo e na preparação dos pequenos negócios para o mercado. A atuação das instituições cada qual com sua peculiaridade, engloba os aspectos necessários à formação e consolidação de uma Indicação Geográfica.
PALAVRAS-CHAVE: regulamentos oficiais; desenvolvimento territorial; extensão rural; agregação de valor; empreendedorismo.

THE CONTRIBUTION OF GOVERNMENT AND DEVELOPMENT INSTITUTIONS TO THE ESTABLISHMENT OF THE ALTA MOGIANA COFFEE GEOGRAPHICAL INDICATION

ABSTRACT: Geographical Indications (GIs) have become an important value-added policy for coffee farming in São Paulo, with the state now hosting several national registrations for the product. The achievement of each seal is the result of a collaborative effort, in which the actions of the Ministry of Agriculture and Livestock (MAPA), the Directorate of Integral Technical Assistance (CATI), and the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (SEBRAE) are fundamental and complementary actors. Their work ranges from promoting public policy to providing technical support and entrepreneurial management in the field. MAPA, as a federal agency, is primarily dedicated to issuing general regulations that guide the GI registration processes, expanding the reach and benefits of this certification. CATI, linked to the Secretariat of Agriculture and Supply of the State of São Paulo (SAA), offers Technical Assistance and Rural Extension (Ater) services, providing technical knowledge of the territory to rural producers and their organizations. It continuously encourages producers in the state of São Paulo in production and product quality aspects, in addition to assisting in the organization of producers. CATI issues the Official Instrument of Geographical Delimitation for GI (Geographical Indication) applications in the agri-food sector in the state of São Paulo. SEBRAE works on structuring governance, competitiveness, entrepreneurship, and preparing small businesses for the market. The actions of each institution, with its own particularities, encompass the aspects necessary for the formation and consolidation of a Geographical Indication.
KEYWORDS: official regulations; territorial development; rural extension; value aggregation; entrepreneurship.

1. INTRODUÇÃO

Compreende-se que a dinâmica de fomento, sensibilização e execução das Indicações Geográficas no Brasil passa por uma coesão na Governança Territorial. Ao adentrar o território, as instituições possuem papel fundamental não só na coesão territorial, mas na valorização dos saberes e fazeres, bem como na criação de elos solidificados para uma governança resistente. É nesse sentido que se remete a North (1991), o qual aponta que a matriz institucional consiste em uma teia interdependente de instituições e consequentes organizações políticas e econômicas.

No que concerne às Indicações Geográficas, essa Governança Territorial está atrelada ao papel das instituições e à sua capacidade de capilaridade junto aos entes territoriais. D'Alexandria e Ananias (2026) apontam que a governança territorial aparece como o alicerce desse processo, garantindo que os benefícios da IG retornem à própria comunidade e que as decisões sejam compartilhadas. Na mesma linha, D'Alexandria e Acácio (2026) afirmam que, ao tratar de tal conceito, avança-se para o debate sobre o território e os atores que o constituem e o dinamizam. É neste contexto que o referido artigo se constitui, com o objetivo de trazer à baila o papel das instituições na Governança Territorial da Indicação de Procedência Alta Mogiana. Neste diapasão, entende-se, a partir de Dallabrida (2022), que a Governança Territorial pode ser compreendida como processos de articulação de atores no âmbito de um território, de base colaborativa, envolvendo os agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo-empresarial e universitário.

Portanto, este capítulo aborda a contribuição de instituições públicas como o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, na esfera federal, a Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAA) na esfera estadual, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE no fomento e articulações para o pleito e registro da Indicação Geográfica (IG) do Café da Alta Mogiana, na espécie Indicação de Procedência.

2. METODOLOGIA

Neste contexto, aponta-se que o presente artigo trata-se de um trabalho de natureza qualitativa e descritiva, pautado em um método do Relato de Experiência Coletivo, bem como do uso da Pesquisa Documental. A proposta metodológica justifica-se pela composição do corpo de autores, formado por gestores e técnicos diretamente envolvidos no fomento, na estruturação e na consolidação da Indicação de Procedência (IP) do Café da Alta Mogiana pelas instituições intervenientes: Ministério da Agricultura

e Pecuária (MAPA), Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI/SAA-SP) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A coleta de dados, aqui empreendida, adentra a reconstrução histórica e analítica do papel institucional na governança territorial da IG baseou-se em duas fontes principais de evidências:

1. Memória Institucional e relatos: Busca pelo resgate de memórias coletivas de atuação tenica e prática por parte dos gestores envolvidos nas referidas instituições ao longo dos anos na IP Alta Mogiana, entre os anos de 2007 e 2026.
2. Pesquisa Documental: análise de arcabouços regulatórios, normativas e relatórios técnicos oficiais no que concerne das Indicações Geográficas em suas diferentes escalas, do Brasil ao estado de São Paulo;

Os dados e relatos foram tabulados e categorizados cronologicamente de acordo com as fases de evolução da IG da Alta Mogiana: depositada em 2007, concedida em 2013 e reestruturada em termos territoriais a partir de 2022 (passando a englobar 23 municípios entre SP e MG). A análise dos resultados foi realizada à luz das teorias de Matriz Institucional (North, 1991) e Governança Territorial (Dallabrida, 2022), discutindo como a capilaridade e a complementaridade das ações do MAPA, da CATI e do SEBRAE atuaram como alicerces para o desenvolvimento regional e o fortalecimento dos pequenos produtores.

3. A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA-MAPA PARA A CONSTRUÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA CAFÉ DA ALTA MOGIANA

No MAPA as Indicações Geográficas e Marcas Coletivas estão atualmente sob a gestão da Coordenação de Articulação Agroindustrial e Agregação de Valor - COAAV da Coordenação-Geral de Fomento à Agroindústria - CGCOA, do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas - DECAP da Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR.

O trabalho da equipe da Divisão de Desenvolvimento Rural -DDR vinculadas às Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária-SFAs nos estados da federação utiliza metodologia adaptada da Food And Agriculture Organization-FAO da Nações Unidas que compreende três fases de atuação: Prospecção, Sensibilização e Fortalecimento. De forma resumida, inclui a prospecção de potenciais IGs, a articulação com demais instituições participantes, envolvimento das lideranças e de produtores do território, coordenação de reuniões e troca de informações sobre outras IGs já reconhecidas

no Brasil e no mundo, orientação sobre os documentos necessários para o depósito do pedido no Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI e elaborar, em conjunto com demais órgãos oficiais, um dos documentos obrigatórios para o reconhecimento: o documento de delimitação geográfica do território, denominado Instrumento Oficial-IOD para o caso de produtos agroalimentares (INPI, 2026). O MAPA também participa, coordena em muitos estados da federação e incentiva a implantação dos Fóruns Estaduais de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas (Mitidieri, 2024)

A contribuição do MAPA no caso do café da Alta Mogiana se deu por meio da equipe técnica da então Coordenação de Indicação Geográfica-CIG da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, posteriormente Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (BRASIL, 2019) com apoio da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário-DEPDAG da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo[1], em cumprimento ao seu papel institucional regimental de fomento às Indicações Geográficas brasileiras.

O pedido para Indicação Geográfica na espécie de Indicação de Procedência-IP para o café Alta Mogiana foi depositado no INPI em 26/09/2007 pela Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região da Alta Mogiana-AMSC cuja concessão foi publicada na Revista de Propriedade Industrial-RPI 2228, de 17 de setembro de 2013. A partir de 2017, já com planejamento estratégico baseado nos 4 pilares, a saber: orgulho, autenticidade, excelência e origem, além da participação em concursos de qualidade de café, a AMSC iniciou as tratativas e reuniões com o MAPA e demais entidades para alteração do registro da IG. A princípio cogitou-se de se obter novo registro na espécie Denominação de Origem-D.O. o que naquele momento não prosperou. E, também, para a inclusão de mais 1 município paulista e 7 municípios do estado de Minas Gerais ao território originalmente reconhecido e atualização da logomarca.

Em 2020 a AMSC encaminhou solicitação ao MAPA para a emissão do Instrumento Oficial anexando os documentos comprobatórios de resgate histórico e geografia do território. Após a análise e complementações necessárias por parte da AMSC para o embasamento técnico, o MAPA elaborou em 2022 o novo IOD[2]. Neste documento a equipe da CIG/MAPA descreve:

[1] PORTARIA No 428, DE 09 DE JUNHO DE 2010. Art. 27 Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:
I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:
a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:
1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

[2] NOTA TÉCNICA Nº 16/2022/CIG/CGAV/DEPROS-SDI/SDI/MAPA. Documento Interno processo SEI 21052.017501/2020-41

> "Os fatores considerados na delimitação da área da IG foram os seguintes: Histórico de produção de café na região: O complexo cafeeiro que envolve a Alta Mogiana teve a sua consolidação no século XIX, sendo que um dos fatores que contribuiu para isso foi a expansão ferroviária.....Assim sendo, evidencia-se que toda a região da então conhecida Alta Mogiana, abrangendo territórios de municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo, tem mais de um século de história com relação à produção cafeeira. Rede ferroviária enquanto elemento de integração regional: Nota-se, portanto, que além de servir como elemento de integração regional, a ferrovia foi um dos fatores que contribuiu para a expansão do complexo cafeeiro, envolvendo também municípios do estado de Minas Gerais. Sendo assim, evidencia-se a influência que a ferrovia teve no próprio nome pelo qual a região passou a ser reconhecida, associado ao produto café. Reconhecimento atual da região enquanto produtora de cafés especiais: A Alta Mogiana vem sendo reconhecida no mercado quanto à produção de cafés de qualidade, os cafés especiais. Essa situação vem se consolidando ao longo do tempo, com participações em concursos de qualidade, sendo evidenciada em diversas notícias na imprensa sobre o assunto, muitas das quais estão referenciadas no item "9. REFERÊNCIAS" desta Nota Técnica. Nesse sentido, encontram-se referências recorrentes a produtores de cafés dos municípios da região com algum tipo de premiação e reconhecimento no mercado." (MAPA, 2022).

Após a alteração do território e nova publicação do reconhecimento da IG pelo INPI, a Indicação Geográfica de Café na espécie Indicação de Procedência, "Alta Mogiana" passou a englobar 16 municípios de São Paulo e 7 de Minas Gerais, conforme relação abaixo por estado, totalizando 23 municípios: São Paulo: Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista. Em Minas Gerais: Cássia, Capetinga, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Tomás de Aquino e São Sebastião do Paraíso.Interessante pontuar a relevância dos elementos históricos e da geografia social apontados pelo Instrumento Oficial. A ocupação do território da Alta Mogiana por fluxo de emigrantes produtores de café, a ferrovia como um eixo de integração regional e um dos fatores que contribuiu para a expansão do complexo cafeeiro, envolvendo municípios do estado de São Paulo e de Minas Gerais e a fama dos cafés ali produzidos. Portanto, "evidencia-se a influência que a ferrovia Mogiana teve no próprio nome pelo qual a região passou a ser reconhecida, associado ao produto café."

Por fim, fica a observação de que quando bem utilizadas e boa governança o instituto das IGs previsto na Lei de Propriedade Intelectual-LPI, Lei 9.279/1976 podem atuar como ferramentas estratégicas para proteção do patrimônio intelectual imaterial, valorizar as pessoas e elevar o valor intangível dos produtos. E ainda incentivam práticas coletivas de governança.

4. A CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI) PARA A CONSTRUÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA.

É importante salientar a contribuição e papel fundamental da CATI no que tange a governança territorial no contexto das Indicações Geográficas no estado de São Paulo. Nota-se a atribuição dada a referida instituição a partir da transferência de atividades, antes junto ao MAPA, e agora junto a equipe técnica da CATI. Para tal, o presente capítulo se objetifica em trazer o papel da CATI junto a IP Alta Mogiana.

4.1. ATRIBUIÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA) NA PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) tem um histórico de apoio à atividade agropecuária do estado de São Paulo, destacando-se na área da pesquisa o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), fundado em 1892 e que ao longo de sua atuação desenvolveu diversas variedades de café (IAC 125 RN; IAC Catuaí SH3; IAC Obatã 4739; e IAC Ouro Verde, entre outros). As variedades, desenvolvidas pelo IAC, foram amplamente difundidas entre os produtores e se consolidaram como a base da lavoura cafeeira do estado de São Paulo, não excluindo a importância de outras variedades que foram inseridas em momentos seguintes.

A fundação em 1967 da Coordenadoria, e hoje Diretoria de Assistência Técnica Integral – CATI proporcionou aos produtores paulistas serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em diversas nuances. A CATI adota como referenciais de sua atuação o desenvolvimento rural sustentável, compreendido em suas dimensões econômica, ambiental e social, o planejamento participativo e o fortalecimento das formas associativas e cooperativas. Sua missão institucional expressa claramente esse direcionamento: “Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. A CATI no decorrer dos anos fundamentou-se sempre na difusão de conhecimentos, tecnologias e práticas sustentáveis, bem como ao apoio à organização rural, junto aos produtores rurais e suas famílias, buscando promover aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, redução de custos de produção e ampliação da renda no campo.

4.1.1. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH)

Entre as ações mais relevantes desenvolvidas pela CATI está o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH – 2000/2008), cujas ações foram a adoção de

práticas conservacionistas integradas. Entre as tecnologias mais difundidas estão o Sistema de Plantio Direto (SPD), sendo os resultados extremamente exitosos. A área cultivada em SPD expandiu de 35 mil hectares até então para mais de um milhão de hectares em todo o estado. Se, por um lado, a difusão de práticas sustentáveis figurou entre os principais pontos positivos, por outro, o incentivo às organizações rurais mostrou-se igualmente relevante. Na ocasião, foram criadas várias associações de produtores rurais, contempladas com subvenções econômicas ao longo do Programa, e muitas delas se mantiveram ativas posteriormente.

Mais do que o enfoque produtivo, a extensão rural desenvolvida pela CATI possui caráter amplo e transformador, voltado à valorização do homem do campo, ao fortalecimento das comunidades rurais e à promoção do desenvolvimento social. Nesse contexto, a assistência técnica concentra-se nos aspectos produtivos das atividades agropecuárias, enquanto a extensão rural atua na construção de capacidades, na organização social, na gestão participativa e no fortalecimento da cidadania rural.

A evolução do meio rural paulista nas últimas décadas reforça ainda mais a importância da extensão rural como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial. Atualmente, a atividade rural transcende a produção agropecuária e agroindustrial, incorporando novas funções econômicas, ambientais, culturais e até turísticas, relacionadas à conservação e recuperação ambiental, produção de água, turismo rural, gastronomia, lazer e valorização da identidade territorial.

Nesse cenário, torna-se evidente a relevância histórica da atuação da CATI no fortalecimento das cadeias produtivas regionais e na construção das condições necessárias para o reconhecimento de processos de certificação, entre elas as Indicações Geográficas.

4.1.2. O Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado

A atuação extensionista da SAA por intermédio da CATI foi fortalecida pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (2011/2018).[1] O Projeto foi executado pela SAA em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), beneficiando, a partir de 2011, 265 organizações rurais com 422 Projetos, incluindo associações, cooperativas, comunidades indígenas e quilombolas. Foram beneficiárias organizações rurais de todas as regiões do estado de São Paulo das mais diversas cadeias produtivas, inclusive a do café da região da Alta Mogiana.

Tabela 1. Organizações Rurais da Região da Alta Mogiana

Regional	Município	N. de Projetos	Organização Rural	Valor do Projeto	Valor do Apoio do Projeto
Franca	Franca	2	COCAPEC - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas	796615,45	557630,82
Franca	Jeriquara	2	Associação dos Produtores Rurais do Município de Jeriquara	1057339,39	740137,57
Franca	Santo Antonio da Alegria	1	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Antinha	749300,00	524510,00
				2603254,84	1822278,39

Os Planos de Negócios do Projeto necessariamente deveriam ter no mínimo de 15 produtores familiares, e a correlação da disponibilização das subvenções eram: até 70% de agricultores familiares, a subvenção era de 70% do valor do negócio, cujo valor máximo era R$800.000,00. Desta forma, o Projeto era destinado a agricultores familiares, consolidando mais uma vez a atuação da CATI no apoio aos agricultores familiares.

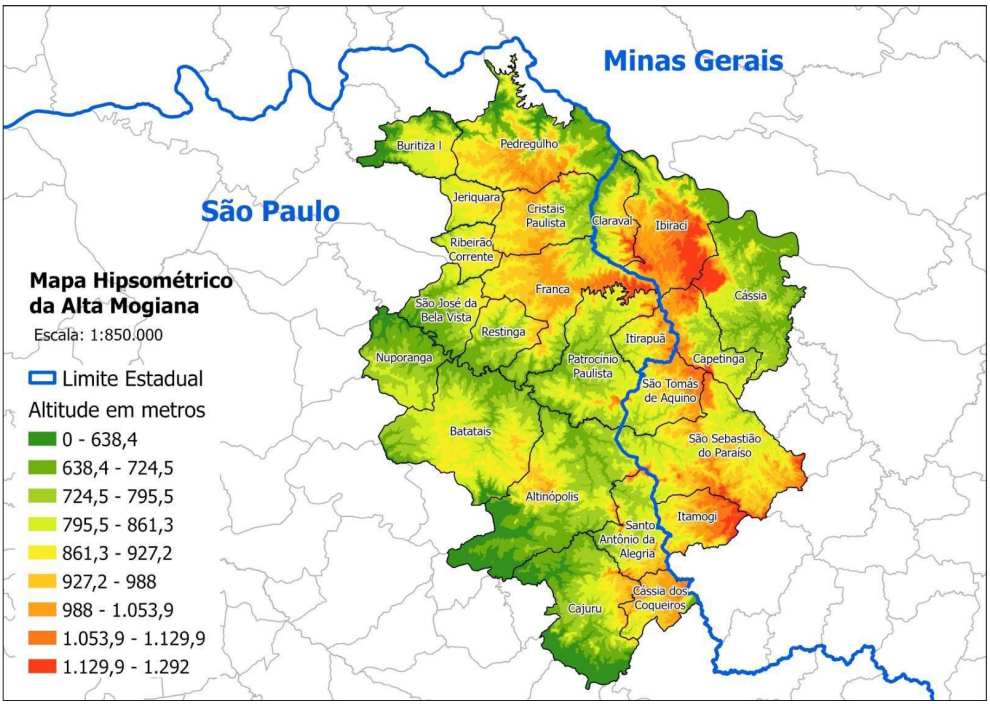
A região da Alta Mogiana tornou-se uma das principais referências da cafeicultura paulista e nacional, especialmente na produção de cafés especiais. Nesse processo, a extensão rural desempenhou papel essencial ao longo das décadas, por meio da atuação contínua dos extensionistas da CATI junto aos cafeicultores e suas organizações. As ações envolveram assistência técnica para melhoria da qualidade do café, incentivo à gestão da propriedade rural, fortalecimento do cooperativismo e associativismo, apoio à adoção de práticas sustentáveis, regularização ambiental e acesso às políticas públicas de crédito e desenvolvimento rural.

Em diferentes momentos, municípios, territórios e organizações alcançaram maturidade institucional para pleitear certificações e registros e contaram com apoio técnico, organizacional e institucional da extensão rural paulista, tanto no atendimento individual aos produtores quanto, sobretudo, no fortalecimento de associações e cooperativas.

No caso da Indicação Geográfica do Café Alta Mogiana, na modalidade Indicação de Procedência, integram a área delimitada os municípios paulistas de Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio

da Alegria e São José da Bela Vista, além dos municípios mineiros de Capetinga, Cássia, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Os municípios paulistas inseridos nesse território são atendidos pela Regional CATI de Franca.

Figura 1. Região da IG do Café da Alta Mogiana.



As ações do PDRS - Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu ainda com os negócios das organizações, porque teve como objetivo ampliar a competitividade e promover o acesso ao mercado para agricultores familiares organizados em associações e cooperativas paulistas. No âmbito desse Projeto, por exemplo, a COOCAPEC recebeu recursos destinados à modernização de sua torrefação, fortalecendo a agregação de valor ao café regional e ampliando as oportunidades de mercado para os produtores familiares vinculados à cooperativa. A forte organização social, formada em sua maioria por pequenos produtores da agricultura familiar e historicamente estimulada pelas ações de extensão rural da CATI, configurou um dos principais fatores para o sucesso.

As ações de Ater na ocasião da execução do PDRS – Microbacias II - Acesso ao Mercado com produtores e as organizações rurais da Região da Alta Mogiana foram acompanhadas entre outros pelo técnico da CATI, Benedito Donizetti dos Santos, então lotado na casa de Agricultura de Jeriquara, CATI Regional de Franca. Segundo ele:

> “Por volta de 2009 os cafeicultores de Jeriquara, desconheciam técnicas de qualidade, colhiam os grãos misturados manualmente e comercializavam o produto como tipo 6, bebida dura, obtendo má remuneração. As propriedades não atendiam aos critérios de sustentabilidade para certificação e os produtores careciam de organização. Para reverter esse cenário e acessar o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, a CATI apoiou a criação da Associação dos Produtores Rurais de Jeriquara (APRMJ) em 2009. Inicialmente, a APRMJ oferecia o beneficiamento de café com um maquinário móvel cedido pela prefeitura. A entidade precisava estruturar um Plano de Negócios com viabilidade econômica, conforme regramento do Projeto. Com o Plano de Negócios aprovado (2013), houve a aquisição de uma colheitadeira, carretas, equipamentos para sala de provas e medidor de umidade, viabilizando a colheita seletiva e mecanizada, reduzindo custos e gerando lotes mais homogêneos e valorizados. Estimulados pelo progresso, os produtores aprovaram a busca pela Certificação Internacional FairTrade, focada em padrões econômicos, ambientais e sociais. A CATI organizou intercâmbios com outras organizações, como cooperativa de Pratânia e Varginha e a certificação foi conquistada em 2014. Em 2015, a APRMJ iniciou as vendas certificadas, recebendo R$ 740,00 por saca, enquanto o mercado físico pagava R$ 350,00. Com os lucros do FairTrade, a Associação financiou a contrapartida de um segundo Plano de Negócios aprovado em 2015, destinado à construção de sua sede própria. Simultaneamente às ações da CATI em Jeriquara, a Associação Alta Mogiana Specialty Coffees - AMSC obteve em 2013, o registro de Indicação de Procedência (IP) para a Alta Mogiana junto ao INPI. Este registro abrange 15 municípios, valorizou o café regional e deu visibilidade global à qualidade do produto, aquecendo a economia local e regional. Esses avanços transformaram a cafeicultura e estimulou produtores a investir em cafés orgânicos, fermentados, novas cultivares e participação em concursos de qualidade. Um impacto crucial foi a consolidação da sucessão familiar: o novo cenário motivou jovens a assumirem a gestão do agronegócio, garantindo a continuidade de uma produção sustentável nos pilares econômico, ambiental e social.”

Conforme mencionado, as ações de Ater são fundamentais para o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais e locais, podendo também dialogar com outros setores. Observa-se, ainda, uma crescente integração entre a cafeicultura da Alta Mogiana e o turismo rural, especialmente por meio da valorização cultural e territorial do café. Diversos municípios que compõem a área geográfica da Indicação Geográfica do Café da Alta Mogiana demonstram grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à produção cafeeira, o que fortalece a identidade regional e agrega valor aos produtos vinculados ao território. Esse movimento evidencia a importância da extensão rural não apenas no âmbito produtivo, mas também na articulação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, na diversificação econômica e na valorização do rural.

5. A CONTRIBUIÇÃO DO SEBRAE NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

A construção da Indicação Geográfica (IG) do Café da Alta Mogiana foi resultado de um processo de articulação institucional, fortalecimento da governança e valorização dos cafés especiais da região, no qual o Sebrae desempenhou papel estratégico desde as primeiras ações estruturadas. O reconhecimento da IG ocorreu em 2013, pelo INPI, na modalidade de Indicação de Procedência (IP), tornando a Alta Mogiana uma das primeiras regiões brasileiras de cafés especiais a conquistar esse registro. O processo havia sido iniciado em 2007 pela Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC). Ao longo da trajetória, o Sebrae atuou como agente de mobilização, capacitação e integração entre os diferentes atores da cadeia produtiva. As ações envolveram concursos de qualidade do café, oficinas de planejamento, dias de campo, cursos técnicos, palestras e atividades voltadas à sustentabilidade, qualidade e rastreabilidade da produção.

Naquele período, a região ainda enfrentava desafios estruturais, com baixa participação e inclusão de pequenos produtores. Com apoio do Sebrae, foram realizadas ações de capacitação e sustentabilidade baseadas no Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC), voltadas à qualificação desses produtores.

Foram realizadas oficinas de planejamento participativo pelo Sebrae, em Franca, voltadas às estratégias da IG, além de dias de campo promovidos em parceria entre Sebrae e AMSC, com foco em qualidade, sustentabilidade e capacitação técnica dos produtores.

Um marco importante foi a missão técnica ao Cerrado Mineiro, em 2014, organizada com apoio do Sebrae, permitindo aos produtores conhecer experiências consolidadas de governança, certificação e comercialização de cafés com IG. A iniciativa contribuiu para amadurecer a visão estratégica da região sobre diferenciação territorial e agregação de valor.

O Sebrae também teve papel relevante na mediação institucional e no fortalecimento da governança regional, promovendo diálogos entre produtores, cooperativas e instituições parceiras em torno da construção de uma estratégia coletiva para a IG da Alta Mogiana.

Nos anos seguintes o projeto ganhou maior robustez com ações voltadas à comunicação territorial, participação em feiras nacionais e internacionais, desenvolvimento do sistema de rastreabilidade, cadastro de propriedades e fortalecimento da inserção da região no mercado de cafés especiais. Nesse período, a Alta Mogiana também ganhou visibilidade internacional por meio de ações promovidas pelo Sebrae durante a Expo

Milão. Assim, o Sebrae continuou apoiando estudos técnicos, pesquisas e discussões sobre a evolução da IG para uma futura Denominação de Origem (DO), reforçando temas como identidade territorial, caracterização ambiental, qualidade da bebida e governança.

A trajetória da IG da Alta Mogiana demonstra que o reconhecimento territorial vai além do registro formal, dependendo de articulação institucional contínua, alinhamento entre os atores locais e estratégias permanentes de valorização do território processo no qual o Sebrae teve e tem atuação constante na consolidação da região como referência em cafés especiais no Brasil. Para tanto, somente em 2025 foram realizados cerca de 45 eventos para informação e capacitação , entre dias de campo, seminários e cursos sobre diversos assuntos que envolvem a cafeicultura e a IG da Alta Mogiana. Por essas capacitações passaram mais de 2500 pessoas.

O relato aqui apresentado demonstra o comprometimento do Sebrae com a IG da Alta Mogiana integrado ao desenvolvimento sustentável, econômico e social da região.

6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

É importante salientar que, ao compreender a Governança Territorial das Indicações Geográficas em suas diferentes escalas, o presente trabalho trouxe à baila, por meio de memórias e relatos institucionais, o papel fundamental das instituições no estado de São Paulo.

O texto buscou analisar os gargalos enfrentados no âmbito da Governança Territorial, mas, sobretudo, trazer à luz a relevância das ações desenvolvidas, em diferentes épocas, pelo MAPA, pela CATI e pelo Sebrae. Evidenciou-se a importância do MAPA no que tange ao seu caráter precursor e inovador no fomento às Indicações Geográficas e na sensibilização do território. No que concerne à CATI, destaca-se o estrito cumprimento de sua missão na extensão rural e na capacitação dos produtores locais da Alta Mogiana. Essas ações se coadunam com o papel preponderante do Sebrae na formatação de cursos, capacitações e estratégias de sensibilização regional.

Faz-se necessário destacar a tríade aqui estabelecida por meio dessa matriz institucional conforme a perspectiva de North (1991), que permeia o elo de Governança Territorial na Indicação de Procedência Alta Mogiana. Torna-se compreensível ressaltar que as discussões e ações não se esgotam nos relatos e memórias imbuídos ao longo deste capítulo, mas configuram-se como um imperativo na busca por uma Governança Territorial que compreenda as IGs como efetivos vetores de Desenvolvimento Territorial. Tais dinâmicas convergem e dialogam com as expectativas e caminhos trilhados pela cafeicultura na IP Alta Mogiana, tornando a atuação das referidas instituições uma condição vital para a efetividade e a sobrevivência da Indicação Geográfica.

Por fim, recorre-se mais uma vez a autores como Dallabrida (2022), D'Alexandria e Acácio (2026) e D'Alexandria e Ananias (2026), os quais apontam a importância da coesão a partir de uma Governança Territorial que se paute na realidade local para compreender as demandas e vulnerabilidades dos atores que ali vivem. Somente por meio desse alinhamento será possível assegurar as condições necessárias para que as Indicações Geográficas alcancem longevidade e sucesso no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil, 2019. Decreto nº 9.667, de 2 de Janeiro de 2019 MAPA, Manual de Indicações Geográficas - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Fev 2026. Consulta em abril/2026 https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki

COOCAPEC. Secretário de Agricultura de SP entrega melhorias na torrefação com recurso do Projeto Microbacias II. https://www.cocapec.com.br/noticias/secretario-de-agricultura-de-sp-entrega-melhorias-na-torrefacao-com-recurso-do-projeto-microbacias-ii . Disponível em: COOCAPEC. Acesso em: 11 maio 2026.

Governo do Estado de São Paulo. Rotas do Café de São Paulo. Disponível em: Rotas do Café SP. https://www.rotasdocafe.sp.gov.br/rotas-cafe-sp Acesso em: 11 maio 2026.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança Territorial: a práxis do desenvolvimento territorial. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

D'ALEXANDRIA, M.; ACÁCIO, B. **Panorama das indicações geográficas: características e desafios**. In: OLIVEIRA, Rubmara Ketzer; SPERS, Eduardo Eugênio (org.). Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas: volume 1: o caso da Canastra. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista; ANANIAS, Eduardo Vieira. Geografia, cultura e resistência: o marolo de Paraguaçu/MG e a busca pela indicação de procedência. **In**: D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista (org.). **Geografia, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial**. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2026. p. 103-117. DOI: 10.46550/978-65-6135-229-1.103-117.

Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Documentos institucionais e políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento sustentável.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Programas e ações de desenvolvimento rural sustentável.

Manual de Indicações Geográficas - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Fev 2026. Consulta em abril/2026 https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki

MITIDIERI, F.J. Fórum Estadual de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas: entregar valor aos produtores e consumidores de produtos com origem reconhecida. Boletim MarkEsalq Ano 12 Nº 94/junho 2024. https://www.markesalq.com.br/boletim-markesalq

NORTH, Douglass C. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CAPÍTULO 7

GESTÃO ESTRATÉGICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O CASO DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz",
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

Maria Eduarda Fernandes Ignácio
https://orcid.org/0009-0008-0782-5538
https://lattes.cnpq.br/5117421803314158

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Anderson Victor dos Santos
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0006-9586-4136
http://lattes.cnpq.br/1127197003886755

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

RESUMO: Este capítulo analisa a gestão estratégica aplicada à Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana, importante território produtor de cafés especiais no Brasil, por meio da utilização integrada das ferramentas SWOT, GUT e 5W2H. O estudo partiu de uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em observações de campo, visitas técnicas e entrevistas com produtores, cooperativas, representantes institucionais e demais agentes da cadeia cafeeira regional. A análise SWOT revelou que a Alta Mogiana possui expressivas vantagens competitivas relacionadas à qualidade do café, condições edafoclimáticas favoráveis, tradição produtiva, organização da cadeia e reconhecimento territorial. Contudo, também evidenciou fragilidades ligadas à governança, baixa adesão ao selo da Indicação Geográfica, limitada percepção de valor pelo mercado e insuficiente articulação institucional. As oportunidades identificadas incluem o crescimento do mercado de cafés especiais, a valorização da origem, sustentabilidade, rastreabilidade e turismo associado ao café. Por outro lado, destacam-se ameaças

relacionadas à comoditização do produto, concorrência internacional, mudanças climáticas e escassez de mão de obra. A aplicação da matriz GUT permitiu priorizar os principais desafios estratégicos, enquanto o plano de ação baseado no método 5W2H estruturou propostas voltadas ao fortalecimento da governança, ampliação da adesão à IG, valorização da origem e diferenciação mercadológica. Conclui-se que o fortalecimento da Alta Mogiana depende menos da capacidade produtiva e mais da construção coletiva de valor, da coordenação institucional e da capacidade de comunicar ao mercado os atributos territoriais associados ao café produzido na região.
PALAVRAS-CHAVE: governança territorial; planejamento estratégico; cafés especiais; diferenciação mercadológica; desenvolvimento regional.

STRATEGIC MANAGEMENT OF GEOGRAPHICAL INDICATIONS: THE CASE OF ALTA MOGIANA

ABSTRACT: This chapter analyzes strategic management practices applied to the Alta Mogiana Geographical Indication (GI), an important Brazilian specialty coffee-producing region, through the integrated use of SWOT, GUT, and 5W2H management tools. The study adopted a qualitative and exploratory approach based on field observations, technical visits, and interviews with producers, cooperatives, institutional representatives, and other stakeholders involved in the regional coffee value chain. The SWOT analysis revealed significant competitive advantages associated with coffee quality, favorable environmental conditions, production tradition, supply chain organization, and territorial reputation. However, important weaknesses were identified, particularly regarding governance, low adherence to the GI label, limited market recognition of the indication's value, and insufficient institutional coordination. Opportunities include the expansion of specialty coffee markets, increasing consumer interest in origin, sustainability, traceability, and coffee-related tourism. Conversely, the study identified threats such as coffee commoditization, growing international competition, climate change, and labor shortages. The GUT matrix enabled the prioritization of the most critical strategic challenges, while the 5W2H action plan translated these priorities into practical initiatives focused on improving governance, increasing participation in the GI system, enhancing territorial value, and strengthening market differentiation. The findings indicate that the future competitiveness of Alta Mogiana depends less on production performance and more on collective coordination, territorial branding, and the ability to transform origin-based attributes into perceived value and economic returns.
KEYWORDS: territorial governance; strategic planning; specialty coffee; market differentiation; regional development.

1. INTRODUÇÃO

As Indicações Geográficas (IGs) vêm ganhando relevância no cenário agroalimentar como instrumentos capazes de agregar valor, fortalecer territórios e promover diferenciação no mercado (Marescotti & Belletti, 2016; Zinsli & Villota-Jetzer,

2026). Ao relacionar um produto à sua origem geográfica, às características naturais do território e ao conhecimento histórico-cultural local, as IGs permitem que produtos deixem de competir apenas por preço e passem a competir também por identidade, reputação e singularidade.

No entanto, a existência de uma IG não garante automaticamente o sucesso econômico da região ou dos produtores envolvidos. Muitas vezes, territórios reconhecidos pela alta qualidade de seus produtos enfrentam dificuldades para transformar essa qualidade em valor percebido pelo mercado e, consequentemente, em retorno financeiro sustentável. Isso ocorre porque o desempenho de uma IG depende não apenas da produção, mas também de fatores como governança, cooperação entre atores, comunicação, posicionamento estratégico e comportamento do consumidor (Mancini, 2013; Giovannucci et al., 2009).

Nesse contexto, ferramentas de planejamento estratégico tornam-se fundamentais para compreender a realidade territorial e orientar decisões. Entre elas, destaca-se a análise SWOT, amplamente utilizada em processos de diagnóstico organizacional e estratégico.

A SWOT permite visualizar de forma integrada os fatores internos e externos que impactam uma organização, setor ou território, tornando-se especialmente útil em sistemas complexos como as Indicações Geográficas, onde diferentes atores e interesses coexistem (Helms & Nixon, 2010).

A partir disso, este capítulo busca discutir: a importância da análise SWOT como ferramenta de planejamento e gestão, sua aplicação no contexto das Indicações Geográficas e as principais reflexões geradas pela análise SWOT construída para a região cafeeira da Alta Mogiana.

2. A ANÁLISE SWOT COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA

No contexto da Indicação de Procedência (IP) da Alta Mogiana, diretamente vinculada à cadeia produtiva do café no Brasil, observa-se um importante marco para o mercado nacional e internacional, sobretudo em razão da relevância histórica, econômica e sociocultural da cafeicultura para a região. O café especial produzido nesse território envolve uma complexa articulação entre diferentes etapas produtivas, administrativas, logísticas e comerciais, evidenciando a necessidade de estratégias de gestão territorial e de valorização da origem do produto. Além disso, as Indicações Geográficas (IGs) têm se consolidado como instrumentos capazes de agregar valor, promover diferenciação mercadológica e fortalecer a identidade territorial dos produtos agroalimentares.

Durante a expedição realizada ao município de Franca, localizado no interior do estado de São Paulo, buscou-se compreender de que maneira a IG da Alta Mogiana se insere no contexto econômico regional, bem como identificar as principais vantagens e limitações percebidas pelos diferentes agentes envolvidos na cadeia produtiva do café. Para isso, foi adotada a matriz SWOT como ferramenta metodológica de análise estratégica, possibilitando a identificação de fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento e a competitividade do território analisado. Tal abordagem permitiu compreender as dinâmicas locais relacionadas à valorização do café de origem, às estratégias de mercado e aos desafios enfrentados pelos produtores e instituições vinculadas à IG.

A utilização dessa ferramenta parte da compreensão de que a formulação de estratégias eficazes exige conhecimento aprofundado acerca do contexto em que a organização está inserida, considerando tanto suas capacidades internas quanto às condições externas que podem impactar seu desenvolvimento. Estruturada entre as décadas de 1950 e 1960, a matriz SWOT contribuiu significativamente para a disseminação do planejamento estratégico, tornando-se amplamente utilizada em diferentes áreas de gestão e análise territorial.

A sigla SWOT deriva dos termos em inglês *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Enquanto forças e fraquezas correspondem aos aspectos internos, relacionados às capacidades e limitações do território ou organização, oportunidades e ameaças referem-se aos fatores externos associados ao ambiente econômico, político, tecnológico, social e mercadológico. Sua principal contribuição reside na capacidade de sistematizar informações complexas em uma estrutura analítica que favorece a interpretação estratégica do cenário estudado (Fernandes, 2012).

No caso das Indicações Geográficas aplicadas à cadeia produtiva do café, a utilização da matriz SWOT torna-se particularmente relevante devido à complexidade que envolve os sistemas territoriais de produção e comercialização. A ferramenta possibilita identificar vantagens competitivas relacionadas à qualidade, reputação e identidade territorial do produto, ao mesmo tempo em que evidencia limitações estruturais e desafios externos, como oscilações de mercado, exigências de certificação e competitividade internacional. Dessa forma, a análise estratégica contribui para a formulação de ações voltadas ao fortalecimento da governança territorial, à valorização dos produtores locais e à consolidação das IGs como instrumentos de desenvolvimento regional sustentável.

A construção da matriz SWOT apresentada neste capítulo teve caráter qualitativo e exploratório, sendo desenvolvida a partir das observações realizadas durante a expedição técnica à região da Alta Mogiana, e da análise das percepções dos diferentes agentes vinculados à cadeia produtiva do café da Alta Mogiana. As informações foram obtidas por meio de visitas técnicas, diálogos e entrevistas com produtores, representantes institucionais, cooperativas, comerciantes e demais atores relacionados à Indicação Geográfica e ao setor cafeeiro da região, buscando compreender aspectos produtivos, organizacionais, mercadológicos e territoriais associados à cafeicultura regional. Posteriormente, os dados coletados foram sistematizados conforme as quatro categorias analíticas da matriz SWOT, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permitindo a interpretação estratégica dos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento e a competitividade da Indicação de Procedência da Alta Mogiana.

2.1. A IMPORTÂNCIA DA SWOT PARA INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

As Indicações Geográficas (IGs) apresentam uma dinâmica distinta daquela observada em empresas tradicionais, uma vez que o valor agregado ao produto não está relacionado apenas às suas características físicas ou funcionais, mas também à capacidade coletiva de construção de reputação, identidade territorial e reconhecimento mercadológico. Nesse contexto, a valorização de um produto com IG resulta de um conjunto de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos que fortalecem a relação entre produto, território e consumidores. Assim, a IG ultrapassa a lógica puramente produtiva, tornando-se também um instrumento de diferenciação territorial e desenvolvimento regional.

No Brasil esse movimento de produção de cafés de prestígio passou por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente com a consolidação do movimento da “terceira onda do café”. Esse processo foi impulsionado pela crescente demanda por cafés especiais, pelo consumo de cápsulas e pela valorização de experiências sensoriais associadas ao produto. Nesse contexto, o café deixou de ser percebido apenas como uma commodity agrícola para assumir um caráter artesanal e identitário, no qual atributos como origem, qualidade, métodos de produção e história do produtor passaram a agregar valor ao produto final (Samper & Quiñones-Ruiz, 2017; Boaventura et al., 2018).

A mudança no padrão de consumo também contribuiu para a reconfiguração das relações ao longo da cadeia de valor cafeeira. A partir da década de 1990, com a abertura

do mercado brasileiro e a criação de certificações e associações voltadas aos cafés especiais, houve um fortalecimento das práticas de qualidade e da profissionalização do setor. Dessa forma, produtores passaram a investir em estratégias de longo prazo, buscando maior agregação de valor por meio da comercialização de cafés torrados, cápsulas e microlotes, reduzindo a dependência do mercado de café verde commodity (Boaventura et al. 2018).

Além disso, o movimento da terceira onda favoreceu uma maior aproximação entre produtores, baristas, cafeterias e consumidores finais, promovendo processos de cocriação de valor e valorização territorial do café (Boaventura et al., 2018). Tal dinâmica fortalece não apenas os aspectos econômicos da cadeia produtiva, mas também as Indicações Geográficas, contribuindo para a construção de identidades regionais e para a valorização dos territórios produtores de cafés especiais no Brasil.

Dessa forma, o sucesso de uma IG depende de múltiplos elementos interdependentes, como a manutenção da qualidade produtiva, a coordenação institucional entre os diferentes agentes envolvidos, a participação ativa dos produtores, o fortalecimento da governança territorial (Belletti, Marescotti & Touzard, 2017), as estratégias de comunicação com o consumidor e a inserção competitiva no mercado. Nesse cenário, a matriz SWOT torna-se especialmente relevante por possibilitar uma análise sistêmica da IG, permitindo compreender aspectos que vão além da produção agrícola em si. No contexto da IG analisada no município de Franca, a ferramenta contribui para identificar vantagens competitivas territoriais, gargalos institucionais, oportunidades de diferenciação mercadológica, tendências de consumo, riscos econômicos e fragilidades estruturais relacionadas à governança e à geração de valor agregado, demonstrando também o potencial de aplicação dessa metodologia em outras IGs brasileiras.

Sendo assim, a utilização da matriz SWOT evidencia um aspecto central para a compreensão das Indicações Geográficas: os principais desafios enfrentados por esses territórios frequentemente não se limitam à produção do produto, mas envolvem sobretudo a capacidade de transformar atributos territoriais em valor percebido pelo mercado. Isso significa que elementos como tradição, origem, reputação, sustentabilidade e identidade cultural precisam ser comunicados e reconhecidos pelos consumidores (Teuber, 2010) para que a IG alcance maior valorização econômica e competitividade. Nesse sentido, a SWOT contribui para a formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento da imagem territorial, à ampliação da visibilidade do produto e ao aprimoramento das relações entre produtores, instituições e mercado consumidor.

A aplicação dessa ferramenta torna-se particularmente relevante no setor cafeeiro brasileiro, marcado por elevada competitividade internacional e pela constante ameaça da comoditização do café. Embora o Brasil ocupe posição de destaque na produção mundial, grande parte do mercado ainda é pautada pela comercialização de cafés padronizados, com baixa diferenciação de origem. Dessa forma, as Indicações Geográficas surgem como mecanismos capazes de promover distinção qualitativa e agregar valor aos cafés especiais, fortalecendo territorialidades produtivas e ampliando as possibilidades de inserção em nichos de mercado mais exigentes e especializados.

2.2. ANÁLISE DA MATRIZ SWOT DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

A análise SWOT da Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana (Figura 1) evidencia um território que reúne condições altamente favoráveis para consolidação no mercado nacional e internacional de cafés especiais, mas que ainda enfrenta limitações estruturais relacionadas à coordenação coletiva, governança e captura de valor. A região demonstra elevada maturidade produtiva e qualidade reconhecida, contudo, permanece diante do desafio de converter sua excelência técnica em diferenciação econômica sustentável e posicionamento territorial consistente.

De modo geral, a Alta Mogiana já possui os principais atributos necessários para competir em mercados de maior valor agregado: condições edafoclimáticas privilegiadas, tradição histórica na cafeicultura, forte capacidade produtiva, reconhecimento da qualidade sensorial e presença de uma cadeia produtiva relativamente estruturada (Sera et al., 2025; Zinsli & Villota-Jetzer, 2026). Entretanto, a análise revela que os entraves atuais não estão mais concentrados predominantemente “dentro da porteira”, mas sobretudo em aspectos relacionados à governança territorial, comunicação estratégica, cooperação institucional e valorização simbólica da origem.

Figura 1 – Matriz SWOT da Indicação Geográfica da Alta Mogiana.



2.2.1. Forças

As principais forças identificadas na análise evidenciam que a Alta Mogiana possui vantagens competitivas expressivas no setor cafeeiro, especialmente em relação à qualidade do produto e às características territoriais associadas à produção. Entre os principais aspectos destacados estão as condições edafoclimáticas favoráveis da região, envolvendo clima, altitude e características do solo que contribuem diretamente para o desenvolvimento do ciclo produtivo do café e para a obtenção de bebidas de elevada qualidade sensorial (Bunn et al., 2015; Torres et al., 2022). Esses fatores favorecem a produção de cafés com perfil sensorial diferenciado, reconhecidos pelo sabor característico, acidez equilibrada e elevado prestígio entre consumidores e especialistas do setor. Durante as entrevistas realizadas, diversos atores locais ressaltaram que a região apresenta condições naturais altamente favoráveis à cafeicultura de qualidade, sendo recorrente a percepção de que "é difícil produzir café ruim" na Alta Mogiana.

A qualidade do café aparece, portanto, como um dos principais ativos territoriais da região, fortalecendo a notoriedade e a reputação da Indicação Geográfica. Observa-se elevada incidência de cafés com pontuação superior a 80 pontos na metodologia da *Specialty Coffee Association* (SCA), além da crescente participação e reconhecimento em concursos nacionais e internacionais de qualidade. Soma-se a isso a evolução das práticas produtivas ao longo dos anos, marcada pela modernização das propriedades, mecanização da produção e adoção de técnicas voltadas à melhoria da qualidade pós-colheita. Esses elementos reforçam a competitividade territorial da Alta Mogiana no mercado de cafés especiais.

Outro aspecto relevante identificado na análise refere-se à existência de uma cadeia produtiva estruturada e diversificada, composta por produtores, cooperativas, corretores, exportadores, torrefadores, cafeterias e instituições de apoio técnico. A região apresenta elevado nível de mecanização agrícola e crescente adoção de tecnologias voltadas à agricultura de precisão, rastreabilidade e controle de qualidade, incluindo sistemas de identificação por QR Code e mecanismos de monitoramento da origem do produto (Wright et al., 2024). A incorporação dessas tecnologias fortalece a transparência da cadeia produtiva e amplia as possibilidades de agregação de valor e aproximação com os consumidores.

Destaca-se também a presença de instituições que atuam diretamente na organização e fortalecimento da cafeicultura regional, como a Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC), cooperativas locais e entidades de apoio técnico e empresarial, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). A atuação dessas instituições demonstra a existência de uma estrutura organizacional consolidada, capaz de sustentar ações voltadas ao fortalecimento da Indicação Geográfica, à capacitação de produtores e à promoção territorial da região.

Além do potencial produtivo, a Alta Mogiana também apresenta importantes oportunidades associadas ao turismo rural e gastronômico (Belletti et al., 2017). Iniciativas como a Rota do Café da Alta Mogiana permitem integrar experiências turísticas às atividades produtivas, proporcionando aos visitantes contato direto com fazendas, processos produtivos e diferentes perfis de cafés especiais produzidos no território. Essas iniciativas fortalecem a valorização cultural da cafeicultura regional, ampliam a visibilidade da IG e contribuem para a diversificação econômica do território por meio da integração entre agricultura, turismo e gastronomia.

2.2.2. Fraquezas

Apesar da forte capacidade produtiva, as fraquezas identificadas revelam que os principais desafios da Alta Mogiana estão relacionados à governança, coordenação e geração de valor.

A baixa adesão à Indicação Geográfica é um dos aspectos mais críticos observados. Embora a região possui milhares de produtores, apenas uma pequena parcela participa efetivamente da associação responsável pela IG ou utiliza o selo de Indicação de Procedência (IP) de forma ativa. Além disso, muitos produtores não percebem retorno econômico direto associado à IG, o que reduz o engajamento coletivo e reduz a entrada de novos produtores para a associação com o propósito de desenvolver a Indicação Geográfica.

Outro ponto importante é a fragilidade da governança territorial. Foram identificados problemas como a falta de união entre os atores, o individualismo, a baixa cooperação, a divergência de visões estratégicas e as dificuldades de articulação entre associações, cooperativas e demais instituições. Nesse contexto, a comunicação também aparece como um gargalo relevante. A ausência de um plano estruturado de marketing e storytelling dificulta a construção de uma identidade territorial forte junto ao consumidor. Além disso, o mercado interno ainda apresenta baixo conhecimento sobre cafés especiais e sobre o significado da própria Indicação Geográfica.

Os desafios relacionados à mão de obra, gestão das propriedades e profissionalização comercial também surgem como fatores limitantes para o desenvolvimento sustentável da região.

2.2.3. Oportunidades

As oportunidades identificadas indicam que existe um cenário extremamente favorável para o fortalecimento da Alta Mogiana. O crescimento do mercado de cafés especiais, aliado à valorização de produtos com origem definida, sustentabilidade e rastreabilidade, cria um ambiente propício para diferenciação no mercado.

Dessa forma, há grande potencial para o fortalecimento da marca territorial, a educação do consumidor, a expansão do mercado interno, o desenvolvimento do turismo rural e gastronômico, a verticalização da cadeia produtiva e a integração entre café, experiência e território. Ainda, a digitalização da rastreabilidade, o avanço de práticas sustentáveis e o crescimento do interesse por ESG também representam oportunidades estratégicas importantes.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de reestruturação da própria governança da IG, ampliando a participação dos atores e fortalecendo a coordenação regional, o que pode beneficiar não apenas a cadeia produtiva mas a região da Alta Mogiana, promovendo outras áreas como o turismo e o comércio local.

2.2.4. Ameaças

Dentre as ameaças identificadas mostram que, apesar do potencial da região, existem riscos significativos capazes de comprometer sua competitividade futura.

A principal ameaça observada é a comoditização do café, onde grande parte do café produzido é exportado. Sendo assim, mesmo produzindo cafés de alta qualidade, há risco de o mercado continuar tratando o produto apenas como commodity, reduzindo margens e dificultando a captura de valor. Além disso, a concorrência internacional é intensa, envolvendo outras regiões brasileiras e países tradicionalmente reconhecidos pela produção de cafés especiais. As mudanças climáticas, pragas, escassez de mão de obra e aumento dos custos produtivos também representam riscos relevantes.

Internamente, a persistência da fragmentação institucional e da baixa cooperação pode comprometer o fortalecimento da IG e reduzir sua credibilidade ao longo do tempo. Outro ponto crítico é o risco de esvaziamento institucional da própria Indicação Geográfica, caso ela não consiga demonstrar valor econômico concreto para os produtores.

3. MATRIZ GUT APLICADA À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Com base nos resultados obtidos na análise SWOT, elaborou-se a matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) como instrumento complementar de priorização estratégica dos principais problemas identificados na Indicação Geográfica (IG) Alta

Mogiana (Tabela 1). A utilização da matriz GUT permite hierarquizar criticamente os fatores que representam maior risco para a competitividade e sustentabilidade territorial da IG, orientando a definição de ações prioritárias de gestão e intervenção.

A metodologia GUT considera três dimensões analíticas: (i) gravidade, relacionada ao impacto potencial do problema sobre o sistema; (ii) urgência, referente à necessidade temporal de intervenção; e (iii) tendência, que avalia a probabilidade de agravamento caso nenhuma ação seja implementada. A pontuação atribuída varia de 1 a 5 para cada dimensão, sendo o resultado final obtido pela multiplicação dos três critérios (G × U × T). Quanto maior a pontuação total, maior a prioridade estratégica do problema.

Os resultados evidenciam que os principais desafios da Alta Mogiana estão concentrados em aspectos relacionados à governança, percepção de valor da IG, posicionamento mercadológico e risco de commoditização. As maiores pontuações foram atribuídas à baixa adesão ao selo da IG, à ausência de percepção de valor econômico da indicação geográfica e à incapacidade da IG de gerar diferencial significativo de preço. Esses fatores atingiram pontuação máxima (125), sendo classificados como problemas críticos que demandam intervenção imediata.

Da mesma forma, as ameaças externas relacionadas à commoditização persistente do café, à baixa disposição do mercado em pagar mais pela IG e ao risco de irrelevância do selo perante o consumidor também obtiveram prioridade máxima. Tais resultados demonstram que o principal desafio da região não está necessariamente na produção, mas na capacidade de transformar qualidade e origem em valor percebido e diferenciação econômica efetiva.

Observa-se ainda que problemas relacionados à fragilidade da governança institucional, à ausência de planejamento estratégico de marketing, à comunicação ineficiente da IG e à baixa valorização pelo consumidor final também apresentam elevado grau de prioridade. Esses elementos reforçam a necessidade de fortalecimento da coordenação coletiva e da construção de estratégias integradas de posicionamento territorial.

Outro aspecto relevante refere-se à fragmentação institucional e à coexistência de duas IGs, fatores que contribuem para a confusão de identidade territorial e fragilizam o conceito de singularidade da região. Embora tenham obtido pontuação intermediária (64 a 80), esses elementos representam riscos importantes para a consolidação da reputação territorial no longo prazo.

De forma geral, a matriz GUT confirma os resultados observados na análise SWOT ao evidenciar que os gargalos centrais da Alta Mogiana concentram-se menos na capacidade produtiva e mais na dimensão organizacional, mercadológica e institucional.

Assim, a priorização estratégica das ações deve focar especialmente no fortalecimento da governança, na ampliação da adesão à IG, na construção de valor percebido pelo mercado e no desenvolvimento de estratégias integradas de comunicação e posicionamento territorial.

Tabela 1 – Priorização dos principais problemas da IG Alta Mogiana por meio da matriz GUT.

Problema	G	U	T	Total	Prioridade
Baixa adesão ao selo da IG	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
Falta de percepção de valor econômico da IG	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
IG não gera diferencial de preço significativo	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
Commoditização persistente do café	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
Baixa disposição do mercado em pagar mais pela IG	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
Consumidor não reconhece valor da IG	5	5	5	125	🔴 Fazer agora
Governança considerada frágil e pouco eficiente	5	4	5	100	🟠 Planejar
Baixa adesão à AMSC	5	4	5	100	🟠 Planejar
Falta de plano de marketing estruturado	5	4	5	100	🟠 Planejar
Comunicação ineficiente da IG	5	4	5	100	🟠 Planejar
Baixa valorização da IG pelo consumidor final	5	4	5	100	🟠 Planejar
Excesso de oferta de cafés especiais	5	4	5	100	🟠 Planejar
Certificações concorrentes mais reconhecidas	5	4	5	100	🟠 Planejar
Falta de alinhamento estratégico interno	5	4	4	80	🟠 Planejar
Oferta maior que a demanda de cafés especiais	4	4	5	80	🟠 Planejar
Dependência do mercado externo	4	4	5	80	🟠 Planejar
Concorrência com outras regiões brasileiras	5	4	4	80	🟠 Planejar
Concorrência com países produtores	5	4	4	80	🟠 Planejar
Falta de retorno financeiro direto do selo	5	4	4	80	🟠 Planejar
Uso simultâneo de duas IGs	5	4	4	80	🟠 Planejar
Fragilidade do conceito de singularidade	5	4	4	80	🟠 Planejar
Risco de esvaziamento institucional da IG	5	4	4	80	🟠 Planejar
Falta de articulação entre instituições	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Confusão de identidade territorial	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Fragilidade da singularidade territorial	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Falta de estratégias comerciais estruturadas	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Margens muito baixas na cadeia	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Alto custo de produção	4	4	4	64	🟡 Monitorar
Fragmentação institucional	4	4	4	64	🟡 Monitorar

Legenda: 🔴 101–125 = fazer agora; 🟠 80–100 = planejar; 🟡 50–79 = monitorar; 🟢 até 49 = fazer depois.

4. PLANO ESTRATÉGICO 5W2H PARA A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

A partir dos resultados obtidos nas análises SWOT e GUT, foi estruturado um plano de ação baseado na metodologia 5W2H, com o objetivo de transformar os principais gargalos identificados em ações estratégicas organizadas, operacionais e mensuráveis. A utilização do 5W2H permite traduzir problemas prioritários em diretrizes práticas de gestão, estabelecendo responsabilidades, prazos, objetivos e mecanismos de implementação.

A metodologia 5W2H é amplamente utilizada no planejamento estratégico e na gestão organizacional por possibilitar uma visão integrada das ações necessárias para resolução de problemas complexos. O modelo estrutura cada ação a partir de sete dimensões fundamentais: *What* (o que será feito), *Why* (por que será feito), *Where* (onde será realizado), *When* (quando ocorrerá), *Who* (quem será responsável), *How* (como será executado) e *How much* (quanto custará).

No caso da Alta Mogiana, os resultados demonstram que as ações prioritárias estão fortemente concentradas em três eixos centrais: (i) fortalecimento da governança da IG; (ii) construção de valor percebido junto ao consumidor; e (iii) posicionamento estratégico de mercado. Essa priorização confirma os achados das análises anteriores, que evidenciaram que os maiores desafios da região não estão diretamente relacionados à capacidade produtiva, mas sobretudo à coordenação institucional, diferenciação mercadológica e captura de valor simbólico da origem.

A primeira ação estratégica proposta refere-se ao fortalecimento da própria indicação geográfica, buscando ampliar a adesão dos produtores e incentivar o uso efetivo do selo. A baixa adesão à IG e a limitada percepção de retorno econômico comprometem sua legitimidade territorial e reduzem seu potencial de diferenciação. Nesse sentido, simplificar processos, criar incentivos e ampliar ações educativas tornam-se medidas essenciais para aumentar o engajamento dos produtores.

Outro eixo estratégico fundamental é a educação do consumidor. A análise demonstrou que grande parte do mercado ainda não reconhece adequadamente o valor dos cafés especiais e das indicações geográficas. Assim, ações voltadas à comunicação, experiências sensoriais, rastreabilidade e conteúdo digital são fundamentais para fortalecer a percepção de valor da origem Alta Mogiana.

A diferenciação mercadológica também aparece como prioridade central. Em um contexto de crescente commoditização do café, a construção de marcas fortes, o uso de storytelling territorial e a valorização da identidade regional tornam-se elementos indispensáveis para ampliar competitividade e agregar valor econômico aos produtos.

Além disso, a proposta de reestruturação da governança busca enfrentar diretamente um dos principais problemas identificados na matriz GUT: a fragmentação institucional. O fortalecimento da coordenação entre AMSC, cooperativas, produtores e demais atores da cadeia é condição essencial para consolidação de estratégias territoriais integradas e sustentáveis.

O plano também evidencia a necessidade de maior integração da cadeia produtiva e diversificação de mercados, especialmente no mercado interno brasileiro, ainda pouco explorado para cafés especiais de origem. A expansão de canais diretos de comercialização, e-commerce e aproximação com cafeterias e consumidores finais representa uma oportunidade relevante para redução da dependência externa e ampliação da captura de valor.

De forma geral, o 5W2H consolida uma agenda estratégica orientada não apenas para o aumento da competitividade econômica da Alta Mogiana, mas também para o fortalecimento da identidade territorial, da governança coletiva e da sustentabilidade institucional da indicação geográfica.

Tabela 2 – Plano de ação estratégico (5W2H) para a IG Alta Mogiana.

Ação	What (O que)	Why (Por que)	Where (Onde)	When (Quando)	Who (Quem)	How (Como)	How much (Quanto)
1. Fortalecer a IG	Aumentar adesão e uso da IG	Baixa captura de valor e baixa adesão	Alta Mogiana	12 meses	AMSC + cooperativas	Simplificação das regras, incentivos e campanhas educativas	A definir
2. Educar consumidor	Educar consumidor sobre café especial	Consumidor não reconhece valor	Brasil	Contínuo	Cafeterias + produtores	Degustações, conteúdo digital, QR Code e redes sociais	A definir
3. Diferenciação de mercado	Posicionar o café como produto premium	Commoditização do café	Mercado nacional e externo	12 meses	Cooperativas + marcas	Branding, storytelling, certificações e embalagens	A definir
4. Reestruturar governança	Melhorar governança da IG	Governança fragmentada	AMSC	6–12 meses	Conselho regulador + lideranças	Revisão estrutural, definição de metas e reuniões periódicas	A definir

5. Criar plano de marketing	Desenvolver marketing territorial	Falta de posicionamento estratégico	Brasil	6 meses	AMSC + consultoria	Branding territorial, redes sociais, campanhas e eventos	A definir
6. Integrar cadeia	Aumentar articulação entre atores	Baixa cooperação regional	Região da Alta Mogiana	Contínuo	AMSC + cooperativas	Fóruns, reuniões e projetos conjuntos	A definir
7. Diversificar mercados	Expandir mercado interno	Dependência do mercado externo	Brasil	12–24 meses	Produtores + marcas	E-commerce, cafeterias e parcerias comerciais	A definir

Legenda Horizonte temporal das ações: Ações estratégicas estruturantes: até 12 meses; Ações táticas: até 6 meses; Ações permanentes e relacionais: contínuas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise SWOT demonstrou ser uma ferramenta relevante para compreender a complexidade envolvida na gestão de uma Indicação Geográfica. No caso da Alta Mogiana, ficou evidente que a região possui fortes vantagens competitivas relacionadas à qualidade, tradição e estrutura produtiva. Entretanto, os principais desafios identificados não estão necessariamente na produção, mas na capacidade de coordenação, governança e geração de valor.

A análise também revelou que a competitividade territorial depende cada vez mais da capacidade de transformar atributos intangíveis, como origem, história e identidade, em diferenciação percebida pelo consumidor.

A Alta Mogiana possui uma base territorial, produtiva e institucional extremamente sólida para consolidação no mercado de cafés especiais. Entretanto, os desafios futuros não dependem exclusivamente da capacidade produtiva, mas principalmente da construção de mecanismos eficientes de coordenação coletiva, fortalecimento da governança e criação de valor simbólico e econômico associado à origem.

A região já dispõe dos elementos necessários para competir em mercados premium, porém enfrenta o desafio estratégico de transformar excelência produtiva em diferenciação percebida, identidade territorial consolidada e captura efetiva de valor ao longo da cadeia. O fortalecimento da IG dependerá, portanto, menos da produção em si e mais da capacidade de articulação institucional, comunicação territorial e construção coletiva de posicionamento de mercado.

Dessa forma, a SWOT não apenas contribuiu para organizar o diagnóstico da região, mas também serviu como base para a construção de estratégias e planos de ação

voltados ao fortalecimento da Indicação Geográfica. Portanto, sua aplicação em IGs deve ser compreendida não apenas como uma ferramenta de análise, mas como um instrumento fundamental de planejamento, gestão e desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

Belletti, G., Marescotti, A., & Touzard, J. M. (2017). *Geographical indications, public goods, and sustainable development*. World Development, 98, 45–57.

Boaventura, P. S. M., Abdalla, C. C., Araújo, C. L., & Arakelian, J. S. (2018). Value co-creation in the specialty coffee movement. *Revista de Administração de Empresas, 58*(3), 254–266. https://doi.org/10.1590/S0034-759020180306

Boaventura, P. S. M., Abdalla, C. C., Araújo, C. L., & Arakelian, J. S. (2018). *Value co-creation in the specialty coffee movement*. Revista de Administração de Empresas, 58(3), 254–266.

Bunn, C., Läderach, P., Ovalle Rivera, O., & Kirschke, D. (2015). *A bitter cup: Climate change profile of global coffee production*. Climatic Change, 129, 89–101.

Fernandes, D. R. (2012). Uma visão sobre a análise da matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais, 13*(2). https://doi.org/10.17921/2448-2129.2012v13n2p

Giovannucci, D., Josling, T., Kerr, W., O'Connor, B., & Yeung, M. T. (2009). *Guide to geographical indications: Linking products and their origins*. International Trade Centre.

Helms, M. M., & Nixon, J. (2010). *Exploring SWOT analysis – where are we now? A review of academic research from the last decade*. Journal of Strategy and Management, 3(3), 215–251.

Mancini, M. C. (2013). *Geographical indications in Latin America value chains*. Journal of Rural Studies, 32, 354–365.

Marescotti, A., & Belletti, G. (2016). *Differentiation strategies in coffee global value chains through reference to territorial origin in Latin American countries*. Culture & History Digital Journal, 5(1).

Samper, L. F., & Quiñones-Ruiz, X. F. (2017). *Towards a balanced sustainability vision for the coffee industry*. Resources, 6(2), 17.

Sera, G. H., Volsi, B., Mariucci Júnior, V., Pereira, C. T. M., & Telles, T. S. (2025). *Production and trade of specialty coffee in Brazil*. Scientific Reports, 15(1), 42403.

Teuber, R. (2010). *Geographical indications of origin as a tool of product differentiation: The case of coffee*. Journal of International Food & Agribusiness Marketing, 22(3–4), 277–298.

Torres, G. A. et al. (2022). *Exposure to climate risk: A case study for coffee farming in the region of Alta Mogiana, São Paulo*. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 94(suppl. 4).

Zinsli, M., & Villota-Jetzer, R. (2026). *Grounding coffee value in territory: Localised agro-food systems and the implementation of geographical indication in the global South*. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, 32(1), 87–103.

Wright, D. R. et al. (2024). *Sustainable coffee: A review of the diverse initiatives and governance dimensions of global coffee supply chains*. Ambio, 53(7), 984–1001.

CAPÍTULO 8

ENTRE A SOBREPOSIÇÃO NORMATIVA E A IDENTIDADE: DESAFIOS DE GOVERNANÇA ENTRE A IP ALTA MOGIANA E A IP SUDOESTE DE MINAS

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-5806-8863
https://lattes.cnpq.br/1720773247376743

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0007-6011-8253
https://lattes.cnpq.br/1333615554037277

Débora Dias Panicachi
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0008-2509-6703
https://lattes.cnpq.br/3537557716530531

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
https://lattes.cnpq.br/7800954800978254

Francisco José Mitidieri
Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo/Ministério de Agricultura e Pecuária/MAPA
http://lattes.cnpq.br/1323550447959782

RESUMO: Este artigo analisa o fenômeno das Indicações Geográficas transfronteiriças, com foco na interseção territorial entre a Indicação de Procedência Alta Mogiana e a Indicação de Procedência Sudoeste de Minas Gerais, ambas vinculadas à produção cafeeira. O objetivo central é compreender como a sobreposição de áreas delimitadas impacta a governança, a identidade territorial e a possibilidade de uso legítimo dos signos distintivos por produtores situados em zonas de interseção. O estudo parte da dualidade entre território normatizado, instituído pelo poder jurídico-estatal e pelos atos administrativos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e território identitário, compreendido como espaço usado, vivido e simbolicamente apropriado pelos sujeitos. A pesquisa é de caráter exploratório, bibliográfico e documental, sustentada pela análise da Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996), da Portaria INPI/PR nº 04/2022 (BRASIL, 2022), com alterações posteriores, do Manual de Indicações Geográficas (BRASIL, 2026), dos Cadernos de Especificações Técnicas das duas Indicações de Procedência e dos certificados de registro emitidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Complementarmente, dialoga-se com a teoria das fronteiras étnicas e identitárias de Fredrik Barth (1969), com a noção de território usada de Milton Santos (2006) e com a contribuição de Amy Trubek acerca do gosto do lugar e do *terroir* como construção cultural, institucional e sensorial. Defende-se que a sobreposição entre IGs não constitui apenas uma inconsistência cartográfica ou administrativa,

mas revela uma tensão mais profunda entre norma, pertencimento, reputação e governança. Conclui-se que a interseção territorial pode ser interpretada tanto como risco de fragmentação institucional quanto como oportunidade de cooperação entre signos territoriais, especialmente por meio de arranjos de governança compartilhada e estratégias de valorização territorial integradas.
PALAVRAS-CHAVE: Indicação Geográfica; café; território; governança; identidade.

BETWEEN REGULATORY OVERLAP AND IDENTITY: GOVERNANCE CHALLENGES BETWEEN THE ALTA MOGIANA AND SUDOESTE DE MINAS INDICATIONS OF SOURCE

ABSTRACT: This article analyzes the phenomenon of overlapping Geographical Indications, focusing on the territorial intersection between the Alta Mogiana Indication of Source and the Sudoeste de Minas Indication of Source, both related to coffee production in Brazil. The main objective is to understand how overlapping delimited areas affect governance, territorial identity, and the legitimate use of distinctive signs by producers located in intersection zones. The study is based on the duality between the legally regulated territory, established by state power and by administrative acts of the Brazilian National Institute of Industrial Property, and the identity-based territory, understood as a used, lived, and symbolically appropriated space. The research is exploratory, bibliographic, and documentary, supported by the analysis of Law No. 9,279/1996, INPI Ordinance No. 04/2022, as amended, the Geographical Indications Manual, the Technical Specification Books of both Indications of Source, and the registration certificates issued by INPI. The article also dialogues with Fredrik Barth's (1969) theory of ethnic and identity boundaries, Milton Santos's concept of used territory, and Amy Trubek's contribution on taste of place and terroir as a cultural, institutional, and sensory construction. It argues that the overlap between Geographical Indications is not merely a cartographic or administrative inconsistency, but reveals a deeper tension among law, belonging, reputation, and governance. The conclusion suggests that territorial intersection may be interpreted both as a risk of institutional fragmentation and as an opportunity for cooperation between territorial signs, especially through shared governance arrangements and integrated territorial valorization strategies.
KEYWORDS: Geographical Indication; coffee; territory; governance; identity.

1. INTRODUÇÃO

As Indicações Geográficas são signos distintivos territoriais que preservam a origem e ratificam o elo do produtor com o território em que vive. A Lei 9.279/96 (BRASIL, 1996) atua como marco fulcral para a normatização do território no que tange aos registros das Indicações Geográficas.

Deveras, a indicação geográfica (IG) evidencia a singularidade de produtos vinculados a determinado território, ao associar suas características à origem geográfica, aos fatores naturais e humanos e às formas locais de produção. Nesse sentido, a IG articula-se à valorização do saber localmente determinado e à identidade territorial,

dialogando com o sentido de pertencimento dos atores que vivem e utilizam o território (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015).

Para tal, remonta-se à Indicação de Procedência Alta Mogiana, registrada em 2013, e à Indicação de Procedência Sudoeste de Minas Gerais, a qual surge dez anos depois. *Prima facie*, o que concerne às duas IGs são os dez anos de diferença de registro e o fato de ambas serem referentes ao café. Ao compreender o cenário de maneira mais profunda, nota-se que a IP Alta Mogiana tem sua área contemplada por 23 municípios e a IP Sudoeste de Minas Gerais por 21 municípios, sendo que dois municípios estão presentes em ambas as IGs. Tal fenômeno não se restringe a estas duas Indicações Geográficas, visto que a IP Matas de Minas e a Denominação de Origem Caparaó, ambas de café, também possuem interseção territorial com seis municípios.

Assim, com essas situações *sui generis*, surgem alguns questionamentos, quais sejam:

1. A qual governança este produtor deve se reportar?
2. Elementos de identidade são suprimidos pelo aspecto normativo ou mencionados de alguma forma na legislação específica?

É neste contexto que este capítulo se objetiva: no afã de compreender estas zonas de interseção entre a IP Alta Mogiana e a IP Sudoeste de Minas Gerais, contrastando as normativas jurídicas aos aspectos da identidade para entender a quais territórios estes produtores se integram. Para compreender as nuances destes aspectos, faz-se necessário um debate teórico amparado na dualidade do território, do território normatizado ao território enquanto identidade, a ser esmiuçado no capítulo a seguir.

A problemática apresentada ganha relevo particular no caso do café, produto cuja diferenciação no mercado de cafés especiais está fortemente associada à comunicação de sua origem geográfica. Nesse segmento, a origem não constitui apenas uma informação acessória, uma vez que cafés de origem única tendem a alcançar preços superiores e que o país ou a região de origem se mostra um determinante relevante do preço no mercado de cafés especiais (TEUBER, 2010). Desse modo, a Indicação Geográfica pode operar simultaneamente como instrumento jurídico de proteção da origem e como mecanismo econômico de diferenciação do produto.

A questão torna-se ainda mais complexa quando um mesmo produtor, localizado em município abrangido por duas Indicações de Procedência, pode potencialmente reivindicar dois pertencimentos institucionais. Em tese, se cumprir as condições técnicas, geográficas e procedimentais previstas em ambos os Cadernos de Especificações Técnicas, esse produtor poderia estar apto a dialogar com duas estruturas de governança.

No entanto, a possibilidade jurídica abstrata não resolve a viabilidade operacional, tampouco dissipa a tensão identitária. Usar dois selos territoriais em um mesmo produto ou em lotes distintos significa apenas ampliar oportunidades mercadológicas ou pode gerar ambiguidade quanto à procedência? A dupla vinculação fortalece a reputação territorial do café ou dilui a singularidade narrativa de cada região?

A resposta a essas perguntas exige deslocar o debate para além da letra fria da norma, sem abandoná-la. A norma é indispensável porque define os contornos do registro, os requisitos de proteção, as condições de uso e o sistema de controle. Contudo, a norma não esgota o território. O território da IG é simultaneamente delimitado, vivido, narrado, disputado e reconhecido. É esse tensionamento entre o território desenhado pelo instrumento oficial de delimitação e o território apropriado pelos produtores que sustenta o problema central deste artigo.

O capítulo, portanto, assume que a sobreposição territorial deve ser examinada como um fenômeno de governança multiterritorial, no qual a norma jurídica, o saber-fazer, o mercado e a identidade se encontram em condição de tensão produtiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: AS MÚLTIPLAS FACES DO TERRITÓRIO

A discussão sobre Indicações Geográficas exige, antes de tudo, compreender que o território não é apenas uma superfície delimitada. Embora o registro de uma IG demande a definição de uma área geográfica e de regras institucionais de proteção, o território que dá sentido à IG é mais amplo do que o mapa: ele articula origem geográfica, identidade histórico-cultural, práticas produtivas, mercados locais e extralocais e relações de poder na cadeia de valor. Assim, a IG materializa uma tensão entre a delimitação jurídico-institucional do território e o contexto territorial concreto no qual seus atores, recursos culturais e relações econômicas estão inseridos (BOWEN, 2010).

O território normatizado é aquele instituído por atos formais: lei, portaria, certificado, caderno técnico, instrumento oficial de delimitação, estatuto, regimento, conselho regulador e mecanismos de controle. É o território que pode ser protocolado, examinado, publicado, concedido e eventualmente alterado. No caso brasileiro, esse território é mediado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, cuja função é reconhecer e registrar a Indicação Geográfica à luz da Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996) e da regulamentação administrativa aplicável.

Para tal, remete-se a D'Alexandria e Toledo (2026), o qual aponta que, no contexto das Indicações Geográficas, a relação de um produto ao território está atrelada à construção histórica ou pela elaboração de uma ideia, de uma identidade ou de uma

representação, associada ao espaço. Quando remetemos ao território no contexto das Indicações Geográficas estamos atrelando, também, a perspectiva do *terroir*. É neste sentido que, D'Alexandria e Toledo (2026), ao compreender a dimensão do território e *terroir*, trazem à baila Jacquet (2020), o qual aponta que o *terroir* é a junção de fatores ambientais às práticas culturais, de sociabilidade e políticas dos que ali habitam, que impactam a forma como a produção de uvas e vinhos é disseminada em determinada região. Nesse contexto, ao olhar das IGs, a ideia se extrapola ao pertencimento, ao ato de produzir, ao apego à terra e, sobretudo, à dimensão do território.

Não obstante, o território normatizado não deve ser confundido com o território em sua complexidade social. O território vivido é aquele que se forma no uso, na permanência, na prática e no reconhecimento cotidiano. Santos (2006), ao tratar do território usado, permite compreender o espaço geográfico não como base inerte, mas como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. O território é usado por sujeitos que nele trabalham, circulam, produzem, criam vínculos, desenvolvem técnicas, reproduzem memórias e disputam sentidos. No caso das IGs, esse território usado é a base concreta da reputação, pois não há notoriedade territorial sem sujeitos que tenham produzido, acumulado e comunicado essa diferença ao longo do tempo. É neste ínterim que D'Alexandria (2023) aponta, ao falar de IG e o território, que os produtos confeccionados pelas artesãs da IP Divina Pastora estão para além de simples produtos, carregam saberes geracionais e carregam consigo a identidade desse território usado, da dimensão do próprio município de Divina Pastora em Sergipe e em seus elementos que lá estão contidos.

A partir dessa perspectiva, a Indicação Geográfica pode ser compreendida como uma tentativa de traduzir o território usado em território normatizado, isto é, em especificações que codificam a qualidade do produto, suas práticas culturais e agroambientais e sua relação com a origem. A norma organiza e protege uma reputação vinculada ao território, mas, ao realizar essa tradução, também seleciona, hierarquiza e delimita. Ela define uma fronteira: quem está dentro e quem está fora; quais práticas produtivas, variedades, nomes e áreas geográficas são incorporados às especificações; e quais produtores ou produtos não podem portar legitimamente o signo de origem quando não cumprem tais critérios (PICK; MARIE-VIVIEN, 2021).

É precisamente aqui que Fredrik Barth (1969) se mostra relevante. Embora Barth tenha formulado sua contribuição no campo da antropologia das fronteiras étnicas, sua abordagem é útil para pensar identidades territoriais em contextos de IG. Para este, a identidade não se sustenta apenas no conteúdo cultural interno de um grupo, mas na

manutenção de fronteiras sociais que distinguem membros e não membros. A fronteira é, assim, elemento central da identidade. O que importa não é apenas o conjunto de características culturais compartilhadas, mas os critérios pelos quais um grupo reconhece a si mesmo e é reconhecido por outros.

Transposta para o campo das Indicações Geográficas, essa leitura permite afirmar que a identidade territorial de uma IG é produzida nas fronteiras. A IP Alta Mogiana não se define apenas por atributos agronômicos, históricos ou sensoriais internos, mas também por sua diferença em relação a outras regiões produtoras de café. Isso também se aplica à IP Sudoeste de Minas. Cada uma cria uma narrativa de pertencimento, um conjunto de atributos reputacionais e uma estrutura institucional que delimita seu universo de produtores autorizados.

Quando há sobreposição territorial, a fronteira torna-se porosa. O produtor localizado em município abrangido por duas IPs passa a ocupar uma condição liminar: ele está dentro de duas delimitações, pode compartilhar atributos de duas narrativas e pode ser interpelado por dois sistemas de governança. Essa condição não significa ausência de identidade, mas multiplicidade de pertencimentos. O desafio é saber se as instituições reconhecem e administram essa multiplicidade ou se tentam reduzi-la a uma única filiação territorial. E do ponto de vista do consumidor: como se sente o consumidor quanto ao valor intangível e narrativa do produto adquirido?

A noção de multiterritorialidade ajuda a qualificar esse fenômeno. O produtor contemporâneo não se relaciona com apenas um território. Ele se vincula ao município, à região produtiva, à associação, à cooperativa, à cadeia global de cafés especiais, ao mercado consumidor, às normas estatais, às exigências de certificação e às narrativas de origem. Em muitos casos, sua identidade produtiva é composta por sobreposições. A IG, portanto, não deve ser pensada como território fechado, mas como dispositivo de governança que precisa lidar com a pluralidade territorial. Para tal, D'Alexandria e Toledo (2026) problematizam que o território é a conjunção dos elementos naturais, do solo, da água, da vegetação, do *terroir*, mas não se limita a isso. O território das IGs remete-se a busca da proteção do saber-fazer e a perpetuação do ato de se produzir, permitindo-se a catalogação de saberes e fazeres para não serem perdidos e, tampouco, transformados dentro do contexto da globalização. Neste ínterim, o território é a própria existência daqueles que vivem e usam o território.

Amy Trubek (2008) contribui para esse debate ao mostrar que o *terroir* não é apenas resultado da natureza, embora solo, clima e relevo importem, o gosto é também produzido por práticas culturais, classificações, formas de aprendizagem e expectativas

compartilhadas. Esse ponto é fundamental para o café e as Indicações Geográficas. A IG entra nessa perspectiva como uma chancela de pertencimento territorial.

Dessa forma, a fundamentação teórica deste artigo parte de três pilares articulados. Primeiro, o território normatizado, expresso pela Lei de Propriedade Industrial, pelas portarias do INPI, pelos Cadernos de Especificações Técnicas e pelos concessão de registro. Em segundo, o território usado, constituído pelas práticas dos produtores, pelo saber-fazer, pela memória coletiva e pela reputação cafeeira. Terceiro, a fronteira identitária, compreendida não como linha rígida, mas como processo de classificação, reconhecimento e disputa. A sobreposição entre IP Alta Mogiana e IP Sudoeste de Minas situa-se exatamente na confluência desses três planos.

3. MARCO NORMATIVO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E SUA INCIDÊNCIA SOBRE O CASO ESTUDADO

A Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996) regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial no Brasil e constitui o marco jurídico das Indicações Geográficas. A letra fria da lei estabelece, no art. 176, que constitui Indicação Geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem. Na sequência, o art. 177 define a Indicação de Procedência como o nome geográfico que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Por sua vez, o art. 178 define a Denominação de Origem a partir da relação essencial ou exclusiva entre as qualidades ou características do produto ou serviço e o meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

A distinção entre IP e DO é central para o presente artigo porque a IP Alta Mogiana e a IP Sudoeste de Minas são Indicações de Procedência. Isso significa que o fundamento jurídico de sua proteção está na notoriedade dos respectivos nomes geográficos como centros produtores de café. A proteção não depende, necessariamente, da demonstração de que todas as características do café se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, como ocorreria em uma Denominação de Origem. O elemento nuclear da IP é a reputação territorial.

Essa reputação, todavia, precisa ser formalizada e controlada. A Portaria INPI/PR nº 04/2022 (BRASIL, 2022), atualmente com redação alterada pelas Portarias INPI/PR nº 051/2024 (BRASIL, 2024) e INPI/PR nº 50/2026 (BRASIL, 2026), estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas e disciplina o processamento dos pedidos. O portal do INPI informa expressamente que a Portaria nº 04/2022 (BRASIL, 2022) permanece como norma-base, com alterações posteriores em 2024 e 2026.

A atualização de 2026 possui relevância particular para este artigo, pois o trabalho de campo indicado no texto-base foi realizado em fevereiro de 2026. O INPI informou que a Portaria Normativa INPI/PR nº 50/2026 (BRASIL, 2026) entrou em vigor em 3 de fevereiro de 2026 e promoveu mudanças no fluxo dos pedidos de IG, visando maior racionalização e simplificação processual. A mesma notícia destaca o detalhamento de orientações para elaboração do Instrumento Oficial de Delimitação da área geográfica e a inclusão de modelo de referência anexo ao Manual de IG.

A atenção ao Instrumento Oficial de Delimitação é indispensável. Em uma IG, a delimitação não é mero apêndice cartográfico. Ela é a materialização espacial da fronteira normativa. É o documento que transforma a reputação em perímetro. No caso de sobreposição entre IP Alta Mogiana e IP Sudoeste de Minas, o IOD ganha centralidade porque permite perguntar quais critérios foram utilizados para incluir determinados municípios, se houve coerência entre critérios históricos, produtivos e institucionais, e como se justifica a presença dos mesmos municípios em duas coletividades distintas.

O Caderno de Especificações Técnicas também ocupa posição decisiva. Segundo o INPI, o Caderno de Especificações Técnicas, antigo Regulamento de Uso, é documento obrigatório para solicitar o registro de uma Indicação Geográfica. De acordo com a Portaria nº 04/2022 (BRASIL, 2022), esse Caderno deve conter o nome geográfico protegido, a descrição do produto ou serviço, a delimitação da área geográfica conforme instrumento oficial, a descrição do processo produtivo ou das características pertinentes, o mecanismo de controle, as condições e proibições de uso e as sanções aplicáveis. O próprio INPI afirma que um Caderno bem estruturado ajuda a preservar as tradições da coletividade e fortalecer a IG.

O Caderno, portanto, é mais que um documento técnico. Ele é uma pequena constituição territorial da IG. Nele se estabelecem os requisitos para que o produtor possa usar o signo de origem. Nele também se definem mecanismos de controle que podem incluir cadastro, auditorias, avaliação sensorial, rastreabilidade, regras de embalagem, condições de uso do selo e sanções. Desta feita, no caso dos municípios sobrepostos, a pergunta central não é apenas se o produtor está dentro da área geográfica de duas IPs, mas se consegue cumprir simultaneamente dois Cadernos de Especificações Técnicas e se os dois conselhos reguladores reconhecem essa possibilidade.

No caso da IP Sudoeste de Minas, o registro emitido pelo INPI identifica a IG como Indicação de Procedência, de natureza produto, tendo como produto café em grãos crus, beneficiados, torrados e torrados e moídos. O certificado delimita a área geográfica de produção e lista os municípios abrangidos, entre eles Arceburgo, Alpinópolis, Alterosa,

Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Fortaleza de Minas, Guaxupé, Guaranésia, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Passos, São Pedro da União e São Sebastião do Paraíso.

O Caderno de Especificações Técnicas da IP Sudoeste de Minas, por sua vez, informa que a IP é exclusiva para identificar café em grãos crus, beneficiados, torrados e torrados e moídos, desde que observadas as condições estabelecidas no próprio Caderno. A ficha técnica do INPI indica ainda que os cafés do Sudoeste de Minas possuem classificação mínima de 80 pontos na tabela SCA, sem adstringência, com notas de caramelo, chocolate e nozes, acidez cítrica, corpo denso e finalização prolongada.

Esse conjunto normativo demonstra que a IG não opera apenas por localização. Há um sistema de qualificação do produto. Logo, o produtor situado em área interseccionada não adquire automaticamente o direito de uso apenas porque sua propriedade está dentro do município. Ele precisa obedecer às exigências do Caderno e submeter-se aos mecanismos de controle. A localização é condição necessária, mas não suficiente.

A Portaria INPI/PR nº 04/2022 (BRASIL, 2022) também prevê a existência do substituto processual, isto é, a entidade que atua em nome da coletividade legitimada. A exigência de representação coletiva reforça a natureza comunitária da IG. Contudo, no contexto de sobreposição, a figura do substituto processual ganha nova complexidade: duas entidades podem reivindicar legitimidade sobre produtores situados nos mesmos municípios.

A questão não é apenas jurídica, mas política e institucional. Quem fala pelo produtor da zona interseccionada? Quem define sua narrativa de origem? Quem fiscaliza, cobra, autoriza, sanciona e promove?

A resposta pode variar conforme a adesão do produtor, o cumprimento dos Cadernos e as regras internas das associações. Contudo, do ponto de vista analítico, é preciso reconhecer que a sobreposição cria um espaço de governança duplicada ou potencialmente concorrente. Tal duplicidade pode gerar oportunidades, como ampliação de mercados e fortalecimento regional, mas também pode produzir custos, insegurança e conflito identitário.

4. METODOLOGIA

Para a construção deste capítulo, estabeleceram-se procedimentos metodológicos que viabilizam a exequibilidade dos objetivos propostos. Diante das metas delineadas, definiu-se que esta pesquisa possui cunho exploratório, amparando-se simultaneamente na pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, reporta-se a Gil (2011), ao destacar que as pesquisas bibliográficas são desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo, cenário no qual este artigo se insere. Para o cumprimento dos objetivos, foram definidos procedimentos específicos de coleta e análise. Mais uma vez, busca-se em Gil o suporte para compreender o fenômeno, reiterando a importância do trabalho de campo como uma das etapas primordiais da investigação.

O presente estudo balizou-se no trabalho de campo, realizado em fevereiro de 2026, para compreender o fenômeno por meio de uma imersão na Indicação de Procedência Alta Mogiana. Destaca-se o uso da observação como técnica fundamental. Conforme aponta Gil (2011), a observação constitui elemento basilar para a pesquisa científica. Nesta perspectiva, ao defrontar-se com os aspectos propostos, o trabalho prosseguiu para a aplicação de entrevistas, com roteiro semiestruturado, visando aprofundar as nuances do fenômeno.

Foram utilizadas entrevistas por pautas, fundamentadas em Gil (2011), as quais apresentam certo grau de estruturação por guiarem-se por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador explora ao longo do curso. As entrevistas e questionários foram realizados a partir de encontros diretos com os representantes das referidas Indicações Geográficas (Alta Mogiana e Sudoeste de Minas Gerais).

É importante salientar que a pesquisa é, também, de cunho documental, voltada à análise dos Cadernos de Especificações Técnicas da IP Alta Mogiana e da IP Sudoeste de Minas Gerais, bem como de leis, resoluções e normativas emitidas pelo INPI no que tange às Indicações Geográficas. Gil (2011) ressalta que a pesquisa documental consiste na exploração de fontes oficiais, contratos e outros registros que permitem a reconstrução do fato sob análise.

Para a construção deste artigo, as etapas foram organizadas da seguinte forma:

1. Pesquisa documental e bibliográfica;
2. Trabalho de campo;
3. Validação.

A validação fundamenta-se na triangulação teórica, proposta em Denzin (1970) *apud* Holanda e Farias (2020), que consiste na análise do objeto empírico sob múltiplas perspectivas teóricas para avaliar a relevância dos dados sob diferentes óticas, isto é, na triangulação entre a normatização jurídica (documentos oficiais), a compreensão prática junto aos gestores e o debate teórico acerca das múltiplas feições do território no contexto das Indicações Geográficas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sobreposição entre a IP Alta Mogiana e a IP Sudoeste de Minas revela um ponto sensível do sistema brasileiro de Indicações Geográficas: a possibilidade de que áreas delimitadas por diferentes coletividades e identificadas por signos distintivos diferentes se encontrem no mesmo espaço municipal. A princípio, a legislação brasileira não estabelece uma proibição genérica e expressa à sobreposição entre IGs. Tampouco há, na Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996), dispositivo que impeça abstratamente que um produtor esteja situado em área abrangida por mais de uma Indicação Geográfica. A lei define as categorias de proteção, mas não resolve, de modo detalhado, os conflitos de governança decorrentes de interseções territoriais.

A percepção dos gestores entrevistados confirma que a sobreposição territorial não é tratada, na prática, como autorização automática e irrestrita de uso do signo, mas como uma situação condicionada ao cumprimento das regras de cada Indicação Geográfica. No caso da Alta Mogiana, a gestão entrevistada enfatiza que o recorte territorial da IG é compreendido de forma integrada, sem separação entre sua porção paulista e mineira. Segundo o Participante 1 das entrevistas, "Para a Alta Mogiana, não há essa divisão mineira e paulista". Essa fala reforça que, para a entidade gestora, a fronteira administrativa estadual não rompe a unidade simbólica e operacional da IG, uma vez que a legitimidade de uso do selo decorre da inserção do café na região delimitada e do cumprimento do respectivo caderno técnico.

Esse entendimento é particularmente relevante para os municípios de São Sebastião do Paraíso e Itamogi, indicados nas entrevistas como áreas de interseção entre a IP Alta Mogiana e a IP Sudoeste de Minas. A fala do Participante 1 sugere que a governança da Alta Mogiana tende a operar segundo critério de pertencimento à área delimitada e de observância das regras técnicas, mais do que por uma diferenciação político-administrativa entre estados. Desse modo, a sobreposição aparece menos como conflito imediato e mais como desafio institucional ainda em elaboração.

Entretanto, esse silêncio normativo não deve ser lido como autorização irrestrita, mas como espaço de interpretação. A questão prática passa a depender da compatibilidade entre os Cadernos de Especificações Técnicas, da legitimidade das entidades gestoras, dos mecanismos de controle e da forma como cada IG organiza seu direito de uso. O produtor da zona de interseção não pode simplesmente escolher um selo como estratégia comercial desvinculada das regras. Ele deve cumprir as condições do Caderno correspondente e submeter-se ao respectivo sistema de controle. No entanto, um dos entrevistados afirma que dependendo do mercado ao qual seu café é destinado, utiliza um ou o outro selo das IGs.

5.1. GOVERNANÇA DUPLICADA: CONFLITO OU COOPERAÇÃO?

O ponto mais delicado da sobreposição territorial está na governança. Cada Indicação Geográfica possui ou deve possuir uma estrutura responsável por controlar o uso do signo, verificar o cumprimento do Caderno de Especificações Técnicas, promover a IG, defender sua reputação e organizar a coletividade. Quando duas IGs incidem sobre o mesmo espaço, duas estruturas podem reivindicar competência sobre o mesmo produtor.

A pergunta "a qual governança este produtor deve se reportar?" não tem resposta automática. Se o produtor pretende usar apenas a IP Alta Mogiana, deverá cumprir o Caderno da Alta Mogiana e submeter-se à sua entidade gestora. Se pretende usar apenas a IP Sudoeste de Minas, deverá cumprir as regras dessa IP. Se pretende usar ambas, em lotes distintos ou eventualmente em produtos que cumpram os dois Cadernos, a situação se torna mais complexa. O produtor precisará demonstrar conformidade simultânea, manter registros adequados, garantir rastreabilidade e evitar comunicação enganosa. Quando essa situação ocorrer, o uso dos dois selos na mesma embalagem é possível? Essa situação é conveniente? E o consumidor, qual seria o julgamento de valor quanto a reputação da origem do produto? Estes são elementos que adentram aos gargalos da governança territorial no contexto das IGs.

D'Alexandria e Acácio (2026), ao falar dos desafios da Governança Territorial nas IGs, chega-se ao entendimento de uma necessária coesão territorial, baseada na articulação entre os diferentes atores, tendo a IG como eixo estruturante. Ainda para os autores, essa compreensão é central tanto para a proposição de uma nova IG quanto para a gestão daquelas já existentes. A ausência desse alinhamento pode levar à criação de IGs fragilizadas, orientadas por interesses pontuais, sem o real entendimento dos anseios coletivos do território. Essa lógica também se aplica às IGs já em funcionamento, uma vez que, mesmo após o reconhecimento formal, a coesão territorial precisa ser continuamente preservada, considerando o papel de cada ator social no período posterior ao registro. Em outras palavras, a fase de "sensibilização" dos atores do território deve ser contínua, mesmo após o reconhecimento formal da indicação geográfica.

As entrevistas evidenciam que, na prática, a resposta à governança aplicável tem sido construída a partir da adesão do produtor e da conformidade com o sistema de controle da IG escolhida. A gestão do Sudoeste de Minas afirma que os produtores situados em áreas sobrepostas podem optar por qual estrutura institucional desejam integrar, desde que cumpram os requisitos correspondentes. Nas palavras do Participante 2, "a pessoa tem o direito de escolher" e "a gente não tem impedimento da nossa parte de que o produtor faça parte de outra IG que não da nossa".

Essa posição aproxima a governança da lógica de adesão regulada: o produtor não é automaticamente absorvido por uma IG apenas por estar em área delimitada, mas pode reivindicar pertencimento institucional se observar as condições técnicas, associativas e procedimentais exigidas. No caso do Sudoeste de Minas, tais condições aparecem associadas à rastreabilidade e à certificação, uma vez que o entrevistado afirma que, para selar o café, é necessário possuir "100% da rastreabilidade" e comprovar o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade e do Caderno de Especificações Técnicas. Assim, a governança duplicada não se configura necessariamente como conflito, mas como um arranjo condicionado à capacidade do produtor de atender, de forma transparente, às exigências da coletividade cujo selo pretende utilizar.

Do ponto de vista operacional, a dupla governança pode gerar custos adicionais. O produtor pode ter que lidar com duas taxas de associativismo, dois processos de adesão, dois sistemas de auditoria, duas formas de rotulagem, duas exigências documentais, dois custos de aquisição dos selos e duas narrativas mercadológicas. Para pequenos e médios cafeicultores, isso pode tornar a dupla vinculação inviável, mesmo que juridicamente possível.

Por outro lado, a sobreposição também pode ser uma oportunidade. As duas IGs podem cooperar em vez de competir. Podem estabelecer protocolos de entendimento para produtores situados em municípios interseccionados. Podem harmonizar exigências documentais, reconhecer auditorias recíprocas, criar regras comuns para uso de selos em lotes distintos, definir diretrizes de comunicação e promover ações conjuntas de valorização territorial. Nesse caso, a sobreposição deixaria de ser problema e passaria a ser ativo estratégico.

A governança cooperativa é especialmente promissora quando se pensa em uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Essa abordagem permite valorizar não apenas o café isoladamente, mas o conjunto de bens, serviços, paisagens, saberes, experiências turísticas, gastronomia, cultura e patrimônio associados ao território. Em zonas de interseção, a Cesta de Bens e Serviços pode funcionar como instrumento de integração, pois desloca o foco da disputa pelo selo para a construção de uma estratégia territorial mais ampla.

No entanto, para que tal caminho seja viável, é necessário que as entidades gestoras reconheçam a interdependência territorial. A disputa pura tende a fragmentar a reputação. A cooperação, ao contrário, pode fortalecer o conjunto das regiões cafeeiras, desde que respeite a singularidade de cada IG. O desafio está em construir governança compartilhada sem apagar as diferenças.

5.2. O USO DE DOIS SELOS: POSSIBILIDADES, LIMITES E RISCOS

Uma das questões centrais do artigo é saber se o produtor situado em área de interseção pode usar dois selos. A resposta deve ser construída em camadas.

Em primeiro lugar, é preciso distinguir estar na área geográfica de ter direito ao uso. A inclusão do município na delimitação territorial é apenas um requisito. O direito de uso depende do cumprimento do Caderno de Especificações Técnicas e dos mecanismos de controle da respectiva IG. O INPI deixa claro que o Caderno deve conter a delimitação da área, o mecanismo de controle, as condições e proibições de uso e as sanções aplicáveis.

Em segundo lugar, deve-se verificar se os Cadernos são compatíveis. Se um lote de café cumpre integralmente as exigências de ambas as IPs, em tese não haveria impedimento lógico para que o produtor estivesse apto em ambos os sistemas. Contudo, isso não significa que o uso simultâneo dos dois selos no mesmo produto seja recomendável ou automaticamente permitido. O uso depende das regras internas e da comunicação ao consumidor.

Em terceiro lugar, há o risco de confusão. A Indicação Geográfica informa e vincula o produto à sua origem. Se um rótulo apresenta dois signos territoriais, o consumidor pode não compreender se se trata de uma origem composta, de uma dupla certificação, de um blend, de uma autorização institucional ou de mero uso promocional. A informação deve ser precisa, transparente e não enganosa. Nesse ponto, normas de defesa do consumidor e regras gerais de rotulagem devem ser consideradas como camada complementar da análise.

Em quarto lugar, há o risco de diluição identitária. A força de uma IG está na clareza da associação entre produto e território. Se o uso simultâneo de dois selos não for bem explicado, pode enfraquecer a narrativa de ambas as regiões. Por outro lado, se houver governança adequada, a dupla vinculação pode ser apresentada como expressão de uma zona de encontro entre tradições cafeeiras, desde que não se falseie a origem nem se banalize o signo.

O caso empírico relatado pela gestão da Alta Mogiana ilustra a diferença entre possibilidade prática de dupla vinculação e ausência de diretrizes consolidadas para sua governança. O Participante 1 menciona a existência de uma produtora que, por determinado período, utilizou os dois selos conforme o contexto institucional e promocional: “quando ela ia fazer um evento com a gente, ela ia com o selo da Alta Mogiana. Quando ela ia fazer um evento com o Sudoeste, ela ia com o selo do Sudoeste”. O Participante 2 citou outra forma de utilização dos selos, qual seja a oportunidade de mercado: quando o evento ocorre em regiões nas quais o café produzido em Minas Gerais é mais valorizado/

procurado pelos compradores, utiliza-se o selo da IG Sudoeste de Minas. Já quando o evento valoriza cafés paulistas ou o consumidor é indiferente à sua origem, mas querem apenas café de qualidade, utiliza-se o selo da IG da Alta Mogiana.

A fala demonstra que o uso alternado dos signos territoriais pode ocorrer como estratégia situada, vinculada a eventos, redes institucionais e oportunidades de visibilidade. No entanto, o mesmo entrevistado afirma que "ainda não tem" uma diretriz específica sobre esses casos e que se tratava, até aquele momento, de uma exceção. Esse dado empírico sustenta a interpretação de que a sobreposição não está plenamente institucionalizada como procedimento de governança. Ela existe na prática, mas ainda carece de protocolos capazes de definir critérios de uso, rastreabilidade, comunicação ao consumidor e prevenção de ambiguidades na apresentação da origem.

Assim, a discussão sobre dois selos não deve ser reduzida ao binômio permitido/proibido. A pergunta mais adequada é: sob quais condições jurídicas, técnicas, comunicacionais e institucionais o uso de dois signos territoriais pode ocorrer sem prejudicar a reputação coletiva?

5.3. A FIDELIDADE DO PRODUTOR AO TERRITÓRIO

Outrossim, a noção de fidelidade territorial é uma das mais complexas do tema. O produtor deve ser fiel a um único território? Ou pode pertencer legitimamente a mais de uma territorialidade?

As entrevistas reforçam que a fidelidade territorial não pode ser compreendida apenas como adesão formal a um selo, pois envolve reconhecimento, comunicação e construção de pertencimento. No caso da Alta Mogiana, o Participante 1 associa diretamente território, identidade e narrativa ao afirmar: "quando eu penso em IG, quando eu penso em território, eu penso em qual é a identidade que me faz sentir pertencente. Qual é a narrativa que eu quero contar?". A fala desloca a IG de uma concepção meramente administrativa para uma dimensão simbólica, na qual o selo deve permitir que a própria origem conte sua história.

Por outro lado, o Participante 2 aponta que, nas áreas de interseção, a coexistência de IGs pode gerar incerteza sobre pertencimento e uso estratégico dos selos. Segundo sua percepção, alguns produtores ainda estão "sem o pertencimento exclusivo e caminhando dos dois lados". Essa constatação não indica necessariamente oportunismo, mas revela que a identidade territorial associada à IG ainda demanda trabalho de comunicação, educação e apropriação coletiva. A fidelidade ao território, portanto, não nasce automaticamente do registro jurídico; ela precisa ser continuamente construída

pela governança, pelas práticas produtivas e pela compreensão do produtor sobre o valor do signo de origem.

A fidelidade territorial, portanto, deve ser compreendida como compromisso com regras, práticas e narrativas, e não como exclusividade absoluta. O produtor fiel ao território é aquele que respeita o Caderno, preserva a reputação coletiva, comunica corretamente a origem e participa da governança. Se ele consegue fazer isso em relação a duas IGs, a dupla fidelidade pode ser legítima. Se usa a sobreposição apenas para oportunismo comercial, sem compromisso com nenhum dos sistemas, a prática tende a enfraquecer ambas as coletividades.

5.4. A FRONTEIRA COMO LUGAR DE DISPUTA E INOVAÇÃO

As zonas de interseção costumam ser vistas como problema. Contudo, elas também podem ser espaços de inovação institucional. A fronteira, nesse caso, não é apenas linha de separação; é lugar de contato. É onde normas se encontram, identidades se testam e modelos de governança precisam se adaptar.

A letra fria da norma não resolve sozinha essa disputa. O INPI concede registros com base em documentos, delimitações, comprovações e requisitos formais. Mas a convivência posterior entre IGs depende de governança local. O Estado reconhece; a coletividade administra. Quando há sobreposição, a administração precisa ser negociada.

Nesse sentido, recomenda-se que as IGs em zonas interseccionadas desenvolvam instrumentos de cooperação, tais como: a) protocolo de governança para produtores em área sobreposta; b) matriz comparativa dos Cadernos de Especificações Técnicas; c) regras de rastreabilidade para lotes que possam transitar entre sistemas; d) critérios de comunicação para evitar confusão do consumidor; e) reconhecimento mútuo de documentos quando tecnicamente possível; f) calendário de reuniões entre conselhos reguladores; g) estratégia comum de promoção regional; e h) mecanismos de solução de controvérsias.

Esses instrumentos não eliminam a autonomia de cada IG, mas reduzem os riscos da concorrência desordenada. A governança multiterritorial não exige fusão institucional. Exige coordenação.

5.5. O CAFÉ COMO PRODUTO DE TERRITÓRIO, REPUTAÇÃO E NARRATIVA

O café é um produto particularmente adequado para a análise das IGs porque sua qualidade é compreendida de forma multidimensional. O mercado de cafés especiais valoriza atributos sensoriais, mas também origem, história, altitude, variedade,

processamento, rastreabilidade, sustentabilidade e relação com o produtor. A IG atua nesse ambiente como selo de reputação coletiva.

No caso do Sudoeste de Minas, por exemplo, a ficha técnica do INPI associa os cafés da região à classificação mínima de 80 pontos SCA (Specialty Coffee Association) e a determinadas notas sensoriais. Isso demonstra que a IG participa da construção de uma linguagem de qualidade. Não se trata apenas de afirmar que o café vem de certo lugar, mas de comunicar que esse lugar produz, sob determinadas condições, um perfil reconhecível.

A fala da gestão do Sudoeste de Minas evidencia que o território da IG é compreendido como resultado da articulação entre condições naturais, práticas produtivas e valores coletivos. O Participante 2 define a região como apropriada à produção de cafés de qualidade em razão do clima, da temperatura e do *terroir*, mas também destaca a centralidade da sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental. Desse modo, o território não é reduzido ao meio físico; ele incorpora formas de fazer, instituições de apoio, aprendizado técnico e compromissos coletivos.

Essa interpretação se torna ainda mais clara quando o Participante 2 afirma que a associação não precisou "criar o fazer", mas "regulamentar o como fazer". A formulação aproxima a IG da ideia de formalização de práticas territorialmente enraizadas. A norma, nesse caso, não aparece como imposição externa desconectada da realidade local, mas como tentativa de registrar, organizar e comunicar práticas já existentes, atualizando-as diante de novas exigências de mercado, sustentabilidade e rastreabilidade.

A sobreposição entre IGs desafia essa pedagogia do gosto. Se um café pode ser narrado como Alta Mogiana ou Sudoeste de Minas, é necessário compreender se estamos diante de duas narrativas concorrentes ou complementares. Talvez o mesmo município apresenta características históricas e produtivas que justificam sua presença em ambas as delimitações. Talvez a sobreposição revele uma zona de transição, na qual atributos edafoclimáticos, práticas culturais e redes comerciais se misturam. A resposta deve vir da análise documental e empírica.

Por sua vez, para o caso da IG Café da Alta Mogiana, a ficha técnica do INPI não limita os cafés da região à uma classificação mínima de pontuação da escala SCA mas a determinadas notas sensoriais. A questão que surge é: para um tomador de café habitual, dado que a pontuação da escala SCA é um critério de qualidade sensorial da bebida, um café com selo da IG Sudoeste de Minas, ou seja com no mínimo 80 pontos da escala SCA, poderia ter a preferência pelo consumidor em detrimento do café com selo da IG Alta Mogiana? Ou a narrativa, a história, a região, as pessoas que produzem teriam maior

apelo na decisão de compra? E ainda, essa decisão poderá ser afetada se o apreciador de café for mais conhecedor do assunto?

De todo modo, a IG não pode ser reduzida à chancela burocrática. Ela é uma linguagem de reputação. E, como toda linguagem, precisa de coerência. O uso de uma IG deve ajudar o consumidor a compreender melhor o produto, não a confundi-lo. Por isso, a governança das zonas sobrepostas deve ter como preocupação central a clareza narrativa.

5.6. ENTRE COMPETIÇÃO E CESTA TERRITORIAL

A literatura sobre desenvolvimento territorial têm apontado que produtos de origem podem funcionar como âncoras para estratégias mais amplas de valorização regional. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais oferece uma alternativa interessante para regiões com múltiplas identidades produtivas. Em vez de disputar isoladamente a reputação de um produto, os atores locais podem organizar um conjunto articulado de bens e serviços associados ao território.

No caso da sobreposição entre IP Alta Mogiana e IP Sudoeste de Minas, essa abordagem permite pensar para além da competição entre selos. A região interseccionada pode ser trabalhada como espaço de complementaridade, articulando cafés especiais, turismo rural, gastronomia, paisagem cafeeira, memória histórica, eventos, educação sensorial, rotas de origem e experiências de consumo. A IG, nesse cenário, não seria apenas um selo no pacote, mas um elemento de uma estratégia territorial integrada.

A sobreposição entre Alta Mogiana e Sudoeste de Minas não tem sido percebida, pelos gestores entrevistados, como uma disputa direta entre IGs, mas como um tema emergente que exige coordenação institucional. O Participante 1 afirma que “o Sudoeste e a Alta Mogiana caminham juntos como parceiros”, embora reconheça que podem surgir desafios caso novas IGs continuem a se sobrepor a territórios já demarcados. Essa leitura permite compreender a interseção como espaço de cooperação potencial, e não apenas como conflito de fronteiras.

A mesma orientação aparece na fala do Participante 2, para quem a ampliação dos cafés de origem fortalece a cafeicultura brasileira. O entrevistado afirma desejar “muitos cafés selados, muitos cafés de origem”, desde que comprometidos com as regras de produção, venda e sustentabilidade assumidas pela IG. Esse posicionamento dialoga com a proposta de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, pois desloca a ênfase da competição entre selos para uma estratégia mais ampla de valorização territorial, capaz de articular origem, qualidade, sustentabilidade, turismo, memória e reputação cafeeira.

Contudo, há um risco. Se a cesta territorial for usada apenas como estratégia de marketing, sem governança efetiva, pode produzir banalização. A cooperação entre IGs exige compromissos concretos: regras, participação dos produtores, divisão de responsabilidades, controle de qualidade e transparência. A narrativa territorial deve estar ancorada em práticas reais.

5.7. A SOBREPOSIÇÃO COMO EVIDÊNCIA DOS LIMITES DO MODELO ATUAL

O caso estudado também evidencia limites do modelo brasileiro de IGs. O sistema tem avançado significativamente, especialmente no setor cafeeiro, mas ainda precisa desenvolver instrumentos mais refinados para lidar com sobreposições. A legislação e as portarias tratam de registro, documentação, exame e alteração, mas a convivência entre IGs próximas ou interseccionadas depende muito da capacidade local de negociação.

A atualização do Manual de Indicações Geográficas em 2026, com maior detalhamento sobre o Instrumento Oficial de Delimitação, aponta uma preocupação institucional relevante. Porém, a delimitação, por si só, não resolve os problemas de governança pós-registro. É necessário avançar em diretrizes sobre coexistência, cooperação e prevenção de conflitos entre IGs.

Não se trata de impedir toda sobreposição. Em alguns casos, ela pode ser tecnicamente justificável. O problema é permitir sobreposição sem mecanismos claros de convivência. O resultado pode ser insegurança para produtores, disputa entre associações e confusão para consumidores.

Por isso, este artigo sugere que o INPI e as entidades representativas das IGs considerem a criação de orientações específicas para áreas interseccionadas. Tais orientações poderiam abordar critérios mínimos de transparência, uso de selos, rastreabilidade, compatibilidade de Cadernos e cooperação institucional. A função não seria centralizar a governança local, mas oferecer parâmetros para que a multiterritorialidade seja administrada de modo mais seguro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as Indicações Geográficas preservam a origem e reforçam o elo entre produtor e território, o que ocorre quando um mesmo produtor se encontra em área juridicamente reconhecida por duas IGs? A pergunta, aparentemente simples, revelou um problema denso. A sobreposição entre a IP Alta Mogiana e a IP Sudoeste de Minas não é apenas uma questão cartográfica. Ela expõe uma tensão entre norma, identidade, governança, reputação e reconhecimento pelo mercado consumidor.

A análise demonstrou que o território da IG possui dupla natureza. De um lado, é território normatizado: delimitado, protocolado, certificado e controlado. De outro, é território usado: vivido pelos produtores, construído por práticas agrícolas, saber-fazer, memória, relações institucionais e narrativas de qualidade. A sobreposição ocorre justamente quando essas duas dimensões não se encaixam de forma simples. O mapa jurídico encontra uma realidade territorial mais fluida.

Do ponto de vista jurídico, não se identificou, na estrutura geral da Lei de Propriedade Industrial, uma proibição abstrata e expressa à presença de um produtor em área abrangida por mais de uma IG. Todavia, o direito de uso não decorre automaticamente da localização.

Ele depende do cumprimento integral dos Cadernos de Especificações Técnicas, dos mecanismos de controle, das condições de uso e das regras estabelecidas pelas entidades gestoras. Assim, a possibilidade de uso de dois selos deve ser analisada concretamente, à luz da compatibilidade técnica, da rastreabilidade, da clareza de rotulagem e da ausência de indução do consumidor a erro.

Os achados das entrevistas reforçam essa conclusão ao demonstrar que a sobreposição territorial, embora juridicamente possível e empiricamente reconhecida pelos gestores, ainda não se encontra plenamente institucionalizada como procedimento de governança. Na perspectiva da IP Alta Mogiana, os municípios situados na porção mineira integram a mesma unidade territorial da IG, sem distinção entre Alta Mogiana paulista e mineira, de modo que o pertencimento é compreendido a partir da área delimitada e da observância do Caderno de Especificações Técnicas. Ao mesmo tempo, a gestão entrevistada reconhece que ainda não há diretriz específica para os casos excepcionais de produtores que transitem entre duas IGs, embora tenha relatado experiência concreta de uso alternado dos selos por uma produtora situada em área de interseção.

Já a entrevista com a gestão da IP Sudoeste de Minas evidencia que o produtor pode escolher a coletividade institucional à qual deseja se vincular, desde que cumpra as exigências técnicas, associativas, de rastreabilidade e de sustentabilidade previstas pela IG, sem que haja impedimento, por parte dessa entidade, à participação em outra Indicação Geográfica. Assim, as entrevistas confirmam que a tensão central não reside propriamente na existência da sobreposição, mas na necessidade de transformar essa realidade territorial em regras claras de convivência, controle, comunicação e cooperação entre as entidades gestoras.

A principal conclusão é que a sobreposição pode seguir dois caminhos. O primeiro é o caminho da competição desordenada. Nele, as IGs disputam produtores, narrativas e legitimidade, gerando custos, insegurança e enfraquecimento da reputação coletiva.

O segundo é o caminho da cooperação multiterritorial. Nele, as IGs reconhecem a complexidade da fronteira e constroem mecanismos de convivência, tais como protocolos de governança, harmonização documental, reconhecimento de auditorias, regras claras de comunicação e estratégias conjuntas de promoção territorial.

A segunda alternativa parece mais adequada ao espírito das Indicações Geográficas. A IG não deve ser instrumento de fragmentação territorial, mas de valorização coletiva. Se a reputação do café se forma historicamente por redes, práticas e paisagens que nem sempre respeitam fronteiras administrativas rígidas, a governança deve ser capaz de dialogar com essa realidade. A zona de interseção não precisa ser tratada como erro. Pode ser compreendida como fronteira viva, espaço de contato e oportunidade de inovação institucional.

Os elementos de identidade não precisam ser suprimidos pelo aspecto normativo. O que se exige é que a norma seja interpretada como instrumento de organização da identidade, e não como sua negação. O território normatizado deve proteger o território vivido, não substituí-lo. Quando a norma ignora a identidade, a IG se torna burocracia. Quando a identidade ignora a norma, a IG perde segurança e controle. O desafio está justamente em construir uma governança capaz de articular ambas.

Por fim, a discussão sobre IP Alta Mogiana e IP Sudoeste de Minas aponta para um debate mais amplo sobre o futuro das Indicações Geográficas no Brasil. À medida que o número de IGs cresce, especialmente no setor cafeeiro, as sobreposições, aproximações e disputas territoriais tendem a se tornar mais frequentes. O sistema brasileiro precisará desenvolver ferramentas de cooperação entre IGs, sobretudo em regiões de fronteira. A experiência analisada neste artigo pode, portanto, contribuir para uma agenda de pesquisa e de política pública voltada à governança de territórios interseccionados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO SUDOESTE DE MINAS. **Caderno de Especificações Técnicas da IP Sudoeste de Minas**. [S. l.]: 2022.

BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries**: the social organization of culture difference. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

BOWEN, Sarah. Embedding local places in global spaces: geographical indications as a territorial development strategy. **Rural Sociology**, v. 75, n. 2, p. 209-243, jun. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Certificado de Registro de Indicação Geográfica nº BR 402022000007-3**. Indicação de Procedência: Sudoeste de Minas. Rio de Janeiro: INPI, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Manual de Indicações Geográficas**. Rio de Janeiro: INPI, 2026. Atualizado em: 3 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Portaria INPI/PR nº 04, de 12 de janeiro de 2022**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas, dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. Rio de Janeiro: INPI, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Portaria INPI/PR nº 051, de 16 de dezembro de 2024**. Altera a Portaria/INPI/PR nº 04, de 12 de janeiro de 2022. Rio de Janeiro: INPI, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Portaria Normativa INPI/PR nº 50, de 23 de janeiro de 2026**. Dispõe sobre as condições para o registro das Indicações Geográficas e altera dispositivos da Portaria INPI/PR nº 04, de 12 de janeiro de 2022. Rio de Janeiro: INPI, 2026.

D'ALEXANDRIA, M.; ACÁCIO, B. **Panorama das indicações geográficas: características e desafios**. In: OLIVEIRA, Rubmara Ketzer; SPERS, Eduardo Eugênio (org.). Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas: volume 1: o caso da Canastra. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

D'ALEXANDRIA, Marcel. **As indicações geográficas do Mundo para o Brasil: a construção do conceito brasileiro**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n. 20, p. 3-26, dez. 2020.

D'ALEXANDRIA, M.; TOLEDO, Eli. **Indicações geográficas para quê?: o papel da geografia no debate**. In: CRUZ, Benedito Ely Valente da et al. (org.). Geografia, indicação geográfica e desenvolvimento territorial. Santo Ângelo: Ilustração, 2026.

D'ALEXANDRIA, M. A. B. **Uma década de registro: compreensões acerca da Indicação de Procedência Divina Pastora**. Boletim Alfenense de Geografia, Alfenas, v. 4, n. 8, p. 75-91, 2025. ISSN 2764-1422.

DENZIN, Norman K. **The research act: A theoretical introduction to sociological methods**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. (Nota: O texto do artigo cita a edição de 2011).

HOLANDA, Gerda de Souza; DE FARIAS, Isabel Maria Sabino. Estratégia da triangulação: uma incursão conceitual. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 4, p. 1150-1166, 2020.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.

PICK, Barbara; MARIE-VIVIEN, Delphine. Representativeness in geographical indications: a comparison between the state-driven and producer-driven systems in Vietnam and France. **Sustainability**, Basel, v. 13, n. 9, artigo 5056, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TEUBER, Ramona. Geographical indications of origin as a tool of product differentiation: the case of coffee. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 22, n. 3-4, p. 277-298, 2010.

TRUBEK, Amy B. **The Taste of Place**: a cultural journey into terroir. Berkeley: University of California Press, 2008.

CAPÍTULO 9

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Fábio Nazhar
IFSP e FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-4047-8968
http://lattes.cnpq.br/3344019944224399

Felipe Mendes Borini
FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-1389-136X
https://lattes.cnpq.br/6635164249130002

José Afonso Mazzon
FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-1556-520X
https://lattes.cnpq.br/1210919727653975

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: As Indicações Geográficas têm sido amplamente analisadas como instrumentos de proteção da origem, diferenciação mercadológica e valorização territorial. Este capítulo propõe um deslocamento analítico ao tratá-las como possíveis ecossistemas de inovação, nos quais múltiplos atores mobilizam recursos, conhecimentos e capacidades para produzir, sustentar e capturar valor. Nessa perspectiva, a generatividade é compreendida como a capacidade do território de produzir novas combinações organizacionais, institucionais e produtivas, não como efeito automático da certificação, mas como resultado que depende da qualidade da governança, da mediação dos conflitos, do modo como as assimetrias de poder são administradas e pela construção de uma proposta de valor compartilhada. Argumenta-se que os conflitos, longe de constituírem apenas disfunções, expressam disputas por legitimidade, representatividade, controle de recursos e apropriação de benefícios. Quando mal mediados, eles podem restringir a integração entre os atores, enfraquecer a interdependência e comprometer a complementaridade necessária à inovação sistêmica. Com base em observações e entrevistas no território da Alta Mogiana, Indicação de Procedência de café reconhecida pelo INPI, o capítulo examina como identidades territoriais, arranjos institucionais e relações de poder moldam a capacidade generativa das IGs. Conclui-se que a inovação territorial depende menos do reconhecimento formal da origem e mais da construção de mecanismos coletivos capazes de coordenar interesses, processar disputas e ampliar a participação efetiva dos diferentes grupos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: poder; conflito; generatividade; governança territorial; ecossistema de inovação.

ABSTRACT: Geographical Indications have been widely analyzed as tools for protecting origin, market differentiation, and territorial development. This chapter proposes a shift in perspective by treating them as potential innovation ecosystems, in which multiple actors mobilize resources, knowledge, and capabilities to produce, sustain, and capture value. From this perspective, generativity is understood as the territory's capacity to produce new organizational, institutional, and productive combinations – not as an automatic effect of certification, but as an outcome that depends on the quality of governance, conflict mediation, how power asymmetries are managed, and the construction of a shared value proposition. It is argued that conflicts, far from being merely dysfunctions, express disputes over legitimacy, representativeness, control of resources, and the appropriation of benefits. When poorly mediated, they can restrict integration among actors, weaken interdependence, and compromise the complementarity necessary for systemic innovation. Based on observations and interviews in the Alta Mogiana region – home to a coffee Geographical Indication (GI) recognized by the INPI – this chapter examines how territorial identities, institutional arrangements, and power relations shape the generative capacity of GIs. It concludes that territorial innovation depends less on formal recognition of origin and more on the construction of collective mechanisms capable of coordinating interests, resolving disputes, and expanding the effective participation of the different groups involved.
KEYWORDS: power; conflict; generativity; territorial governance; innovation ecosystem.

1. INTRODUÇÃO

Mais do que um atributo do território ou um efeito automático da certificação, a generatividade é a capacidade do ecossistema de produzir novas combinações, novos arranjos e novas possibilidades de ação a partir das interações entre seus atores. Trata-se, portanto, de um fenômeno que depende de condições relacionais e institucionais, entre as quais se destacam a qualidade da governança, a gestão dos conflitos e o modo como assimetrias de poder são mediadas no território (Stranieri *et al*., 2023; Pham & Marie-Vivien, 2021).

Nessa perspectiva, o conflito não deve ser interpretado apenas como disfunção ou desvio. Em territórios de IG, ele expressa frequentemente disputas pelo poder, definição de padrões, controle de recursos, hierarquização de saberes e influência na distribuição dos benefícios associados à reputação territorial. Quando tais disputas permanecem concentradas ou mal processadas institucionalmente, tendem a limitar a integração entre os atores, enfraquecer relações de interdependência e reduzir a complementaridade necessária à inovação sistêmica. O problema, portanto, não reside na simples existência do conflito, mas na forma como ele é incorporado ou bloqueado pela governança do ecossistema (Pham & Marie-Vivien, 2021; Mancini *et al*., 2022).

O território da Alta Mogiana, reconhecido como IG desde 2013, possui relações entre produtores, organizações representativas, instituições de apoio e mecanismos de coordenação que tanto podem favorecer quanto restringir processos de inovação. Assim, tomar a Alta Mogiana como referência ao longo do capítulo permite situar empiricamente uma questão mais ampla: em que condições a governança territorial consegue transformar diferenciação de origem em capacidade generativa, e em que condições ela apenas reproduz assimetrias preexistentes?

Este capítulo contribui para a literatura ao propor a generatividade como resultado emergente da interação entre governança, conflito e poder em territórios de IG, ampliando abordagens que tratam as IGs predominantemente como mecanismos de diferenciação mercadológica.

O ponto central deste capítulo é que a capacidade generativa de um território de IG depende, em grande medida, de como essas assimetrias e conflitos são governados. Quando a estrutura decisória é frágil, concentrada ou capturada por poucos atores, a cooperação territorial tende a se tornar instrumental e limitada. Em contrapartida, quando o território dispõe de mecanismos mais transparentes de mediação, regras legítimas de representação e maior equilíbrio entre organizações concorrentes, a governança pode converter conflito em aprendizagem institucional, em vez de permitir que ele degrade a capacidade coletiva de coordenação.

As Indicações Geográficas (IGs) são tratadas como instrumentos de proteção da origem e de diferenciação mercadológica. Essa leitura, embora relevante, é insuficiente para explicar os processos que sustentam a coordenação entre atores, a produção de valor coletivo e o surgimento de trajetórias inovadoras. As regiões com reconhecimento de IG são complexas, o que dificulta a real compreensão sobre os aspectos que influenciam o seu desempenho, especialmente aqueles vinculados às configurações relacionais formadas pelos atores do território e seus interesses.

Esse cenário é especialmente relevante porque a literatura sobre IGs frequentemente enfatiza seus benefícios potenciais sem dedicar a mesma atenção às tensões internas que atravessam sua construção e operação. Em contextos marcados por heterogeneidade produtiva, desigualdade de recursos e disputas por legitimidade, a governança deixa de ser um aspecto procedimental e passa a constituir uma dimensão central do desempenho territorial. Nesses casos, a forma como regras são definidas, decisões são tomadas e interesses são representados influencia diretamente a capacidade do arranjo de sustentar coordenação, cooperação e aprendizagem coletiva (Mancini *et al*., 2022; Pham & Marie-Vivien, 2021).

É a partir desse problema que o capítulo se organiza. O argumento central é que a capacidade generativa das IGs não decorre automaticamente do reconhecimento formal da origem, mas da qualidade das relações que estruturam o ecossistema territorial. Em outras palavras, interdependência, complementaridade e generatividade não são propriedades dadas; são resultados contingentes de arranjos de governança que podem ampliar ou restringir a inovação sistêmica, conforme a maneira pela qual administram poder, conflito e representação no território.

2. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Embora sejam tradicionalmente associadas à proteção da origem e à diferenciação de produtos, as Indicações Geográficas (IGs) podem ser compreendidas de forma mais ampla, como arranjos territoriais que articulam atores, instituições e regras em torno de objetivos coletivos. Essa perspectiva permite analisar não apenas seus efeitos mercadológicos, mas também os processos de coordenação, aprendizagem e inovação que emergem nos territórios.

A literatura sobre ecossistemas oferece contribuições relevantes. Gomes *et al*. (2021) observam que o conceito passou por uma ampla difusão em diferentes áreas do conhecimento, muitas vezes sendo utilizado de forma genérica para descrever redes ou conjuntos de organizações. Para os autores, sua utilidade analítica depende da capacidade de identificar relações de interdependência que influenciam a criação e a captura de valor. Assim, mais do que a simples existência de múltiplos atores, o que caracteriza um ecossistema é a presença de complementaridades e mecanismos de coordenação que conectam seus participantes.

Essa interpretação aproxima-se da abordagem desenvolvida por Adner e Kapoor (2010), que destacam a importância das interdependências entre organizações para o sucesso de processos inovadores. Posteriormente, Adner (2017) propõe compreender os ecossistemas como estruturas formadas por atividades e atores alinhados em torno de uma proposta de valor. O foco, portanto, desloca-se dos atributos isolados das organizações para as relações que sustentam sua atuação conjunta.

Aplicada às Indicações Geográficas, essa abordagem permite compreender que seu funcionamento depende da interação entre produtores, associações, instituições de pesquisa, órgãos públicos e demais organizações ligadas ao território. A IG deixa de ser vista apenas como um instrumento jurídico de proteção da origem e passa a ser entendida como um arranjo institucional capaz de coordenar práticas produtivas, estabelecer padrões de qualidade, fortalecer identidades territoriais e promover formas coletivas de ação.

Essa interpretação também encontra respaldo na definição de ecossistema de inovação proposta por Granstrand e Holgersson (2020), segundo a qual os ecossistemas são constituídos por atores, atividades, instituições e relações que influenciam processos de inovação. A contribuição dessa definição está em reconhecer que a inovação não resulta exclusivamente de avanços tecnológicos, mas também de mudanças organizacionais, institucionais e relacionais.

No contexto das IGs, isso significa que a inovação pode se manifestar por meio da criação de novos mecanismos de governança, da revisão de critérios de qualidade, da disseminação de conhecimentos técnicos ou da articulação entre saberes locais e conhecimentos científicos. O elemento central não é apenas a introdução de novidades, mas a capacidade do território de construir formas de coordenação que favoreçam a aprendizagem coletiva e a geração de valor.

Estudos recentes reforçam essa perspectiva. Stranieri *et al*. (2023) demonstram que os efeitos das IGs sobre a inovação dependem das capacidades existentes nos territórios (especificamente da distância em relação à fronteira tecnológica) e das condições institucionais que sustentam a cooperação entre os atores. De forma semelhante, Mancini *et al*. (2022) argumentam que a geração de benefícios está associada não apenas às regras formais das IGs, mas também à qualidade da colaboração entre produtores certificados e sua disposição para compartilhar conhecimento e recursos.

Dessa forma, algumas Indicações Geográficas podem ser interpretadas como ecossistemas territoriais de inovação, caracterizados pela articulação entre recursos locais, instituições e atores diversos. Essa perspectiva não pressupõe que toda IG seja necessariamente inovadora, mas oferece um referencial analítico útil para compreender em quais condições esses arranjos territoriais favorecem a cooperação, a aprendizagem e a criação de valor coletivo.

No caso da Alta Mogiana, essa abordagem permite examinar como os atributos de um ecossistema manifestam-se no território e de que forma estes contribuem para o sucesso ou fracasso da IG, especialmente no que tange à capacidade do território em gerar inovações sistêmicas em uma estrutura que contemple interdependência clara, complementariedade e proposta de valor compartilhada entre os atores.

3. GENERATIVIDADE E IG

Nos territórios de Indicação Geográfica, a governança não se resume à administração de regras técnicas. Ela envolve a definição de quem participa das decisões, quem representa legitimamente a coletividade, quem influencia a redação e a interpretação

das normas e quem se apropria dos benefícios materiais e simbólicos associados à IG. Por essa razão, a governança deve ser compreendida como arena política, atravessada por relações assimétricas de poder. Em arranjos territoriais dessa natureza, decisões aparentemente técnicas, como critérios de inclusão, padrões de qualidade, mecanismos de controle e formas de uso do nome geográfico, frequentemente expressam disputas mais profundas sobre autoridade, reconhecimento e distribuição de valor.

Essas assimetrias tendem a se manifestar de várias maneiras. Em primeiro lugar, há diferenças de capacidade organizativa e de influência entre atores que ocupam posições distintas no território, como associações ligadas diretamente à IG, entidades comerciais, sindicatos, cooperativas, intermediários, exportadores e instituições públicas. Em segundo lugar, mesmo quando existem instâncias formais de participação, certos grupos conseguem exercer liderança informal mais intensa, seja por deterem maior capital econômico, seja por controlarem informações estratégicas, canais de comercialização ou relações privilegiadas com agentes externos. Nesses casos, a governança formal pode coexistir com decisões concentradas, nas quais alguns atores, mesmo sem excluir os demais de maneira explícita, conseguem influenciar mais fortemente a pauta, as prioridades e a forma de decidir as questões coletivas.

A literatura mostra, nesse sentido, que representatividade não equivale automaticamente a equidade. Marie-Vivien *et al*. (2019) observam que a ampliação da participação na elaboração e na gestão da IG não elimina, por si só, controvérsias relativas à heterogeneidade dos atores, à transparência das decisões e ao uso da organização coletiva em favor do bem comum. Em contextos territoriais complexos, a coexistência entre associações de produtores, entidades de defesa comercial, sindicatos e outros organismos tende a produzir sobreposição de competências, disputas por legitimidade e conflitos quanto à condução estratégica da IG. Tais conflitos não são marginais, eles dizem respeito ao controle da direção política do território.

Nesse quadro, a liderança informal adquire relevância particular. Embora a governança territorial se estruture por meio de conselhos, associações ou comitês, a capacidade efetiva de coordenação costuma depender também de atores que, independentemente do cargo formal, acumulam prestígio, capital relacional e reconhecimento local. Esses atores podem desempenhar papel decisivo na mediação de controvérsias e na construção de consensos mínimos, mas também podem reforçar hierarquias existentes, sobretudo quando a autoridade informal se combina com capacidade econômica ou controle institucional. Assim, a liderança informal pode tanto estabilizar a ação coletiva quanto restringir a renovação do arranjo de governança.

Os conflitos entre organizações territoriais são comuns e se apresentam como uma manifestação natural visando a disputa pelo poder de definição, algumas vezes visando interesses coletivos, e outras, por interesses individuais, o que é, neste caso, prejudicial para o território. Associações diretamente vinculadas à IG podem defender critérios de proteção mais estritos, enquanto entidades comerciais podem priorizar expansão de mercado, sindicatos podem enfatizar interesses corporativos específicos e outros atores territoriais podem disputar reconhecimento, recursos ou capacidade de influência. Quando essas diferenças não encontram canais institucionais adequados de processamento, o resultado tende a ser uma fragmentação decisória, redução da confiança e enfraquecimento da coordenação coletiva. Em vez de complementaridade, consolida-se uma interdependência tensa, pouco propícia à inovação sistêmica.

4. METODOLOGIA

Este capítulo utiliza uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, estruturada como um estudo de caso único focado no território da Alta Mogiana. A escolha desta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos complexos, como generatividade e governança, em seu contexto real, onde as relações entre atores e instituições são fundamentais para o desempenho territorial.

4.1. COLETA DE DADOS

A base empírica deste estudo foi construída por meio de pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2026, envolvendo os principais atores do ecossistema cafeeiro da região. A coleta de dados pautou-se em entrevistas semiestruturadas e observação direta.

O material coletado foi submetido à análise de conteúdo. O processo de análise organizou-se em torno de três categorias teóricas que sustentam a discussão sobre ecossistemas de inovação:

Governança e Interdependência: Mapeamento das estruturas de coordenação formal e informal, identificando os limites da ação coletiva.

Gestão de Conflitos e Poder: Identificação das tensões políticas, assimetrias de recursos e disputas por legitimidade que moldam o arranjo territorial.

Capacidade Generativa: Análise da habilidade do território em produzir novas combinações produtivas, institucionais e de valor compartilhado, superando a fragmentação institucional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. GOVERNANÇA E CONFLITO NA ALTA MOGIANA

A Alta Mogiana é um território em que a governança da IG existe, mas ainda não se estabilizou como coordenação plenamente compartilhada. As evidências mostram que a associação de IG ocupa posição central e atua como principal indutora das ações territoriais, mas essa centralidade não elimina a fragmentação entre instituições, nem produz automaticamente consenso sobre prioridades, estratégias e formas de distribuição de valor. Em vez de uma governança ecossistêmica homogênea, aparece um arranjo em que diferentes atores operam por blocos, com agendas próprias e graus distintos de envolvimento com a IG.

O conflito, nesse contexto, é estrutural. Não se trata de disputa abstrata, mas sim de divergências concretas sobre como avançar, com quem avançar e em qual ritmo. Esse fenômeno pode gerar falta de unidade e dificuldades para a criação de planos que tenham como alvo o fortalecimento da proposta de valor compartilhada.

O conflito opera como uma luta por poder, influência e legitimidade, que limita a integração entre os atores e restringe a complementaridade necessária à inovação sistêmica. Quando instituições mantêm agendas paralelas, quando produtores não se reconhecem mutuamente como parceiros e quando a coletividade não é percebida como vantajosa, o ecossistema perde capacidade de gerar aprendizagens cruzadas e novas combinações organizacionais. A emergência de ambientes inovadores depende de diversidade de atores, compartilhamento de conhecimento, competências colaborativas e clima de confiança. Na ausência desses elementos, a estrutura formal pode existir, mas a generatividade permanece baixa.

No caso da Alta Mogiana, as evidências mostram precisamente esse bloqueio. Há menções a resistências históricas, falta de unidade, competição entre instituições e dificuldade de transformar ações isoladas em ação territorial convergente. Em vez de um campo de cooperação integrada, o que se observa é uma configuração em que o conflito reduz a interdependência e enfraquece a possibilidade de complementaridade entre os atores da IG. Por isso, a inovação que ocorre tende a ficar circunscrita a nichos, projetos específicos ou lideranças muito engajadas, sem se converter plenamente em *output* sistêmico.

As evidências sugerem que a governança da IG é atravessada por assimetrias de poder, tanto entre instituições quanto entre lideranças e bases produtivas. Algumas entrevistas indicam que certos atores conseguem mobilizar mais recursos,

mais visibilidade e mais capacidade de definir a agenda territorial, enquanto outros permanecem periféricos ou mesmo resistentes à lógica associativa. Um dos resultados, é a inércia de muitos produtores do território, que acabam não se envolvendo com as estratégias de nível territorial, focando mais em suas rotinas produtivas diárias.

Também é importante notar que a assimetria não aparece só na dimensão formal, mas na capacidade de narrar o território. A associação tenta construir uma linguagem comum sobre origem, qualidade, pertencimento e agregação de valor, mas outros atores parecem operar com racionalidades mais pragmáticas e de curto prazo, principalmente quando a discussão toca preços, comercialização e captura de valor. Isso cria uma disputa menos visível, porém decisiva: quem define o que a IG é, para quem ela serve e qual benefício ela entrega?

Outro ponto que merece destaque é que a unidade territorial aparece nas entrevistas mais como projeto do que como realidade consolidada. Há discursos que reforçam a existência de "blocos" institucionais, ações paralelas e iniciativas localizadas, mas sem costura suficiente para transformar a IG em um sistema integrado de inovação e valorização territorial. A sensação recorrente é de que há movimento, mas o movimento ainda é segmentado, muito dependente de lideranças individuais e pouco capaz de produzir uma coletividade estável.

Nesse sentido, a revisão da seção é útil porque permite mostrar que o problema central não é a ausência de instituições, e sim a insuficiência de coordenação entre elas. A IG da Alta Mogiana possui associação, produtores, cooperativas, extensão, ensino e ações de formação, mas ainda carece de mecanismos mais eficazes de alinhamento estratégico, mediação de conflitos e construção de propósito comum. Portanto, a generatividade territorial é limitada não pela falta de recursos, mas pela forma como o poder é distribuído e negociado no ecossistema.

O material coletado sugere que a Alta Mogiana possui uma governança ativa, porém fragmentada, fortemente dependente de lideranças específicas e ainda incapaz de consolidar uma coordenação territorial mais integrada entre associação, cooperativa, sindicato, poder público e demais organizações relevantes. Em vez de um arranjo baseado em complementaridade funcional entre diferentes instituições, o que aparece nas falas é uma convivência tensa entre blocos organizacionais com agendas próprias, temporalidades distintas e limitada disposição para construção de estratégias comuns. Essa desintegração institucional é nitidamente percebida pelos atores locais, conforme ilustra o relato de um representante do poder público, que evidencia o distanciamento entre as principais entidades do ecossistema:

> *"Hoje nós temos aqui em Franca três grandes forças do café: a AMSC, o sindicato rural [...] e a COCAPEC. Porém, esse pessoal não estão integrados entre eles. Não vou dizer que tem uma disputa aberta. Não. Mas, com essa desintegração, perde-se força no mercado."* (Entrevistado – Poder Público).

Ainda assim, há um esforço para atrair o interesse de mais atores a fazer parte da associação, com foco no fortalecimento da região por meio da força dos produtores e demais atores do território. O objetivo da associação é construir uma unidade e reduzir os conflitos negativos, aqueles que não contribuem para o crescimento da IG.

Os conflitos, aliás, são um dos aspectos mais evidentes desse quadro. Em alguns momentos, eles surgem de maneira direta, como quando se mencionam questões de alinhamento entre associação, cooperativa e sindicato. Em outros, eles aparecem de forma mais discreta, por meio de referências a "ego", resistências históricas, divisões por blocos institucionais e à dificuldade de constituir uma unidade territorial minimamente convergente.

Uma das entrevistas é particularmente expressiva ao sugerir que há um "conflito de estratégia" entre instituições e atores, cada qual comandando seus próprios eventos, espaços e agendas, o que deixa "um vazio" entre os blocos e impede maior coordenação territorial. Essa dinâmica fica evidente na fala de uma liderança local, que descreve como as iniciativas se isolam:

> *"Quando você fala da AEAGRO, da Alta Café... é um bloco. Só que você tem que olhar no retrovisor e ver que na semana de trás... vai ter o Sim Café da Cocapec, que é outro bloco. [...] Eu nem vejo um conflito de interesses. Eu vejo um conflito de estratégia. [...] Fica um vazio aqui."* (Entrevistado – Produtor e Liderança Associativa).

Esse conflito não deve ser lido apenas como divergência pontual, mas como manifestação de assimetrias de poder e de diferentes lógicas de apropriação de valor. Em discussão interna da equipe, aparece a percepção de que a associação tenta puxar a agregação de valor para a base produtiva, enquanto cooperativas e agentes mais ligados à comercialização tenderiam a operar segundo outra racionalidade, menos comprometida com diferenciação territorial e mais associada à compra de café em condições convencionais de mercado. A fala é relevante porque aponta para uma disputa distributiva subjacente à governança da IG: quem captura valor quando a origem passa a contar mais? Ainda que nem todas as entrevistas formulem essa questão nesses termos, o tema reaparece em diferentes passagens que mostram reservas, cautelas e desconfortos na relação entre instituições. A perspectiva da associação ilustra o esforço de retenção desse valor no território:

> *"O elo da cadeia e do primeiro já ia ficar com a qualidade. Ia ficar pra ele [intermediário/cooperativa] [...] Nosso trabalho é fazer agregar pra cá. Ensina o*

cara a provar, ensina o cara a classificar [...] ele sabe que é melhor, ele quer o ágio pra ele" (Entrevistado – Representante da Associação).

Contudo, essa lógica colide com as práticas de agentes hegemônicos, conforme observa um cafeicultor local sobre a desarticulação comercial:

> *"Nós estamos em uma região onde há um líder de mercado [...]. Para ele não é interessante divulgar [a origem]. A hora que traz a IG, mostra que existem empresas querendo pagar mais. E aí vai surgir o nome [...] A maioria dos produtores estão vinculados a uma grande empresa que não quer ter unidade"* (Entrevistado – Produtor).

Também chama atenção o caráter concentrado da ação coletiva. Há reconhecimento de que a associação exerce papel importante e de que determinadas lideranças "pisam no acelerador" da IG, mas ao mesmo tempo várias falas indicam que faltam mais mãos, mais gente com a mesma energia e maior engajamento efetivo do território. O resultado é uma governança que opera mais por esforço concentrado de poucos atores do que por interdependência institucional estabilizada. O depoimento de uma das lideranças expressa o esgotamento desse modelo concentrado:

> *"A gente tem muito a construir ainda. O que que falta? Eu acho que falta mais pessoas com a mesma energia e com o mesmo potencial que algumas já têm. [...] Faltam mais mãos para fazer isso e muito mais mãos"* (Entrevistado – Produtor e Liderança Associativa).

Outro ponto relevante diz respeito à proposta de valor territorial. Há indícios claros de que a IG ainda não foi plenamente convertida em experiência concreta e reconhecível para consumidores, visitantes e para a própria Franca e região. Entrevistas mencionam a ausência de cafés da região em hotéis, a baixa presença do café como signo visível da cidade, a carência de espaços de demonstração articulados à IG e a perda ou negligência de elementos históricos capazes de ancorar simbolicamente a cafeicultura local. A frustração quanto à invisibilidade do café no meio urbano é evidenciada nas falas de empresários locais:

> *"Não tem um hotel em Franca, da rede hoteleira, que tem um café de qualidade. Nenhum. [...] Se você chegar em Franca agora, que jeito que é a entrada? Um negocinho de 1,20m por 8m. Franca não tem um totem. Não tem um cara lá com uma peneira de café. [...] Você conhece Franca como calçado"* (Entrevistado – Produtor e Empresário).

As tentativas de inserção esbarram na resistência econômica de elos que não valorizam a origem, como complementa outro ator do comércio local:

> *"A indústria hoteleira não quer pagar o preço do meu café. Eles querem de graça, eles querem degustação. [...] Falei: 'gente, vamos trocar a cultura do café de graça pela cultura do café bom'"* (Entrevistado – Torrefador e Dono de Cafeteria).

Sobre o enfoque ecossistêmico, esses achados sugerem que a generatividade da Alta Mogiana permanece limitada. O território possui ativos, organizações, reputação e repertório técnico suficientes para produzir novas combinações econômicas, simbólicas e institucionais, mas essa possibilidade é reduzida pela baixa densidade de interdependência entre atores e pela dificuldade de organizar complementariedades duráveis. Em vez de um ecossistema no qual atores distintos se reconhecem como mutuamente necessários, o que emerge das entrevistas é um cenário em que iniciativas inovadoras continuam excessivamente individualizadas e dependentes de arranjos localizados.

Essa limitação aparece de diferentes formas. Em primeiro lugar, a coletividade ainda não é percebida como vantajosa de maneira suficientemente clara. O associativismo só tende a ganhar força quando os atores percebem ganhos concretos em agir juntos. Quando essa percepção desaparece, predomina a lógica do individualismo. Em segundo lugar, a complementaridade entre atores da cadeia ainda é incompleta. Embora haja movimentos importantes de aproximação entre associação, torrefações, cafeterias, produtores e instituições de apoio, persistem lacunas na articulação com consumidores, hotéis, equipamentos urbanos, espaços de memória e outros dispositivos de valorização territorial. Isso enfraquece a capacidade de a IG gerar efeitos sistêmicos para além do núcleo produtivo.

Em terceiro lugar, a interdependência territorial ainda não alcançou um patamar autenticamente integrado. Há exemplos positivos de parceria e cooperação, inclusive com apoio institucional bem avaliado em alguns contextos específicos, como ações de extensão, formação e aproximação com novos perfis de produtores. No entanto, esses avanços convivem com falas sobre isolamento, falta de apoio entre pares, indiferença às iniciativas alheias e até expectativa velada de fracasso de projetos inovadores. Quando um ator relata que “as unidades” seguem “pelejando” isoladamente, a imagem produzida é a de um território em que a energia empreendedora existe, mas não encontra mecanismos estáveis de reverberação coletiva. Essa sensação de fragmentação é verbalizada por um produtor com atuação no varejo:

> *“O cara fica louquinho pra dar errado, pra dar uma merda, pra falar: ‘nossa, eu sabia que não ia funcionar’. [...] E aí fica as unidades pelejando. Fica eu pelejando, o outro pelejando, o outro pelejando. Fica pelejando”* (Entrevistado – Produtor e Empresário).

Desse modo, a principal consequência analítica não é a inexistência de inovação na Alta Mogiana, mas a sua contenção em níveis menos sistêmicos do que o potencial territorial permitiria. A IG produz identidade, aprendizado, qualificação e alguma articulação, mas ainda encontra dificuldades para transformar esses elementos em uma plataforma territorial mais

generativa, capaz de combinar governança, valorização da origem, convergência estratégica e inovação compartilhada. O problema central, portanto, não é a ausência de ativos, mas a insuficiência de mecanismos coletivos que convertam esses ativos em interdependência produtiva, complementaridade organizacional e visão territorial comum.

5.2. GENERATIVIDADE NA ALTA MOGIANA

Explorar melhor a noção de captura de valor. O capítulo fala muito de criação de valor e menos de captura. Como a literatura de ecossistemas enfatiza ambos os processos, sugiro aprofundar: Quem captura valor na Alta Mogiana? Produtores? Cooperativas? Torrefadores? Intermediários? Exportadores? Essa discussão dialoga diretamente com o tema do poder.

A generatividade pode ser entendida como a capacidade de um ecossistema produzir novas combinações de valor a partir da interação entre seus atores, e não apenas como a soma de iniciativas isoladas. Em ecossistemas de inovação, ela depende da qualidade das relações, da circulação de conhecimento, da confiança e da presença de mecanismos de governança que tornem possível coordenar interesses distintos sem suprimir a diversidade. No campo das IGs, isso significa que o selo, por si só, não gera inovação sistêmica, mas apenas cria uma arquitetura institucional que pode, ou não, ser convertida em dinamismo territorial.

Na Alta Mogiana, esse ponto aparece com nitidez. As entrevistas mostram que a região reúne tradição, reputação, capacidade técnica e institucionalidade mínima, mas a passagem desses ativos para um padrão mais generativo ainda é desigual, porque a governança é fragmentada, os conflitos permanecem ativos e a proposta de valor territorial não se estabilizou como linguagem comum. O resultado é um território com alto potencial de geração de valor, mas com conversão incompleta desse potencial em inovação compartilhada.

A capacidade de gerar inovação depende de arranjos capazes de produzir narrativas mobilizadoras, modelos distribuídos de ação e coordenação entre participantes com posições diferentes no ecossistema. Em termos práticos, isso exige não apenas instituições formais, mas também legitimidade, confiança e mediação de conflitos, porque a generatividade não emerge em contextos de fechamento relacional ou captura de agenda por poucos atores. Quando há assimetria de poder, a cooperação tende a se tornar frágil, e a inovação passa a depender de lideranças individuais em vez de uma infraestrutura coletiva estável.

Esse argumento se ajusta bem ao caso da Alta Mogiana. As entrevistas indicam que há iniciativas formativas, articulações institucionais e ações voltadas à valorização

da origem, mas o território ainda não consolidou um núcleo de coordenação capaz de integrar interesses dispersos e traduzir a IG em projeto territorial comum. O que aparece, em muitos momentos, é uma governança de baixa densidade coletiva, sustentada por esforços concentrados, com forte dependência de lideranças e baixa capilaridade entre atores econômicos, simbólicos e institucionais.

A Alta Mogiana apresenta um conjunto expressivo de ativos territoriais que sustentam sua relevância como Indicação Geográfica do café. Nas entrevistas, a região é reiteradamente associada à tradição cafeeira, à qualidade do produto, à reputação construída ao longo do tempo e ao potencial de diferenciação do território, elementos que conferem densidade simbólica e econômica à IG. A associação entre origem, qualidade e identidade aparece de forma recorrente, inclusive na percepção de atores locais que definem a indicação geográfica como garantia e qualidade, ao mesmo tempo em que reconhecem que ela oferece uma linguagem territorial capaz de afirmar pertencimento e singularidade regional.

Esse potencial não se restringe à dimensão produtiva. As entrevistas mostram que a Alta Mogiana conta com uma base institucional relativamente robusta, com protagonismo da associação, atuação de parceiros importantes como o Sebrae, além de um esforço visível de formação, treinamento e mobilização em torno da IG. A associação relata dezenas de ações voltadas a pertencimento, qualidade, turismo, capacitação e comunicação, com forte presença de cursos, workshops e atividades formativas, o que indica uma tentativa consistente de ampliar a apropriação territorial da IG, sobretudo entre pequenos e médios produtores e entre marcas locais de café torrado. A densidade dessa agenda é confirmada pelos gestores do território:

> *"Ano passado a gente fez umas 50 ações, esse ano a gente fez mais de 60 ações. Que englobam IG, turismo, pertencimento, comunicação, qualidade e dessas 60 ações a gente tem mais de 50% formativas. [...] curso de torra, curso de classificação, mentoria sobre exportação, mentoria sobre irrigação, dias de campo com palestras"* (Entrevistado – Representante de Associação).

Ainda assim, o potencial territorial da Alta Mogiana convive com uma sensação de incompletude. A própria associação reconhece que, mesmo após mais de uma década do reconhecimento, o território ainda está "engatinhando" em termos de entendimento, convencimento e agregação de valor, tanto para produtores quanto para consumidores. Esse diagnóstico é reforçado por falas que apontam que a região possui forte tradição e elevado nível técnico na produção, mas continua com baixa tradução dessa força em posicionamento mercadológico, valorização da origem e experiência territorial integrada. Em outras palavras, há ativos abundantes, mas sua conversão em proposta

coletiva de valor ainda é parcial. O diagnóstico institucional reflete a morosidade desse amadurecimento cultural:

> *"Apesar de a Alta Mogiana ter essa história muito longa, quando a gente fala de IG, a gente ainda está engatinhando. [...] a gente ainda está nesse processo de convencimento, de entendimento, de agregação de valor, tanto para o produtor, quanto para o consumidor"* (Entrevistado – Representante de Associação).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões são consistentes, mas poderiam terminar com uma proposição teórica e conceitual mais forte. Exemplo: "Os resultados sugerem que a capacidade generativa de uma IG depende menos do reconhecimento formal da origem e mais da capacidade da governança territorial de transformar conflito em complementaridade e poder em coordenação."

A principal implicação analítica deste estudo é que a Indicação Geográfica não deve ser tratada como resultado final do desenvolvimento territorial, mas como uma infraestrutura institucional cuja eficácia depende da qualidade das relações que consegue organizar no território. Sob a lente dos ecossistemas de inovação, o valor da IG não reside apenas em seu reconhecimento formal, mas em sua capacidade de articular atores heterogêneos, produzir interdependências funcionais e sustentar *outputs* coletivos que ultrapassem a ação isolada de produtores, associações ou cooperativas. Quando essa articulação não se consolida, a IG tende a preservar reputação e identidade, mas com capacidade reduzida de gerar inovação sistêmica e aprendizagem compartilhada.

As entrevistas da Alta Mogiana reforçam esse ponto ao mostrar que o território possui ativos importantes: identidade regional, tradição cafeeira, base associativa, ações formativas e reconhecimento da qualidade, mas ainda opera com baixa densidade de complementaridade entre seus atores. O conflito, nesse contexto, não pode ser interpretado como desvio pontual da governança, e sim como variável constitutiva da dinâmica territorial, uma vez que expressa disputas por agenda, legitimidade, centralidade e apropriação de valor. Assim, a generatividade aparece como fenômeno dependente da forma como a governança lida com poder, interdependência e coordenação, e não como efeito automático da mera existência de uma origem certificada.

Uma segunda implicação analítica é que a assimetria de poder não atua apenas como obstáculo distributivo, mas como fator que modela a própria arquitetura relacional do ecossistema. Em contextos nos quais poucos atores concentram capacidade de mobilização, narrativa e decisão, a cooperação tende a se tornar contingente, personalizada

e vulnerável à descontinuidade, o que dificulta a consolidação de rotinas coletivas e de estratégias territorialmente convergentes. Isso ajuda a explicar por que, na Alta Mogiana, iniciativas relevantes coexistem com fragmentação institucional, baixa unidade e limitada conversão da IG em proposta de valor tangível para diferentes públicos. Em termos analíticos, o território sugere que governança formal sem coordenação robusta produz reconhecimento, mas não necessariamente generatividade elevada.

Dessas constatações decorre uma agenda de governança centrada menos em expandir o selo e mais em qualificar as condições relacionais do território. A primeira frente diz respeito à construção de mecanismos mais consistentes de coordenação interinstitucional, capazes de reduzir a lógica de blocos paralelos entre associação, cooperativa, sindicato, poder público e demais organizações relevantes. Isso implica criar espaços de deliberação recorrente, com regras mais claras de participação, definição de prioridades e gestão de divergências, de modo que o conflito deixe de operar apenas como força de fragmentação e passe a ser processado como elemento normal de uma governança madura. A gestão da interdependência é decisiva para a produção de resultados coletivos, sobretudo quando os participantes são heterogêneos e mantêm diferentes posições no sistema.

A segunda frente envolve o fortalecimento de complementariedades. As entrevistas mostram que a Alta Mogiana já avançou ao incorporar torrefações, microtorrefações, cafeterias e ações formativas, mas ainda carece de maior integração com consumidores, hotéis, equipamentos urbanos, espaços de memória e dispositivos de visibilidade territorial. Em ecossistemas de inovação, complementariedade não é simples coexistência de atores, mas acoplamento funcional entre competências, canais, narrativas e recursos. Por isso, uma agenda de governança consequente precisa ampliar os pontos de contato entre produção, consumo, turismo, educação e identidade territorial, sob pena de manter a IG restrita ao interior da cadeia produtiva, sem maior reverberação sistêmica.

A terceira frente refere-se à produção de uma proposta de valor territorial compartilhada. A Alta Mogiana possui força simbólica, mas ainda não foi plenamente convertida em experiência territorial legível e reconhecível no espaço urbano, nos serviços locais e nos canais de mediação com o público. Isso enfraquece a capacidade do território de transformar identidade em coordenação e reputação em valor distribuído. Uma agenda de governança, portanto, precisa enfrentar o desafio de tornar a IG mais visível, inteligível e útil para atores além do produtor, articulando *storytelling*, presença territorial, sinalização de origem e mediações de mercado que reforcem a percepção de singularidade da região.

Por fim, a principal contribuição deste capítulo é sugerir que a governança de territórios com IG deve ser analisada não apenas em termos de conformidade institucional, mas em termos de capacidade generativa. Isso desloca o foco do reconhecimento jurídico para a qualidade das relações que o reconhecimento consegue mobilizar, coordenar e estabilizar ao longo do tempo. No caso da Alta Mogiana, a agenda analítica e prática converge para o mesmo diagnóstico: a região dispõe de ativos suficientes para sustentar um ecossistema mais generativo, mas esse potencial continuará limitado enquanto conflito, assimetria de poder, baixa coletividade e complementaridade incompleta seguirem restringindo a construção de um projeto territorial efetivamente compartilhado.

REFERÊNCIAS

Adner, R. (2017). Ecosystem as structure: An actionable construct for strategy. *Journal of Management, 43*(1), 39–58. https://doi.org/10.1177/0149206316678451

Adner, R., & Kapoor, R. (2010). Value creation in innovation ecosystems: How the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. *Strategic Management Journal, 31*(3), 306–333. https://doi.org/10.1002/smj.821

Gomes, L. A. V., Flechas, X. A., Facin, A. L. F., & Borini, F. M. (2021). Ecosystem management: Past achievements and future promises. *Technological Forecasting and Social Change, 171*, 120950. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120950

Granstrand, O., & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation, 90–91*, 102098. https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098

Mancini, M. C., Guareschi, M., Bellassen, V., & Arfini, F. (2022). Geographical indications and public good relationships: Evidence and policy implications. *EuroChoices*. https://doi.org/10.1111/1746-692X.12360

Marie-Vivien, D., Carimentrand, A., Fournier, S., Cerdan, C., & Sautier, D. (2019). Controversies around geographical indications: Are democracy and representativeness the solution? *British Food Journal, 121*(12), 2995–3010. https://doi.org/10.1108/BFJ-02-2019-0142

Pham, B., & Marie-Vivien, D. (2021). Representativeness in Geographical Indications: A comparison between the state-driven and producer-driven systems in Vietnam and France. *Sustainability, 13*(9), 5056. https://doi.org/10.3390/su13095056

Pham, T. T. H., & Marie-Vivien, D. (2022). The impact of geographical indications on the power relations between producers and agri-food corporations. In *Geographical indication and global agri-food: Development and democratization* (pp. 64–78). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429470905-6

Stranieri, S., Orsi, L., De Noni, I., & Olper, A. (2023). Geographical indications and innovation: Evidence from EU regions. *Food Policy, 116*, 102425. https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2023.102425

Zilia, M., Carlucci, M., & Salvati, L. (2026). Intellectual capital for sustainability: Evidence from green patents and Geographical Indications in European regional agricultural systems. *Journal of Intellectual Capital*. https://doi.org/10.1108/JIC-05-2025-0189

CAPÍTULO 10

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO FORTALECIMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

Anderson Victor dos Santos
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0006-9586-4136
http://lattes.cnpq.br/1127197003886755

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

RESUMO: A Indicação Geográfica (IG) constitui um importante instrumento de valorização territorial, preservação de saberes tradicionais e agregação de valor a produtos vinculados a regiões específicas. Nesse contexto, a educação profissional pode desempenhar papel estratégico no fortalecimento dessas certificações ao promover a qualificação da mão de obra local e a transmissão de conhecimentos associados às práticas produtivas regionais. O presente estudo analisa a contribuição do curso Técnico em Cafeicultura da Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Corrêa Júnior, localizada em Franca (SP), para o fortalecimento da Indicação de Procedência Alta Mogiana, reconhecida pela produção de cafés especiais de elevada qualidade. A pesquisa baseou-se na análise da matriz curricular do curso e sua relação com os diferentes segmentos da cadeia produtiva cafeeira. Os resultados evidenciam que a estrutura curricular contempla competências técnicas, gerenciais, tecnológicas e socioambientais distribuídas ao longo das etapas de produção, processamento, comercialização e gestão da atividade

cafeeira. Destaca-se a integração entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo a preservação do patrimônio cultural associado à cafeicultura regional e a valorização da identidade territorial. Além disso, o curso promove experiências práticas alinhadas às demandas do setor produtivo, contribuindo para a formação de profissionais aptos a atuar em sistemas produtivos orientados pela qualidade, sustentabilidade e inovação. Observa-se ainda que a articulação entre educação, território e cadeia produtiva fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes e amplia as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico local. Conclui-se que a educação profissional, quando contextualizada às especificidades territoriais e produtivas, constitui um instrumento relevante para a consolidação das Indicações Geográficas, contribuindo simultaneamente para a qualificação profissional, o desenvolvimento territorial sustentável e a preservação dos conhecimentos e práticas que caracterizam a região da Alta Mogiana.
PALAVRAS-CHAVE: café especial; cafeicultura; educação rural; desenvolvimento territorial; ensino técnico.

THE ROLE OF VOCATIONAL EDUCATION IN STRENGTHENING THE ALTA MOGIANA GEOGRAPHICAL INDICATION

ABSTRACT: Geographical Indications (GIs) are important instruments for territorial valorization, the preservation of traditional knowledge, and the creation of added value for products linked to specific regions. In this context, professional education can play a strategic role in strengthening these certifications by promoting workforce qualification and the transmission of knowledge associated with regional production practices. This study analyzes the contribution of the Technical Program in Coffee Production offered by the State Technical School Professor Carmelino Corrêa Júnior, located in Franca, São Paulo, to the strengthening of the Alta Mogiana Indication of Provenance, a region recognized for producing high-quality specialty coffees. The research was based on an analysis of the program's curriculum and its relationship with different segments of the coffee value chain. The results show that the curriculum encompasses technical, managerial, technological, and socio-environmental competencies distributed across the stages of coffee production, processing, commercialization, and management. Particular emphasis is placed on the integration of scientific knowledge and traditional practices, contributing to the preservation of the cultural heritage associated with regional coffee farming and the enhancement of territorial identity. Furthermore, the program provides practical learning experiences aligned with the needs of the coffee sector, preparing professionals capable of working in production systems guided by quality, sustainability, and innovation. The findings also indicate that the articulation between education, territory, and the productive chain strengthens students' sense of belonging and expands opportunities for local socioeconomic development. It is concluded that professional education, when adapted to territorial and productive specificities, represents an important mechanism for consolidating Geographical Indications while simultaneously supporting workforce development, sustainable territorial growth, and the preservation of the knowledge and practices that characterize the Alta Mogiana region.
KEYWORDS: specialty coffee; coffee farming; rural education; territorial development; technical education.

1. INTRODUÇÃO

O café é uma bebida muito apreciada ao redor do mundo. No Brasil a cafeicultura é muito significativa para o país, estimando cerca de 55,2 milhões de sacas na produção de 2025, evidenciando a relevância econômica e produtiva do setor (CONAB, 2026).

Esse desempenho reafirma a importância do café não apenas como commodity agrícola, mas como elemento estruturante de cadeias produtivas, territórios e identidades regionais.

A cidade de Franca situada no estado de São Paulo é um dos pilares da produção de café no país, se destacando em conjunto com outros 22 municípios que estão delimitados na região da Alta Mogiana, possuindo notoriedade na produção de cafés especiais recebendo o selo de Indicação Geográfica.

O selo de IG atribuído aos cafés da Alta Mogiana é importante para a região pois auxilia na proteção dos saberes tradicionais presentes no fluxo de produção cafeeira. O café arábica produzido na região se difere devido aos grãos mais finos que geram o café conhecido como bebida mole, oferecidas a cafés que alcançam pontuação maior que 80 pontos o que proporcionando a bebida um corpo cremoso aveludada, com aroma marcante, com variações entre frutado com suaves notas de chocolate e nozes, de acidez média e equilibrada.

Assim que degustado, tem a magnitude de prolongado retrogosto com uma doçura de caramelo com notas de chocolate amargo. Trata-se de um café encorpado, talhado para o preparo de um excelente expresso. (SEBRAE, 2026)

Franca se mostra relevante no ensino com o desenvolvimento de uma curso técnico em cafeicultura oferecido pela Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Correa Júnior, importante para o contexto local, pois se aproxima da realidade de seus estudantes que em sua maioria atuam ou possuem proximidade com a cadeia cafeeira.

Assim, o presente capítulo visa abordar e analisar como a matriz curricular do curso de cafeicultura em conjunto com os principais setores da cadeia produtiva de café se relacionam com a Indicação Geográfica da Alta Mogiana.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO ESCOLAR

A educação constitui-se como um elemento central para a promoção do desenvolvimento humano e para a melhoria das condições de vida da população a longo prazo. Historicamente é marcada por desigualdades estruturais e socioeconômicas, a educação brasileira tem avançado na ampliação do acesso, embora ainda enfrente

desafios significativos relacionados à permanência, à qualidade do ensino e à articulação com as demandas sociais e produtivas.

O Programme for International Student Assessment (PISA) 2022, demonstra que o Brasil permanece abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em matemática, leitura e ciências, revelando limitações históricas no desenvolvimento de competências essenciais para a formação cidadã e para a inserção social e profissional dos jovens (OCDE, 2023).

Nesse cenário, a educação assume não apenas a função de transmissão de conhecimentos, mas também de formação integral dos sujeitos, contribuindo para o exercício da cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável.

Sob essa perspectiva, a educação voltada aos contextos rurais e às cadeias produtivas específicas, como a cafeicultura em regiões de Indicação Geográfica (IG), revela um potencial estratégico para o fortalecimento territorial e a valorização dos saberes locais. Ao integrar conhecimentos científicos e práticas tradicionais, os processos educativos favorecem a construção de uma formação contextualizada, capaz de responder às especificidades do meio em que os estudantes estão inseridos. Tal abordagem contribui diretamente para a permanência dos indivíduos no campo, ao promover oportunidades de qualificação profissional alinhadas às dinâmicas produtivas locais.

A permanência no contexto das indicações geográficas é particularmente relevante, uma vez que essas certificações dependem não apenas de fatores naturais, mas também da manutenção de práticas culturais e produtivas historicamente construídas. Nesse sentido, a educação do campo no Brasil é um dos fatores que conecta-se com os diversos contextos das Indicações Geográficas e contribuem para o desenvolvimento, o reconhecimento e a justiça social dos envolvidos nas inúmeras etapas da cadeia produtiva (Paula, et al. 2026).

Dessa maneira, o ensino desempenha um papel fundamental na salvaguarda do “saber-fazer”, entendido como um patrimônio imaterial que sustenta a identidade e a qualidade dos produtos vinculados a um território. A formação técnica e profissional, quando orientada para essas especificidades, atua como um mecanismo de transmissão intergeracional de conhecimentos, assegurando a continuidade das atividades produtivas e a preservação das tradições.

Além disso, ao promover o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e sociais, a educação contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva, ampliando a capacidade de inovação, agregação de valor e inserção competitiva nos mercados. Esse processo repercute positivamente na qualidade de vida dos indivíduos, ao gerar melhores

condições de trabalho, renda e perspectivas de futuro, especialmente em regiões rurais que historicamente enfrentam processos de êxodo populacional.

Portanto, ao articular educação, desenvolvimento humano e valorização territorial, evidencia-se que políticas e práticas educacionais voltadas às indicações geográficas podem atuar como instrumentos eficazes de transformação social. Ao mesmo tempo em que qualificam os sujeitos, essas iniciativas fortalecem as bases produtivas locais, promovem a sustentabilidade econômica e cultural e garantem a continuidade de práticas que constituem a identidade de determinadas regiões. Sendo assim, a educação consolida-se como um vetor essencial para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria das condições de vida no Brasil, especialmente quando alinhada às especificidades e potencialidades dos territórios.

A Escola de Iniciação Agrícola de Franca, situada no território da Alta Mogiana que se encontra em parte no estado de São Paulo, posteriormente denominada "Professor Carmelino Corrêa Júnior", insere-se no contexto das políticas de expansão do ensino técnico no interior paulista a partir da segunda metade do século XX. Sendo criada em 1963, em área doada pelo poder público municipal ainda na década de 1950, a instituição consolidou-se como espaço formativo voltado à educação agrícola, homenageando, em sua denominação, uma figura de destaque na vida educacional e intelectual local.

Ao longo de sua história, a escola passou por sucessivas reconfigurações administrativas, sendo vinculada a diferentes órgãos estaduais até sua incorporação, em 1994, ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, marco que impulsionou sua modernização e diversificação curricular. Nesse processo, ampliou a oferta de cursos técnicos e integrou o ensino médio à formação profissional, acompanhando as demandas produtivas e tecnológicas contemporâneas.

As diferentes gestões institucionais contribuíram para a consolidação de sua infraestrutura, a ampliação de cursos nas áreas agrícola, ambiental e tecnológica, bem como a implementação de inovações pedagógicas e administrativas. Destaca-se, nesse percurso, a adoção de práticas formativas articuladas entre teoria e prática, como a Cooperativa-Escola, que favorece o protagonismo discente e o desenvolvimento de competências profissionais.

Atualmente, a instituição busca afirmar-se como um centro de difusão de conhecimentos técnicos e científicos, orientado pela constante atualização frente às transformações tecnológicas e às exigências do mundo do trabalho. Nesse sentido, reafirma seu compromisso com a formação integral dos estudantes, articulando ensino,

prática profissional e desenvolvimento social, com vistas à qualificação técnica e à inserção cidadã.

Na ETEC de Franca são oferecidas quatro modalidades de ensino médio com habilitação profissional e quatro cursos técnicos sendo Técnico em Agropecuária; Técnico em Agronegócio; Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Cafeicultura.

O ensino técnico pode ser compreendido como um instrumento relevante no âmbito das políticas de qualificação da força de trabalho, especialmente em contextos marcados por transformações no sistema produtivo e por desafios relacionados ao emprego. Nessa perspectiva, ele não deve ser entendido como responsável direto pela geração de postos de trabalho, mas sim como um mecanismo que contribui para a melhoria das condições de inserção dos indivíduos no mercado laboral, ao proporcionar formação específica e favorecer melhores oportunidades de ascensão profissional (PIRES, 2003).

Além disso, o ensino técnico desempenha papel significativo ao possibilitar uma profissionalização mais rápida e alinhada às demandas do mercado, permitindo que os indivíduos adquiram competências que aumentam sua empregabilidade e capacidade de geração de renda. Tal formação tende a beneficiar, sobretudo, grupos mais vulneráveis, ao ampliar suas possibilidades de inserção produtiva e melhorar suas condições de vida.

Entretanto, sua função deve ser compreendida dentro de limites específicos, uma vez que não substitui políticas econômicas mais amplas nem resolve, isoladamente, problemas estruturais como o desemprego. Assim, o ensino técnico integra um conjunto de estratégias voltadas à qualificação profissional, sendo particularmente relevante na adequação entre as habilidades dos trabalhadores e as exigências do sistema produtivo contemporâneo.

3. TÉCNICO EM CAFEICULTURA

No contexto da Indicação de Procedência da Alta Mogiana, o ensino técnico voltado à cafeicultura configura-se como uma ponte articuladora entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico. As disciplinas que compõem a formação integram teoria e prática, proporcionando aos estudantes experiências e vivências fundamentais para a atuação qualificada no meio rural. Nesse sentido, a organização curricular orientada para atender áreas específicas da cafeicultura revela-se essencial tanto para a preservação dos conhecimentos tradicionais quanto para o estímulo à permanência e à atuação profissional no campo (Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior, s. d.).

O currículo, nesse contexto, não se limita à estruturação formal do curso, mas assume um papel estratégico na promoção do engajamento, da qualificação e do comprometimento dos estudantes, bem como dos profissionais da educação envolvidos no processo formativo. A Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Corrêa Júnior evidencia, em suas práticas pedagógicas, como o currículo pode ser construído de forma participativa, envolvendo os discentes e dialogando com suas realidades. Tal abordagem contribui para a valorização do "saber-fazer" e para a consolidação das indicações geográficas, ao fortalecer a identidade produtiva regional.

O curso apresenta uma organização modular composta por cinco módulos, três voltados à habilitação técnica e dois à qualificação profissional. Dentre as principais áreas do conhecimento contempladas, destacam-se os estudos sobre relação solo-planta, mecanização agrícola, entomologia e manejo de pragas, além de conteúdos relacionados à gestão e ao setor empresarial. Essa estrutura favorece uma formação ampla e integrada, alinhada às demandas do setor cafeeiro.

A interdisciplinaridade, por sua vez, constitui um eixo estruturante dessa formação, ao possibilitar a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e promover uma compreensão sistêmica da produção cafeeira, considerando seus aspectos técnicos, econômicos, sociais e culturais.

4. POTENCIAL FORMATIVO DO CURSO TÉCNICO DE CAFEICULTURA

A construção de um currículo alinhado às necessidades sociais, culturais e econômicas da comunidade constitui um dos principais desafios da educação profissional contemporânea. Entretanto, a elaboração curricular, por si só, não garante a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Para que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira satisfatória, torna-se indispensável a existência de diálogo constante entre estudantes, corpo docente e equipe gestora, promovendo uma formação pautada na participação coletiva, no pertencimento e no engajamento discente (FREIRE, 1996).

Nesse contexto, a Escola Técnica Agrícola de Franca evidencia como a articulação entre gestão escolar, professores e estudantes pode contribuir significativamente para o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas. A instituição desenvolve ações fundamentadas na escuta ativa das necessidades, interesses e expectativas dos estudantes, favorecendo a construção de um ambiente escolar mais democrático e conectado à realidade regional. Essa perspectiva aproxima-se do que Arroyo (2013) defende ao abordar a importância de currículos que considerem os sujeitos do campo e suas vivências como elementos centrais da formação educacional.

Observa-se, conforme apresentado na Tabela 1, que as competências previstas no curso técnico em Cafeicultura foram estruturadas para contemplar diferentes etapas da cadeia produtiva do café, abrangendo desde os processos de plantio, manejo e colheita até estratégias de comercialização e valorização do produto final. Tal característica confere ao curso um importante diferencial formativo, especialmente em uma região cuja economia e identidade cultural estão profundamente vinculadas à produção cafeeira da Indicação Geográfica (IG) da Alta Mogiana.

A valorização das Indicações Geográficas no contexto educacional possibilita não apenas a preservação de saberes tradicionais e práticas produtivas locais, mas também contribui para o fortalecimento do desenvolvimento territorial e da identidade regional (NIEDERLE, 2013). Nesse sentido, o curso técnico em Cafeicultura torna-se um instrumento relevante para a manutenção e disseminação do patrimônio cultural associado à cafeicultura regional, articulando conhecimentos científicos e práticas tradicionais vivenciadas pelas comunidades produtoras.

Além disso, o planejamento curricular demonstra sensibilidade às especificidades sociais dos estudantes atendidos pela instituição. A flexibilização dos horários das aulas, por exemplo, representa uma estratégia pedagógica importante para atender estudantes que conciliam os estudos com o trabalho nas propriedades rurais durante o período diurno. Essa adequação contribui diretamente para a redução da evasão escolar e para a permanência dos estudantes no ambiente educacional, aspecto essencial para a educação profissional do campo.

Outro elemento de destaque refere-se à integração entre teoria e prática no desenvolvimento das atividades pedagógicas. O currículo contempla experiências formativas que aproximam os estudantes das dinâmicas reais do setor cafeeiro, incluindo diálogos com vendedores e compradores, elaboração de projetos de irrigação, práticas de manejo, acompanhamento da produção e participação em atividades relacionadas à colheita e comercialização do café. Essas experiências favorecem uma aprendizagem significativa, uma vez que possibilitam aos estudantes relacionar os conteúdos teóricos às demandas concretas do território em que vivem.

Dessa forma, o curso técnico em Cafeicultura da Escola Técnica Agrícola de Franca ultrapassa a perspectiva de uma formação estritamente técnica, configurando-se como um espaço de valorização da identidade regional, fortalecimento das Indicações Geográficas e promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Ao integrar saberes locais, práticas produtivas e formação profissional, a instituição contribui para a continuidade do legado histórico, econômico e cultural associado à IG da Alta Mogiana, fortalecendo o vínculo entre educação, território e pertencimento social.

Tabela 1. Relação dos Componentes Curriculares com a Cadeia Produtiva do Café.

Componente Curricular	Carga Horária	Tipo	Etapa da Cadeia Cafeeira	Justificativa da Relação	Competências Desenvolvidas	Aplicações na Cadeia Produtiva
Aplicativos Informatizados	50h	P	Suporte tecnológico e gestão da produção	A disciplina desenvolve competências digitais para gestão de dados, organização de informações e comunicação técnica na atividade agrícola	Utilização de softwares de planilhas, armazenamento em nuvem, sistemas de informação e ferramentas digitais	Controle de custos de produção, registro de produtividade, gestão de estoque, organização de dados produtivos
Estudos da Vocação Regional para a Produção de Café	50h	T	Planejamento territorial e estratégico	Analisa fatores socioeconômicos, ambientais e históricos que determinam a aptidão regional para a cafeicultura	Diagnóstico territorial, análise de dados socioeconômicos e avaliação de mercado	Planejamento de expansão da cafeicultura, identificação de regiões produtivas e análise de potencial regional
Ética e Cidadania Organizacional	50h	T	Governança e sustentabilidade da cadeia	Aborda legislação, ética profissional e responsabilidade social no contexto das organizações agropecuárias	Interpretação da legislação trabalhista e do consumidor, responsabilidade social e ética organizacional	Gestão responsável de propriedades rurais, cooperativas e organizações da cadeia do café
Implantação e Formação da Lavoura Cafeeira	50h	P	Implantação do sistema produtivo	Envolve o estabelecimento inicial da lavoura e as práticas agronômicas necessárias à formação do cafezal	Planejamento da implantação, escolha de cultivares e técnicas de plantio	Implantação de cafezais, definição de espaçamento, condução inicial da lavoura
Mecanização da Cultura do Café	50h	P	Produção e colheita	Trata da operação, regulagem e manutenção de máquinas utilizadas nas diferentes etapas da produção cafeeira	Operação e manutenção de máquinas agrícolas e avaliação da eficiência da mecanização	Uso de tratores, implementos agrícolas, colhedoras e equipamentos de beneficiamento
Morfologia e Fisiologia do Cafeeiro	50h	P	Base científica do manejo da cultura	Permite compreender os processos biológicos da planta que fundamentam as práticas de manejo agronômico	Interpretação dos processos fisiológicos, fenológicos e estruturais do cafeeiro	Definição de práticas de poda, manejo nutricional e condução da lavoura

Componente Curricular	Carga Horária	Tipo	Etapa da Cadeia Cafeeira	Justificativa da Relação	Competências Desenvolvidas	Aplicações na Cadeia Produtiva
Planejamento e Uso do Solo para a Cultura do Café	100h	P	Planejamento e implantação da lavoura	Analisa propriedades físicas do solo, topografia e práticas de conservação necessárias ao cultivo	Análise de solo, planejamento de uso da terra e conservação do solo e da água	Correção do solo, planejamento de curvas de nível, preparo da área para plantio
Produção de Sementes e Mudas de Café	100h	P	Produção de insumos vegetais	Trata da produção de material propagativo de qualidade para implantação de lavouras	Técnicas de propagação vegetal, manejo de viveiros e produção de mudas	Implantação de viveiros, produção de mudas certificadas e seleção de matrizes
Fertilidade do Solo e Manejo Nutricional do Cafeeiro	100h	P	Manejo da lavoura	Envolve diagnóstico da fertilidade do solo e planejamento da nutrição das plantas	Interpretação de análises de solo e recomendação de adubação	Manejo nutricional, calagem, adubação de plantio e de cobertura
Inglês Instrumental	50h	T	Suporte científico e tecnológico	Facilita o acesso à literatura técnica internacional e comunicação em ambientes profissionais globalizados	Leitura e interpretação de textos técnicos em inglês	Acesso a publicações científicas, participação em eventos e interação com mercados internacionais
Linguagem, Trabalho e Tecnologia	50h	T	Comunicação técnica	Desenvolve habilidades de leitura, interpretação e produção de textos técnicos da área	Comunicação técnico-científica e elaboração de documentos profissionais	Elaboração de relatórios técnicos, projetos e documentação profissional
Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Invasoras do Cafeeiro	100h	P	Manejo fitossanitário da lavoura	Desenvolve competências para diagnóstico e controle de problemas fitossanitários	Identificação de pragas, doenças e plantas invasoras e aplicação do manejo integrado	Monitoramento fitossanitário e controle racional de pragas e doenças
Planejamento do TCC em Cafeicultura	50h	T	Gestão do conhecimento e pesquisa aplicada	Estrutura metodológica para desenvolvimento de projetos técnicos e científicos	Formulação de problemas de pesquisa e elaboração de projetos	Planejamento de estudos aplicados à cadeia produtiva do café
Elaboração de Projetos em Cafeicultura	50h	P	Planejamento produtivo e gestão	Aborda planejamento técnico, econômico e ambiental da produção	Elaboração de projetos agropecuários e análise de viabilidade	Projetos de implantação de lavouras, análise econômica da atividade

Componente Curricular	Carga Horária	Tipo	Etapa da Cadeia Cafeeira	Justificativa da Relação	Competências Desenvolvidas	Aplicações na Cadeia Produtiva
Saúde e Segurança no Trabalho	50h	T	Suporte à produção	Aborda prevenção de acidentes e segurança nas operações agrícolas	Identificação de riscos ocupacionais e uso de EPIs	Aplicação de práticas seguras nas atividades agrícolas
Tecnologia de Aplicação de Defensivos	50h	P	Manejo fitossanitário	Trata da aplicação correta e segura de defensivos agrícolas	Regulagem de equipamentos e manejo seguro de agroquímicos	Pulverização eficiente e redução de impactos ambientais
Classificação e Análise Sensorial do Café	50h	P	Qualidade e classificação do produto	Desenvolve competências para avaliação física e sensorial do café	Classificação física e análise sensorial do café	Identificação de padrões de qualidade e cafés especiais
Processamento e Pós-Colheita do Café	50h	P	Pós-colheita	Envolve as etapas de beneficiamento, secagem e armazenamento do café	Técnicas de processamento e conservação do produto	Secagem, descascamento, armazenamento e preparo para comercialização
Comercialização e Marketing do Café	50h	T	Comercialização	Aborda estratégias de mercado e canais de distribuição do café	Análise de mercado e planejamento de marketing	Comercialização direta, certificação e posicionamento de marca
Desenvolvimento do TCC em Cafeicultura	100h	P	Pesquisa aplicada e inovação	Execução do projeto técnico ou científico elaborado no curso	Desenvolvimento e análise de projetos aplicados	Produção de conhecimento aplicado ao setor cafeeiro
Irrigação do Cafeeiro	50h	P	Manejo hídrico da lavoura	Trata do planejamento e manejo de sistemas de irrigação para o cafeeiro	Dimensionamento e manejo de sistemas de irrigação	Irrigação localizada e manejo eficiente da água
Plano de Negócios em Cafeicultura	100h	P	Gestão e empreendedorismo	Desenvolve planejamento econômico e estratégico de empreendimentos cafeeiros	Análise de viabilidade econômica e gestão empresarial	Criação de empreendimentos, cooperativas e negócios cafeeiros
Produção de Cafés Especiais	50h	P	Qualidade e agregação de valor	Aborda técnicas de produção voltadas para mercados diferenciados	Identificação de atributos de qualidade e diferenciação do produto	Produção de cafés especiais e acesso a mercados premium
Uso de Tecnologias Digitais Aplicadas na Cafeicultura	50h	T	Agricultura digital	Introduz tecnologias digitais aplicadas à gestão e monitoramento da lavoura	Uso de sensores, sistemas digitais e análise de dados	Agricultura de precisão, monitoramento da produção e tomada de decisão

Fonte: Autoria dos autores, 2026.

A organização dos componentes curriculares do curso técnico em cafeicultura em relação às diferentes etapas da cadeia produtiva do café evidencia o papel estratégico da educação profissional na formação de competências alinhadas às demandas do setor agropecuário. A análise da tabela 1 demonstra que a estrutura curricular foi concebida de modo a contemplar não apenas os aspectos produtivos da cultura do cafeeiro, mas também dimensões relacionadas à gestão, à qualidade do produto, à inovação tecnológica e à inserção no mercado. Essa abordagem revela uma perspectiva formativa integrada, na qual o ensino técnico atua como um elemento articulador entre conhecimento científico, prática produtiva e desenvolvimento territorial.

Observa-se que uma parte significativa dos componentes curriculares está associada às etapas iniciais e intermediárias da cadeia produtiva, particularmente à implantação e ao manejo da lavoura. Disciplinas como implantação e formação da lavoura cafeeira, fertilidade do solo e manejo nutricional do cafeeiro, manejo de pragas, doenças e plantas invasoras, irrigação do cafeeiro e mecanização da cultura do café refletem a centralidade das práticas agronômicas para a sustentabilidade e a produtividade da atividade cafeeira. Nesse contexto, o ensino técnico assume a função de promover a transferência de conhecimentos científicos aplicados, possibilitando que futuros profissionais desenvolvam competências para a tomada de decisão no manejo da cultura, baseadas em princípios agronômicos e ambientais.

Ao mesmo tempo, a presença de disciplinas relacionadas ao planejamento territorial e à análise das vocações produtivas regionais indica uma preocupação com a contextualização da formação profissional no espaço geográfico e socioeconômico em que a atividade se desenvolve. Componentes como estudos da vocação regional para a produção de café e planejamento e uso do solo para a cultura do café contribuem para a formação de uma visão sistêmica da atividade agrícola, permitindo que os estudantes compreendam as interações entre fatores ambientais, econômicos e sociais. Essa abordagem é particularmente relevante em sistemas produtivos baseados em identidades territoriais, como ocorre em regiões cafeeiras que buscam diferenciação por meio de qualidade, origem ou certificações.

Outro aspecto relevante observado no quadro refere-se à incorporação de disciplinas voltadas à qualidade do produto e à agregação de valor, como classificação e análise sensorial do café, processamento e pós-colheita e produção de cafés especiais. A inclusão desses conteúdos no currículo evidencia a ampliação do escopo formativo para além da produção agrícola, contemplando etapas posteriores da cadeia produtiva que são fundamentais para a competitividade do setor cafeeiro

contemporâneo. Nesse sentido, a educação técnica contribui para a formação de profissionais capazes de atuar em sistemas produtivos orientados para qualidade, rastreabilidade e diferenciação de mercado.

Além disso, o quadro curricular evidencia a presença de componentes voltados à gestão, ao empreendedorismo e à comercialização, como plano de negócios em cafeicultura e comercialização e marketing do café. Tais disciplinas ampliam o horizonte formativo ao introduzir elementos de análise econômica, planejamento estratégico e organização de empreendimentos rurais. Essa dimensão é particularmente relevante em contextos nos quais a sustentabilidade da atividade agrícola depende não apenas da eficiência produtiva, mas também da capacidade de inserção em mercados competitivos e da organização de cadeias de valor.

A integração de conteúdos relacionados às tecnologias digitais, como aplicativos informatizados e uso de tecnologias digitais aplicadas na cafeicultura, evidencia ainda a crescente importância da digitalização e da agricultura de precisão nos sistemas agrícolas contemporâneos. A formação técnica que incorpora essas competências contribui para reduzir a distância entre a inovação tecnológica e sua aplicação no campo, favorecendo processos de modernização produtiva e melhoria da eficiência na gestão das propriedades rurais.

Outro elemento relevante do currículo é a presença de componentes formativos voltados à comunicação, à ética e à segurança no trabalho, como linguagem, trabalho e tecnologia, ética e cidadania organizacional e saúde e segurança no trabalho. Esses conteúdos indicam que a formação técnica não se restringe à aquisição de habilidades operacionais, mas inclui também aspectos relacionados à formação cidadã, à responsabilidade social e à capacidade de comunicação em ambientes profissionais. Tal abordagem é coerente com concepções contemporâneas de educação profissional, que enfatizam a formação integral do trabalhador.

A inclusão de atividades de pesquisa aplicada, estruturadas por meio do planejamento e do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, reforça ainda o papel do ensino técnico como espaço de produção e aplicação de conhecimento. Ao estimular a elaboração de projetos e a investigação de problemas relacionados à realidade produtiva, o currículo favorece o desenvolvimento de competências analíticas e de inovação, aproximando a formação técnica de práticas investigativas.

De modo geral, a distribuição dos componentes curriculares ao longo das diferentes etapas da cadeia produtiva do café sugere que o curso busca promover uma formação abrangente, capaz de integrar conhecimentos técnicos, científicos e gerenciais. Essa

configuração curricular contribui para preparar profissionais aptos a atuar em diferentes segmentos da cadeia cafeeira, desde a produção agrícola até atividades relacionadas à qualidade, à comercialização e à gestão de empreendimentos.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, a formação técnica estruturada dessa maneira pode desempenhar um papel relevante na qualificação da mão de obra local e na difusão de práticas produtivas mais eficientes e sustentáveis. Ao formar profissionais com conhecimento especializado sobre a cultura do café e suas cadeias de valor, o ensino técnico contribui para fortalecer sistemas produtivos regionais, estimular processos de inovação e ampliar as oportunidades de geração de renda no meio rural.

Assim, a análise do quadro evidencia que a educação técnica, quando estruturada de forma alinhada às necessidades da cadeia produtiva e às características do território, constitui um instrumento importante para o fortalecimento da competitividade e da sustentabilidade da atividade cafeeira. Nesse sentido, o ensino profissionalizante não apenas atende às demandas do mercado de trabalho, mas também atua como um elemento estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões produtoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo observado na Escola Técnica de Franca evidencia o potencial da articulação entre educação profissional e contexto territorial na valorização da Indicação Geográfica (IG) da Alta Mogiana. Tal integração contribui não apenas para a formação técnica e profissional dos estudantes, mas também para a preservação e continuidade dos saberes, práticas e valores historicamente construídos na região cafeeira.

Ao incorporar a realidade local ao processo educativo, a instituição promove ações formativas capazes de fortalecer a compreensão dos estudantes acerca da relevância econômica, social, cultural e identitária da produção cafeeira no território. Nesse sentido, as práticas educacionais desenvolvidas de forma coletiva entre gestão escolar, docentes, estudantes e comunidade tornam-se elementos fundamentais para a valorização do patrimônio cultural associado à IG, bem como para a manutenção dos conhecimentos tradicionais e dos modos de vida vinculados à cafeicultura regional.

Além disso, a aproximação entre educação e território favorece o desenvolvimento do sentimento de pertencimento dos estudantes, permitindo que reconheçam sua inserção em um contexto produtivo e histórico de grande relevância para a região. Dessa forma, a experiência da Escola Técnica de Franca demonstra que a educação contextualizada pode atuar como instrumento estratégico para o fortalecimento das Indicações

Geográficas, promovendo simultaneamente formação profissional, desenvolvimento territorial e valorização da identidade local.

REFERÊNCIAS

Arroyo, M. G. (2013). *Currículo, território em disputa*. Vozes.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). (2025, September 4). *Estimativa atualiza produção de café para 55,2 milhões de sacas na safra 2025*. https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/estimativa-atualiza-producao-de-cafe-para-55-2-milhoes-de-sacas-na-safra-2025

Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior. (n.d.). *Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior*. https://etecagricoladefranca.cps.sp.gov.br/

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Niederle, P. A. (2013). Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In P. A. Niederle (Ed.), *Indicações geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares*. Editora da UFRGS.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). *PISA 2022 results: Factsheets – Brazil*. OECD Publishing. https://www.oecd.org/

Paula, G. I., et al. (2026). A Educação do Campo na Amazônia: Uma análise historiográfica da construção de sua identidade. *Revista Tópicos, 4*(32), 1–22.

Pires, J. M. *O papel do ensino técnico na economia contemporânea*. *Economia-Ensaios, 17*(2), 18. *(Complete o ano de publicação, pois ele não consta na referência original.)*

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2022, October 21). *Café*. Sebrae – Mercado e Vendas | Registro de Produto. https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/origens/cafe,20f472be70ff7710VgnVCM100000d701210aRCRD

CAPÍTULO 11

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DO CAFÉ: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE, NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE E NEUTRALIDADE DE CARBONO

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Danielle Mendes Thame Denny
Pesquisadora do Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa - RCGI
https://orcid.org/0000-0002-8964-5205
http://lattes.cnpq.br/8898848038418809

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

RESUMO: Este capítulo examina a sustentabilidade na cadeia do café a partir da articulação entre instrumentos de diferenciação territorial, mecanismos privados de coordenação mercadológica e novas exigências climáticas, utilizando o referencial analítico e operacional da Estratégia de Sustentabilidade para Indicações Geográficas. O argumento central sustenta que a competitividade contemporânea do setor cafeeiro não pode mais ser compreendida apenas em função da qualidade sensorial ou da eficiência produtiva, mas deve ser situada no cruzamento entre origem, conformidade socioambiental, governança da cadeia e desempenho climático. Com base em pesquisa bibliográfica, análise documental, visitas técnicas e entrevistas realizadas no território da Mogiana, o estudo distingue conceitual e funcionalmente quatro categorias frequentemente confundidas no debate setorial: indicações geográficas, selos de qualidade, normas voluntárias de sustentabilidade e certificações de técnicas produtivas. Demonstra-se que esses instrumentos possuem objetos regulatórios distintos, embora possam operar de forma cumulativa na agregação de valor ao café. O texto também analisa a crescente centralidade da neutralidade de carbono e da agricultura regenerativa, mostrando que a agenda climática vem deslocando o debate da mera diferenciação mercadológica para a mensuração de emissões, a remoção de carbono e a adoção de práticas regenerativas, como sistemas agroflorestais, compostagem,

bioinsumos e eficiência energética. Ao mesmo tempo, argumenta-se que a multiplicação de padrões privados e exigências de due diligence pode ampliar custos de conformidade, reforçar assimetrias de poder e produzir efeitos excludentes, especialmente para pequenos produtores. Conclui-se que a sustentabilidade da cadeia do café depende menos da acumulação isolada de certificações e mais da construção de arranjos institucionais coerentes, capazes de integrar valorização territorial, rastreabilidade, governança socioambiental e integridade climática em bases economicamente viáveis e socialmente inclusivas.
PALAVRAS-CHAVE: cadeia do café; indicações geográficas; governança privada; sustentabilidade; neutralidade de carbono; SSGI.

SUSTAINABILITY IN THE COFFEE VALUE CHAIN: GEOGRAPHICAL INDICATIONS, QUALITY CERTIFICATIONS, VOLUNTARY SUSTAINABILITY STANDARDS, AND CARBON NEUTRALITY

ABSTRACT: This chapter examines sustainability in the coffee value chain through the interaction between territorial differentiation instruments, private market-based coordination mechanisms, and emerging climate-related requirements, using the Sustainability Strategy for Geographical Indications. Its central argument is that contemporary competitiveness in the coffee sector can no longer be understood solely in terms of sensory quality or productive efficiency, but must be analysed at the intersection of origin, socio-environmental compliance, supply-chain governance, and climate performance. Drawing on bibliographic research, documentary analysis, technical visits, and interviews conducted in the Mogiana territory, the study conceptually and functionally distinguishes four categories that are often conflated in sectoral debates: geographical indications, quality labels, voluntary sustainability standards, and certifications of production techniques. It argues that these instruments have distinct regulatory objects, although they may operate cumulatively in adding value to coffee. The chapter also analyses the growing centrality of carbon neutrality and regenerative agriculture, showing that the climate agenda is shifting the debate from market differentiation alone towards emissions measurement, carbon removals, and the adoption of regenerative practices such as agroforestry systems, composting, bio-inputs, and energy efficiency. At the same time, it contends that the proliferation of private standards and due diligence requirements may increase compliance costs, reinforce power asymmetries, and generate exclusionary effects, especially for smallholders. It concludes that sustainability in the coffee value chain depends less on the isolated accumulation of certifications and more on the construction of coherent institutional arrangements capable of integrating territorial valorisation, traceability, socio-environmental governance, and climate integrity on economically viable and socially inclusive grounds.
KEYWORDS: coffee value chain; geographical indications; private governance; sustainability; carbon neutrality; SSGI.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade da cadeia do café tornou-se um dos temas centrais da governança contemporânea dos sistemas agroalimentares. Nas últimas décadas, a produção agrícola passou a ser analisada não apenas sob a ótica da eficiência produtiva e da qualidade do produto, mas também em função de seus impactos ambientais e sociais. No caso da cafeicultura, essa transformação ocorre em um contexto no qual consumidores, empresas e governos demandam maior transparência sobre as condições de produção, a pegada ambiental das cadeias produtivas e o respeito aos direitos dos diferentes atores envolvidos[1]. A integração dessas dimensões implica uma mudança na lógica de governança dos sistemas agroindustriais, que passam a incorporar instrumentos institucionais e de mercado voltados à promoção da sustentabilidade.

A governança dos sistemas agroalimentares do café pode ser compreendida a partir do conceito de sistemas agroindustriais, no qual a agricultura se encontra articulada a uma série de setores que atuam a montante e a jusante da produção agrícola. Esse arranjo envolve produtores, indústrias de processamento, fornecedores de insumos, distribuidores, instituições financeiras, centros de pesquisa e consumidores. Ao longo do século XX, o principal desafio desses sistemas foi coordenar fluxos de matéria-prima e garantir padrões mínimos de qualidade. Entretanto, no século XXI, novos elementos passaram a integrar esse conjunto de exigências, especialmente aqueles relacionados à preservação ambiental, à responsabilidade social e à mitigação das mudanças climáticas. Nesse sentido, a produção de cafés especiais passa a ser associada não apenas a atributos sensoriais e de origem, mas também a práticas produtivas ambientalmente responsáveis e socialmente inclusivas[2].

Nesse contexto, instrumentos como Indicações Geográficas (IG), certificações de qualidade, normas voluntárias de sustentabilidade com seus respectivos selos (NVS), e padrões técnicos como os da produção orgânica ou de baixo carbono desempenham papel relevante na diferenciação dos produtos no mercado. A Indicação de Procedência identifica o nome geográfico que se tornou conhecido como centro de extração, produção, fabricação ou prestação de determinado serviço. A Denominação de Origem identifica produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos[3].

---

[1] UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, The future of sustainable trade, [s.l.: s.n.], 2024.

[2] SOUZA, Antonio Sergio, História do Café no Brasil, Revista Cafeicultura, disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=40384>. acesso em: 9 abr. 2021.

[3] INPI, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Manual de Indicações Geográficas, disponível em: <https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki>. acesso em: 7 abr. 2024.

Já as normas voluntárias de sustentabilidade e seus respectivos selos (NVS) surgem como mecanismos de sinalização de atributos sustentáveis ao longo das cadeias produtivas, permitindo que produtores e empresas demonstrem conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança. No setor cafeeiro, certificações como 4C, Rainforest Alliance, Fairtrade e outros esquemas de sustentabilidade foram amplamente difundidas nas últimas décadas. Há cerca de 86 padrões de sustentabilidade aplicáveis ao café em um universo de mais de 375 que são atualmente monitorados pelo International Trade Centre[4]. Estimativas indicam que uma parcela significativa da produção brasileira de café já incorpora algum tipo de certificação socioambiental, especialmente no segmento de cafés especiais destinados à exportação[5].

Esses mecanismos de certificação operam como instrumentos de governança privada nas cadeias globais de valor. Grandes empresas torrefadoras, tradings e redes varejistas passaram a utilizar padrões voluntários de sustentabilidade para garantir que seus fornecedores adotem práticas compatíveis com compromissos ambientais e sociais assumidos perante consumidores e investidores. No contexto da região da Alta Mogiana, essa dinâmica se materializa de forma particularmente evidente, uma vez que produtores locais, especialmente aqueles inseridos em mercados de cafés especiais, frequentemente articulam múltiplas certificações e protocolos privados como estratégia de inserção e permanência em mercados mais exigentes. Embora não possuam caráter legal obrigatório, esses padrões frequentemente se convertem em requisitos de acesso a determinados mercados, funcionando como formas indiretas de regulação do comércio internacional. Nesse sentido, as certificações e os padrões voluntários contribuem para reduzir assimetrias de informação entre produtores e consumidores, fortalecer a rastreabilidade dos produtos e mitigar riscos reputacionais associados a práticas produtivas insustentáveis, aspectos reiteradamente mencionados por atores da cadeia durante a visita técnica à região.

Paralelamente à difusão desses padrões de sustentabilidade, a agenda climática introduziu novas exigências para as cadeias agroalimentares. A neutralidade de carbono passou a ser considerada um objetivo estratégico para diversas empresas e setores produtivos. No caso da cafeicultura, esse processo envolve a mensuração das emissões de gases de efeito estufa ao longo de toda a cadeia produtiva e a adoção de práticas agrícolas capazes de reduzir ou compensar essas emissões. Na Alta Mogiana, observou-

[4] ITC, International Trade Center, Standards Map, disponível em: <https://www.standardsmap.org/en/identify?sectors=>. acesso em: 31 ago. 2020.

[5] ZYLBERSZTAJN, Decio; GIORDANO, Samuel Ribeiro; REZENDE, Christiane Leles, Pesquisa em Café, [s.l.]: Pasavento, 2018.

se que essa agenda começa a se traduzir em iniciativas concretas, como a adoção de sistemas de manejo que combinam eficiência produtiva com maior conservação do solo, incremento de matéria orgânica e uso mais racional de insumos, frequentemente associados, ainda que de forma incipiente, ao discurso da agricultura regenerativa. A ferramenta mais utilizada para essa avaliação é a metodologia de análise do ciclo de vida, que permite contabilizar os fluxos de insumos, energia e emissões associados à produção, ao processamento e ao transporte do produto.

A cafeicultura apresenta características que podem contribuir positivamente para o balanço de carbono[6]. Por se tratar de uma cultura perene, o café possui capacidade de capturar dióxido de carbono da atmosfera e armazená-lo na biomassa vegetal e no solo. Quando associada a práticas agrícolas regenerativas, como sistemas agroflorestais, cultivo de plantas de cobertura, manejo orgânico de resíduos e redução do uso de insumos químicos, a produção de café pode apresentar balanços líquidos de carbono favoráveis. Diversas iniciativas têm buscado desenvolver metodologias específicas para mensurar esse potencial de sequestro de carbono, incluindo protocolos voltados à produção de café carbono neutro.

Essas iniciativas também se relacionam com a expansão dos mercados de carbono e dos instrumentos econômicos de precificação das emissões de gases de efeito estufa. A precificação do carbono pode ocorrer por meio de diferentes mecanismos, incluindo sistemas de comércio de emissões, tributação sobre carbono ou mercados voluntários de crédito de carbono. No setor agrícola, os créditos de carbono podem ser gerados por meio de atividades que reduzam ou removam emissões em comparação com uma linha de base contrafactual. Dessa forma, produtores que adotam práticas sustentáveis podem gerar ativos ambientais negociáveis, criando novas fontes de receita associadas à mitigação das mudanças climáticas.

No Brasil, o ambiente institucional relacionado à sustentabilidade agrícola apresenta avanços importantes, embora ainda enfrente desafios significativos. O país possui um conjunto relativamente robusto de políticas públicas voltadas à mitigação das emissões no setor agropecuário, incluindo a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Esse plano incentiva práticas como recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto e uso de bioinsumos, buscando conciliar aumento da produtividade com redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o desenvolvimento de um mercado regulado de carbono no país pode ampliar as oportunidades de remuneração para produtores que adotam práticas agrícolas sustentáveis.

[6] ZYLBERSZTAJN, Decio et al, Carbon offset - Cadernos da Universidade do Café 2021 Volume 11, Sao Paolo: Universidade do café, 2021.

Apesar desses avanços, persistem desafios institucionais e técnicos relevantes. Um dos principais obstáculos está relacionado à mensuração precisa das emissões e remoções de carbono associadas ao uso da terra, à mudança de uso da terra e às atividades florestais. Diferentemente dos setores de energia e transporte, onde as emissões podem ser calculadas com maior precisão, os fluxos de carbono no solo e na vegetação apresentam elevada variabilidade espacial e temporal. Essa complexidade metodológica dificulta a inclusão plena da agricultura nos sistemas de precificação de carbono e nos mercados de crédito ambiental. No contexto da Alta Mogiana, essa limitação torna-se particularmente evidente diante da diversidade de sistemas produtivos observados, desde propriedades mais tecnificadas até arranjos mais tradicionais, o que dificulta a padronização de métricas e a comparabilidade entre unidades produtivas. Durante a visita técnica, essa questão emergiu de forma recorrente, especialmente na dificuldade de traduzir práticas já adotadas pelos produtores em indicadores mensuráveis e reconhecidos por metodologias formais.

Outro desafio importante refere-se à multiplicidade de padrões de sustentabilidade existentes no mercado. A coexistência de diferentes sistemas de certificação, metodologias de mensuração e arranjos institucionais pode gerar sobreposição de critérios, custos adicionais de monitoramento e dificuldades de harmonização entre diferentes mercados consumidores. Na Alta Mogiana, observou-se que produtores inseridos em nichos de maior valor agregado frequentemente lidam com a necessidade de atender simultaneamente a diferentes protocolos, nem sempre convergentes, o que implica aumento da complexidade operacional. Além disso, pequenos produtores, ainda que representativos na estrutura produtiva regional, frequentemente enfrentam barreiras de acesso a esses sistemas devido aos custos de certificação, à necessidade de assistência técnica especializada e à complexidade dos requisitos de monitoramento. Esse cenário reforça assimetrias internas na própria região, onde a capacidade de acessar e operacionalizar tais instrumentos não é homogênea entre os diferentes perfis de produtores.

Nesse cenário, instituições de apoio como cooperativas, instituições financeiras e centros de pesquisa desempenham papel fundamental na viabilização da transição para sistemas produtivos mais sustentáveis. Cooperativas podem facilitar o acesso coletivo a certificações e mercados diferenciados, enquanto instituições financeiras podem desenvolver instrumentos de crédito e financiamento voltados à adoção de tecnologias de baixo carbono. Da mesma forma, instituições de pesquisa têm papel central no desenvolvimento de metodologias adaptadas às condições tropicais,

permitindo a mensuração mais precisa dos benefícios ambientais associados à produção agrícola sustentável.

Sendo assim a pergunta que orienta a pesquisa é: em que medida a Indicação de Procedência Alta Mogiana e seu Caderno de Especificações Técnicas podem funcionar como uma plataforma territorial de mitigação, adaptação e resiliência climática, à luz da Estratégia de Sustentabilidade para Indicações Geográficas? O capítulo tem como objetivo distinguir os principais instrumentos de diferenciação aplicáveis à cadeia do café e analisar, com base na SSGI, as potencialidades e limitações do Caderno de Especificações Técnicas da Alta Mogiana para coordenar uma transição climática mensurável, inclusiva e territorialmente adaptada. A contribuição do estudo consiste em aplicar um referencial internacional de sustentabilidade de IGs a um documento regulatório territorial brasileiro, identificando disposições existentes, lacunas climáticas e possibilidades de aperfeiçoamento institucional.

2. MÉTODO

A análise apresentada neste texto foi elaborada no âmbito do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP) nº 2023/10119-7, cujo objetivo central é examinar o papel das IGs e das marcas coletivas como instrumentos de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil.

No caso específico do café da Alta Mogiana, a construção analítica baseou-se na articulação entre pesquisa bibliográfica, levantamento documental, visitas técnicas e entrevistas com atores relevantes do território. A pesquisa bibliográfica permitiu situar o debate sobre IGs, qualidade, diferenciação produtiva, governança territorial, certificações e sustentabilidade na cadeia do café, oferecendo o enquadramento teórico necessário para a interpretação dos dados empíricos. Paralelamente, o levantamento documental contemplou materiais institucionais, registros sobre a IG, informações disponibilizadas por associações, cooperativas e entidades de apoio, bem como documentos técnicos e promocionais relacionados à cafeicultura regional.

A etapa empírica incluiu visitas técnicas ao território da Alta Mogiana, com observação direta de propriedades, estruturas de apoio e dinâmicas locais vinculadas à produção cafeeira. Essas visitas tiveram como objetivo compreender, in loco, os sistemas produtivos, os atributos mobilizados na construção da reputação territorial, as estratégias de diferenciação adotadas pelos produtores e os arranjos institucionais que sustentam as IGs Além da observação direta, foram realizadas entrevistas com produtores, representantes de associações, cooperativas, técnicos, especialistas e outros atores

vinculados à cadeia do café, de modo a captar percepções sobre a trajetória da IG, seus efeitos econômicos e simbólicos, seus desafios de governança e sua relação com temas como qualidade, acesso a mercados, certificações e sustentabilidade.

O presente estudo analisou o Caderno da Alta Mogiana com base nas quatro dimensões da SSGI (resiliência econômica, integridade ambiental, bem-estar social e boa governança). Para a análise dos elementos constantes no Caderno de Especificações Técnicas, foram utilizadas as seguintes dimensões da SSGI: a) Resiliência econômica: qualidade, acesso ao selo, diferenciação e estabilidade produtiva; b)Integridade ambiental: resíduos, conservação, insumos, energia, solo, água e emissões; c) Bem-estar social: legislação trabalhista, proibição do trabalho infantil e inclusão; d) Boa governança: Conselho Regulador, auditoria, registros, sanções, participação e transparência.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, orientada pela triangulação entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas. Essa estratégia permitiu integrar diferentes tipos de evidência, articulando revisão da literatura, análise de documentos e evidências de campo. Com isso, tornou-se possível compreender não apenas os fundamentos institucionais da IG da Mogiana, mas também a forma como ela é percebida, mobilizada e operacionalizada pelos diversos atores territoriais envolvidos na cadeia do café.

3. DIVERSAS FORMAS DE DIFERENCIAÇÃO DO CAFÉ

No debate contemporâneo sobre diferenciação e valorização do café, é fundamental distinguir instrumentos que, embora frequentemente apareçam associados no mercado, possuem natureza jurídica, objetivos regulatórios e funções econômicas distintas. As IGs, como a Alta Mogiana, constituem sinais distintivos de origem territorial. Sua função principal é reconhecer e proteger a relação entre determinado produto e uma área geográfica específica, na qual reputação, qualidade ou outras características são atribuídas ao território, aos fatores naturais e humanos e à construção histórica de um saber-fazer coletivo. Trata-se, portanto, de um instrumento de propriedade intelectual coletiva voltado à valorização da origem e da tipicidade, e não de um selo genérico de qualidade ou sustentabilidade.

A Figura 1, a seguir, apresenta um painel sintético sobre o panorama das IGs brasileiras registradas para o setor cafeeiro. O recorte exibido mostra 23 IGs vinculadas ao café, distribuídas por 468 municípios, o que evidencia a expressiva capilaridade territorial desse instrumento no país. Do total, 14 correspondem a Indicações de Procedência, equivalentes a 61%, e 9 a Denominações de Origem, correspondentes a

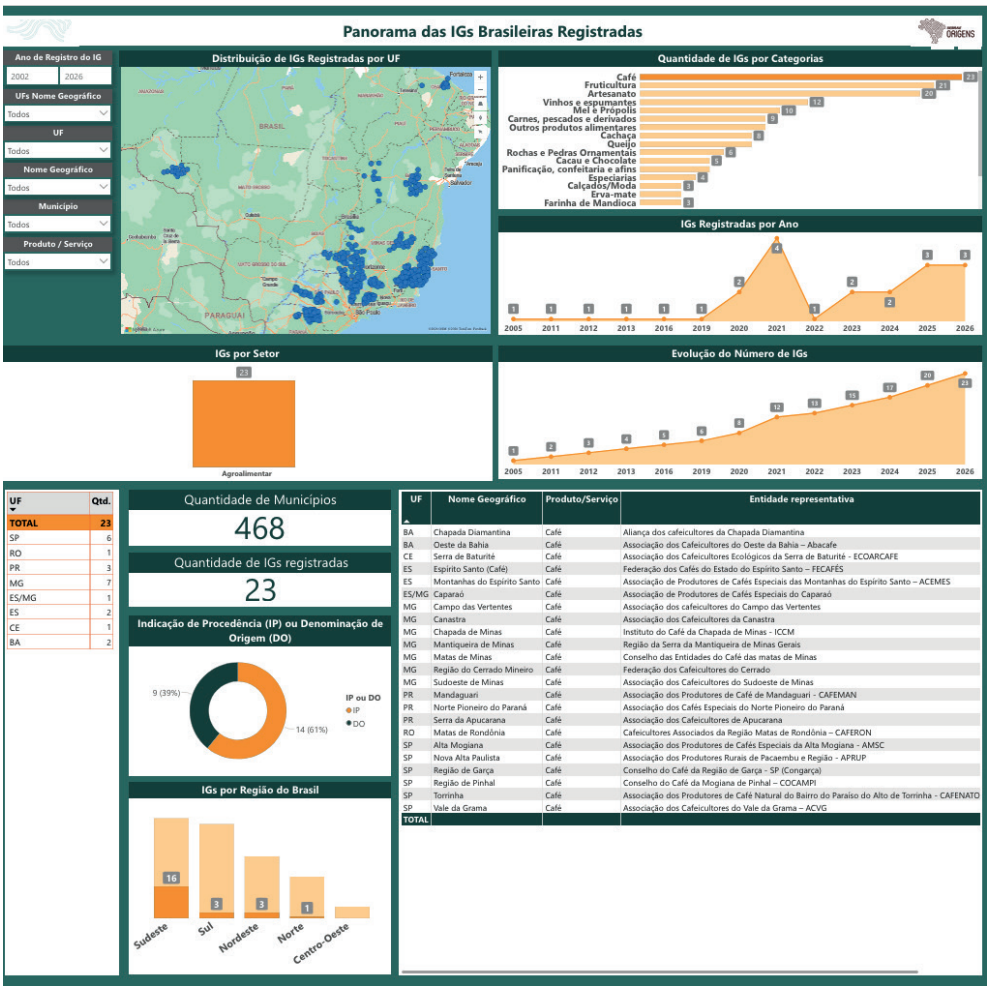
39%, revelando predominância da proteção fundada na notoriedade territorial, embora já se observe presença relevante de registros baseados em qualidades essencialmente vinculadas ao meio geográfico. A distribuição espacial reforça a forte concentração das IGs cafeeiras no Sudeste, com 16 registros, seguida do Sul e do Nordeste, com 3 registros cada, do Norte, com 1, e ausência de registros no Centro-Oeste no recorte apresentado. Em nível estadual, destaca-se São Paulo com 6 IGs, seguido de Minas Gerais com 7 quando somados os registros exclusivamente mineiros e os compartilhados com o Espírito Santo.

O crescimento mais intenso se deu a partir de 2020 e acelerou entre 2021 e 2026, quando o número acumulado passou de 12 para 23 IGs. Tal trajetória sugere que o reconhecimento da origem geográfica vem ganhando centralidade crescente como estratégia de diferenciação, agregação de valor e organização territorial da produção cafeeira. A tabela final do painel explicita ainda a diversidade dos territórios já reconhecidos, incluindo, entre outros, Alta Mogiana, Região de Pinhal, Norte Pioneiro do Paraná, Chapada Diamantina, Caparaó, Região do Cerrado Mineiro, Mantiqueira de Minas, Matas de Rondônia e Espírito Santo. Em conjunto, os dados confirmam que o café constitui a principal categoria entre as IGs agroalimentares brasileiras, destacando-se não apenas em número absoluto, mas também pela amplitude geográfica e pela variedade de arranjos institucionais mobilizados para o reconhecimento da origem.

A Indicação de Procedência Alta Mogiana foi concedida em 17 de setembro de 2013; a Região do Cerrado Mineiro obteve Indicação de Procedência em 14 de abril de 2005 e, depois, Denominação de Origem em 31 de dezembro de 2013; a Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais recebeu IP em 31 de maio de 2011; a Região de Pinhal, em São Paulo, recebeu IP em 19 de julho de 2016; e o Oeste da Bahia recebeu IP em 14 de maio de 2019 [7]. Isso ajuda a mostrar que o café é um dos setores mais dinâmicos na expansão das IGs brasileiras.

[7] IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Indicações geográficas, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/22920-indicacoes-geograficas.html?=&t=acesso-ao-produto>. acesso em: 30 nov. 2021.

Figura 1: Painel do panorama das IGs brasileira de café. [8]



Diversamente das IGs, os selos de qualidade, como os programas da Associação Brasileira da Indústria de Café, não se estruturam em torno da proteção de um território, mas da aferição de conformidade do produto com padrões determinados de pureza, qualidade e, em certos casos, regularidade industrial e sensorial. Seu foco recai sobre atributos do produto colocado no mercado e sobre a confiança do consumidor quanto à integridade daquilo que está sendo adquirido. Assim, enquanto a IG comunica a singularidade de uma origem, o selo de qualidade comunica a observância de padrões objetivos de avaliação do produto.

[8] ORIGIN, Organization for an International Geographical Indications Network, Painel Panorama das IGs Brasileiras Registradas - Power BI Report das Indicações Geográficas, disponível em: <https://sl1nk.com/18fm9vw>. acesso em: 1 abr. 2026.

As normas voluntárias de sustentabilidade, por sua vez, como Rainforest Alliance, operam em outra dimensão. Seu centro não é propriamente a origem territorial nem apenas a qualidade final do café, mas os processos de produção, gestão e controle ao longo da cadeia. Esses instrumentos estabelecem parâmetros privados de governança socioambiental, abrangendo temas como conservação ambiental, meios de vida, direitos trabalhistas, rastreabilidade e resiliência produtiva. Embora formalmente voluntárias, tais normas frequentemente assumem, na prática, a função de requisitos de acesso a determinados segmentos de mercado, especialmente nas cadeias globais de valor. Elas funcionam, assim, como mecanismos de governança privada transnacional, orientados menos para a proteção de uma identidade territorial e mais para a validação de padrões de sustentabilidade produtiva.

Porém à medida que os padrões privados escalam, ocorre erosão dos prêmios de preço e adaptação às preferências dos compradores, o que reduz sua capacidade de incentivar práticas com maior custo de oportunidade, como agrofloresta e agroecologia[9]. Por ser uma cultura perene, o café pode armazenar carbono na biomassa e no solo. Isso, entretanto, não permite presumir um balanço líquido favorável. O resultado depende do sistema de produção, do histórico de uso da terra, da intensidade de fertilizantes, da matriz energética, do processamento, do transporte e da metodologia empregada para contabilizar emissões e remoções.

E a adoção de selos não garante neutralidade de carbono, diversos fatores locais influenciam. Em amostra de 266 fazendas certificadas na América Latina, sendo 89 no Brasil, 88 na Colômbia e 89 em Honduras, a pegada média por quilograma de café verde equivalente foi de 5,7 kg CO2e/kg no Brasil, 5,4 kg CO2e/kg na Colômbia e 2,8 kg CO2e/kg em Honduras; as medianas foram, respectivamente, 2,8; 3,7; e 1,3 kg CO2e/kg[10].

Já a certificação de técnicas produtivas, como a certificação orgânica, distingue-se por recair sobre um método específico de produção. E, no caso brasileiro, conta-se com um sistema de apoio estatal[11]. Nesse caso, o que se certifica é a adoção de práticas técnicas determinadas, submetidas a regras próprias e a mecanismos formais de controle. No regime orgânico, por exemplo, a certificação atesta que a produção observou exigências normativas relativas ao uso de insumos, manejo e processamento, segundo critérios legalmente estabelecidos. Não se trata, portanto, de reconhecer uma origem, como ocorre nas IGs, nem de afirmar genericamente a qualidade sensorial do

[9] GRABS, Janina, Selling Sustainability Short?: The Private Governance of Labor and the Environment in the Coffee Sector, 1. ed. UK: Cambridge University Press, 2020.

[10] RAINFOREST ALLIANCE, Going Climate Smart with Costa Coffee.

[11] MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Compilado nacional e internacional de legislação relativa à produção orgânica, disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>.

café, nem ainda de abarcar toda a amplitude das exigências socioambientais presentes em certos padrões de sustentabilidade. O foco é a conformidade do sistema produtivo com uma técnica agrícola específica.

Esses instrumentos respondem a perguntas distintas no processo de qualificação mercadológica do café. As IGs respondem à questão da origem e de sua relevância econômica e cultural; o selo de qualidade responde à conformidade do produto com padrões específicos; a norma voluntária de sustentabilidade responde à adequação socioambiental da cadeia produtiva; e a certificação de técnicas responde à observância de um método de produção determinado. Por essa razão, tais instrumentos não são excludentes, mas cumulativos. Um mesmo café pode, simultaneamente, ser originário de uma IG reconhecida, atender a um selo de qualidade, cumprir requisitos de uma norma voluntária de sustentabilidade e ser certificado como orgânico. A correta distinção entre essas categorias é essencial para evitar confusões conceituais e para compreender, com maior precisão, os diferentes mecanismos de agregação de valor, reputação e legitimidade que estruturam a competitividade contemporânea da cadeia do café.

4. NEUTRALIDADE DE CARBONO E AGRICULTURA REGENERATIVA NA CADEIA DO CAFÉ

A incorporação da agenda climática à cadeia do café deslocou o debate da simples diferenciação mercadológica para a mensuração do desempenho ambiental dos sistemas produtivos. Nesse contexto, a neutralidade de carbono passou a funcionar como uma referência estratégica para produtores, cooperativas, torrefadoras e compradores internacionais, na medida em que exige não apenas a identificação das emissões associadas à produção, ao beneficiamento e ao transporte, mas também a demonstração de trajetórias consistentes de redução e, quando cabível, compensação ou remoção de carbono. A própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconhece que commodities agrícolas, como o café, podem integrar estratégias de neutralidade de carbono desde que suas emissões sejam calculadas e enfrentadas por meio de práticas produtivas e arranjos de governança orientados à mitigação, ao MRV e à melhoria contínua. Entre essas práticas, destacam-se a redução e a otimização do uso de fertilizantes e pesticidas, o uso de variedades adaptadas, o aumento do carbono no solo, os sistemas agroflorestais, a eficiência energética e o desenvolvimento de estratégias de monitoramento e verificação[12].

No caso específico do café, a literatura recente indica que a pegada de carbono da produção primária varia amplamente em função do sistema produtivo, da intensidade

[12] ANAND, Shashank Kumar et al, Classifying the potential for soil organic carbon gain under regenerative agriculture.

de insumos, do manejo do sombreamento, do uso de fertilizantes nitrogenados e do recorte metodológico adotado pelas avaliações de ciclo de vida. Emissões decorrem principalmente das técnicas de manejo da produção cujo uso de fertilizantes responde por 89% das emissões nas fazendas analisadas no Brasil, 82% na Colômbia e 92% em Honduras[13]. No Brasil, o segundo maior componente foi o uso de energia, e 82% dessas emissões energéticas vieram do diesel[14], indicando que a descarbonização da cafeicultura passa menos por compensações abstratas e mais por mudanças concretas em biofertilização, bioenergia e manejo regenerativo (bioinsumos, plantio direto, sistemas integrados).

Revisões sistemáticas observam que ainda há heterogeneidade importante na forma como os estudos medem emissões e impactos ao longo da cadeia, o que recomenda cautela analítica na comparação entre resultados e na formulação de alegações climáticas simplificadas. Ao mesmo tempo, estudos de síntese mostram que o desempenho climático do café pode melhorar quando os sistemas agroflorestais aumentam a remoção de CO_2 e o estoque de carbono no solo, sobretudo em arranjos mais diversificados[15]. É precisamente nesse ponto que a agricultura regenerativa ganha centralidade. Embora não exista uma definição jurídica ou regulatória universalmente consolidada, a literatura revisada pela FAO mostra que o termo é empregado para designar tanto práticas quanto resultados, podendo incluir cobertura do solo, integração de árvores, redução de insumos externos, melhoria da saúde do solo, sequestro de carbono e aumento da biodiversidade. Essa pluralidade conceitual exige cuidado, porque o uso indiscriminado da expressão pode esvaziar seu conteúdo normativo; ainda assim, há convergência suficiente para afirmar que a agricultura regenerativa, aplicada ao café, busca ir além da simples redução de danos, orientando-se para a restauração de funções ecológicas e para a construção de sistemas mais resilientes[16].

Na cafeicultura, a tradução operacional dessa abordagem aparece, sobretudo, nos sistemas agroflorestais. A FAO destaca que o café cultivado em agroflorestas pode diversificar renda, fortalecer a segurança alimentar, ampliar a resiliência climática e gerar benefícios ecológicos e socioeconômicos simultaneamente. A agrofloresta cafeeira pode melhorar a resiliência e sustentar meios de vida em contextos de risco climático, desde que haja coordenação entre os diversos atores da cadeia e incentivos adequados para

[13] RAINFOREST ALLIANCE, Going Climate Smart with Costa Coffee.

[14] Ibid.

[15] DOS MUCHANGOS, Letícia Sarmento et al, A systematic review of life cycle assessment and environmental footprint for the global coffee value chain, Environmental Impact Assessment Review, v. 111, p. 107740, 2025.

[16] IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, Chapter 18: Climate Resilient Development Pathways, disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-18/>. acesso em: 15 out. 2025.

a adoção e manutenção dessas práticas. Os sistemas sombreados foram importantes fontes de sequestro de carbono, em Honduras, 94% das fazendas tinham árvores de sombra, com densidade média de 175 árvores por hectare e sequestro médio de 474 kg CO2e/ha. Na Colômbia, 78% das fazendas eram sombreadas, com 83,8 árvores/ha e sequestro médio de 830 kg CO2e/ha. No Brasil, onde predominam sistemas mecanizados e a pleno sol, apenas 12% das fazendas tinham árvores de sombra, com média de 99 árvores/ha e sequestro de 263 kg CO2e/ha e se a compostagem com casca de café fosse aplicada poderia reduzir emissões ligadas aos resíduos em cerca de 98%[17].

5. GOVERNANÇA

As diversas diferenciações (IGs, qualidade, NVS, selos variados) estimulam exportações de produtores certificados ao reduzir custos de transação e assimetrias de informação entre parceiros comerciais, aumentar confiança do consumidor e, potencialmente, melhorar produtividade[18]. Assim essas formas de diferenciação funcionam como mecanismos de coordenação e de acesso a mercados, e não apenas como instrumentos éticos

Sob uma perspectiva jurídica e de governança, a principal contribuição da agricultura regenerativa para a neutralidade do café não está apenas em sua promessa ecológica, mas em sua capacidade de fornecer conteúdo técnico para alegações ambientais mais robustas (compliance com regulação social e ambiental por exemplo). Em vez de tratar a neutralidade como mera compensação ex post, a abordagem regenerativa permite reposicionar o debate em torno da transformação do sistema produtivo, com foco em solo, biodiversidade, água, resiliência e meios de vida. Essa inflexão é relevante porque reduz o risco de greenwashing e aproxima a narrativa climática de práticas observáveis e mensuráveis no território e uma tendência de institucionalização progressiva dessa agenda no mercado internacional[19]. Coadunando com essa tendência, tem havido um deslocamento relevante da governança da sustentabilidade no comércio internacional, saindo de abordagens predominantemente voluntárias para um quadro mais mandatório, baseado em due diligence[20].

Com regras mais robustas se disseminando, surgem os riscos de divergência no abastecimento, desvio de exportações e segregação de exportações. Em termos

[17] RAINFOREST ALLIANCE, Going Climate Smart with Costa Coffee.

[18] COASE, R. H., The Problem of Social Cost, The Journal of Law and Economics, v. 56, n. 4, p. 837–877, 2013; WILLIAMSON, Oliver E., Economic Institutions: Spontaneous and Intentional Governance, Journal of Law, Economics, & Organization, 1991.

[19] RAINFOREST ALLIANCE, Going Climate Smart with Costa Coffee.

[20] UNCTAD, The future of sustainable trade.

práticos, isso significa que compradores podem deslocar compras para regiões de menor risco regulatório, produtores podem redirecionar exportações para mercados menos exigentes e cadeias podem ser segregadas entre fluxos “compliance” e fluxos “não compliance” produtos de menor qualidade, mais baratos, para mercados menos exigentes e produtos premium, mais caros, somente para os que possuem exigência regulatória[21]. Além disso, mais regulamentação pode excluir os pequenos produtores do acesso a esses mercado premium, devido aos altos custos de conformidade. As estimativas feitas no Peru mostram que os custos de investimento para conformidade com a regulacao europeia de desmatamento[22] está entre € 5.000 e € 90.000 por operador, além de custos recorrentes estimados entre 0,3% e 4,3% do valor da importação[23].

6. PANORAMA DA SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NA CADEIA DO CAFÉ

A sustentabilidade na cadeia do café passou a operar como um sistema multidimensional de governança, no qual diferentes mecanismos institucionais se articulam para produzir legitimidade econômica, ambiental e territorial (Figura 2). Mais do que representar instrumentos isolados de diferenciação mercadológica, as IGs, certificações, selos de qualidade e normas voluntárias de sustentabilidade constituem camadas complementares de coordenação das cadeias globais de valor.

Nesse sentido, a expansão das IGs cafeeiras no Brasil não deve ser interpretada apenas como um movimento de valorização comercial da origem, mas como um indicativo da crescente territorialização das estratégias competitivas no agronegócio contemporâneo. A associação entre origem, reputação coletiva e governança territorial fortalece não apenas a agregação de valor, mas também a construção de identidades produtivas capazes de conectar patrimônio cultural, rastreabilidade e diferenciação internacional. Ao mesmo tempo, a sustentabilidade deixou de estar vinculada exclusivamente ao produto final, deslocando-se para os processos produtivos, para os mecanismos de monitoramento socioambiental e para a capacidade de demonstrar conformidade diante de mercados cada vez mais regulados e sensíveis às agendas ESG e climáticas.

A Figura 2 também permite observar uma inflexão relevante na governança da sustentabilidade cafeeira: a transição de modelos centrados em certificações voluntárias para estruturas mais complexas de integridade climática e due diligence ambiental. Esse deslocamento amplia a centralidade da neutralidade de carbono e da agricultura regenerativa como novos referenciais de competitividade internacional, especialmente

[21] Ibid.

[22] EU, Comissão Europeia, Regulation on Deforestation-free Products (EUDR).

[23] UNCTAD, The future of sustainable trade.

diante da consolidação de regulações ambientais mais rigorosas no comércio global. Entretanto, o panorama sintetizado evidencia que essa transição não ocorre de forma homogênea entre os produtores.

A coexistência de múltiplos protocolos, metodologias e exigências regulatórias tende a intensificar custos de conformidade, ampliar assimetrias técnicas e favorecer agentes economicamente mais capitalizados. Nesse contexto, a agricultura regenerativa assume relevância estratégica não apenas por seu potencial de mitigação climática, mas por reposicionar a sustentabilidade em torno da resiliência ecológica dos territórios, da conservação do solo, da biodiversidade e da redução da dependência de insumos externos. Assim, o principal desafio da cadeia do café não reside apenas na adoção cumulativa de certificações ou alegações ambientais, mas na construção de modelos de governança capazes de integrar inclusão produtiva, viabilidade econômica, mensuração climática robusta e valorização territorial em uma mesma arquitetura institucional.

Figura 2. Panorama geral da sustentabilidade na cadeia do café.



Fonte: Imagem criada pelos autores com auxílio de IA.

7. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE PARA INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

O cruzamento entre os municípios que integram a Indicação de Procedência Alta Mogiana e o indicador do AdaptaBrasil relativo aos estabelecimentos agropecuários com

agricultura familiar revela expressiva heterogeneidade territorial[24]. O indicador representa a exposição dos estabelecimentos familiares potencialmente afetados principalmente por situações de seca. Entre os 23 municípios da IG, Itamogi apresentou o maior valor de risco, de 0,73, seguido por Restinga, com 0,63, ambos classificados no nível alto. Outros nove municípios foram classificados no nível médio: Claraval, Santo Antônio da Alegria, São Tomás de Aquino, Cássia dos Coqueiros, Buritizal, Batatais, Ribeirão Corrente, Capetinga e São José da Bela Vista. Desse modo, 11 municípios, equivalentes a 47,8% do território institucional da IG, encontram-se nas classes média ou alta.

Esses resultados não representam, isoladamente, o risco climático de cada município, pois o indicador não mede a probabilidade ou a intensidade da seca. Contudo, identificam onde uma eventual escassez hídrica pode afetar uma estrutura produtiva caracterizada por maior presença relativa da agricultura familiar. A informação é, portanto, relevante para orientar a governança adaptativa da IG, permitindo priorizar assistência técnica, conservação do solo e da água, sistemas de alerta, diversificação produtiva, seguro rural e financiamento da adaptação para essas áreas identificadas com maior risco.

Embora as indicações geográficas não constituam, por si mesmas, certificações ambientais ou sociais, sua estrutura coletiva pode servir de base institucional para coordenar a sustentabilidade em escala territorial, conforme previsto na Estratégia de Sustentabilidade para Indicações Geográficas (Sustainability Strategy for Geographical Indications – SSGI)[25]. Trata-se de uma metodologia participativa e de engajamento dos produtores rurais[26] por meio da qual a organização gestora da IG identifica seus principais desafios, seleciona indicadores, estabelece uma linha de base, formula metas e implementa um roteiro de melhoria contínua.

O processo articula quatro dimensões – resiliência econômica, integridade ambiental, bem-estar social e boa governança – e segue a lógica de priorizar, avaliar, melhorar e comunicar. Assim, a sustentabilidade não é presumida em razão do registro

[24] INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, **AdaptaBrasil: Segurança alimentar - Disponibilidade de alimentos - Estabelecimentos com agricultura familiar**, disponível em: <https://data.inpe.br/geonetwork/geonetwork/por/catalog.search#/metadata/adaptabrasil5044>. acesso em: 15 jul. 2026.

[25] VANDECANDELAERE, Emilie *et al*, The Geographical Indication Pathway to Sustainability: A Framework to Assess and Monitor the Contributions of Geographical Indications to Sustainability through a Participatory Process, **Sustainability**, v. 13, n. 14, p. 7535, 2021; VANDECANDELAERE, Emilie *et al*, **Worldwide Perspectives on Geographical Indications: Crossed views between researchers, policy makers and practitioners**, 1st ed. 2025. Cham: Springer Nature Switzerland Imprint: Springer, 2025.

[26] EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, **Grupos comunitários de estudos - GCE: metodologia participativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais em comunidades rurais.**, Portal Embrapa, disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/710957/grupos-comunitarios-de-estudos---gce-metodologia-participativa-para-facilitar-o-processo-de-gestao-de-recursos-naturais-em-comunidades-rurais>. acesso em: 15 jul. 2026.

da IG, mas construída por meio da capacidade institucional de transformar reputação territorial em ação coletiva, aprendizagem, monitoramento e resultados verificáveis.

O Caderno de Especificações Técnicas da Indicação de Procedência Alta Mogiana[27] já contém elementos que podem sustentar essa evolução institucional. A área delimitada dos 23 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais destinada à produção de cafés especiais da espécie Coffea arabica, deve utilizar cultivares registradas no Registro Nacional de Cultivares[28]. O documento determina o respeito às áreas de reserva e proteção ambiental, exige conformidade com a legislação ambiental, trabalhista e social, proíbe o trabalho infantil e estabelece que os sistemas produtivos devem adotar práticas destinadas à mitigação dos impactos ambientais, especialmente por meio do aproveitamento dos subprodutos da cafeicultura.

Também disciplina a maturação, a colheita, a secagem, o beneficiamento, a torrefação, a moagem, a rotulagem, o tratamento dos resíduos, a rastreabilidade e o controle da qualidade. Para o uso do sinal distintivo da indicação de procedência, o café deve alcançar, no mínimo, 80 pontos segundo a metodologia da Specialty Coffee Association[29], cabendo ao Conselho Regulador auditar o processo produtivo desde o plantio até a embalagem, bem como os laudos organolépticos, químicos e relativos aos resíduos.

O Caderno também oferece uma base organizacional relevante, pois seu Conselho Regulador reúne produtores, instituições de pesquisa e extensão, associações, cooperativas, sindicatos rurais, municípios, atores ligados ao consumo, à comercialização e à exportação. Entre suas atribuições estão orientar e controlar a produção, preservar o prestígio da IG, fiscalizar os registros, emitir certificados de origem, propor melhorias no Caderno e publicar relatório anual de atividades.

A identidade do sinal distintivo é apresentada a partir dos pilares do orgulho, da autenticidade e da excelência, sendo esta última expressamente associada ao respeito ao ser humano e ao meio ambiente. A Alta Mogiana, portanto, já possui estruturas de controle, coordenação interinstitucional e comunicação que poderiam ser mobilizadas para implementar uma estratégia territorial de sustentabilidade.

Contudo, as disposições ambientais do Caderno permanecem predominantemente genéricas. O documento exige práticas mitigadoras e tratamento dos resíduos, mas não estabelece linha de base, metas, indicadores, periodicidade de monitoramento

[27] AMSC, Alta Mogina, Caderno de Especificações Técnicas Indicação de Prodedência Café Alta Mogiana.

[28] MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Registro Nacional de Cultivares – RNC**, Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/sementes-e-mudas/registro-nacional-de-cultivares/registro-nacional-de-cultivares-2013-rnc-1>. acesso em: 15 jul. 2026.

[29] SCA, Specialty Coffee Association, **Specialty Coffee Association**, Specialty Coffee Association, disponível em: <https://sca.coffee>. acesso em: 15 jul. 2026.

ou critérios para demonstrar resultados ambientais e climáticos. Também autoriza que cascas e outros resíduos sejam utilizados na adubação, mas admite sua queima em fornos durante a torrefação, sem definir critérios de eficiência energética, qualidade do ar ou controle de emissões. Recomenda-se, por isso, que a prioridade seja dada à prevenção, à compostagem, à produção de insumos orgânicos, à recuperação de nutrientes e, quando tecnicamente justificável, ao aproveitamento energético controlado, evitando que a circularidade dos resíduos se converta em nova fonte de emissões.

A incorporação da SSGI permitiria transformar essas obrigações abertas em um sistema de gestão mensurável. A primeira etapa deveria consistir na elaboração participativa de uma linha de base para a Alta Mogiana, envolvendo produtores de diferentes escalas, AMSC, cooperativas, assistência técnica, municípios, instituições de pesquisa, compradores e representantes dos trabalhadores e consumidores. Essa linha de base poderia incluir indicadores de produtividade, estabilidade da renda, custos de conformidade, uso efetivo do selo, consumo de água e energia, aplicação de fertilizantes nitrogenados, uso de diesel, tratamento de resíduos, cobertura do solo, matéria orgânica e carbono no solo, densidade de árvores, biodiversidade, condições de trabalho, participação de pequenos produtores, mulheres e jovens, acesso à assistência técnica e representatividade nos órgãos decisórios.

Nesse arranjo, a IG poderia contribuir simultaneamente para a mitigação, a adaptação e a resiliência climática. Poderia, por exemplo, envolver maior eficiência no uso de fertilizantes, substituição parcial por bioinsumos, redução do consumo de diesel, eficiência energética no beneficiamento e na torrefação, compostagem de cascas, medidas de incremento de carbono no solo, manutenção de cobertura vegetal, implantação de sistemas agroflorestais e recuperação de áreas ambientalmente sensíveis. A IG não realiza diretamente essas ações, mas cria uma estrutura coletiva capaz de defini-las, disseminá-las, monitorá-las e vinculá-las à reputação territorial.

A adaptação climática, por sua vez, envolve ajustes destinados a reduzir a vulnerabilidade da produção diante de temperaturas mais elevadas, irregularidade das chuvas, secas, eventos extremos, novas pragas e alterações no calendário de floração, maturação e colheita. Embora a Alta Mogiana esteja registrada como Indicação de Procedência, juridicamente fundada na notoriedade territorial, e não como Denominação de Origem, a continuidade de sua reputação depende da capacidade de manter a qualidade sensorial mínima e a estabilidade da produção. As mudanças climáticas podem afetar justamente os elementos materiais que sustentam essa reputação: disponibilidade hídrica, maturação, incidência de pragas, produtividade e atributos físicos e sensoriais dos grãos.

Por essa razão, o vínculo entre produto e território não deve ser tratado como uma relação estática, trata-se de uma concepção processual e adaptativa do vínculo de origem, fundada na coevolução entre práticas produtivas, conhecimento local e condições do agroecossistema. Sob essa perspectiva, a fidelidade territorial não significa imobilidade técnica, mas capacidade coletiva de inovar sem descaracterizar o produto. As IGs podem atuar como plataformas de aprendizagem da agricultura de baixo carbono, nas quais produtores, pesquisadores, extensionistas e autoridades monitoram mudanças ambientais, testam respostas e incorporam ao Caderno apenas as inovações compatíveis com a identidade e a promessa de qualidade da região.

Para a Alta Mogiana, isso justificaria a criação de protocolos de experimentação controlada sobre variedades mais tolerantes à seca e ao calor, arborização e sombreamento, plantas de cobertura, manejo da matéria orgânica, irrigação eficiente, conservação da água, bioinsumos, controle biológico, calendário produtivo e técnicas de pós-colheita. A experiência francesa[30] mostra que o sistema de IGs permite que produtores voluntários testem variedades de interesse para adaptação climática em áreas limitadas a 5% da propriedade durante até dez anos, antes que a organização gestora decida sobre sua incorporação definitiva às especificações. Também existem procedimentos para avaliar práticas como cobertura do solo e sua contribuição à conservação das reservas hídricas. O princípio relevante para a Alta Mogiana não é reproduzir automaticamente o modelo francês, mas instituir uma experimentação participativa, temporária, monitorada e reversível, sujeita à avaliação agronômica, ambiental, econômica e sensorial.

Quanto à resiliência climática, corresponde à capacidade do sistema territorial de antecipar, absorver, recuperar-se e, quando necessário, transformar-se diante de choques, mantendo suas funções essenciais. Na Alta Mogiana, essa capacidade depende de fatores agronômicos, econômicos, sociais e institucionais, como diversidade de sistemas produtivos, conservação do solo e da água, assistência técnica, acesso a crédito e seguro, diversificação de renda, mercados estáveis, infraestrutura de armazenamento, sistemas de alerta, redes de cooperação, sucessão rural e inclusão de produtores com menor capacidade financeira.

A IG pode fortalecer essa resiliência ao reduzir custos de coordenação, organizar compras ou investimentos coletivos, compartilhar conhecimento, facilitar parcerias com universidades e governos e mobilizar a reputação territorial para acessar financiamento e mercados diferenciados. A revisão do Caderno deveria, entretanto, evitar que novos

[30] VANDECANDELAERE *et al*, **Worldwide Perspectives on Geographical Indications**.

requisitos climáticos se transformem em barreiras de exclusão. A imposição imediata de métricas sofisticadas, análises laboratoriais ou tecnologias dispendiosas poderia favorecer produtores mais capitalizados e afastar pequenos cafeicultores.

Recomenda-se uma implementação gradual, com indicadores básicos e avançados, períodos de transição, assistência técnica coletiva, financiamento e procedimentos simplificados. O cumprimento das metas de sustentabilidade deve ser acompanhado de mecanismos de capacitação e melhoria progressiva, e não apenas de sanções. A participação de pequenos produtores, mulheres e jovens nos processos decisórios também deve ser formalmente assegurada, pois a resiliência territorial depende da distribuição equitativa dos custos e benefícios da transição. O próprio Conselho Regulador poderia ser atualizado para desempenhar essa função.

Embora sua composição institucional seja ampla, o Caderno apresenta uma relação fixa de entidades e representantes, sem detalhar suficientemente mandato, renovação, critérios de representação, prevenção de conflitos de interesse ou equilíbrio entre os diferentes perfis produtivos. Uma revisão poderia criar uma Câmara Técnica de Sustentabilidade e Clima, com participação da AMSC, produtores, CATI, instituições de pesquisa em café, solo e clima, cooperativas, municípios e representantes sociais. Caberia a essa instância coordenar a linha de base, definir prioridades, aprovar os protocolos experimentais, avaliar os indicadores e recomendar alterações periódicas ao Caderno.

A efetividade desse arranjo depende, por fim, da comunicação, já que a excelência da Alta Mogiana deve estar associada ao respeito ao ser humano e ao meio ambiente, mas não estão definidas quais evidências sustentam essa promessa. Para evitar alegações genéricas ou riscos de greenwashing [31]. As mensagens sobre sustentabilidade, agricultura regenerativa ou desempenho climático devem estar vinculadas a indicadores verificáveis e metodologias transparentes e a rastreabilidade poderia ser complementada por códigos digitais que apresentassem a origem do café, as práticas adotadas, os resultados territoriais e a distinção entre IG, qualidade sensorial, certificação socioambiental e desempenho climático.

Pesquisa etnográfica realizada com 41 famílias em sete países europeus [32] identificou baixo reconhecimento das IGs e mostrou que os consumidores frequentemente consideravam os sinais pouco visíveis e difíceis de compreender. Mesmo quando as especificações incorporavam atributos de qualidade ou sustentabilidade, essas

[31] Sustainable finance is rife with greenwash. Time for more disclosure, **The Economist**, 2021.

[32] VANDECANDELAERE *et al*, **Worldwide Perspectives on Geographical Indications**.

informações raramente influenciavam as práticas cotidianas de compra. Os participantes atribuíram maior importância ao preço, ao sabor, à confiança, à origem local e à história do produto e indicaram que a simples multiplicação de rótulos e materiais informativos possui eficácia limitada.

Assim, para a Alta Mogiana, recomenda-se combinar o sinal da IG com rastreabilidade, narrativas territoriais, dados sintéticos de sustentabilidade, degustações, turismo rural, oficinas, formação de baristas e aproximação direta entre produtores, cafeterias e consumidores. A comunicação deve mostrar, de forma inteligível, como a coordenação territorial contribui para reduzir emissões, conservar solo e água, adaptar os sistemas produtivos e sustentar os meios de vida locais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade da cadeia do café emerge, portanto, da interação entre diferentes instrumentos institucionais e mecanismos de mercado. IGs, certificações de qualidade, padrões voluntários de sustentabilidade e estratégias de neutralidade de carbono constituem elementos complementares de um novo paradigma de governança das cadeias agroalimentares. Esse paradigma busca alinhar competitividade econômica, conservação ambiental e responsabilidade social, respondendo simultaneamente às demandas de consumidores, investidores e reguladores. O avanço dessa agenda dependerá da capacidade de integrar inovação tecnológica, coordenação institucional e incentivos econômicos capazes de estimular a adoção de práticas agrícolas sustentáveis em larga escala.

A descarbonização da cadeia do café depende menos de afirmações abstratas de “baixo carbono” e mais da capacidade de integrar manejo regenerativo, sistemas agroflorestais, eficiência no uso de insumos, implementação de bioinsumos, fortalecimento da governança e métricas consistentes de desempenho climático. É essa articulação que permite transformar a agenda climática em vetor real de competitividade, reputação e sustentabilidade de longo prazo.

A análise da Alta Mogiana demonstra que o registro da indicação geográfica não assegura automaticamente sustentabilidade, mas oferece uma infraestrutura coletiva capaz de coordená-la. O Caderno já incorpora controle de qualidade, conformidade socioambiental, tratamento de resíduos, registros e instâncias de governança. Contudo, não estabelece linha de base, indicadores, metas climáticas, periodicidade de monitoramento ou procedimentos de adaptação. A aplicação gradual da SSGI poderia preencher essas lacunas, convertendo o Caderno em instrumento de governança adaptativa, desde que

a adoção de novas métricas seja acompanhada de assistência técnica, financiamento, representação inclusiva e proteção contra efeitos excludentes.

9. LIMITAÇÕES

Por seu caráter qualitativo e exploratório, o estudo não permite atribuir causalmente à IG resultados econômicos, sociais ou ambientais observados no território. Tampouco foram produzidos inventários primários de emissões ou medições de carbono no solo. As conclusões referem-se à capacidade institucional potencial da IG e às oportunidades de aprimoramento do Caderno, devendo ser testadas em pesquisas posteriores mediante linhas de base, séries temporais e comparação entre produtores usuários e não usuários do sinal.

10. AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao apoio: 1) do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP) patrocinado pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2023/10119-7), cujo objetivo central é examinar o papel das IGs e das marcas coletivas como instrumentos de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil, 2) do RCGI - Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa, sediado na Universidade de São Paulo (USP) e patrocinado pela FAPESP (2020/15230-5) e Shell Brasil, e a importância estratégica do apoio dado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) através da regulamentação da taxa de P&D, e 3) do Centro de Pesquisa em Carbono na Agricultura Tropical (CCARBON) da Universidade de São Paulo, patrocinado FAPESP (2021/10573-4).

11. NOTA

Este texto expressa exclusivamente as posições e interpretações dos autores. As ideias, argumentos e conclusões nele apresentados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as posições institucionais, políticas ou orientações das organizações, universidades ou centros de pesquisa aos quais estão vinculados.

12. MATERIAIS SUPLEMENTARES

Quadro Potencial de Contribuição da IG do Café da Alta Mogiana para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos dos ODS	Etapa de produção	Etapas de transformação e comercialização
ODS 1 – Erradicação da pobreza	Agregação de valor ao café por meio da IG e dos cafés especiais; aumento do poder de negociação dos produtores; possibilidade de maior estabilidade da renda rural; permanência de famílias no campo.	Geração de emprego local em torrefação, classificação, armazenagem, logística, cafeterias e turismo associado ao café.
ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Estímulo a práticas agrícolas mais sustentáveis, manejo do solo, uso mais eficiente de insumos, conservação produtiva da terra e fortalecimento da agricultura familiar.	Oferta de produto de maior qualidade e rastreabilidade; fortalecimento de cadeias alimentares regionais e de circuitos curtos de comercialização.
ODS 3 – Saúde e bem-estar	Redução da exposição a riscos ocupacionais com boas práticas agrícolas; incentivo ao manejo mais seguro de insumos e à melhoria das condições de trabalho.	Oferta de produtos rastreáveis e com maior controle de qualidade; fortalecimento da confiança do consumidor quanto à origem e à integridade do produto.
ODS 4 – Educação de qualidade	Capacitação técnica de produtores e trabalhadores; difusão de conhecimento sobre manejo, colheita, pós-colheita, qualidade e sustentabilidade; dias de campo e aprendizagem intergeracional.	Educação do consumidor sobre origem, terroir, qualidade e sustentabilidade; ações de formação em cafeterias, cooperativas, escolas e eventos do setor.
ODS 5 – Igualdade de gênero	Maior visibilidade e valorização da participação de mulheres na cafeicultura, na gestão das propriedades e nas associações locais.	Promoção de marcas, narrativas e iniciativas lideradas por mulheres em torrefação, comercialização, hospitalidade e turismo do café.
ODS 6 – Água potável e saneamento	Incentivo à conservação de nascentes, matas ciliares e solo; uso mais eficiente da água em viveiros, lavoura e pós-colheita; prevenção da erosão e do assoreamento.	Melhor gestão da água no beneficiamento e na limpeza das unidades; fortalecimento de práticas de controle ambiental ao longo da cadeia.
ODS 7 – Energia limpa e acessível	Redução do consumo de diesel e adoção de tecnologias mais eficientes; potencial uso de bioinsumos e de biomassa residual da cafeicultura.	Eficiência energética em secagem, beneficiamento, torrefação e moagem; possibilidade de aproveitamento energético controlado de resíduos.
ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Valorização da mão de obra qualificada, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da organização coletiva dos produtores.	Expansão de mercados de maior valor agregado; fortalecimento da competitividade regional; dinamização do turismo rural e gastronômico associado ao café da Mogiana.

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Introdução de inovação agronômica, técnicas de manejo, rastreabilidade e experimentação adaptativa diante das mudanças climáticas.	Melhoria da infraestrutura de armazenagem, torrefação, controle de qualidade, certificação, logística e plataformas digitais de comercialização.
ODS 10 – Redução das desigualdades	Possibilidade de inclusão de pequenos produtores por meio de assistência técnica, governança coletiva e acesso compartilhado a mercados diferenciados.	Redução de assimetrias de informação entre produtores e consumidores; fortalecimento de mecanismos coletivos para inserção comercial de agentes menores.
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Estímulo a práticas produtivas com menor impacto ambiental, melhor manejo de resíduos, compostagem da casca do café e uso eficiente de insumos.	Rastreabilidade, transparência, aproveitamento de subprodutos, redução de desperdícios e comunicação ao consumidor sobre origem e sustentabilidade.
ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	Mitigação por meio de manejo regenerativo, aumento do carbono no solo, cobertura vegetal, agroflorestas e eficiência no uso de fertilizantes. Adaptação com sombreamento, conservação hídrica, cultivares adequadas e práticas resilientes.	Diferenciação comercial com base em desempenho climático verificável; fortalecimento de sistemas de monitoramento, reporte e melhoria contínua.
ODS 15 – Vida terrestre	Conservação do solo, da biodiversidade e da vegetação nativa; proteção de APPs e reservas; incentivo a paisagens produtivas mais biodiversas e resilientes.	Valorização mercadológica de atributos territoriais ligados ao ambiente, à paisagem e ao patrimônio ecológico da região.
ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Cooperação entre produtores, AMSC, cooperativas, CATI, universidades, institutos de pesquisa e órgãos públicos.	Parcerias com torrefadores, exportadores, cafeterias, municípios e instituições de ensino para promoção da IG, inovação, turismo e sustentabilidade.

Quadro Operacional de Recomendações para o Caderno de Especificações Técnicas.

Tema	Situação atual	Recomendação
Sustentabilidade	Obrigações ambientais genéricas	Criar módulo com linha de base, metas, indicadores e revisão periódica
Resíduos	Permite adubação e também queima em fornos	Priorizar compostagem e circularidade; condicionar qualquer uso energético a critérios de eficiência e emissões
Clima	Não há diagnóstico de riscos climáticos	Incorporar mapa de riscos, indicadores de seca, calor, água, pragas e perdas produtivas. Usar o Adapta Brasil.
Cultivares	Admite cultivares de arábica registradas no RNC	Criar protocolo controlado para testar variedades climaticamente adaptadas

Solo e água	Ausência de parâmetros mensuráveis	Monitorar cobertura, matéria orgânica, carbono, erosão, infiltração e eficiência hídrica
Emissões	Não há inventário ou MRV	Medir emissões de fertilizantes, diesel, energia, resíduos e remoções de carbono
Governança	Conselho amplo, mas com composição fixa	Estabelecer mandatos, representação inclusiva e Câmara Técnica de Sustentabilidade e Clima
Relatório anual	Previsto como relatório de atividades	Transformá-lo em relatório público de sustentabilidade, qualidade e resiliência
Inclusão	Não há tratamento diferenciado por capacidade produtiva	Adotar transição gradual, assistência técnica e métricas proporcionais para pequenos produtores
Comunicação	Marca associa excelência ao respeito socioambiental	Vincular alegações a dados verificáveis, rastreabilidade e comunicação acessível ao consumidor

REFERÊNCIAS

AMSC – ALTA MOGIANA SPECIALTY COFFEES. *Caderno de Especificações Técnicas da Indicação de Procedência Café Alta Mogiana*. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/cadernos-de-especificacoes-tecnicas/copy_of_AltaMogiana.pdf.

ANAND, Shashank Kumar; SINGH, Rishabh; MOHANTY, Binayak Prasad; et al. Classifying the potential for soil organic carbon gain under regenerative agriculture. Disponível em: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-105001258623&doi=10.1088%2F1748-9326%2Fadc292&partnerID=40&md5=33e675fccf3360d45e56963e76744520.

COASE, R. H. The problem of social cost. *The Journal of Law and Economics*, v. 56, n. 4, p. 837–877, 2013. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/674872. Acesso em: 20 abr. 2021.

DOS MUCHANGOS, Letícia Sarmento; MEJIA, Cristian; GUPTA, Ranjit; et al. A systematic review of life cycle assessment and environmental footprint for the global coffee value chain. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 111, p. 107740, 2025. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195925524003275. Acesso em: 12 abr. 2026.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Grupos comunitários de estudos – GCE: metodologia participativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais em comunidades rurais. *Portal Embrapa*. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/710957/grupos-comunitarios-de-estudos---gce-metodologia-participativa-para-facilitar-o-processo-de-gestao-de-recursos-naturais-em-comunidades-rurais. Acesso em: 15 jul. 2026.

EU – COMISSÃO EUROPEIA. Regulation on Deforestation-free Products (EUDR). Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/deforestation/regulation-deforestation-free-products_en. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRABS, Janina. *Selling Sustainability Short?: The Private Governance of Labor and the Environment in the Coffee Sector*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781108875325/type/book. Acesso em: 13 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicações geográficas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/22920-indicacoes-geograficas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 30 nov. 2021.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. AdaptaBrasil: segurança alimentar – disponibilidade de alimentos – estabelecimentos com agricultura familiar. Disponível em: https://data.inpe.br/geonetwork/geonetwork/por/catalog.search#/metadata/adaptabrasil5044. Acesso em: 15 jul. 2026.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *Manual de Indicações Geográficas*. Disponível em: https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki. Acesso em: 7 abr. 2024.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Chapter 18: Climate resilient development pathways. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-18/. Acesso em: 15 out. 2025.

ITC – INTERNATIONAL TRADE CENTRE. *Standards Map*. Disponível em: https://www.standardsmap.org/en/identify?sectors=. Acesso em: 31 ago. 2020.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Compilado nacional e internacional de legislação relativa à produção orgânica. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Registro Nacional de Cultivares – RNC. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/sementes-e-mudas/registro-nacional-de-cultivares/registro-nacional-de-cultivares-2013-rnc-1. Acesso em: 15 jul. 2026.

oriGIn – ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. Painel Panorama das IGs Brasileiras Registradas – Power BI Report das Indicações Geográficas. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDA2MDk0M2YtYjBmYS00ZTFjLThiOWQtOGI1ZDQ0MTA3YWExIiwidCI6Ijk3Mjk4MjcxLTFiZDctNGFjNS05MzViLTg4YWRkZWY2MzZjYyIsImMiOjR9. Acesso em: 1 abr. 2026.

RAINFOREST ALLIANCE. *Going Climate Smart with Costa Coffee*. Disponível em: https://www.rainforest-alliance.org/resource-item/going-climate-smart-with-costa-coffee/. Acesso em: 12 abr. 2026.

SCA – SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION. *Specialty Coffee Association*. Disponível em: https://sca.coffee. Acesso em: 15 jul. 2026.

SOUZA, Antonio Sergio. História do café no Brasil. *Revista Cafeicultura*. Disponível em: https://revistacafeicultura.com.br/?mat=40384. Acesso em: 9 abr. 2021.

SUSTAINABLE finance is rife with greenwash. Time for more disclosure. *The Economist*, 2021. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2021/05/22/sustainable-finance-is-rife-with-greenwash-time-for-more-disclosure. Acesso em: 16 jun. 2021.

UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *The Future of Sustainable Trade*. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2024d5_en.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

VANDECANDELAERE, Emilie; SAMPER, Luis Fernando; REY, Andrés; et al. The geographical indication pathway to sustainability: a framework to assess and monitor the contributions of geographical indications to sustainability through a participatory process. *Sustainability*, v. 13, n. 14, p. 7535, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/13/14/7535. Acesso em: 14 jul. 2026.

VANDECANDELAERE, Emilie; MARIE-VIVIEN, Delphine; THÉVENOD-MOTTET, Erik; et al. *Worldwide Perspectives on Geographical Indications: Crossed Views Between Researchers, Policy Makers and Practitioners*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025.

WILLIAMSON, Oliver E. Economic institutions: spontaneous and intentional governance. *Journal of Law, Economics, & Organization*, 1991. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/764962.

ZYLBERSZTAJN, Decio; GIORDANO, Samuel Ribeiro; FUJIHARA, Marco Antônio; et al. *Carbon Offset: Cadernos da Universidade do Café 2021*. v. 11. São Paulo: Universidade do Café, 2021. Disponível em: http://universidadedocafe.com/wp-content/uploads/2021/04/Cadernos-UdC-2021-1.pdf.

ZYLBERSZTAJN, Decio; GIORDANO, Samuel Ribeiro; REZENDE, Christiane Leles. *Pesquisa em Café.* [S. l.]: Pasavento, 2018.

CAPÍTULO 12

A PRÁTICA DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: Este estudo analisa a prática da agricultura regenerativa na região da Indicação Geográfica (IG) Alta Mogiana, importante território produtor de cafés especiais no estado de São Paulo. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratório-analítica, baseada em observações realizadas durante visita técnica a propriedades cafeeiras e em diálogos com produtores, técnicos e demais atores da cadeia produtiva. Os dados empíricos foram interpretados à luz da literatura científica, com destaque para a perspectiva crítica de Giller et al. (2021). Os resultados indicam que a agricultura regenerativa ocupa posição central nos discursos locais, sendo associada à sustentabilidade, à qualidade do produto e à valorização territorial. Foram observadas práticas como cobertura vegetal do solo, uso de matéria orgânica, conservação hídrica, racionalização de insumos e adoção de soluções biológicas para o manejo de pragas. Contudo, verificou-se grande heterogeneidade nas interpretações e aplicações do conceito, que frequentemente incorpora práticas já presentes em sistemas conservacionistas. A análise sugere que a agricultura regenerativa atua não apenas como um conjunto de práticas agronômicas, mas também como uma narrativa de diferenciação mercadológica e construção identitária. Conclui-se que sua materialização na Alta Mogiana é altamente

contextualizada, resultando da interação entre exigências produtivas, demandas de mercado, objetivos ambientais e estratégias de valorização territorial.
PALAVRAS-CHAVE: Indicação Geográfica; sustentabilidade; manejo do solo; diferenciação mercadológica; identidade territorial.

REGENERATIVE AGRICULTURE PRACTICES IN ALTA MOGIANA COFFEE PRODUCTION

ABSTRACT: This study analyzes the implementation of regenerative agriculture within the Geographical Indication (GI) region of Alta Mogiana, one of Brazil's leading specialty coffee-producing areas. A qualitative and exploratory-analytical approach was adopted, combining field observations conducted during a technical visit with informal interactions involving farmers, technicians, and other stakeholders from the coffee production chain. Empirical evidence was interpreted through a critical agronomic framework, particularly the perspective proposed by Giller et al. (2021). The findings reveal that regenerative agriculture plays a central role in local narratives, being closely linked to sustainability, product quality, and territorial valorization. Observed practices included soil cover management, organic matter enhancement, water conservation, input rationalization, and the use of biological pest-control strategies. However, significant variability was identified in how stakeholders define and apply the concept. Many practices described as regenerative overlap with long-established conservation-oriented approaches. The study argues that regenerative agriculture functions not only as a technical framework but also as a symbolic and market-oriented narrative that supports product differentiation and territorial identity. The results highlight the importance of considering local environmental, economic, and social conditions when evaluating regenerative approaches. Rather than a fixed set of universally applicable practices, regenerative agriculture emerges as a context-dependent concept shaped by interactions among sustainability goals, market pressures, knowledge networks, and territorial development strategies.
KEYWORDS: Geographical Indication; sustainability; soil management; market differentiation; rerritorial Identity.

1. INTRODUÇÃO

A visita técnica à região da Indicação Geográfica Alta Mogiana, evidenciou não apenas a recorrência, mas também a centralidade do conceito de "agricultura regenerativa" nos discursos de produtores, técnicos, consultores e demais agentes vinculados à cadeia produtiva do café. A utilização do termo não se restringiu a referências pontuais ou superficiais; ao contrário, o conceito foi mobilizado como elemento estruturante das narrativas relacionadas às práticas de manejo, à qualidade do produto e à própria identidade produtiva regional. Nas diferentes propriedades visitadas, a agricultura regenerativa foi apresentada como um importante marcador de diferenciação, frequentemente associada à produção de cafés especiais, à adoção de práticas consideradas ambientalmente sustentáveis e à construção de uma imagem

produtiva pautada na responsabilidade socioambiental. Dessa forma, observou-se que o conceito extrapola a dimensão estritamente técnica, assumindo também uma função simbólica e estratégica nos processos de valorização territorial e de legitimação das práticas agrícolas vinculadas à Indicação Geográfica (IG).

Esse movimento ganha relevância em um contexto regional marcado pela forte especialização cafeeira da Alta Mogiana, inserida em um dos principais estados produtores de café arábica do Brasil. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2026), o estado de São Paulo apresenta estimativa de produção de 5,5 milhões de sacas na safra 2026, com crescimento previsto de 16% em relação ao ciclo anterior, impulsionado pela bienalidade positiva e pela recuperação de áreas afetadas na safra precedente. Nesse cenário, a Alta Mogiana destaca-se pela predominância de áreas localizadas em elevadas altitudes, associadas a condições edafoclimáticas favoráveis à produção de cafés de alta qualidade, além de apresentar crescente inserção em mercados de cafés diferenciados e especiais (Ronquim et al., 2023).

Além disso, a expansão do segmento de cafés especiais na região tem sido acompanhada pela crescente adoção de mecanismos de rastreabilidade, certificações de sustentabilidade e protocolos de produção responsáveis. Essas práticas reforçam a diferenciação do produto no mercado e fortalecem a associação entre qualidade sensorial, origem controlada e desempenho socioambiental, características cada vez mais valorizadas pelos consumidores e pelos mercados internacionais (Wright et al., 2024; Sera et al., 2025). Estudos relacionados à cafeicultura da Alta Mogiana também destacam a importância de estratégias sustentáveis e de adaptação climática para a manutenção da competitividade regional (Torres et al., 2022).

Mais do que um conjunto delimitado de técnicas, a agricultura regenerativa emergiu como um referencial normativo, isto é, um objetivo desejável de práticas, e, simultaneamente, como um elemento identitário da IG. Produtores frequentemente a associam à ideia de “fazer o café certo”, não apenas do ponto de vista agronômico, mas também ético e ambiental. Nesse sentido, o conceito opera em múltiplas camadas: técnica, simbólica e mercadológica. Ele conecta práticas de manejo do solo, como cobertura vegetal, incremento de matéria orgânica, diversificação biológica e redução do revolvimento, a atributos intangíveis do produto final, como qualidade sensorial, rastreabilidade e sustentabilidade percebida pelo consumidor. Em nível regional, essa associação encontra respaldo em transformações recentes na cafeicultura da Alta Mogiana, incluindo maior adoção de sistemas conservacionistas, uso de plantas de cobertura, estratégias de conservação hídrica e práticas voltadas ao aumento da resiliência climática e da saúde do solo (Torres et al., 2022; Souza et al., 2025). Tais

práticas convergem com os princípios da agricultura regenerativa, que enfatizam a recuperação dos processos ecológicos, o fortalecimento da biodiversidade e a melhoria das condições edáficas dos sistemas produtivos (Le et al., 2021).

Tal dinâmica também dialoga com tendências globais do mercado cafeeiro, nas quais atributos ambientais, certificações, rastreabilidade e narrativas de sustentabilidade têm se tornado importantes mecanismos de diferenciação e agregação de valor econômico e reputacional aos territórios produtores (Wright et al., 2024; Sera et al., 2025; Guimarães et al., 2026).

No entanto, essa centralidade discursiva não é isenta de tensões. A amplitude do termo e sua capacidade de acomodar diferentes interpretações levantam uma questão analítica fundamental: trata-se de um conceito agronomicamente consistente, com bases teóricas e operacionais bem definidas, ou de uma categoria ampla, agregadora e, em certa medida, ambígua, cuja força reside mais na sua capacidade de mobilização do que na sua precisão técnica? Em outras palavras, até que ponto a agricultura regenerativa, tal como mobilizada no contexto da Alta Mogiana, constitui um referencial técnico estruturado, e até que ponto ela funciona como uma narrativa que organiza e legitima práticas já existentes? Essa ambiguidade torna-se particularmente relevante em regiões onde a sustentabilidade passa a desempenhar papel estratégico na diferenciação territorial e mercadológica da produção agrícola, especialmente em cadeias de alto valor agregado como a do café especial (Wright et al., 2024; Gordon et al., 2023). Além disso, a ausência de definições universalmente consolidadas para agricultura regenerativa faz com que diferentes agentes (empresas, certificadoras, cooperativas e produtores) mobilizem o termo de maneiras distintas, frequentemente combinando dimensões ecológicas, produtivas e comerciais (Newton et al., 2020; Jayasinghe et al., 2023; Sands et al., 2023). Nesse contexto, compreender como o conceito é apropriado territorialmente na Alta Mogiana torna-se central para analisar não apenas mudanças técnicas nos sistemas produtivos, mas também os processos de construção simbólica e institucional da sustentabilidade na cafeicultura contemporânea (Page & Witt, 2022; Zinsli & Villota-Jetzer, 2026).

2. O QUE É AGRICULTURA REGENERATIVA?

Para enfrentar essa questão, este capítulo articula as evidências empíricas observadas durante a visita técnica à Alta Mogiana com a análise crítica proposta por Giller et al. (2021), que examina a agricultura regenerativa a partir de uma perspectiva agronômica rigorosa. Os autores destacam que, apesar da crescente popularidade do termo, especialmente a partir de meados da década de 2010, quando passa a ganhar

visibilidade em debates acadêmicos, políticas públicas e estratégias corporativas, há uma notável ausência de consenso quanto à sua definição, seus objetivos e seus mecanismos de funcionamento (Newton et al., 2020; Jayasinghe et al., 2023; Page & Witt, 2022).. Essa indefinição não é apenas um detalhe conceitual, mas um elemento estruturante do próprio fenômeno, permitindo que diferentes atores se apropriem do termo de acordo com seus interesses, escalas de atuação e contextos específicos. Tal plasticidade conceitual ajuda a explicar a rápida disseminação da agricultura regenerativa em cadeias agroalimentares globais, especialmente em setores voltados a mercados premium e consumidores sensíveis a atributos socioambientais, como o café especial (Wright et al., 2024; Sera et al., 2025).

Nesse sentido, a agricultura regenerativa é simultaneamente mobilizada por organizações da sociedade civil, movimentos ambientalistas, empresas multinacionais do setor alimentício, certificadoras, consultores técnicos e produtores rurais. Cada um desses atores tende a enfatizar dimensões distintas do conceito: enquanto alguns priorizam a restauração ecológica, o sequestro de carbono e a redução de impactos ambientais, outros destacam ganhos de produtividade, resiliência climática, saúde do solo ou agregação de valor ao produto final (Page & Witt, 2022; Tittonell et al., 2022; Sands et al., 2023). Essa multiplicidade de interpretações contribui para a difusão do termo, mas também dificulta sua delimitação analítica e sua avaliação empírica. No contexto da Alta Mogiana, essa heterogeneidade mostrou-se particularmente evidente, uma vez que diferentes produtores associavam a agricultura regenerativa a práticas bastante diversas, incluindo uso de plantas de cobertura, redução do uso de agroquímicos, aumento da matéria orgânica do solo, conservação hídrica, integração de árvores ao sistema produtivo e até melhorias na qualidade sensorial do café (Le et al., 2021; Duque, 2025; Gowda et al., 2025). Em muitos casos, práticas historicamente já presentes em sistemas conservacionistas passaram a ser reinterpretadas e comunicadas sob o rótulo regenerativo, indicando que o conceito também opera como uma linguagem de legitimação e reposicionamento mercadológico (Gordon et al., 2023; Page & Witt, 2022).

Do ponto de vista histórico, o conceito de agricultura regenerativa remonta às décadas de 1970 e 1980, com forte influência do Rodale Institute, sendo inicialmente associado a sistemas que buscavam aumentar a fertilidade do solo, reduzir impactos ambientais e promover maior autonomia produtiva por meio da redução da dependência de insumos externos (Newton et al., 2020; Giller et al., 2021). Nesse período, o conceito estava fortemente vinculado ao movimento da agricultura orgânica e a abordagens sistêmicas que enfatizavam a interdependência entre solo, plantas, animais e seres

humanos. A centralidade atribuída ao solo permanece até hoje como um dos principais elementos mobilizados pela agricultura regenerativa, especialmente por meio de discursos relacionados à saúde do solo, ciclagem biológica de nutrientes e captura de carbono (Newton et al., 2020; Le et al., 2021). Na cafeicultura, essa ênfase ganha importância adicional devido à crescente preocupação com erosão, perda de matéria orgânica e vulnerabilidade climática em regiões produtoras (Torres et al., 2022; Souza et al., 2025).

Contudo, como destacam Giller et al. (2021), o ressurgimento recente do termo ocorre em um contexto distinto, marcado por uma crescente preocupação com mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos solos e sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (Tittonell et al., 2022; Wright et al., 2024). Nesse novo cenário, a agricultura regenerativa passa a funcionar como uma espécie de "guarda-chuva conceitual", rearticulando elementos de diferentes correntes já estabelecidas, como a agroecologia, a agricultura orgânica, a agricultura conservacionista e a intensificação sustentável. Essa rearticulação não implica necessariamente a introdução de práticas inéditas, mas sim uma nova forma de enquadrar, valorizar e comunicar práticas já existentes, conferindo-lhes um sentido renovado e, muitas vezes, mais alinhado às demandas contemporâneas de sustentabilidade, rastreabilidade e governança ambiental. Na cadeia do café, particularmente no segmento de cafés especiais, esse processo também se conecta à crescente valorização de atributos ambientais e territoriais como mecanismos de diferenciação econômica e reputacional (Sera et al., 2025; Guimarães et al., 2026; Wright et al., 2024). Assim, mais do que um modelo técnico homogêneo, a agricultura regenerativa parece constituir um campo discursivo em disputa, no qual diferentes atores negociam significados, legitimidades e formas de valorização da sustentabilidade agrícola (Page & Witt, 2022; Tittonell et al., 2022; Gordon et al., 2023).

3. ABRANGÊNCIA DO TERMO

Essa ambiguidade conceitual se expressa de maneira particularmente clara nas formas de definição do termo. Em alguns casos, a agricultura regenerativa é caracterizada por um conjunto relativamente bem delimitado de práticas agronômicas, como o plantio direto, o uso de plantas de cobertura, uso de biológicos, a rotação de culturas, a integração de sistemas e a incorporação de matéria orgânica ao solo. Nessa perspectiva, o foco está nos meios, ou seja, nas técnicas e manejos adotados no campo. Em outros casos, entretanto, o conceito é definido a partir de resultados esperados, como o aumento do estoque de carbono no solo, a melhoria da biodiversidade, a recuperação de funções ecológicas e a restauração de serviços ecossistêmicos.

Essa dualidade, confere ao conceito uma notável flexibilidade, permitindo sua adaptação a diferentes contextos produtivos e institucionais. No entanto, essa mesma flexibilidade representa um desafio significativo do ponto de vista científico e operacional. A ausência de critérios claros e universalmente aceitos dificulta a mensuração de resultados, a comparação entre sistemas e a avaliação da efetividade das práticas associadas à agricultura regenerativa. Além disso, abre espaço para interpretações divergentes e, em alguns casos, para o uso estratégico do termo como instrumento de diferenciação mercadológica, independentemente de mudanças substantivas nos sistemas produtivos.

Do ponto de vista teórico, a agricultura regenerativa se ancora fortemente na ideia de que o sistema agroalimentar global enfrenta duas grandes crises: a degradação dos solos e a perda de biodiversidade. A saúde do solo, em particular, ocupa posição central nesse discurso. No entanto, conforme argumentam Giller et al. (2021), o conceito de "soil health" é, em si, um constructo amplo e pouco preciso, que agrega múltiplas funções e atributos, frequentemente com trade-offs entre si. Práticas que favorecem determinados aspectos da saúde do solo, como o aumento da atividade biológica, podem, simultaneamente, gerar impactos negativos em outras dimensões, como emissões de gases de efeito estufa ou lixiviação de nutrientes.

De forma análoga, a crise da biodiversidade é frequentemente associada à simplificação dos sistemas agrícolas (Gámez-Virués et al., 2015; Schmid & Schöb, 2023; García-Vega et al., 2024), especialmente à expansão de monoculturas e ao uso intensivo de insumos químicos. Embora essas relações sejam amplamente reconhecidas, os autores alertam que a biodiversidade deve ser analisada em múltiplas escalas, da parcela ao nível da paisagem, e que intervenções no nível da propriedade nem sempre resultam em ganhos significativos em termos ecológicos mais amplos. Além disso, a magnitude e a natureza dessas crises variam substancialmente entre contextos, o que limita a aplicabilidade de soluções generalizadas.

Nesse cenário, a agricultura regenerativa propõe um conjunto de práticas agronômicas que visam restaurar funções ecológicas dos sistemas produtivos. Entre os princípios mais recorrentes estão a minimização do revolvimento do solo, a manutenção de cobertura vegetal, o aumento do teor de matéria orgânica, a diversificação de espécies cultivadas, a integração entre componentes agrícolas e pecuários e a redução da dependência de insumos externos. No entanto, como enfatizam Giller et al. (2021), muitas dessas práticas já integram o repertório consolidado das chamadas "boas práticas agrícolas" e não são exclusivas da agricultura regenerativa.

4. METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este capítulo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-analítico, combinando observação direta em campo com análise interpretativa fundamentada na literatura agronômica. A base empírica deriva da visita técnica realizada na região da Alta Mogiana, durante a qual foram conduzidas observações sistemáticas em propriedades cafeeiras, acompanhadas por interações com produtores, técnicos e outros atores da cadeia produtiva. Essas interações ocorreram predominantemente em formato de conversas abertas e não estruturadas, permitindo captar não apenas informações sobre práticas agrícolas, mas também percepções, valores e narrativas associadas à agricultura regenerativa.

A observação em campo foi orientada por um conjunto de categorias analíticas previamente definidas a partir da literatura, especialmente do referencial proposto por Giller et al. (2021). Essas categorias incluem aspectos relacionados ao manejo do solo (como cobertura vegetal, revolvimento e uso de matéria orgânica), à diversidade dos sistemas produtivos, ao manejo de insumos, à integração de componentes ecológicos e à presença de elementos de conservação ambiental, tanto nos discursos quanto na realidade da produção. Ao mesmo tempo, buscou-se identificar como essas práticas eram interpretadas e justificadas pelos próprios produtores, evidenciando possíveis convergências ou dissonâncias entre o discurso e a prática.

Além da dimensão técnica, a análise incorporou uma perspectiva discursiva, considerando a agricultura regenerativa como um conceito em disputa e construção. Nesse sentido, as falas dos atores locais foram analisadas não apenas como descrições de práticas, mas como expressões de enquadramentos interpretativos que articulam sustentabilidade, qualidade e identidade territorial. Essa abordagem permite compreender a agricultura regenerativa não apenas como um conjunto de técnicas agronômicas, mas como um dispositivo simbólico que organiza percepções e orienta decisões no contexto produtivo.

A interpretação dos dados empíricos foi realizada por meio de um processo de triangulação com a literatura científica, buscando situar as práticas observadas dentro de um debate mais amplo sobre sustentabilidade agrícola. O artigo de Giller et al. (2021) foi utilizado como eixo teórico central, especialmente por sua abordagem crítica, que enfatiza a necessidade de contextualização das práticas e questiona a universalidade das soluções propostas sob o rótulo de agricultura regenerativa. A partir desse referencial, as evidências de campo foram analisadas à luz de questões-chave, como a natureza dos problemas enfrentados, os mecanismos agronômicos mobilizados e a viabilidade das práticas no contexto específico da cafeicultura da Alta Mogiana.

Por fim, é importante destacar que esta análise não pretende produzir uma avaliação exaustiva ou generalizável da agricultura regenerativa na região, mas sim oferecer uma leitura situada e crítica, capaz de evidenciar a complexidade e a heterogeneidade das práticas observadas. Ao privilegiar a articulação entre empiria e teoria, o capítulo busca contribuir para uma compreensão mais refinada do papel da agricultura regenerativa em sistemas agrícolas de alto valor agregado, como aqueles associados a indicações geográficas de café.

5. OBSERVAÇÕES E RESULTADOS

As observações realizadas na Alta Mogiana indicam que diversos produtores adotam de fato práticas alinhadas a esses princípios. A manutenção de cobertura do solo, com Braquiária nas entrelinhas, é relativamente comum, assim como a redução do revolvimento em determinadas áreas. O uso de matéria orgânica, a preocupação com a estrutura do solo e a valorização de áreas de preservação permanente também foram recorrentes. Em alguns casos, observou-se a diversificação de sistemas produtivos e a incorporação de elementos arbóreos, embora a predominância da monocultura do café ainda seja marcante.

No que se refere ao manejo de insumos, verificou-se uma tendência à racionalização do uso de fertilizantes e defensivos, substituídos frequentemente por soluções biológicas, como inimigos naturais, por exemplo, para o combate às brocas nos frutos. Esse aspecto é particularmente relevante, pois contrasta com algumas interpretações mais radicais da agricultura regenerativa, que advogam a exclusão total de insumos externos.

A ficha de especificações técnicas da região, a qual dita e recomenda as práticas que os produtores devem seguir, apresenta trechos condizente com práticas regenerativas, como a frase “O sistema de produção deve estar de acordo com as técnicas de plantio, manejo, colheita, dentre outros procedimentos estabelecidos, tendo como pressuposto indispensável o uso de práticas mitigadoras dos impactos ambientais, especialmente a reutilização dos subprodutos”. Conforme argumentam Giller et al. (2021), sistemas agrícolas que não repõem nutrientes exportados pela colheita tendem, no longo prazo, à degradação da fertilidade do solo, especialmente em contextos tropicais.

A análise crítica dessas práticas, à luz do referencial teórico adotado, sugere que a agricultura regenerativa, na Alta Mogiana, opera menos como um modelo técnico claramente definido e mais como um campo de experimentação e adaptação local. Nesse sentido, a aplicação das cinco questões propostas por Giller et al. (2021), relativas ao problema a ser

resolvido, ao objeto da regeneração, aos mecanismos agronômicos envolvidos, à viabilidade econômica e às forças motrizes, revela a complexidade do fenômeno.

Em muitos casos, o "problema" que a agricultura regenerativa busca resolver não se limita à degradação ambiental, mas inclui também a necessidade de diferenciação no mercado de cafés especiais. O que está sendo "regenerado", portanto, pode não ser apenas o solo ou a biodiversidade, mas também a imagem do produto e sua inserção em cadeias de valor mais sofisticadas, que é o caso, muitas vezes, das Indicações Geográficas (Marescotti & Belletti, 2016). Os mecanismos agronômicos mobilizados variam entre propriedades e nem sempre são sustentados por evidências científicas robustas, sendo frequentemente baseados em experiências empíricas e trocas de conhecimento entre produtores.

A viabilidade econômica dessas práticas parece estar, em grande medida, associada ao acesso a nichos de mercado que remuneram atributos relacionados à sustentabilidade e à qualidade sensorial. Por fim, as forças que impulsionam a adoção da agricultura regenerativa incluem não apenas preocupações ambientais, mas também pressões de mercado, certificações, redes de conhecimento e a construção de uma identidade territorial associada à IG.

Esses elementos apontam para uma tensão central: embora a agricultura regenerativa apresente um potencial relevante como abordagem integradora, sua aplicação concreta é altamente dependente do contexto. A promoção de práticas descontextualizadas, sem consideração das condições edafoclimáticas, econômicas e sociais específicas, pode levar a resultados limitados ou até contraproducentes. Além disso, o uso indiscriminado do termo abre espaço para processos de "greenwashing" (Mambo & Lhermie, 2024; Newton et al., 2020; Page & Witt, 2022), nos quais práticas convencionais são reetiquetadas como regenerativas sem mudanças substantivas.

No contexto da Alta Mogiana, a agricultura regenerativa parece desempenhar um papel que transcende a dimensão estritamente agronômica. Ela atua como um elemento de construção narrativa, articulando sustentabilidade, qualidade e identidade territorial. Essa dimensão simbólica é particularmente relevante em sistemas de Indicação Geográfica, nos quais o valor do produto está intrinsecamente ligado ao território e às práticas produtivas associadas.

Em síntese, a análise realizada indica que a agricultura regenerativa não deve ser compreendida como um conjunto fixo e universal de práticas, mas como um conceito em construção, que combina elementos técnicos, ecológicos e discursivos. Na Alta Mogiana, sua materialização ocorre de forma heterogênea, refletindo tanto as especificidades

locais quanto às dinâmicas mais amplas do sistema agroalimentar. Nesse sentido, abordagens analíticas que considerem a complexidade e a contextualidade dos sistemas agrícolas são essenciais para evitar simplificações e para orientar estratégias efetivas de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento da safra brasileira de café: safra 2026, primeiro levantamento, v. 13, n. 1. Brasília: CONAB, fev. 2026. 62 p. ISSN 2318-7913. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cafe/1o-levantamento-de-cafe-safra-2026/boletim-de-safras-cafe-fevereiro-26.pdf.> Acesso em: 28 maio 2026.

Duque, G. C. (2025). Identification of management practices and characterization of coffee farms in alta mogiana and southern minas gerais. *Brazil. April*. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/691095>. Acesso em: 03 de Junho de 2026.

Gámez-Virués, S., Perović, D. J., Gossner, M. M., Börschig, C., Blüthgen, N., De Jong, H., ... & Westphal, C. (2015). Landscape simplification filters species traits and drives biotic homogenization. *Nature communications*, *6*(1), 8568.

García-Vega, D., Dumas, P., Prudhomme, R., Kremen, C., & Aubert, P. M. (2024). A safe agricultural space for biodiversity. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *8*, 1328800.

Giller, K. E., Hijbeek, R., Andersson, J. A., & Sumberg, J. (2021). Regenerative agriculture: an agronomic perspective. *Outlook on agriculture*, *50*(1), 13-25.

Gordon, E., Davila, F., & Riedy, C. (2023). Regenerative agriculture: a potentially transformative storyline shared by nine discourses. *Sustainability Science*, *18*(4), 1833-1849.

Guimarães, A. F., Schiavi, S. M. D. A., Pereira, J. A., & Machado, M. D. (2026). Governing specialty coffee value distribution: from formal mechanisms to relational contracts. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *10*, 1744218.

Jayasinghe, S. L., Thomas, D. T., Anderson, J. P., Chen, C., & Macdonald, B. C. (2023). Global application of regenerative agriculture: a review of definitions and assessment approaches. *Sustainability*, *15*(22), 15941.

Le, Q. V., Cowal, S., Jovanovic, G., & Le, D. T. (2021). A study of regenerative farming practices and sustainable coffee of ethnic minorities farmers in the central highlands of Vietnam. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *5*, 712733.

Mambo, T., & Lhermie, G. (2024). The futures for regenerative agriculture: insights from the organic movement and the tussle with industrial agriculture. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *8*, 1455024.

Marescotti, A., & Belletti, G. (2016). Differentiation strategies in coffee global value chains through reference to territorial origin in Latin American countries. *Culture & History Digital Journal*, *5*, 0-0.

Newton, P., Civita, N., Frankel-Goldwater, L., Bartel, K., & Johns, C. (2020). What is regenerative agriculture? A review of scholar and practitioner definitions based on processes and outcomes. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *4*, 577723.

Newton, P., Civita, N., Frankel-Goldwater, L., Bartel, K., & Johns, C. (2020). What is regenerative agriculture? A review of scholar and practitioner definitions based on processes and outcomes. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *4*, 577723.

Page, C., & Witt, B. (2022). A leap of faith: regenerative agriculture as a contested worldview rather than as a practice change issue. *Sustainability*, *14*(22), 14803.

Ronquim, C. C., Rodrigues, C. A. G., & Quartaroli, C. F. (2023). Características de uso e ocupação da cafeicultura em Divinolândia, SP.

Sands, B., Machado, M. R., White, A., Zent, E., & Gould, R. (2023). Moving towards an anti-colonial definition for regenerative agriculture. *Agriculture and Human Values*, *40*(4), 1697-1716.

Schmid, B., & Schöb, C. (2023). Ecological intensification of agriculture through biodiversity management: introduction. *Journal of Plant Ecology*, *16*(6), rtad018.

Sera, G. H., Volsi, B., Mariucci Júnior, V., Pereira, C. T. M., & Telles, T. S. (2025). Production and trade of specialty coffee in Brazil. *Scientific Reports*, *15*(1), 42403.

Souza, G. S. D., Domiciano, M. L., Sarnaglia, G. R., Pretti, I. R., Gonçalves, P. T., Kaulz, M., ... & Moreira, R. M. G. (2025). Cover crops in between-rows of Coffea canephora for reduction of soil erosion. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, *49*, e0240061.

Tittonell, P., El Mujtar, V., Felix, G., Kebede, Y., Laborda, L., Luján Soto, R., & de Vente, J. (2022). Regenerative agriculture – agroecology without politics?. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *6*, 844261.

Torres, G. A., Zezzo, L. V., JOSÉ, R. V. D. S., Greco, R., & Coltri, P. P. (2022). Exposure to climate risk: A case study for coffee farming in the region of Alta Mogiana, São Paulo. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, *94*(suppl 4), e20211379.

Wright, D. R., Bekessy, S. A., Lentini, P. E., Garrard, G. E., Gordon, A., Rodewald, A. D., ... & Selinske, M. J. (2024). Sustainable coffee: A review of the diverse initiatives and governance dimensions of global coffee supply chains. *Ambio*, *53*(7), 984-1001.

Zinsli, M., & Villota-Jetzer, R. (2026). Grounding coffee value in territory: Localised agro-food systems and the implementation of geographical indication in the global South. *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, *32*(1), 87-103.

CAPÍTULO 13

O CAFÉ COMO NARRATIVA: STORYTELLING, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NOS CAFÉS DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Breno Rodrigues Acacio
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0002-6336-0997
http://lattes.cnpq.br/8483773756660327

Rosebelly Nunes Marques
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8726-321
http://lattes.cnpq.br/7921735904003583

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

Rubmara Ketzer Oliveira
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0001-6963-3074
http://lattes.cnpq.br/0088409300558989

Anderson Victor dos Santos
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0006-9586-4136
http://lattes.cnpq.br/1127197003886755

Gustavo Verruma Bernardi
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-2614-7361
http://lattes.cnpq.br/9056591378076503

Sabrina Godinho Rebouças
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0005-5582-6576
http://lattes.cnpq.br/9230159389154087

RESUMO: O presente capítulo analisa as narrativas e estratégias de storytelling presentes nas embalagens de cafés especiais produzidos na região da Alta Mogiana, importante território cafeeiro brasileiro. Partindo da compreensão das embalagens como dispositivos narrativos e simbólicos, o estudo investigou como elementos relacionados à tradição familiar, territorialidade, sustentabilidade, afetividade e qualidade sensorial são mobilizados na construção discursiva dos produtos.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada na análise textual e discursiva de 16 embalagens de cafés especiais coletadas em estabelecimentos comerciais da região. Os textos presentes nas embalagens foram transcritos e submetidos a diferentes técnicas de análise, incluindo nuvem de palavras, categorização discursiva, análise de coocorrência lexical, Análise de Componentes Principais (PCA) e análise hierárquica por dendrograma. Os resultados evidenciaram que os discursos das embalagens ultrapassam a função meramente informativa, articulando dimensões culturais, territoriais, emocionais e ambientais na construção simbólica do café especial contemporâneo. Observou-se forte centralidade de categorias relacionadas à família, tradição e território, além da crescente incorporação de elementos ligados à sustentabilidade e à experiência sensorial. As análises também revelaram a formação de diferentes núcleos discursivos, organizados principalmente em torno de quatro eixos: afetividade e herança familiar; sustentabilidade e natureza; qualidade técnico-sensorial; e territorialidade e autenticidade regional. Conclui-se que as embalagens funcionam como instrumentos estratégicos de agregação de valor simbólico, aproximando o café especial de debates relacionados ao consumo simbólico, marketing territorial, autenticidade alimentar e Indicações Geográficas.
PALAVRAS-CHAVE: consumo simbólico; marketing territorial; autenticidade alimentar; economia da experiência; comunicação mercadológica.

COFFEE AS NARRATIVE: STORYTELLING, TERRITORIALITY, AND IDENTITY IN ALTA MOGIANA COFFEES

ABSTRACT: This chapter analyzes the narratives and storytelling strategies found on the packaging of specialty coffees produced in the Alta Mogiana region, an important Brazilian coffee-growing territory. Based on an understanding of packaging as a narrative and symbolic device, the study investigated how elements related to family tradition, territoriality, sustainability, affectivity, and sensory quality are mobilized in the discursive construction of the products. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, grounded in the textual and discursive analysis of 16 specialty coffee packages collected from commercial establishments in the region. The texts displayed on the packages were transcribed and subjected to different analytical techniques, including word cloud analysis, discursive categorization, lexical co-occurrence analysis, Principal Component Analysis (PCA), and hierarchical cluster analysis using a dendrogram. The results showed that packaging discourses go beyond a merely informative function, articulating cultural, territorial, emotional, and environmental dimensions in the symbolic construction of contemporary specialty coffee. Categories related to family, tradition, and territory were especially prominent, alongside the growing incorporation of elements associated with sustainability and sensory experience. The analyses also revealed the formation of different discursive clusters, organized mainly around four dimensions: affectivity and family heritage; sustainability and nature; technical and sensory quality; and territoriality and regional authenticity. It is concluded that packaging functions as a strategic instrument for adding symbolic value, connecting specialty coffee with debates on symbolic consumption, place marketing, food authenticity, and Geographical Indications.

KEYWORDS: symbolic consumption; place marketing; food authenticity; experience economy; marketing communication.

1. INTRODUÇÃO

A arte de contar histórias acompanha a humanidade desde suas origens, constituindo-se como um elemento fundamental na construção das experiências humanas e na transmissão de conhecimentos ao longo das gerações. Por meio das histórias, sociedades registram acontecimentos, perpetuam memórias, consolidam valores e atribuem significados às suas trajetórias coletivas. Nesse sentido, as histórias exercem influência significativa sobre diferentes dimensões sociais e culturais que compõem a formação dos indivíduos, incluindo a maneira como são estabelecidas relações de pertencimento com lugares, territórios e produtos. Entre as diversas formas de construção e transmissão dessas histórias, destacam-se, para a abordagem proposta neste capítulo, os conceitos de narrativa e storytelling (Del Grossi, 2016).

De acordo com Squire (2014), a narrativa consiste em uma cadeia de signos capaz de incorporar elementos sociais, culturais, históricos e simbólicos, sendo continuamente moldada e ressignificada ao longo do tempo. O storytelling, por sua vez, utiliza-se dessas narrativas e dos significados socialmente construídos para promover a criação de valores e fortalecer vínculos entre indivíduos, grupos e objetos, conferindo relevância e identidade a determinados produtos ou experiências (Valença; Tostes, 2019).

Em função dessa capacidade de atribuir sentido e despertar envolvimento, o storytelling consolidou-se como uma importante ferramenta de comunicação no marketing (Jaud; Braconnot; Lunardo, 2023), tornando as mensagens mais memoráveis e eficazes e contribuindo para ampliar o engajamento dos consumidores com marcas, produtos e experiências de consumo (Dessart; Pitardi, 2019; Júnior et al., 2023). Uma das explicações para esses efeitos encontra-se no conceito de transporte narrativo (*narrative transportation*). Segundo Green e Brock (2000), quando expostos a uma narrativa, os indivíduos tendem a tornar-se temporariamente imersos na história, afastando-se de suas opiniões e experiências imediatas. Esse processo envolve tanto a empatia com personagens quanto a ativação da imaginação, levando o indivíduo a experimentar uma espécie de suspensão momentânea da realidade durante a recepção da narrativa (McFerran et al., 2010).

Nessa perspectiva, as Indicações Geográficas (IGs) desempenham um papel relevante ao consolidar e fortalecer as relações estabelecidas entre território e produto por meio da valorização das histórias construídas e compartilhadas. A construção

dessas narrativas está relacionada aos processos de territorialização, nos quais cultura, memória, paisagem e valores sociais atribuem significado ao território ao longo do tempo (Sampaio et al., 2024). Em situações nas quais atributos relacionados à origem e tradição não podem ser observados diretamente pelos consumidores, as narrativas territoriais funcionam como mecanismos capazes de traduzir essas características em elementos compreensíveis e valorizados pelo mercado, influenciando a percepção de autenticidade e valor associada aos produtos (Saes et al., 2025).

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado nos cafés especiais produzidos na região da Alta Mogiana. Além dos atributos relacionados à qualidade e ao reconhecimento do produto, os cafés da região também registram sua identidade por meio de elementos simbólicos presentes em suas embalagens e estratégias de comunicação, frequentemente associadas a histórias familiares, tradições locais e características visuais que remetem à memória e à trajetória das gerações de produtores.

Dessa forma, o capítulo tem como objetivo apresentar uma análise sintética da relação estabelecida entre os cafés produzidos na região da Alta Mogiana e as histórias construídas e compartilhadas pelos produtores locais, considerando as perspectivas da narrativa e do storytelling como elementos capazes de agregar valor, identidade e significado ao produto.

2. AS NARRATIVAS DE UM LEGADO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ

Durante uma expedição realizada no território da Alta Mogiana, foram conduzidas entrevistas e diálogos com produtores e lideranças locais relacionadas à produção de cafés especiais na região. Nesse processo, um dos aspectos que mais se destacou entre as diferentes propriedades visitadas foi a forma como os produtores atribuíam significados e valores ao café produzido. Observou-se que o produto ultrapassa a condição de mercadoria, tornando-se também um elemento representativo da trajetória histórica, do legado e da identidade de cada família produtora.

Os relatos compartilhados evidenciaram que a construção de valor em torno do café estava associada não apenas às suas características sensoriais e produtivas, mas também às histórias familiares, às experiências acumuladas ao longo das gerações e às relações estabelecidas com o território. Essas narrativas eram frequentemente incorporadas aos rótulos e às estratégias de apresentação dos produtos, despertando no consumidor sentimentos de curiosidade, proximidade e identificação. Dessa maneira, os cafés passaram a ser percebidos como produtos singulares, diferenciando-se não apenas por seus atributos técnicos, mas também pelos significados simbólicos que carregavam.

3. METODOLOGIA

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado na análise discursiva de textos presentes em embalagens de cafés especiais comercializados na região da Alta Mogiana, importante território produtor de cafés especiais no Brasil. O estudo buscou compreender os principais elementos simbólicos, territoriais, afetivos, sensoriais e sustentáveis mobilizados pelas marcas na construção narrativa dos produtos.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação aprofundada dos significados, valores e estratégias discursivas presentes nas embalagens, compreendendo-as como instrumentos de comunicação capazes de transmitir identidades territoriais, culturais e mercadológicas. Paralelamente, técnicas quantitativas de análise textual foram utilizadas como suporte para identificação de padrões lexicais e relações semânticas entre os discursos analisados.

3.2. COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da captura fotográfica de embalagens de cafés especiais disponíveis em estabelecimentos comerciais locais situados na região da Alta Mogiana. Foram selecionadas embalagens que apresentavam textos narrativos ou descritivos relacionados ao produto, à origem, à produção ou à identidade da marca.

Após a captura das imagens, os textos presentes nas embalagens foram integralmente transcritos para composição do corpus textual da pesquisa. O corpus final foi composto por 16 embalagens (Figura 1), identificadas de forma alfanumérica, conforme descrito a seguir:

- Embalagem A – Sebastian Coffee
- Embalagem B – Café Fazenda Nova Aliança
- Embalagem C – Café Paradiso
- Embalagem D – Fazenda Santa Cecília
- Embalagem E – Café Fazenda Nova Aliança (arte da embalagem)
- Embalagem F – Café Guatambu
- Embalagem G – Café Constantino
- Embalagem H – Café Cachoeira Nova
- Embalagem I – Café Gualberto
- Embalagem J – Café Leda e Léo

- Embalagem K – Café Alto de Minas
- Embalagem L – Fazenda Tecoara
- Embalagem M – Café Garves
- Embalagem N – Café Fazenda Berro D'Água
- Embalagem O – Café Mariana
- Embalagem P – Café Juca Pato

A identificação por letras teve como objetivo facilitar a organização analítica e a representação gráfica dos resultados.

Figura 1. Embalagens analisadas na pesquisa.



3.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE TEXTUAL E DISCURSIVA

Inicialmente, realizou-se a leitura exploratória e interpretativa dos textos das embalagens, buscando identificar temas recorrentes, padrões narrativos e elementos simbólicos relacionados à construção discursiva dos cafés especiais. Posteriormente, o corpus textual foi submetido a diferentes técnicas de análise textual quantitativa e qualitativa, permitindo observar relações lexicais, agrupamentos discursivos e padrões semânticos entre as embalagens. As análises realizadas incluíram:

- **Nuvem de palavras**, utilizada para identificar os termos de maior frequência nos discursos;
- **Análise de categorias discursivas**, visando classificar os principais eixos temáticos presentes nos textos;
- **Mapa de coocorrência de palavras**, empregado para verificar associações entre termos e núcleos semânticos recorrentes;
- **Análise de Componentes Principais (PCA)**, utilizada para identificar padrões de proximidade discursiva e agrupamentos temáticos entre os textos;
- **Análise de agrupamento hierárquico (dendrograma)**, empregada para verificar a formação de clusters discursivos entre as embalagens.

As categorias discursivas foram construídas de forma interpretativa a partir da recorrência temática observada no corpus, contemplando dimensões como família, tradição, território, sensorialidade, afetividade, sustentabilidade, técnica, natureza, experiência, artesanalidade, premiunização, identidade e futuro.

3.3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise buscou compreender como os discursos presentes nas embalagens contribuem para a construção simbólica do café especial contemporâneo, associando o produto a valores culturais, territoriais, emocionais e sustentáveis.

Dessa forma, as embalagens foram analisadas não apenas como suportes informativos, mas como dispositivos narrativos capazes de agregar valor simbólico ao produto e fortalecer identidades territoriais e culturais relacionadas à cafeicultura especial brasileira.

3.4. ANÁLISE DA NUVEM DE PALAVRAS DOS DISCURSOS DAS EMBALAGENS DE CAFÉS ESPECIAIS

A nuvem de palavras (Figura 2) elaborada a partir dos textos presentes nas embalagens de cafés especiais permitiu identificar os termos de maior recorrência e, consequentemente, os principais elementos simbólicos mobilizados nos discursos das marcas. Nessa representação gráfica, o tamanho das palavras está diretamente relacionado à sua frequência de ocorrência nos textos analisados, evidenciando os conceitos mais centrais na construção narrativa das embalagens.

Figura 2. Nuvem de palavras de ocorrência de termos.



Os resultados demonstram forte predominância dos termos “tradição” e “família”, indicando que os discursos se estruturam principalmente em torno da valorização da herança familiar, da continuidade geracional e da construção de vínculos afetivos associados à produção cafeeira. A recorrência de palavras como “história”, “legado” e “gerações” reforça a associação do café especial à memória, à ancestralidade e à preservação de saberes transmitidos ao longo do tempo.

Além disso, destacam-se termos relacionados à sustentabilidade e à natureza, como “sustentabilidade”, “preservação”, “natureza” e “ambiental”, evidenciando a crescente incorporação de valores socioambientais na comunicação dos cafés especiais. Esses elementos sugerem a construção de uma narrativa voltada à responsabilidade ambiental e à legitimidade sustentável da produção.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de palavras associadas à territorialidade e à experiência sensorial, como “terroir”, “origem”, “montanhas”, “sabor”, “aroma” e “notas”. Tais termos indicam que as embalagens buscam valorizar

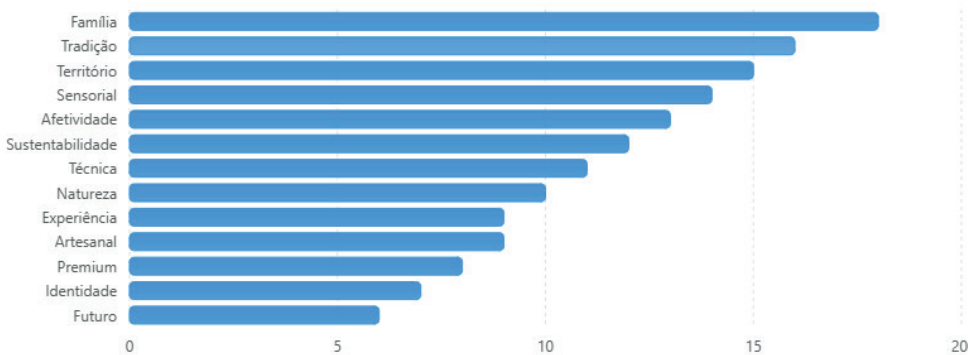
simultaneamente a autenticidade territorial e os atributos sensoriais do produto, aproximando o café especial de estratégias de diferenciação típicas de mercados premium e de produtos com forte identidade regional.

De modo geral, a análise da nuvem de palavras evidencia que os discursos das embalagens articulam dimensões afetivas, territoriais, ambientais e sensoriais, posicionando o café especial não apenas como bebida, mas como patrimônio cultural, experiência simbólica e produto associado à autenticidade e à sustentabilidade.

3.5. CATEGORIAS DISCURSIVAS E PRINCIPAIS PADRÕES NARRATIVOS DAS EMBALAGENS DE CAFÉS ESPECIAIS

A análise discursiva (Figura 3) das embalagens de cafés especiais permitiu identificar um conjunto de categorias temáticas recorrentes, responsáveis por estruturar as principais estratégias narrativas utilizadas pelas marcas na comunicação com os consumidores. Essas categorias representam dimensões simbólicas mobilizadas para agregar valor ao produto, reforçar autenticidade e construir vínculos emocionais, territoriais e culturais em torno do café especial.

Figura 3. Categorias discursivas nas embalagens analisadas.



A categoria Família compreende referências à herança familiar, gerações, legado, ancestralidade e continuidade da produção cafeeira, evidenciando a valorização da transmissão de saberes ao longo do tempo. Já a categoria Tradição reúne elementos relacionados à história, permanência cultural e valorização do passado, reforçando a ideia de autenticidade e continuidade produtiva.

A categoria Território engloba menções à origem geográfica, terroir, montanhas, altitude e regiões produtoras, demonstrando a importância da territorialidade na diferenciação simbólica do café especial. Em complemento, a categoria Sensorial

contempla descrições relacionadas às características organolépticas do produto, como aroma, sabor, notas sensoriais, corpo, acidez e equilíbrio, aproximando os discursos da lógica de valorização dos cafés gourmet e especiais.

A dimensão emocional dos discursos aparece na categoria Afetividade, composta por termos associados ao amor, carinho, alma, paixão, acolhimento e aconchego, transformando o consumo do café em experiência afetiva e simbólica. De maneira semelhante, a categoria Experiência reúne expressões que associam o café a vivências sensoriais, culturais e emocionais, reforçando a lógica do consumo experiencial.

A categoria Sustentabilidade inclui referências à preservação ambiental, responsabilidade socioambiental, conservação da natureza, energia renovável e futuro sustentável, evidenciando a incorporação crescente de valores ecológicos na comunicação das marcas. Complementarmente, a categoria Natureza contempla menções à flora, fauna, clima, solo, paisagem natural e relação harmoniosa com o meio ambiente.

Os discursos também mobilizam elementos relacionados ao domínio produtivo por meio da categoria Técnica, que reúne referências ao cultivo, colheita, torra, processamento e controle de qualidade. Já a categoria Artesanal enfatiza o cuidado manual, a dedicação individual e a autenticidade do fazer cafeeiro, contribuindo para a construção simbólica da exclusividade do produto.

Além disso, a categoria Premium abrange elementos associados à excelência, sofisticação, refinamento e diferenciação dos cafés especiais, enquanto a categoria Identidade reúne referências à cultura mineira, brasilidade e orgulho regional, reforçando o café como patrimônio cultural e marcador territorial. Por fim, a categoria Futuro contempla termos ligados à inovação, renovação tecnológica e continuidade da cafeicultura.

A partir dessas categorias, foram identificados cinco principais padrões discursivos nas embalagens analisadas. O primeiro refere-se à centralidade da tradição familiar, evidenciada pela recorrência de termos relacionados à família, legado, gerações e história. Esse padrão demonstra que as marcas utilizam a herança cultural e a continuidade produtiva como mecanismos de construção de autenticidade e legitimidade simbólica.

O segundo padrão corresponde à forte territorialização dos discursos, observada por meio das frequentes referências a Minas Gerais, Alta Mogiana, montanhas, terroir e terra. Esses elementos reforçam a origem geográfica como atributo diferenciador e aproximam os discursos da lógica das IGs, nas quais território e identidade cultural desempenham papel central na agregação de valor.

O terceiro padrão identificado refere-se à sustentabilidade como valor simbólico, evidenciada pela presença recorrente de termos associados à preservação ambiental,

responsabilidade socioambiental e conservação da natureza. Nesse contexto, a sustentabilidade ultrapassa a dimensão técnica e passa a funcionar como elemento de legitimidade moral e diferenciação mercadológica.

O quarto padrão corresponde ao apelo emocional e sensorial, manifestado por expressões como “amor”, “alma”, “afeto”, “aconchego” e “experiência”. Esses elementos demonstram uma tentativa de transformar o consumo do café em experiência afetiva, fortalecendo vínculos emocionais entre produto, produtor e consumidor.

Por fim, o quinto padrão refere-se à valorização da qualidade técnica e sensorial, observada pela recorrência de termos ligados ao aroma, sabor, notas sensoriais, torra e equilíbrio. Esse aspecto reforça a associação do café especial à excelência produtiva e à sofisticação sensorial, características centrais na construção de valor desse segmento de mercado.

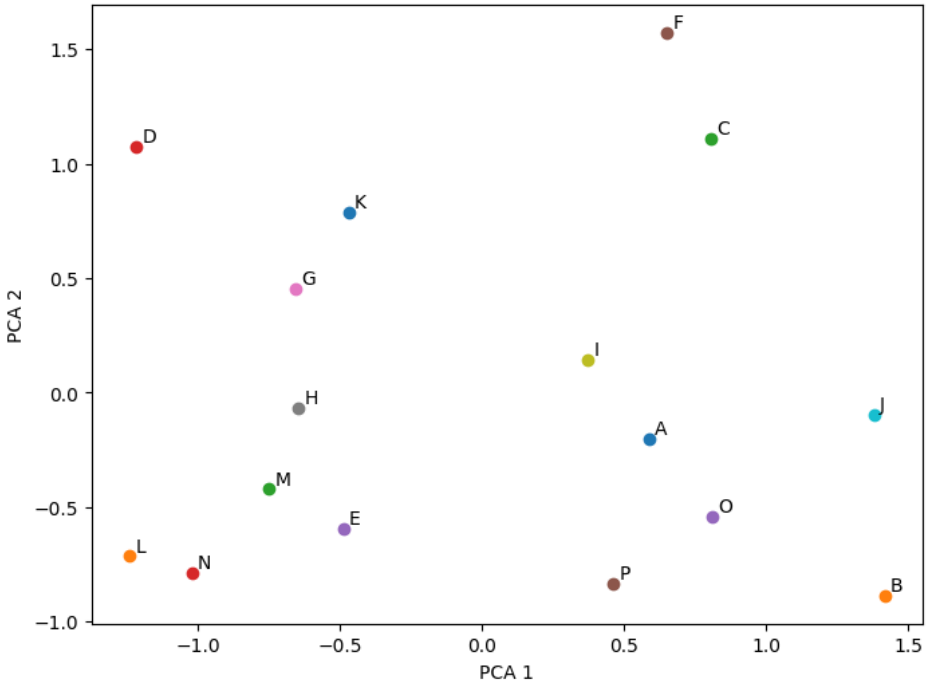
Os resultados demonstram que os discursos das embalagens de cafés especiais articulam simultaneamente dimensões afetivas, territoriais, ambientais, culturais e sensoriais. Assim, o café especial é discursivamente construído não apenas como bebida, mas como patrimônio cultural, experiência simbólica, produto territorial e expressão de autenticidade e sustentabilidade.

3.6. ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS DOS DISCURSOS DAS EMBALAGENS DE CAFÉS ESPECIAIS

A Análise de Componentes Principais (Principal Component Analysis - PCA) foi empregada com o objetivo de identificar padrões de similaridade discursiva entre os textos presentes nas embalagens de cafés especiais analisadas. Essa técnica estatística multivariada permite reduzir a dimensionalidade dos dados textuais, condensando os principais padrões lexicais em componentes sintéticos capazes de representar as relações de proximidade entre os discursos.

Na Figura 4, cada ponto corresponde a uma embalagem (A até P), enquanto os eixos denominados “PCA 1” e “PCA 2” representam dimensões estatísticas derivadas da variabilidade lexical dos textos. Assim, embalagens posicionadas próximas entre si compartilham vocabulários, estruturas narrativas e temas semelhantes, ao passo que embalagens mais distantes indicam diferenças discursivas mais acentuadas. Dessa forma, a análise não expressa níveis de qualidade dos cafés, mas sim a proximidade temática e simbólica entre os discursos construídos pelas marcas.

Figura 4. Análise textual de componentes principais das embalagens.



Os resultados revelaram a formação de quatro grandes agrupamentos narrativos. O primeiro deles pode ser caracterizado como um cluster afetivo-familiar, composto principalmente pelas embalagens C (Paradiso), F (Guatambu), J (Leda e Léo) e A (Sebastian). Essas embalagens compartilham termos relacionados à família, afeto, legado, alma, história e tradição familiar. Tal configuração evidencia uma narrativa centrada na construção emocional do café, apresentado como patrimônio familiar, experiência afetiva e vínculo simbólico entre produtores e consumidores. Nesse grupo, observa-se forte aproximação com estratégias de marketing emocional e com discursos de autenticidade artesanal, nos quais o café transcende sua dimensão funcional para assumir um papel cultural e afetivo.

Um segundo agrupamento refere-se ao cluster sustentabilidade/natureza, formado predominantemente pelas embalagens N (Berro d'Água), L (Tecoara) e M (Garves). Os discursos dessas embalagens compartilham referências à preservação ambiental, sustentabilidade, natureza, fauna, flora, meio ambiente e futuro. Tal conjunto discursivo demonstra a incorporação explícita de valores ecológicos na comunicação das marcas, associando o café à responsabilidade socioambiental, à conservação dos recursos naturais e à legitimidade ambiental da produção. Nesse contexto, a

sustentabilidade emerge não apenas como atributo técnico, mas como elemento simbólico de diferenciação e construção de valor.

O terceiro agrupamento identificado corresponde ao cluster técnico-sensorial, no qual se destacam as embalagens D (Santa Cecília), H (Cachoeira Nova) e K (Alto de Minas). Essas embalagens utilizam linguagem fortemente relacionada à torra, aromas, sabores, notas sensoriais, colheita, processamento e qualidade técnica. Os discursos priorizam aspectos ligados à expertise produtiva, à excelência técnica e à especialização característica do segmento de cafés especiais. Observa-se, portanto, maior aproximação com a cultura do café gourmet, em que atributos sensoriais e domínio técnico do processo produtivo são utilizados como mecanismos de legitimação da qualidade.

Por sua vez, o quarto agrupamento pode ser definido como um cluster territorial/tradicional, reunindo principalmente as embalagens O (Mariana), P (Juca Pato), B (Nova Aliança) e I (Gualberto). Nesse conjunto, predominam referências à origem geográfica, Minas Gerais, Alta Mogiana, terroir, raízes, tradição e território. Os discursos enfatizam fortemente a territorialidade e a autenticidade regional, evidenciando a importância da origem como elemento central na construção simbólica do café especial. Essa configuração discursiva aproxima-se diretamente da lógica das IGs, nas quais o território, a cultura local e os saberes tradicionais funcionam como mecanismos de diferenciação e agregação de valor.

Além dos agrupamentos principais, algumas embalagens apresentaram posicionamentos relativamente isolados no gráfico. A embalagem D (Santa Cecília), por exemplo, destaca-se por seu discurso predominantemente técnico-sensorial, apresentando menor presença de elementos emocionais ou territoriais. Já a embalagem F (Guatambu) diferencia-se pela forte carga afetiva e simbólica, evidenciada por termos como “alma”, “sonhos” e “aconchego”. A embalagem B (Nova Aliança), por sua vez, apresenta caráter híbrido, articulando simultaneamente elementos de tradição, sustentabilidade e qualidade técnica.

A análise de PCA indica que os discursos das embalagens de cafés especiais estão organizados em torno de quatro grandes eixos narrativos: (i) afetividade e herança familiar; (ii) sustentabilidade e responsabilidade ambiental; (iii) qualidade técnica e experiência sensorial; e (iv) territorialidade e autenticidade regional. Esses resultados demonstram que o café especial contemporâneo é discursivamente construído não apenas como bebida ou produto agrícola, mas como patrimônio cultural, experiência emocional, símbolo sustentável e marcador de identidade territorial. Tal configuração reforça a relevância das narrativas simbólicas na valorização do café especial,

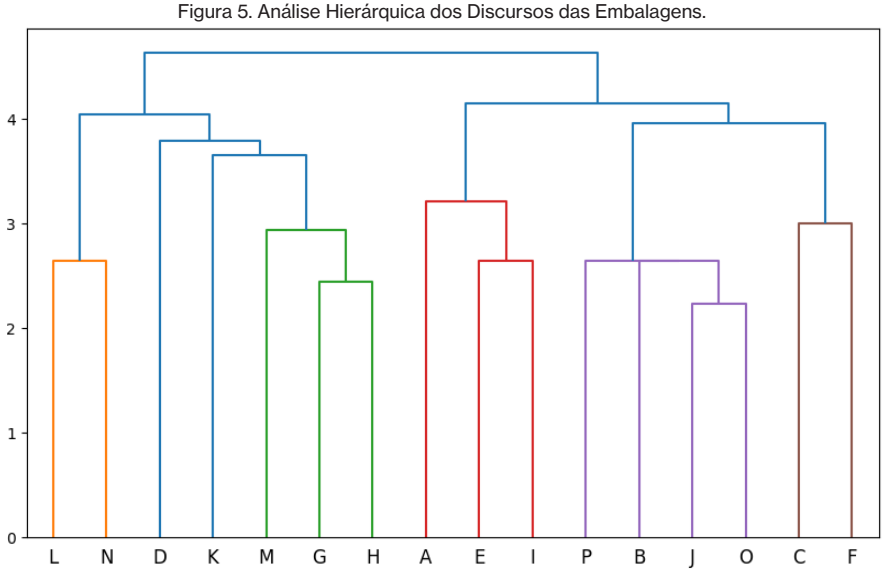
aproximando-se das discussões sobre autenticidade, consumo experiencial, marketing territorial e Indicações Geográficas.

3.7. ANÁLISE HIERÁRQUICA DOS DISCURSOS DAS EMBALAGENS POR MEIO DO DENDROGRAMA

A análise de agrupamento hierárquico (Figura 5), representada pelo dendrograma, foi utilizada com o objetivo de identificar padrões de similaridade lexical e discursiva entre os textos das embalagens de cafés especiais analisadas. Diferentemente da Análise de Componentes Principais (PCA), que representa espacialmente a proximidade entre os discursos, o dendrograma evidencia a formação progressiva dos agrupamentos, indicando quais embalagens apresentam maior proximidade textual e como esses grupos se conectam hierarquicamente.

Nesse tipo de representação, quanto menor a distância entre duas embalagens (expressa pela altura das conexões horizontais) maior é a similaridade discursiva entre elas. Em contrapartida, conexões realizadas em níveis mais elevados indicam discursos mais distintos. Assim, o dendrograma permite observar não apenas os agrupamentos principais, mas também as relações de proximidade e diferenciação existentes entre os diversos núcleos discursivos identificados.

Figura 5. Análise Hierárquica dos Discursos das Embalagens.



Os resultados apontam a formação de diferentes clusters temáticos e simbólicos. O primeiro agrupamento identificado corresponde ao cluster sustentabilidade e natureza,

composto principalmente pelas embalagens L (Tecoara) e N (Berro d'Água). Essas embalagens apresentaram elevada proximidade lexical em função da recorrência de termos relacionados à preservação ambiental, natureza, sustentabilidade, fauna, flora, clima e futuro. Tal agrupamento demonstra a construção de um discurso fortemente associado à responsabilidade socioambiental, no qual o café é apresentado como parte de um sistema produtivo alinhado à conservação ambiental e à sustentabilidade. Nesse contexto, a produção cafeeira é legitimada não apenas pela qualidade do produto, mas também pelo compromisso ambiental atribuído às práticas produtivas.

Outro agrupamento relevante corresponde ao cluster técnico-produtivo, formado predominantemente pelas embalagens G (Constantino), H (Cachoeira Nova) e M (Garves). Os discursos dessas embalagens compartilham referências recorrentes ao cultivo, processamento, qualidade, produção e técnicas agrícolas, evidenciando uma narrativa centrada na expertise produtiva e na excelência técnica. Observa-se, nesse grupo, a valorização do domínio do processo cafeeiro e da especialização produtiva como mecanismos de construção de legitimidade no mercado de cafés especiais. Dessa forma, o café é representado como produto cuidadosamente elaborado, cuja qualidade decorre do controle técnico e do conhecimento acumulado ao longo da cadeia produtiva.

O cluster afetivo-familiar, formado principalmente pelas embalagens C (Paradiso) e F (Guatambu), constitui um dos agrupamentos mais consistentes identificados na análise. Essas embalagens compartilham elementos discursivos relacionados à alma, afeto, família, legado, memórias, sonhos e acolhimento. Tal configuração revela uma narrativa fortemente emocional, na qual o café é construído simbolicamente como experiência afetiva, patrimônio familiar e expressão de vínculos humanos e culturais. Nesse caso, o produto transcende sua dimensão funcional, assumindo características associadas à memória, ao pertencimento e à humanização do consumo.

Outro agrupamento identificado refere-se ao cluster tradição-território, composto pelas embalagens B (Nova Aliança), J (Leda e Léo), O (Mariana) e P (Juca Pato). Os textos dessas embalagens apresentam forte recorrência de termos ligados à tradição, Minas Gerais, Alta Mogiana, *terroir,* raízes, origem e sabor mineiro. Esse conjunto discursivo enfatiza a territorialidade, a autenticidade regional e a identidade cultural da cafeicultura, aproximando-se diretamente da lógica das IGs. Nesse grupo, o território emerge como elemento central de diferenciação, funcionando como marcador simbólico de qualidade, autenticidade e pertencimento cultural.

Além desses agrupamentos principais, identificou-se ainda um cluster híbrido entre tradição e qualidade, formado pelas embalagens A (Sebastian), E (Nova Aliança -

arte) e I (Gualberto). Esses discursos articulam simultaneamente elementos relacionados à tradição familiar, história, legado, origem, paixão e qualidade, funcionando como ponte entre diferentes dimensões simbólicas identificadas na análise. Tal característica demonstra a coexistência de estratégias discursivas múltiplas, combinando territorialidade, afetividade, premiunização e tradição em uma mesma narrativa.

Algumas embalagens apresentaram posicionamentos relativamente mais isolados no dendrograma. A embalagem D (Santa Cecília), por exemplo, destacou-se por seu discurso predominantemente técnico-sensorial, marcado por referências à torra, aromas, preparo e notas sensoriais, apresentando menor presença de elementos emocionais ou territoriais. Já a embalagem K (Alto de Minas) demonstrou certa singularidade em função da ênfase atribuída à energia renovável, ao compromisso produtivo e à utilização de uma linguagem mais institucionalizada.

Os resultados obtidos por meio da análise hierárquica sugerem que os discursos das embalagens de cafés especiais se organizam em torno de quatro grandes matrizes simbólicas: (i) sustentabilidade ambiental; (ii) qualidade técnico-sensorial; (iii) afetividade e herança familiar; e (iv) territorialidade e autenticidade cultural. Essas matrizes evidenciam que o café especial contemporâneo é discursivamente construído não apenas como alimento ou bebida, mas também como experiência simbólica, patrimônio territorial, objeto cultural, produto sustentável e marcador identitário.

Tal configuração reforça a importância das narrativas simbólicas na valorização dos cafés especiais e dialoga diretamente com discussões relacionadas ao marketing territorial, consumo experiencial, autenticidade alimentar e IGs, nas quais os atributos culturais, territoriais e afetivos desempenham papel central na agregação de valor aos produtos agroalimentares.

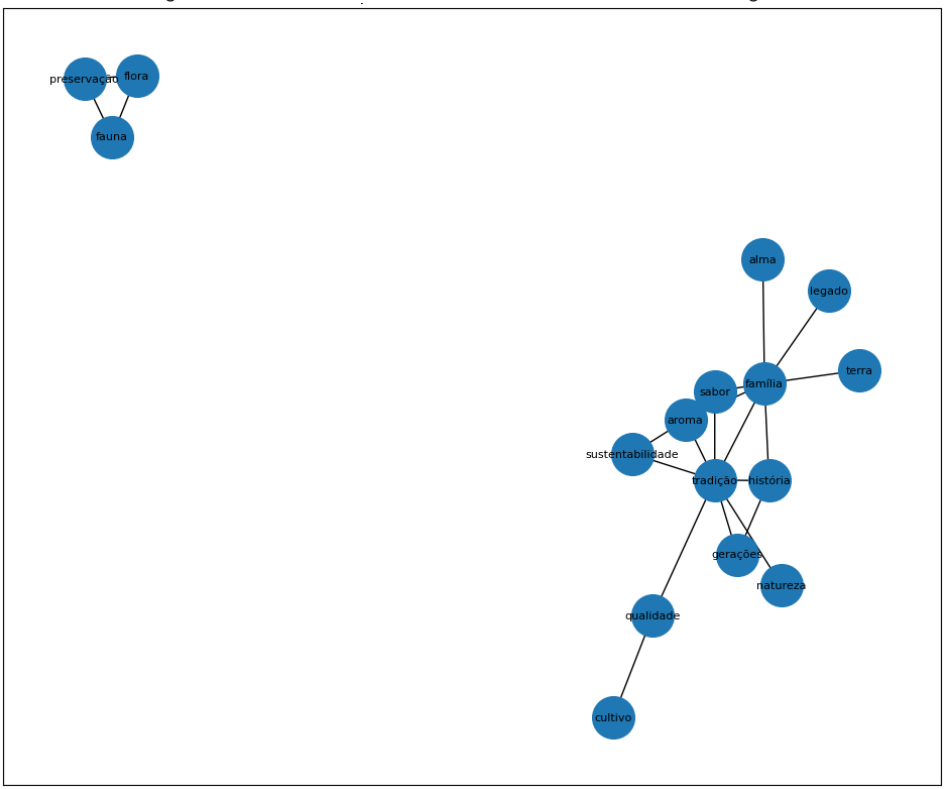
3.8. ANÁLISE DE COOCORRÊNCIA DOS TERMOS PRESENTES NAS EMBALAGENS DE CAFÉS ESPECIAIS

A análise de coocorrência lexical (Figura 6) foi empregada com o objetivo de identificar as relações semânticas estabelecidas entre os principais termos presentes nos discursos das embalagens de cafés especiais analisadas. Essa abordagem permite visualizar quais palavras aparecem associadas com maior frequência nos textos, revelando os núcleos temáticos e simbólicos que estruturam as narrativas construídas pelas marcas.

No mapa de coocorrência, cada nó (círculo) representa um termo relevante extraído dos textos, enquanto as conexões (linhas) indicam associações recorrentes

entre palavras que coexistem nos mesmos discursos. A centralidade de determinados termos é identificada pela quantidade de conexões estabelecidas, evidenciando sua importância como articuladores semânticos das narrativas analisadas. Dessa forma, os agrupamentos observados no mapa representam núcleos discursivos que revelam os principais sentidos mobilizados pelas embalagens.

Figura 6. Análise de Coocorrência dos Termos Presentes nas Embalagens.



Os resultados demonstram que o núcleo central da rede lexical está organizado em torno dos termos “tradição”, “família”, “sabor”, “história” e “natureza”. Esses elementos funcionam como os principais articuladores narrativos das embalagens, estabelecendo conexões entre dimensões afetivas, territoriais, ambientais e sensoriais do café especial.

O primeiro núcleo identificado corresponde ao eixo tradição–família–história, considerado o principal núcleo simbólico da análise. Nesse agrupamento, destacam-se conexões recorrentes entre os termos tradição e família, tradição e história, tradição e gerações, bem como família associada a legado, alma e terra. Essas relações demonstram que os discursos das embalagens vinculam o café à herança familiar, à ancestralidade, à continuidade geracional e ao pertencimento cultural. Nesse contexto, o café deixa de ser

representado apenas como produto agroalimentar, assumindo a condição de patrimônio simbólico e afetivo. A narrativa construída pelas marcas associa o consumo do café a memórias, vínculos emocionais e à valorização das raízes familiares e territoriais.

Outro agrupamento relevante refere-se ao núcleo sustentabilidade–natureza, no qual se destacam associações entre sustentabilidade e natureza, natureza e preservação, preservação e fauna, além de fauna e flora. Esse conjunto evidencia a consolidação de um discurso ambiental fortemente presente nas embalagens analisadas. A sustentabilidade aparece diretamente relacionada à preservação ambiental, à biodiversidade, ao equilíbrio ecológico e à proteção dos recursos naturais. Tal configuração demonstra que as embalagens utilizam a sustentabilidade não apenas como atributo técnico de produção, mas também como elemento de legitimidade simbólica e narrativa moral associada à responsabilidade socioambiental.

O núcleo qualidade–cultivo também se mostrou relevante na estrutura discursiva identificada. As conexões entre qualidade e cultivo, bem como entre qualidade e tradição, revelam a valorização do domínio técnico, da expertise produtiva e do cuidado agrícola como mecanismos de construção da excelência do café especial. A associação entre "qualidade" e "tradição" possui relevância particular, pois sugere que a superioridade do produto é apresentada como resultado da experiência acumulada ao longo das gerações e da continuidade dos saberes produtivos familiares.

Além disso, identificou-se um núcleo sensorial-afetivo, caracterizado pelas associações entre sabor e família, sabor e tradição, bem como entre alma e família. Esses resultados indicam que os atributos sensoriais do café são frequentemente articulados a elementos emocionais e afetivos. Assim, o sabor não é descrito apenas em termos técnicos ou organolépticos, mas também como expressão da história familiar, da autenticidade produtiva e do acolhimento simbólico proporcionado pela experiência de consumo.

Um dos aspectos mais relevantes do mapa de coocorrência é a elevada centralidade do termo "tradição", que atua como um dos principais hubs semânticos da rede lexical. Esse termo estabelece conexões simultâneas com território, qualidade, família, gerações e sustentabilidade, funcionando como eixo estruturante dos discursos das embalagens. Tal centralidade evidencia que a tradição opera como elemento integrador das diferentes dimensões narrativas mobilizadas pelas marcas, articulando autenticidade territorial, herança familiar, qualidade produtiva e legitimidade simbólica.

A análise de coocorrência revela que os discursos das embalagens são construídos por meio da articulação entre cinco grandes dimensões simbólicas: (i) capital simbólico familiar; (ii) territorialidade e autenticidade; (iii) sustentabilidade ambiental; (iv)

qualidade técnico-sensorial; e (v) afetividade e experiência de consumo. Esses resultados demonstram que o café especial contemporâneo é discursivamente posicionado não apenas como bebida ou produto agrícola, mas também como patrimônio cultural, experiência emocional, símbolo sustentável e expressão de autenticidade territorial.

Sob uma perspectiva teórica mais ampla, o mapa de coocorrência evidencia a existência de uma estrutura discursiva híbrida entre tradição, sustentabilidade e afetividade, na qual o café especial é apresentado simultaneamente como produto premium, patrimônio territorial e experiência simbólica. Essa configuração dialoga diretamente com discussões relacionadas às Indicações Geográficas, ao marketing territorial, à economia da experiência, ao consumo simbólico e aos processos de construção de autenticidade alimentar, reforçando o papel das narrativas culturais e territoriais na agregação de valor aos produtos agroalimentares contemporâneos.

4. CONCLUSÕES

A análise discursiva das embalagens de cafés especiais evidenciou que esses materiais transcendem sua função tradicional de identificação e comunicação do produto, assumindo papel estratégico na construção simbólica do café especial contemporâneo. Os textos analisados revelam a presença de narrativas mercadológicas estruturadas em torno de elementos como tradição familiar, territorialidade, sustentabilidade, qualidade sensorial e afetividade, reforçando a associação do café a valores culturais, emocionais e identitários.

Os resultados demonstraram que as embalagens utilizam diferentes estratégias narrativas e, em diversos casos, técnicas de storytelling, especialmente por meio da valorização de histórias familiares, memórias geracionais, vínculos afetivos e conexões com o território. Dessa forma, o café deixa de ser apresentado apenas como bebida ou commodity agrícola, passando a ser discursivamente construído como patrimônio cultural, experiência emocional e expressão de autenticidade territorial.

Além disso, observou-se que categorias como família, tradição e território ocupam posição central nos discursos, indicando que a valorização simbólica da origem e da herança cultural constitui importante mecanismo de diferenciação no mercado de cafés especiais. Paralelamente, aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e à qualidade técnico-sensorial reforçam a construção de legitimidade e excelência do produto perante os consumidores.

Nesse contexto, as embalagens podem ser compreendidas como artefatos narrativos capazes de agregar valor simbólico ao café especial, articulando dimensões

culturais, territoriais e emocionais que dialogam diretamente com debates sobre consumo simbólico, marketing territorial, economia da experiência e IGs. Assim, conclui-se que o café especial contemporâneo é comercializado não apenas por seus atributos físicos e sensoriais, mas também pelas narrativas que constroem sua autenticidade, identidade e significado social.

REFERÊNCIAS

DEL GROSSI, E. S. A arte de contar histórias.

DESSART, L.; PITARDI, V. How stories generate consumer engagement: An exploratory study. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 183–195, 2019.

GREEN, M. C.; BROCK, T. C. The role of transportation in the persuasiveness of public narratives. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 79, n. 5, p. 701–721, 2000.

JAUD, D. A.; BRACONNOT, A. R.; LUNARDO, R. Do stories (always) make food products taste better? The boundary effects of matching package type and product dimension. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 22, n. 5, p. 1224–1236, 2023.

JÚNIOR, J. R. O. et al. A story to sell: The influence of storytelling on consumers' purchasing behavior. **Psychology & Marketing**, v. 40, n. 2, p. 239–261, 2023.

MACCHIONE SAES, M. S. et al. Signaling theory and quality cues: the willingness-to-pay for high and low involvement sustainable attributes. **Revista de Gestão**, v. 32, n. 4, p. 247–266, 2025.

MCFERRAN, B. et al. Motivational determinants of transportation into marketing narratives. **Journal of Consumer Psychology**, v. 20, n. 3, p. 306–316, 2010.

SAMPAIO, G. M. et al. Contribuições metodológicas para os estudos sobre indicações geográficas: valorizar os recursos territoriais segundo as chaves de ação do Guia da EPAGRI, 2020, e do Guía Uniendo Personas, Territorios y Productos para Fomentar la Calidad Vinculada al Origen y las Indicaciones Geográficas Sostenibles, da FAO, 2011. **Interações**, v. 25, n. 2, p. e2523866, 2024.

SQUIRE, C. O que é narrativa? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 272–284, 2014.

VALENÇA, M.; TOSTES, A. P. B. O storytelling como ferramenta de aprendizado ativo. **Carta Internacional**, v. 14, n. 2, 2019. DOI: 10.21530/ci.v14n2.2019.917.

CAPÍTULO 14

AS EMOÇÕES E MOTIVAÇÕES NO CONSUMO DE CAFÉ

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Laleska Rossi Moda
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0003-3337-6218
http://lattes.cnpq.br/7195963114430834

Breno Rodrigues Acacio
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0009-0002-6336-0997
http://lattes.cnpq.br/8483773756660327

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: As emoções e as motivações de consumo exercem papel central na forma como consumidores percebem e valorizam alimentos e bebidas. No caso do café, a experiência de consumo envolve dimensões que ultrapassam seus efeitos funcionais, incorporando atributos sensoriais, experiências anteriores e significados construídos ao longo do tempo. Este capítulo discute a influência das emoções e das motivações hedônicas e utilitárias no consumo de café, reunindo evidências da literatura sobre comportamento alimentar, respostas emocionais e experiências de consumo. Inicialmente, são apresentados os principais conceitos relacionados às emoções e sua relação com a percepção dos alimentos, destacando a influência dos estímulos sensoriais, do contexto de consumo e das memórias associadas à experiência alimentar. Em seguida, são discutidos estudos que investigaram as respostas emocionais despertadas pelo café, evidenciando a relação entre atributos sensoriais, aceitação e preferência dos consumidores. Por fim, o capítulo aborda as motivações hedônicas e utilitárias aplicadas ao consumo de café, demonstrando que a bebida pode ser valorizada tanto por seus efeitos funcionais quanto pelas experiências proporcionadas durante o consumo. No contexto dos cafés especiais e das Indicações Geográficas, argumenta-se que a origem, a qualidade sensorial e os significados associados ao território ampliam a experiência percebida pelos consumidores e contribuem para a construção do valor atribuído ao produto.
PALAVRAS-CHAVE: emoções; motivação; café especial; comportamento do consumidor; Indicação Geográfica.

ABSTRACT: Emotions and consumption motivations play a central role in the way consumers perceive and value food and beverages. In the case of coffee, the consumption experience extends beyond its functional effects, encompassing sensory attributes, previous experiences, and meanings developed over time. This chapter discusses the influence of emotions and hedonic and utilitarian motivations on coffee consumption by bringing together evidence from the literature on food behavior, emotional responses, and consumption experiences. It first presents the main concepts related to emotions and their relationship with food perception, emphasizing the influence of sensory stimuli, consumption context, and memories associated with eating experiences. The chapter then reviews studies investigating emotional responses to coffee, highlighting the relationship between sensory attributes, consumer acceptance, and preference. Finally, it examines hedonic and utilitarian motivations in coffee consumption, showing that coffee is valued both for its functional benefits and for the experiences it provides. In the context of specialty coffees and Geographical Indications, the chapter argues that product origin, sensory quality, and the meanings associated with territory enrich the consumer experience and contribute to the value attributed to coffee.
KEYWORDS: emotions; hedonic motivation; utilitarian motivation; specialty coffee; consumer behavior.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos envolvendo a aceitabilidade e preferência têm sido padrão no campo de alimentos. Porém, nas últimas décadas, novos métodos têm sido desenvolvidos para compreender como os consumidores percebem produtos alimentícios. Entre essas abordagens destacam-se os estudos sobre motivações hedônicas e utilitárias. Enquanto a motivação utilitária está associada a benefícios objetivos e funcionais, a motivação hedônica relaciona-se a aspectos subjetivos, emocionais e simbólicos da experiência de consumo (Labbe et al., 2015; Maehle et al., 2015).

Pesquisas anteriores também têm demonstrado que as emoções estão diretamente relacionadas às motivações de consumo hedônicas e utilitárias (Chan, 2012; Labbe et al., 2015). No caso do café, incluindo cafés especiais produzidos em regiões reconhecidas como a Alta Mogiana, o consumo pode assumir diferentes significados para os consumidores. Em alguns contextos, a bebida é consumida por sua função estimulante e pelos benefícios associados à rotina e à produtividade. Em outros, está relacionada ao prazer proporcionado pelos atributos sensoriais, pelo ritual de consumo e pelas experiências associadas à bebida. Além disso, a bebida está relacionada a uma gama de emoções, considerando tanto o caráter social como o sensorial (Bhumiratana et al., 2014; Garner, 2015; Ricardi, 2016; Topik, 2016).

A compreensão das respostas emocionais geradas pelo consumo de alimentos tem fornecido informações relevantes sobre os fatores que influenciam a escolha dos consumidores. Aspectos emocionais podem complementar variáveis tradicionalmente utilizadas para explicar aceitação e intenção de compra, contribuindo para uma compreensão mais ampla do comportamento alimentar. Esse enfoque tem ganhado relevância à medida que consumidores demonstram interesse crescente pelas experiências proporcionadas pelos produtos e pelos estímulos sensoriais envolvidos no consumo (Bhumiratana et al., 2014; Ricardi, 2016).

Por outro lado, o relacionamento entre o alimento e as emoções segue sendo um assunto considerado complexo, sujeito a diversos fatores psicológicos que muitas vezes não são levados em conta inteiramente, especialmente considerando fatores situacionais (como o local, ocasião e contexto social da refeição). Fatores ainda como a memória evocada à experiência de comer podem proporcionar respostas emocionais mais fortes e ter um papel de maior importância na decisão alimentar do que, por exemplo, a experiência da primeira impressão na decisão de compra (Köster & Mojet, 2015).

Embora o número de pesquisas sobre emoções em alimentos tenha crescido nos últimos anos (Gunaratne et al., 2019; Mora et al., 2021; Ng et al., 2013), ainda existem oportunidades para aprofundar a compreensão das respostas emocionais associadas a produtos específicos, como o café. Nesse sentido, esta seção aborda inicialmente os principais conceitos relacionados às emoções e sua influência no comportamento alimentar, apresentando posteriormente estudos que investigaram as respostas emocionais associadas aos alimentos e ao café. Por fim, são discutidas as motivações hedônicas e utilitárias de consumo e sua aplicação ao contexto cafeeiro, destacando como diferentes experiências e expectativas podem influenciar a forma como consumidores percebem e valorizam a bebida.

2. EMOÇÕES E COMPORTAMENTO ALIMENTAR

O interesse pelas emoções no contexto alimentar tem crescido nas últimas décadas, ampliando o entendimento sobre fatores que influenciam a relação dos consumidores com os alimentos. Embora aspectos como aceitabilidade, preferência e intenção de compra continuem sendo amplamente estudados, pesquisadores passaram a reconhecer que a experiência alimentar envolve processos mais complexos, nos quais emoções, memórias e experiências anteriores também desempenham papel relevante (Cardello et al., 2012; Gibson, 2006; Köster; Mojet, 2015).

Segundo Köster e Mojet (2015), os estudos sobre emoções e alimentos podem ser agrupados em duas grandes abordagens. A primeira procura compreender como estados emocionais influenciam escolhas alimentares, padrões de consumo e satisfação. A segunda busca investigar de que forma os próprios alimentos são capazes de gerar respostas emocionais nos consumidores. Embora distintas, ambas as perspectivas contribuem para compreender a interação entre emoção e comportamento alimentar.

Esta gama de estudos decorre do caráter multissensorial dos alimentos. A experiência de consumo envolve estímulos visuais, olfativos, gustativos, táteis e auditivos que atuam simultaneamente na construção das percepções dos consumidores. Dessa forma, o simples contato visual com um alimento ou a percepção de seu aroma podem desencadear lembranças, expectativas e emoções que serão posteriormente reforçadas durante o consumo (Dantec et al., 2020).

Além dos estímulos sensoriais, fatores situacionais também exercem influência sobre as respostas emocionais associadas aos alimentos. Aspectos como ambiente de consumo, companhia, ocasião e experiências anteriores podem modificar significativamente a forma como um produto é percebido. Nesse sentido, muitos estudos apontam que as emoções evocadas por alimentos estão frequentemente associadas não apenas às suas características intrínsecas, mas também às circunstâncias nas quais o consumo ocorre (Köster; Mojet, 2015).

Presente na rotina de muitas pessoas, o café está frequentemente relacionado a momentos de socialização, trabalho, descanso e convivência. Além de suas características sensoriais, a bebida pode fornecer estímulos físicos e mentais, atuando tanto como relaxante e "clarificador" mental quanto como estimulante ao longo do dia, em razão da cafeína e de seus efeitos sobre o estado de alerta, a concentração e a disposição. Soma-se a isso o seu aroma característico, o efeito de aquecimento e as associações positivas frequentemente construídas em torno do consumo (Kanjanakorn; Lee, 2017; Topik, 2016).

O café também pode assumir significados distintos de acordo com o contexto em que é consumido. Topik (2016) destaca que a bebida historicamente desempenha o papel de uma "droga social", estando associada a encontros, cerimônias, ambientes de trabalho e ao próprio ritmo da vida moderna. Nesse sentido, as emoções relacionadas ao café derivam de suas propriedades sensoriais ou funcionais, assim como das experiências, memórias e situações que acompanham seu consumo. Em regiões produtoras reconhecidas, como a Alta Mogiana, elementos ligados à origem, e ao território podem integrar essas associações, ampliando a experiência percebida pelos consumidores.

3. ESTUDOS SOBRE EMOÇÕES NO CONSUMO

Nos últimos anos, os estudos sobre emoções em alimentos passaram as respostas emocionais provocadas pelas características sensoriais dos produtos, assim como o papel de fatores externos na formação dessas emoções. Spinelli et al. (2015), por exemplo, demonstraram que elementos como embalagem e informações disponibilizadas ao consumidor podem alterar a percepção emocional de um alimento. De forma semelhante, Ng et al. (2013), ao compararem produtos apresentados com e sem marca, observaram que atributos sensoriais intrínsecos tendem a estar mais associados às emoções evocadas pelo consumo, enquanto características extrínsecas estão mais relacionadas a associações abstratas e funcionais.

Apesar da relevância desses fatores externos, evidências sugerem que as emoções associadas aos alimentos são fortemente influenciadas pelas experiências prévias dos consumidores. Segundo Köster e Mojet (2015), muitas vezes as pessoas não se recordam com precisão do alimento consumido anteriormente, mas lembram com facilidade da situação em que o consumo ocorreu, como o ambiente, a companhia ou a ocasião específica. Estudos sobre a memorabilidade dos alimentos indicam que as emoções evocadas posteriormente tendem a estar associadas principalmente ao contexto da experiência alimentar, e não exclusivamente às características sensoriais do produto.

Especificamente para o café alguns estudos já avaliaram sua relação da emoção. Bhumiratana et al. (2014) desenvolveu o Coffee Drinking Experience (CDE) relacionado à experiência de consumo de café nos Estados Unidos, através do levantamento das emoções relacionadas ao consumo da bebida em diferentes ocasiões (em cafeterias, em casa, no trabalho e *on-the-go*), pela aplicação de focus groups, relacionando as emoções à um café "bom" e um "ruim". No fim do experimento, foi encontrada uma lista com 44 termos capazes de discriminar respostas emocionais de cada amostra, sendo também identificado seis grupos de consumidores. A experiência de beber café foi então explicada em duas dimensões, como a positiva – negativa e de alta – baixa energia, além de incluir termos relacionados ao estado mental atingido pós-consumo de café, como "motivação, controle, produtividade e mente limpa", não encontrados em escalas anteriores. Os resultados também apontaram correlação entre emoção e aceitação do produto, além de identificar diferentes emoções para tipos de café.

Kanjanakorn e Lee (2017) utilizou o CDE e o EsSence Profile para medir as emoções referentes ao café em uma cidade metropolitana dos Estados Unidos. Os autores avaliaram consumidores de cafeterias locais em diferentes ocasiões antes e após o consumo da bebida, através dos questionários de ambos os métodos com escalas de

intensidades. O estudo indicou a predominância de emoções positivas antes do consumo e, após o consumo, as principais emoções citadas foram “energizante”, “satisfatório” e “prazeroso”. A mudança emocional ocasionada pela bebida foi capturada por ambas as escalas em classificação semelhante. No entanto, mudanças emocionais significativas adicionais foram encontradas ao usar o CDE como no estado mental e em emoções positivas de alta energia.

No Brasil, Ricardi (2016) desenvolveu um glossário de termos de emoções utilizadas por consumidores brasileiros para avaliar a experiência de consumo da bebida, através dos métodos de Associação de Palavras e posteriormente de Check-all-that-apply (CATA), realizando-se também avaliação sensorial de 6 amostras de café, onde foram encontrados um total de 36 termos. Os resultados mostraram a segmentação de preferência em função do perfil sensorial das bebidas e a associação de emoções positivas com os cafés mais preferidos e emoções negativas com aqueles cafés menos aceitos.

Esses achados reforçam a importância dos atributos sensoriais na construção das respostas emocionais dos consumidores, relevante para cafés de origem e cafés especiais, como os produzidos na região da Alta Mogiana, cuja diferenciação está diretamente associada às características sensoriais e à reputação construída em torno de seu território de produção.

4. O CONSUMO HEDÔNICO E O CONSUMO UTILITÁRIO

Os consumidores podem atribuir diferentes significados ao consumo de alimentos e bebidas. Nesse contexto, uma das abordagens mais utilizadas para compreender o comportamento de consumo é a distinção entre motivações hedônicas e utilitárias (Alba; Williams, 2013; Maehle et al., 2015). Essa perspectiva parte da ideia de que a decisão de consumo não ocorre exclusivamente por razões funcionais, mas também pode estar associada a aspectos emocionais, simbólicos e experienciais.

As motivações utilitárias estão relacionadas aos benefícios objetivos proporcionados por um produto, como funcionalidade, praticidade, conveniência e desempenho. Já as motivações hedônicas referem-se aos aspectos subjetivos da experiência de consumo, incluindo prazer, diversão, satisfação sensorial e envolvimento emocional (Alba; Williams, 2013; Labbe et al., 2015). Dessa forma, um mesmo produto pode atender simultaneamente a necessidades funcionais e emocionais, ainda que uma dessas dimensões seja predominante em determinadas situações de consumo.

A literatura também sugere que os processos de decisão podem diferir conforme a natureza da motivação predominante. Produtos associados a benefícios hedônicos

costumam ser avaliados pela experiência proporcionada durante o consumo, enquanto produtos de caráter mais utilitário tendem a ser avaliados por sua eficiência na resolução de necessidades específicas (Chan, 2012). Por essa razão, diferentes motivações podem influenciar a satisfação, a percepção de valor e as intenções comportamentais dos consumidores.

No campo dos alimentos, essa distinção se torna relevante, tendo em vista que muitos produtos apresentam simultaneamente características funcionais e experienciais. Enquanto alguns consumidores podem priorizar aspectos nutricionais, conveniência ou preço, outros podem valorizar atributos relacionados ao prazer sensorial, à tradição, à autenticidade ou às experiências proporcionadas pelo consumo. Em produtos de origem identificada, como aqueles associados a uma Indicação Geográfica, elementos relacionados ao território, à reputação e à história produtiva também podem integrar a experiência percebida pelo consumidor, ampliando a dimensão hedônica do consumo.

5. AS MOTIVAÇÕES DE CONSUMO PARA O CAFÉ

O café representa um exemplo particularmente interessante da coexistência entre motivações hedônicas e utilitárias. Trata-se de uma bebida presente na rotina de milhões de pessoas e consumida em diferentes contextos, ocasiões e situações sociais. Ao mesmo tempo em que o café é reconhecido por seus efeitos estimulantes e pela capacidade de auxiliar na concentração e produtividade, ele também está associado ao prazer sensorial, ao aroma, ao sabor e aos momentos de convivência (Labbe et al., 2015; Petry et al., 2019).

Sob a perspectiva utilitária, o consumo de café costuma estar relacionado à busca por energia, atenção e disposição para realizar atividades cotidianas. A cafeína e seus efeitos fisiológicos fazem com que a bebida seja frequentemente associada ao desempenho cognitivo e à manutenção do estado de alerta. Em muitos casos, essa dimensão funcional constitui a principal motivação para o consumo diário.

Por outro lado, o café também apresenta uma forte dimensão hedônica. A apreciação dos atributos sensoriais da bebida, o ritual de preparo, as experiências associadas ao consumo e o contexto social no qual ele ocorre podem transformar o ato de beber café em uma experiência que ultrapassa sua função estimulante. Esse aspecto torna-se ainda mais evidente no segmento de cafés especiais, onde características como aroma, corpo, acidez, doçura e complexidade sensorial assumem papel central na experiência do consumidor.

Nesse contexto, cafés provenientes de regiões reconhecidas, como a Alta Mogiana, podem agregar elementos adicionais à experiência de consumo. Além dos atributos sensoriais da bebida, aspectos relacionados à procedência, à tradição produtiva e à reputação construída pela Indicação Geográfica podem contribuir para a formação de percepções de qualidade e autenticidade. A origem deixa de funcionar apenas como uma informação sobre o local de produção e passa a integrar a experiência de consumo, associando características territoriais e culturais a atributos valorizados pelos consumidores.

Os estudos desenvolvidos especificamente sobre o consumo de café reforçam essa dualidade entre utilidade e prazer. Chan (2012) observou que consumidores motivados por aspectos hedônicos apresentavam maior satisfação e maior disposição para pagar por determinados produtos. De forma semelhante, Labbe et al. (2015) identificaram que diferentes motivações de consumo estão associadas a distintas trajetórias emocionais durante o preparo e o consumo da bebida. Os autores verificaram que consumidores orientados por motivações hedônicas tendiam a apresentar respostas emocionais mais positivas ao longo da experiência quando comparados àqueles motivados predominantemente por aspectos utilitários.

Esses resultados sugerem que a compreensão das motivações de consumo pode contribuir para ampliar o entendimento sobre a forma como consumidores percebem e valorizam diferentes tipos de café. Em especial no contexto dos cafés especiais e dos cafés de origem, as dimensões hedônicas e utilitárias não devem ser entendidas como categorias excludentes, mas como componentes complementares da experiência de consumo. Assim, fatores relacionados aos atributos sensoriais da bebida, às emoções despertadas durante o consumo e aos significados associados à origem podem atuar conjuntamente na construção de valor percebido pelos consumidores.

REFERÊNCIAS

ALBA, J. W.; WILLIAMS, E. F. Pleasure principles: A review of research on hedonic consumption. **Journal of Consumer Psychology**, v. 23, n. 1, p. 2–18, 2013.

BHUMIRATANA, N.; ADHIKARI, K.; CHAMBERS, E. The development of an emotion lexicon for the coffee drinking experience. **Food Research International**, v. 61, p. 83–92, 2014.

CANETTI, L.; BACHAR, E.; BERRY, E. M. Food and emotion. **Behavioural Processes**, v. 60, n. 2, p. 157–164, 2002.

CARDELLO, A. V. et al. Measuring emotional responses to foods and food names using questionnaires. **Food Quality and Preference**, v. 24, n. 2, p. 243–250, 2012.

CHAN, E. Y. Finding the Apple of My Eye: Categorization and Satisfaction from Hedonic Consumption. **SSRN Electronic Journal**, 2012.

DANTEC, M. et al. On the contribution of the senses to food emotional experience. **Food Quality and Preference**, v. 84, 2020.

GARNER, B. Interpersonal Coffee Drinking Communication Rituals. **International Journal of Marketing and Business Communication**, v. 4, n. 4, 2015.

GIBSON, E. L. Emotional influences on food choice: Sensory, physiological and psychological pathways. **Physiology & Behavior**, v. 89, n. 1, p. 53–61, 2006.

GUNARATNE, T. M. et al. Development of emotion lexicons to describe chocolate using the Check-All-That-Apply (CATA) methodology across Asian and Western groups. **Food Research International**, v. 115, p. 526–534, 2019.

KANJANAKORN, A.; LEE, J. Examining emotions and comparing the EsSense Profile® and the Coffee Drinking Experience in coffee drinkers in the natural environment. **Food Quality and Preference**, v. 56, p. 69–79, 2017.

KÖSTER, E. P.; MOJET, J. From mood to food and from food to mood: A psychological perspective on the measurement of food-related emotions in consumer research. **Food Research International**, v. 76, p. 180–191, 2015.

LABBE, D. et al. Pleasantness, emotions and perceptions induced by coffee beverage experience depend on the consumption motivation (hedonic or utilitarian). **Food Quality and Preference**, v. 44, p. 56–64, 2015.

MACHT, M. How emotions affect eating: A five-way model. **Appetite**, v. 50, n. 1, p. 1–11, 2008.

MAEHLE, N.; IVERSEN, N.; HEM, L.; OTNES, C. Exploring consumer preferences for hedonic and utilitarian food attributes. **British Food Journal**, v. 117, n. 12, p. 3039–3063, 2015.

MORA, M. et al. Exploring young consumers' attitudes and emotions to sensory and physicochemical properties of different red wines. **Food Research International**, v. 143, 2021.

NG, M.; CHAYA, C.; HORT, J. Beyond liking: Comparing the measurement of emotional response using EsSense Profile and consumer defined check-all-that-apply methodologies. **Food Quality and Preference**, v. 28, n. 1, p. 193–205, 2013.

PETRY, J. F.; BORGES, G. R.; AURELIANO-SILVA, L. Hedonic effects on coffee consumption in Brazil. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 18, n. 2, p. 77–111, 2019.

RICARDI, E. A. F. Emoções, sensações e afeições do consumidor brasileiro pelo café. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Alimentos) – Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SPINELLI, S. et al. How does it make you feel? A new approach to measuring emotions in food product experience. **Food Quality and Preference**, v. 37, p. 109–122, 2015.

TOPIK, S. Coffee as a social drug. **Cultural Critique**, n. 71, p. 81–106, 2016.

TRIANTAFILLIDOU, A.; SIOMKOS, G. Consumption experience outcomes: Satisfaction, nostalgia intensity, word-of-mouth communication and behavioural intentions. **Journal of Consumer Marketing**, v. 31, n. 6–7, p. 526–540, 2014.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP no 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6963-3074

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8057-3460

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agregação de valor 15, 50, 63, 69, 75, 94, 96, 102, 104, 112, 115, 154, 155, 159, 160, 163, 166, 173, 174, 178, 186, 189, 192, 201, 209, 210, 219, 227, 230, 233, 236
Alta Mogiana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 227, 230, 232, 239, 241, 243, 245
Autenticidade alimentar 219, 233, 236

C

Cadeia do café 51, 58, 75, 92, 171, 178, 179, 180, 184, 185, 189, 192, 193, 199, 211
Café 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 39, 40, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 155, 156, 159, 164, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246
Café especial 1, 2, 3, 6, 7, 59, 69, 82, 109, 121, 164, 209, 210, 219, 224, 225, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Cafeicultura 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 74, 75, 77, 78, 82, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 105, 109, 111, 113, 115, 116, 141, 156, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 190, 195, 201, 204, 208, 209, 211, 213, 217, 224, 227, 232
Cafés especiais 1, 2, 3, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 37, 38, 40, 46, 47, 49, 58, 59, 61, 68, 69, 72, 77, 82, 84, 90, 91, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 139, 141, 163, 165, 173, 174, 180, 181, 195, 201, 206, 207, 208,

211, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 243, 244, 245
Carbono orgânico 26, 27, 29, 43, 44, 45, 46, 48, 49
Comportamento do consumidor 83, 109, 238
Comunicação mercadológica 219
Conflito 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 148, 149, 153, 155, 160, 161, 162
Consumo simbólico 219, 236, 237
Coordenação 22, 51, 52, 59, 61, 75, 76, 92, 96, 97, 108, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 139, 141, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 178, 190, 191, 192, 195, 197, 199

D

Desenvolvimento regional 16, 17, 23, 25, 76, 81, 92, 96, 108, 110, 111
Desenvolvimento territorial 9, 11, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 77, 78, 92, 94, 100, 103, 105, 106, 123, 141, 145, 160, 164, 170, 174, 176, 177, 184, 200
Diferenciação mercadológica 108, 109, 112, 120, 146, 148, 178, 189, 192, 206, 207, 212, 228

E

Economia da experiência 219, 236, 237
Ecossistema de inovação 146, 150
Educação rural 164
Emoções 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246
Empreendedorismo 94, 173, 175
Engajamento 1, 3, 5, 7, 8, 116, 120, 156, 169, 194, 220
Ensino técnico 164, 167, 168, 174, 175, 176, 177
Extensão rural 60, 77, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106

F

Formação territorial 9, 10, 23

G

Generatividade 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161
Governança 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 61, 77, 78, 94, 95, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 171, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 202, 203, 211

Governança territorial 5, 18, 95, 96, 99, 105, 106, 108, 110, 112, 113, 116, 135, 146, 148, 151, 160, 184, 192

I

Identidade 13, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 37, 47, 49, 76, 90, 100, 103, 105, 109, 110, 111, 112, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 144, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 188, 195, 197, 207, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 237
Identificação Geográfica 1, 5
Indicação Geográfica 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 16, 21, 26, 27, 28, 33, 38, 40, 46, 49, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 143, 144, 145, 150, 159, 160, 163, 165, 166, 170, 176, 199, 206, 207, 208, 215, 238, 244, 245
Indicações Geográficas 2, 9, 11, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 50, 52, 58, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 164, 166, 167, 169, 170, 176, 178, 179, 180, 184, 187, 193, 194, 204, 214, 215, 219, 220, 231, 236, 237, 238

M

Manejo do solo 201, 207, 208, 213
Marketing territorial 122, 219, 231, 233, 236, 237
Mercado mundial de café 51
Motivação 238, 239, 242, 243, 244

N

Neutralidade de carbono 178, 179, 181, 188, 189, 192, 199

O

Origem 4, 6, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 53, 56, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 174, 177, 178, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 208, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 236, 238, 241, 243, 244, 245

P

Planejamento estratégico 97, 108, 109, 110, 118, 120, 175

Poder 6, 7, 16, 124, 127, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 167, 179, 201

R

Regulamentos oficiais 94
Resiliência produtiva 27, 188

S

SAG do café 51, 52, 58, 59, 60, 61, 71, 73, 74, 75
Sensoriamento remoto 27, 29, 42
Setor cafeeiro 51, 52, 111, 113, 115, 142, 144, 169, 170, 173, 174, 178, 181, 185
SSGI 179, 184, 185, 194, 196, 199
Stakeholders 1, 2, 3, 5, 6, 7, 108, 207
Sustentabilidade 5, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 49, 50, 60, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 89, 103, 104, 107, 112, 117, 118, 121, 136, 140, 141, 143, 164, 167, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236

T

Território 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 29, 46, 48, 49, 76, 82, 83, 84, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 170, 176, 177, 178, 184, 185, 187, 191, 194, 197, 200, 206, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 235, 236, 238, 241, 243, 244
Turismo rural 7, 9, 100, 103, 116, 117, 141, 199, 201

V

Variabilidade climática 27, 32

EDITORA ARTEMIS
2026